

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE**  
**CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS**  
**NÍVEL: MESTRADO**

**JONAS CHRISTMANN KOREN**

**MINISTÉRIO SILAS MALAFAIA: EVANGELIZANDO À DIREITA (2000-2013)**

Marechal Cândido Rondon – PR  
2016

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE**  
**CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS**  
**NÍVEL: MESTRADO**

**JONAS CHRISTMANN KOREN**

**MINISTÉRIO SILAS MALAFAIA: EVANGELIZANDO À DIREITA (2000-2013)**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação História, Poder e Práticas Sociais, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Marechal Cândido Rondon, na Linha de Pesquisa Estado e Poder, sob a orientação do prof. Dr. Marcio Antônio Both Silva.

Marechal Cândido Rondon – PR  
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

K84m

Koren, Jonas Christmann

Ministério Silas Malafaia: evangelizando à direita (2000-2013)./Jonas Christmann Koren.— Marechal Cândido Rondon, 2016.  
140 f.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Antônio Both Silva  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná,  
Campus de Marechal Cândido Rondon, 2016.  
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História

1. Silas Malafaia. 2. Religião. 3. Hegemonia. I. Silva, Marcio Antônio Both.  
II. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. III. Título.

CDD 22.ed. 261.7  
CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Helena Soterio Bejio – CRB 9ª/965



**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46  
Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>  
Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000  
Marechal Cândido Rondon - PR.



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado e Doutorado

Reconhecido pela Portaria Ministerial – MEC nº 1.077, de 31/08/2012, publicada no DOU de 13/09/2012.

## ATA DE DEFESA DO CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA DA UNIOESTE

Aos treze dias do mês de abril de 2016, às 09h, reuniu-se à banca examinadora composta pelos professores Dr. Marcio Antônio Both da Silva (Orientador) (UNIOESTE), Dr.<sup>a</sup> Sônia Regina Mendonça (UFF) e Dr. Gilberto Grassi Calil (UNIOESTE), para avaliarem o trabalho “Ministério Silas Malafaia: evangelizando à direita (2000-2013)” apresentado pelo pós-graduando **Jonas Christmann Koren** para a obtenção do título de Mestre em História no Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE, *Campus de Marechal Cândido Rondon*. A banca examinadora considerou o trabalho APROVADO. Nada mais havendo a constar, eu Marcio Antônio Both da Silva, orientador do trabalho, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelos demais membros da banca examinadora e pelo pós-graduando avaliado.

Marechal Cândido Rondon, 13 de abril de 2016.

Marcio Antônio Both da Silva  
Orientador

Sônia Regina Mendonça  
Membro

Gilberto Grassi Calil  
Membro

Jonas Christmann Koren  
Pós-graduando



**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
- MESTRADO E DOUTORADO - UNIOESTE**

**PARECER DESCRITIVO**

Título da Dissertação: "Ministério Silas Malafaia: evangelizando à direita (2000-2013)"

Nome do concluinte: **Jonas Christmann Koren**

Integrantes da Banca:

Prof. Dr. Marcio Antônio Both da Silva (orientador) (UNIOESTE)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sônia Regina Mendonça (UFF)

Prof. Dr. Gilberto Grassi Calil (UNIOESTE)

Parecer:

A BANCA DESTACOU A RELEVÂNCIA E ATUALI-
DADE DO TEMA, JEM COM O TRABALHO
EXAUSTIVO COM AS FONTES. A BANCA EMI-
TIU SUGESTÕES PARA O JULGAMENTO
DA DISSERTAÇÃO E SEU DESDOBRAMENTO
EM PROJETO DE DOUTORADO, ALÉM DE
PUBLICAÇÕES NA FORMA DE ARTIGOS.

Marechal Cândido Rondon, 13 de abril de 2016.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Marcio por confiar em mim e me dar liberdade durante a pesquisa.

Ao meu irmão Diogo pela ajuda, revisão e pela “consultoria jurídica”.

Ao Lucas pela ajuda com a teoria e inspiração que foi em minha vida acadêmica.

À minha família, Hildo, Lola, Joana e Helena, pelo incentivo e apoio.

Aos amigos pelos bons momentos vividos nesse período.

Aos professores, professoras e colegas do programa de mestrado pelo conhecimento.

À Iraci pela paciência.

À Dani (Quexi) por ter entrado em minha vida no momento certo.

## RESUMO

Nessa pesquisa analisamos a atuação do pastor e televangelista Silas Malafaia através do seu programa de televisão e da internet, entre os anos de 2000 e 2013, buscando compreender as tentativas de conformar visões de mundo entre o seu público e de influenciar em pautas e decisões políticas. Malafaia propõe a seu público um engajamento político em questões específicas, apresentadas como sendo fundamentais aos “valores cristãos”, geralmente de cunho moral ou sexual, e defende posturas de um conservadorismo explícito. Vem se destacando nos últimos anos como liderança religiosa e política, não apenas entre o público pentecostal ou evangélico, após se opor publicamente aos direitos e lutas dos homossexuais, como o reconhecimento legal da união estável de casais homoafetivos e a criminalização da homofobia. Em conjunto com a oposição a homossexualidade o pastor passou a uma postura de oposição aos partidos e movimentos de esquerda em geral e a denunciar supostos planos comunistas que estariam sendo postos em prática no país. Buscamos com essa pesquisa contribuir no sentido de compreender a complexa relação entre religião e política que, ao que tudo indica, vem ganhando importância na sociedade brasileira nos últimos anos.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Silas Malafaia; Religião; Hegemonia.*

## ABSTRACT

MINISTERIO SILAS MALAFAIA: EVANGELIZING IN THE RIGHT WAY: In this research we analyze the work of the pastor and televangelist Silas Malafaia through his television and internet program, between the years of 2000 and 2013, seeking to understand the attempts to conform worldviews among his audience and to influence political guidelines and decisions. Malafaia proposes to his public a political engagement in specific issues, presented as being fundamental to "Christian values", usually of a moral or sexual nature, and defends the positions of an explicit conservatism. It has emerged in recent years as a religious and political leader, not only among the Pentecostal or evangelical public, after publicly opposing the rights and struggles of homosexuals, such as the legal recognition of the stable union of homosexual couples and the criminalization of homophobia. In conjunction with the opposition to homosexuality, the pastor moved into a position of opposition to left-wing parties and movements in general and to denounce supposed communist plans that would be put into practice in the country. We seek with this research to contribute to the understanding of the complex relationship between religion and politics which has been gaining importance in Brazilian society in recent years. KEYWORDS: Silas Malafaia; Religion; Hegemony.

**LISTA DE IMAGENS:**

<b>IMAGEM 1:</b> Contador de almas.....	32
<b>IMAGEM 2:</b> <i>Pop-up</i> com <i>link</i> para mandar mensagem aos senadores.....	56
<b>IMAGEM 3:</b> Cabeçalho do <i>hotsite</i> de oposição ao projeto de lei 122/06.....	60
<b>IMAGEM 4:</b> Outdoor.....	76

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais  
AD – Assembleia de Deus  
ADVEC – Assembleia de Deus Vitória em Cristo  
AMGI - Apoio a Mulheres com Gravidez Indesejada  
AVEC – Associação Vitória em Cristo  
CAS - Comissão de Assuntos Sociais  
CC – Congregação Cristã  
CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania  
CDES – Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CDHM – Comissão de Direitos Humanos e Minorias  
CGADB - Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil  
CNBB - Conselho Nacional de Bispos do Brasil  
CNT - Central Nacional de Televisão  
CONAMAD - Convenção Nacional das Assembleias de Deus Ministério Madureira  
CORA - Centro de Otimização para a Reabilitação do Autista  
CPEC - Curso de Preparação do Educador Cristão  
CUT - Central Única dos Trabalhadores  
ESLAVEC - Escola de Líderes da Associação Vitória em Cristo  
EUA – Estados Unidos da América  
FENASP - Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação  
IBDFAM - Instituto Brasileiro de Direito de Família  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICAR - Igreja Católica Apostólica Romana  
IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil  
IURD – Igreja Universal do Reino de Deus  
OAB – Ordem dos Advogados do Brasileira  
ONG – Organização Não Governamental  
PFL – Partido da Frente Liberal  
PL – Partido Liberal  
PL – Projeto de Lei  
PLC – Projeto de Lei da Câmara  
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PNDH-3 – III Plano Nacional de Direitos Humanos  
PRB – Partido Republicano Brasileiro  
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira  
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade  
PT – Partido dos Trabalhadores

Sepop - Secretaria de Pesquisa e Opinião do Senado

STF – Superior Tribunal Federal

TP - Teologia da Prosperidade

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
MINISTÉRIO SILAS MALAFAIA .....	8
Pedidos de doação e a teologia da prosperidade.....	20
O pentecostalismo e a Assembleia de Deus .....	32
O “HOMOSSEXUALISMO” E A DESTRUIÇÃO DA FAMÍLIA.....	46
Oposição ao projeto de lei contra homofobia.....	50
Oposição ao reconhecimento da união estável de casais homossexuais.....	78
PETRALHAS, COMUNISTAS E ESQUERDOPATAS.....	90
Descriminalização do aborto .....	95
III Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) .....	99
Eleições de 2010 e a oposição ao Partido dos Trabalhadores .....	103
Regulamentação da mídia.....	113
Candidatura de Feliciano à presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias ..	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
Referências Bibliográficas:.....	141

## INTRODUÇÃO

O caráter conservador do pentecostalismo brasileiro não é um dado novo, visto que desde a sua chegada ao Brasil, no início do século XX, seus seguidores pregavam o tradicionalismo nos costumes e a rigidez moral. Porém, inicialmente rejeitavam a atuação na política e o uso de meios de comunicação de massa por sectarismo ou por considerá-los mundanos ou diabólicos, o que fazia com que essas posturas ficassem restritas ao seu público. Contudo, no decorrer do século algumas igrejas pentecostais passaram a atuar na política oficial, como é o caso da Assembleia de Deus (maior e mais antiga denominação pentecostal do Brasil) que a partir de 1986 passou a incentivar a atuação política de lideranças, pastores e membros, visando principalmente representação na Assembleia Constituinte. Tendência que foi seguida por outras denominações pentecostais. O uso das mídias de massa pelos pentecostais também passou a ser mais aceito, chegando a serem amplamente utilizadas, principalmente pelas chamadas neopentecostais. Com essas mudanças no cenário pentecostal, o conservadorismo das lideranças políticas e midiáticas tornou-se evidente nos últimos anos, acompanhando o fortalecimento de posturas políticas tradicionais em questões morais e culturais. Com o mote da defesa da família tradicional, considerada a base da sociedade ocidental, opõem-se aos movimentos civis por direitos dos homossexuais, pró-aborto, feministas, defensores dos direitos humanos, entre outros grupos supostamente responsáveis pela destruição da família e pela perseguição religiosa.

Nessa pesquisa analisaremos a trajetória e a atuação do pastor da Assembleia de Deus e televangelista Silas Malafaia que, através de seu programa de televisão e da internet passou a defender posturas de um conservadorismo explícito e vem se destacando ultimamente como liderança religiosa e política, não apenas entre o público pentecostal ou evangélico. Analisaremos as mensagens veiculadas em seu programa de televisão, o Vitória em Cristo, e as matérias postadas no site da Associação Vitória em Cristo (AVEC), de mesmo nome, e no portal de notícias mantido pela associação, denominado “Verdade Gospel”. O recorte temporal será do ano de 2000, ano de fundação da AVEC, até 2013, ano anterior ao início de nossa pesquisa.

Malafaia propõe a seu público um engajamento político em questões específicas,

apresentadas pelo pastor como sendo fundamentais aos “valores cristãos”, geralmente ligadas questões morais e sexuais. Tais questões podem ser compreendidas dentro do que Antonio Gramsci denominou de “pequena política”, ou seja, “questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política” que se apresentam em contraposição a “grande política” que compreende “as questões ligadas à fundação de novos Estados à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais”. Porém, conforme defendeu Gramsci, também é “grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política”<sup>1</sup>. Conforme escreveu Carlos Nelson Coutinho, sobre o que ele denominou de “hegemonia da pequena política”, é precisamente “através da exclusão da grande política que se apresenta a hegemonia na época do neoliberalismo”<sup>2</sup>.

Compreendemos a complexidade envolvida na relação entre religião e política, ainda mais no estudo de um processo ainda em andamento, cujo desfecho ainda não temos conhecimento e acreditamos que essa pesquisa possa contribuir no sentido de compreender essa complexa relação que, ao que tudo indica, vem ganhando importância na sociedade brasileira nos últimos anos. Vale ressaltar que não partimos do pressuposto de que os significados, movimentos e instituições religiosas sejam por essência conservadores, pois, muito depende dos usos que lhe são atribuídos e do equilíbrio das forças sociais e ideológicas de uma determinada época. Nosso entendimento vai de encontro com o que Michael Apple afirmou sobre o tema: “o significado social da religião tem de ser decifrado em termos das experiências da vida real das pessoas em épocas e lugares particulares”<sup>3</sup>. Seguindo o pensamento de Gramsci, sobre o qual escreveremos mais adiante, não abordaremos a religião de forma teologizante, idealizada ou desvinculada da realidade social, mas sim de forma histórica dando principal atenção ao seu caráter organizativo da sociedade. Assim, analisaremos a atuação de Malafaia, tendo em vista a disputa ativa na construção de visões de mundo, visto a função pedagógica que exerce na formação dos horizontes ideológicos das

---

<sup>1</sup> GRAMSCI, Antonio. 2002. Op. Cit. p.22.

<sup>2</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco de et. al. Hegemonia às avessas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. p. 30.

<sup>3</sup> APPLE, Michael W. Educando à Direita: mercados, padrões, Deus e desigualdades. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003. p. 34.

classes e grupos sociais, assim como seus posicionamentos diante da disputa pela hegemonia.

Para compreender o que entendemos por hegemonia, cabe tratar primeiramente sobre o conceito de sociedade civil que, em Gramsci, tem um significado distinto da concepção liberal. Sociedade civil não é pensada pelo autor como uma esfera que se contrapõe à sociedade política, centrada no terreno do interesse, da propriedade e do mercado<sup>4</sup>. Ou seja, não existe uma distinção orgânica entre o Estado e a Sociedade Civil. Essa separação entre esses dois campos se trata de um erro metodológico de cunho liberal:

A formulação do movimento do livre comércio baseia-se num erro teórico cuja origem prática não é difícil identificar, ou seja, baseia-se na distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metodológica é transformada e apresentada como distinção orgânica<sup>5</sup>.

A sociedade política, ou seja, o Estado estrito encarrega-se da administração direta e da coerção sobre aqueles que não consentem, enquanto a sociedade civil, compreendida como o conjunto dos aparelhos privados de hegemonia, encarrega-se da organização, da produção coletiva “de visões de mundo, da consciência social, de formas de ser adequadas aos interesses do mundo burguês (a hegemonia)”<sup>6</sup>. O importante é compreender que sociedade política e sociedade civil não se encontram separados, não agem em frentes opostas. Esta separação leva ao erro de interpretação de acreditarmos que as disputas políticas ocorrem apenas no campo político, enquanto apenas as vontades individuais ou interesses comerciais são colocadas na sociedade civil, quando na realidade este é um dos espaços fundamentais da luta de classes em sociedades capitalistas. A luta que ocorre nesse espaço é a das classes sociais, ou frações de classe, lutando para fazer com que suas visões de mundo, seus interesses políticos e projetos para a sociedade se tornem hegemônicos dentro da sociedade, ou seja, sejam difundidos e aceitos ativamente pelas outras classes sociais, se tornem visões, interesses e projetos aceitos por toda sociedade. Entramos assim no conceito de hegemonia.

Apesar de não utilizarem o termo, esta discussão vem de Marx e Engels:

---

<sup>4</sup> FONTES, Virginia. O Brasil e o capital imperialismo. Teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010. p. 133.

<sup>5</sup> GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Volume 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 47.

<sup>6</sup> FONTES, Virginia. Op. Cit. p. 133.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem a sua disposição os meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominantes, são as ideias de dominação<sup>7</sup>.

Marx e Engels demonstram como as ideias da classe dominante acabam tornando-se as ideias dominantes da sociedade, mesmo nas classes que originalmente não compartilham dessas ideias. Esse processo não ocorre de forma natural, mas é expressão da própria luta de classes, sendo que a classe dominante tem determinada vantagem, uma vez que tem à sua disposição “os meios de produção material”, dessa forma, também “dispõe dos meios de produção espiritual”.

Gramsci tenta compreender o processo de construção e afirmação da hegemonia de uma classe sobre as outras. Um processo que perpassa dois momentos antes de atingir a “fase hegemônica”. Em um primeiro momento, na fase que Gramsci define como econômico corporativo, “um comerciante sente que deve ser solidário com outro comerciante, um fabricante com outro fabricante, etc.”. O segundo momento “é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico”<sup>8</sup>. O terceiro momento trata-se da fase hegemônica:

Esta é fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em “partido”, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano “universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre a série de grupos subordinados<sup>9</sup>.

Para compreender melhor a citação cabem algumas considerações. A relação entre

---

<sup>7</sup> MARX, Karl. Engels, Frederick. A ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 47.

<sup>8</sup> GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 41.

<sup>9</sup> Idem. p. 41.

estrutura e superestrutura deve ser compreendida de maneira dialética, ou seja, o que se passa no plano superestrutural (ideológico) não é um simples reflexo dos acontecimentos estruturais (econômicos, materiais), esses dois espaços se relacionam e se afetam reciprocamente. É preciso também ter ciência de que quando Gramsci fala em “partido” ele não se refere ao partido formal, com objetivos meramente eleitorais. O partido é compreendido de forma mais ampla, como articulador dos interesses de determinados grupos, tanto na esfera política como na sociedade civil, são os organismos que, na sociedade civil, não só elaboram as diretrizes políticas, mas educam e apresentam os homens supostamente em condições de aplicá-los<sup>10</sup>.

Assim, as classes organizadas em partidos travam lutas no campo da sociedade civil com o objetivo de tornarem-se dominantes. Na luta por hegemonia fazem uso dos chamados “aparelhos privados de hegemonia”, cujo conceito é sintetizado por Virgínia Fontes:

Os aparelhos privados de hegemonia são a vertebração da sociedade civil, e se constituem das instâncias associativas que, formalmente distintas da organização das empresas e das instituições estatais, apresentam-se como associatividade voluntária sob inúmeros formatos. Clubes, partidos, jornais, revistas, igrejas, entidades as mais diversas se implantam ou se reconfiguram a partir da própria complexificação da vida urbana capitalista e dos múltiplos sofrimentos, possibilidades e embates que dela derivam<sup>11</sup>.

É importante notar que esses aparelhos não necessariamente se apresentam como organizadores da vida econômica ou política da sociedade. Revistas ou jornais em geral apresentam-se como sendo apenas fontes de notícias, como difusores de informações “neutras”. Igrejas tendem a se apresentar como simples seguidoras de doutrinas metafísicas, sem relação com a realidade social. Isso não impede esses aparelhos de disseminarem as visões de mundo da classe ou fração de classe que representam, aliás, esta suposta neutralidade torna mais efetiva a interiorização e aceitação, por parte dos leitores ou fiéis, de uma visão de mundo que não é originalmente deles.

Partindo desse referencial teórico, buscaremos no primeiro capítulo, compreender como se organiza e como atua o Pastor Silas Malafaia através de seu ministério, denominação da qual fazem parte a Associação Vitoria em Cristo, entidade que tem por objetivo manter no ar o programa televisivo de mesmo nome apresentado pelo pastor através de doações de seus

---

<sup>10</sup> Ibidem. p. 342.

<sup>11</sup> FONTES, Virginia. Op. Cit. p. 133.

telespectadores, a Assembleia de Deus Vitória em Cristo (ADVEC), a Editora Central Gospel e a Gravadora Central Gospel Music. Pretendemos compreender a estrutura por trás do líder pentecostal, a forma de inserção no meio midiático, os meios de financiamento, a trajetória de Malafaia como pastor e líder de igreja e associação, sua inserção no meio pentecostal e na Assembleia de Deus. Para isso, analisaremos as informações presentes no próprio *site* da AVEC, em fontes jornalísticas e outras pesquisas realizadas sobre o tema. Além disso, faremos uma revisão bibliográfica sobre o pentecostalismo, sua criação, chegada e implementação no Brasil, e sobre a Assembleia de Deus, denominação da qual o pastor faz parte.

No segundo capítulo, o foco será a atuação do pastor Malafaia na oposição aos direitos de homossexuais: mais especificamente quanto ao projeto de lei “anti-homofobia”, ao qual Malafaia se opôs em sua totalidade por supostamente ferir o seu direito de criticar a “prática homossexual” e ao Projeto de Lei 674/07, conhecido como “Estatuto da Família” ao qual o pastor se opôs ao reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo, nesse sentido trabalharemos também com decisão do Supremo Tribunal Federal de maio de 2011 sobre o mesmo tema. Queremos trazer para a discussão como a invenção do papel dos homossexuais como “inimigos dos valores cristãos” ajudou na constituição de Malafaia enquanto liderança política.

Já no terceiro capítulo pretendemos compreender como a oposição a homossexualidade justificou a oposição a todo espectro da “esquerda” - abrangendo partidos, movimentos sociais e bandeira historicamente defendidas por ativistas de esquerda. Nesse processo, o Partido dos Trabalhadores ganhou atenção especial do pastor, principalmente durante a campanha eleitoral de 2010, quando Malafaia assumiu uma postura de oposição ao partido e a sua candidata à presidência, Dilma Rousseff, justificada, principalmente, pelo apoio de petistas ao PL 122/06, à descriminalização do aborto e à aprovação do III Plano Nacional de Direitos Humanos. Com a oposição ao PT, Malafaia passa a assumir um discurso contrário aos partidos e movimentos de esquerda em geral e passa a denunciar supostos planos comunistas que estariam sendo postos em prática no país. Além das causas que já mencionamos, vemos também oposição de Malafaia às tentativas de regulamentação da imprensa pelo Governo Federal. Essa questão interfere diretamente nos interesses do pastor e de outros televangelistas e é apresentada como tentativa de censura e outra forma de ação de

comunistas no país, conforme veremos. Ao final analisaremos a atuação do pastor na defesa da indicação do Deputado Marco Feliciano – também pastor e televangelista – à presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara de Deputados em 2013. Malafaia saiu em defesa de Feliciano, após esse ser alvo de manifestações contrárias à sua candidatura, por declarações racistas e homofóbicas do deputado. Esse momento é importante para a articulação de setores conservados e da direita religiosa.

## MINISTÉRIO SILAS MALAFAIA

*A religião tem realmente convencido pessoas de que existe um homem invisível que vive no céu que vigia tudo que você faz a cada minuto de cada dia. E o homem invisível tem uma lista especial de dez coisas que ele não quer que você faça. E se você fizer alguma destas dez coisas, ele tem um lugar especial, cheio de fogo, fumaça e chamas e tortura e angústia, onde ele vai te mandar, para viver e sofrer e queimar e sufocar e gritar e chorar eternamente até o fim dos tempos! Mas Ele te ama, Ele te ama e Ele precisa de dinheiro! Ele sempre precisa de dinheiro!*

*George Carlin*

O termo “ministério”<sup>12</sup> é utilizado entre os pentecostais com o sentido de um serviço prestado para Deus, principalmente no que se refere à evangelização, ou seja, à pregação do evangelho para conversão de mais pessoas ao cristianismo, cumprindo o “Ide de Jesus”: “E disse-lhes: Ide por todo o mundo, pregai o evangelho a toda criatura”<sup>13</sup>. Neste mesmo sentido, o Ministério Silas Malafaia é o nome utilizado pelo pastor, conferencista e televangelista Silas Malafaia, para se referir a todas suas ações e empreendimentos religiosos. Entre tais empreendimentos temos a Associação Vitória em Cristo (AVEC), a Assembleia de Deus Vitória em Cristo (ADVEC), a Editora Central Gospel e a Gravadora Central Gospel Music. O marco escolhido pelo pastor como início de seu ministério é 1982, ano em que estreia seu programa de televisão e se torna pastor auxiliar na Assembleia de Deus da Penha, denominação liderada por seu sogro<sup>14</sup>.

Silas Lima Malafaia nasceu no Rio de Janeiro em 20 de agosto de 1958<sup>15</sup>, filho de

---

<sup>12</sup> Na Bíblia cristã o termo se refere a palavra grega Diákonos, utilizada largamente no novo testamento para designar serviço ou a ideia de servir em verbos da mesma raiz. A palavra é empregada por Jesus e principalmente pelo apóstolo Paulo e é traduzida para o português como ministério. Em alguns momentos o termo grego huperetes (“aquele que rema”, também utilizada para outros tipos de serviços), também é traduzido para o português como ministério pastoral. PAES, Rubens. O significado de ministério no novo testamento. Igreja Presbiteriana Renovada do Brasil. Disponível em: [http://www.iprb.org.br/artigos/textos/art151\\_199/art155.htm](http://www.iprb.org.br/artigos/textos/art151_199/art155.htm). Acessado em: 22/11/2015.

<sup>13</sup> Bíblia. *Marcos 16.15*. Almeida corrigida e revisada – Fiel PT. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/mc/16>. Acessado em: 22/11/2015.

<sup>14</sup> AVEC. AVEC 30 anos. Associação Vitória em Cristo. Disponível em: [http://www.vitoriaemcristo.org/\\_gutenweb/\\_site/hotsite/avec-30anos/historia.cfm](http://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/hotsite/avec-30anos/historia.cfm). Acessado em: 17/01/2015.

<sup>15</sup> Idem.

Gilberto Malafaia, um militar da aeronáutica, que após a aposentadoria tornou-se pastor da Assembleia de Deus, e de Albertina Malafaia. É casado, desde 1980, com Elizete Santos Malafaia com quem tem três filhos. É formado em teologia e psicologia. Conforme consta no site da AVEC, desde sua adolescência Malafaia foi muito ativo na igreja e sonhava com o seu futuro ministério, acreditando em seu “chamado como anunciador das boas novas de salvação” e afirmando que “já vislumbrava o poder dos veículos de comunicação como facilitador na propagação do evangelho”. Na época, o futuro pastor era líder da juventude da igreja, promovia evangelismo de rua sobre carrocerias de caminhões e palcos improvisados e já demonstrava seu “diferencial no modo ousado e franco de ministrar as mensagens e na capacidade de ter ideias inovadoras”<sup>16</sup>. Uma delas foi um programa de rádio para promover o coral de jovens Renascer, do qual era baterista, e divulgar os LPs por eles gravados. Essa experiência no rádio serviu para ele “se preparar para um desafio que marcaria o início de uma história frutífera: criar um programa de televisão”<sup>17</sup>. No histórico presente no site da AVEC, esse início da carreira de pregador é descrito de forma romantizada, mostrando Malafaia como um visionário que recebeu muito cedo o chamado e a vocação para seguir na carreira de pregador. Uma história escrita *a posteriori*, que visa demonstrar que o pastor fora predestinado a chegar onde chegou:

Desde a sua adolescência, Silas Malafaia sempre foi muito ativo na igreja, mas desejava contribuir mais para o Reino de Deus. O amor pela obra do Senhor o impulsionava a sonhar alto, além das quatro paredes do templo, e o motivava a buscar um diferencial em seu ministério. Certa vez, chegou a compartilhar com um amigo de infância: “Se um dia Deus me chamar para a Sua obra, não quero me tornar um pregador a mais, pois já existem muitos. Quero fazer algo especial para Ele”. Aquele jovem sonhador era um homem de visão. Aos 16 anos de idade, já acreditava em seu chamado como anunciador das boas novas de salvação, missão confirmada profeticamente três anos depois, durante uma cruzada no Maracanãzinho. “No meio da mensagem, o preletor fez uma pausa, virou-se para mim e disse: ‘Silas, prepare-se, que Deus irá usá-lo para pregar em toda esta nação’”, relatou o futuro pregador, que antes mesmo de ser consagrado a pastor já vislumbrava o poder dos veículos de comunicação como facilitador na propagação do evangelho<sup>18</sup>.

No início dos anos 1980, influenciado pelos programas de televangelistas

---

<sup>16</sup> Ibidem.

<sup>17</sup> Ibidem.

<sup>18</sup> Ibidem.

estadunidenses que eram retransmitidos no Brasil, o pastor tentou arrecadar verbas para comprar um horário televisivo para si. Para isso, ainda segundo o histórico publicado no site da associação, vendeu seu carro, emprestou dinheiro de um amigo da igreja e conseguiu patrocínio de uma empresa de turismo<sup>19</sup>. Segundo matéria publicada na Revista Piauí, nesse período o programa de Malafaia teve como patrocinador o empresário evangélico, e mais tarde Deputado Federal, Sotero Cunha<sup>20</sup>. Se a informação for verídica, é notável o fato de que o nome do primeiro patrocinador não é citado no histórico oficial presente no site da AVEC.

Esse conjunto de atitudes lhe garantiu, em 1982, um horário de 15 minutos na emissora CNT (Central Nacional de Televisão). O Programa estreou em 1º de maio de 1982, inicialmente com o nome “Renascer”, posteriormente “Impacto”. Exibido primeiramente somente no Rio de Janeiro, o programa se resumia ao pastor discorrendo sobre assuntos religiosos e cotidianos, sendo sua imagem capturada por duas câmeras paradas. Alguns programas também contavam com a presença de cantores evangélicos. Sobre os primeiros anos do programa, Paul Freston escreve:

Malafaia destoa do pastor assembleiano típico. Em estilo contundente e linguagem coloquial, critica o próprio meio evangélico, especialmente seus exploradores. Tem respaldo para isso: é filho de pastor eminente, fez o caminho alternativo para o pastorado na AS (seminário) e não depende financeiramente da igreja, sendo dono de agência de publicidade evangélica<sup>22</sup>.

Desde o início Malafaia demonstrava um estilo que o diferenciava de outros apresentadores e lideranças evangélicas. Conforme o relato do Pastor Silmar Coelho, Malafaia “não poupava ninguém. Falava de pastor safado, de evangélico falso, de político corrupto. As pessoas sentiam que ele estava verbalizando o que cada um carregava dentro de si (sic)”<sup>23</sup>. É inegável a sua capacidade retórica e carisma, que aliados ao “estilo contundente e a linguagem coloquial” foram, em parte, responsáveis pelo seu sucesso na mídia evangélica. Ao final dos anos 1980, Malafaia já era campeão de audiência da Rede CNT<sup>24</sup> e de toda a televisão

---

<sup>19</sup> ASSOCIAÇÃO VITÓRIA EM CRISTO. *AVEC 30 anos*. Associação Vitória em Cristo. Disponível em: [http://www.vitoriaemcristo.org/\\_gutenweb/\\_site/hotsite/avec-30anos/historia.cfm](http://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/hotsite/avec-30anos/historia.cfm). Acessado em: 17/01/2015.

<sup>20</sup> Idem.

<sup>21</sup> MALAFAIA, Op. Cit.

<sup>22</sup> FRESTON, Paul. Op. Cit. p. 142.

<sup>23</sup> PINHEIRO, Daniela. Op. Cit.

<sup>24</sup> Idem.

evangélica<sup>25</sup>.

O programa atualmente é denominado Vitória em Cristo e, conforme a descrição do site, “tem a missão de propagar a mensagem do evangelho e de defender a fé cristã e os valores éticos, morais e espirituais da Igreja de Cristo” e é apresentado pelo pastor Silas Malafaia, “um incansável pregador da Palavra de Deus que circula livremente pelas diversas denominações existentes no Brasil e no exterior”<sup>26</sup>. O programa está no ar ininterruptamente desde o ano de 1982, mudando de emissora e de horário algumas vezes. No ano de fundação da AVEC o programa, com meia hora de duração, era transmitido via satélite (portanto, com o sinal apenas recebido por telespectadores com acesso a antenas parabólicas) pela Rede TV e pelas repetidoras regionais: TV Bandeirantes Brasília, TV Capixaba, TV Goiânia, RBN Manaus, RBN Belém, RBN Rio de Janeiro. A partir de 2004 o programa passou a ser transmitido, agora com uma hora de duração, em rede nacional pela Rede TV, mantendo a sua veiculação nas retransmissoras regionais. No mesmo ano passou a ser transmitido com legendas em inglês nos Estados Unidos, parte da Europa e Ásia pela *Daystar* e pela *Christian Television Network*. Em 2005 o programa passou a ser exibido via satélite para Europa e países africanos de língua portuguesa pela *Inspiration Network* e pela WhT TV (*World Harvest Television*)<sup>27</sup>. Em 2006 o programa voltou a ser exibido na CNT, agora em rede nacional e no ano seguinte foi assinado contrato com a Rede Bandeirantes de Televisão para exibição do Vitória em Cristo em todo território nacional.

Atualmente (2016), o programa não é mais transmitido pela CNT e vai ao ar em cadeia nacional aos sábados na Rede Brasil, das 08h às 09h, na Rede TV das 09h às 10h e na Bandeirantes das 12h às 13h. E também nas várias emissoras afiliadas regionais nos estados de Santa Catarina, Bahia, Maranhão, Rio Grande do Sul, Goiás, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, São Paulo, Tocantins, Paraíba, Acre, Piauí, Pernambuco, Ceará e Distrito Federal<sup>28</sup>. Segundo o site da AVEC, a partir de 2011, o programa, somada aqui a audiência de sua versão dublada em língua inglesa “já alcança mais de 200 países e cerca de 670 milhões

---

<sup>25</sup> FRESTON, Paul. Op. Cit. p. 142.

<sup>26</sup> AVEC. Sobre o Programa. Associação Vitória em Cristo. Disponível em: [http://www.vitoriaemcristo.org/\\_gutenweb/\\_site/gw-programa-de-tv/](http://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/gw-programa-de-tv/). Acessado em: dezembro de 2013.

<sup>27</sup> AVEC. *Linha do Tempo*. Associação Vitória em Cristo. [http://www.vitoriaemcristo.org/\\_gutenweb/\\_site/hotsite/avec-30anos/linha.cfm](http://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/hotsite/avec-30anos/linha.cfm)

<sup>28</sup> AVEC. *Sobre o Programa*. Associação Vitória em Cristo. Disponível em: [http://www.vitoriaemcristo.org/\\_gutenweb/\\_site/gw-programa-de-tv/](http://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/gw-programa-de-tv/). Acessado em: dezembro de 2013.

de residências”, o que representava “mais de um bilhão de pessoas sendo impactadas pela Palavra de Deus por meio do ministério do pastor Silas Malafaia”. Nota-se a intenção de ilustrar o sucesso do empreendimento e sua penetração junto à população mundial. Inclusive, foram contabilizados em sua audiência mais países dos que os reconhecidos pela ONU como Estados soberanos, excluídos os demais países da América Latina e Oceania, que não entraram na contagem<sup>29</sup>.

O programa geralmente começa com uma pequena apresentação feita pelo pastor Silas Malafaia Filho e em seguida são exibidos comerciais – geralmente de produtos vendidos na Editora Central Gospel – e videoclipes – de músicos presentes no catálogo da Gravadora Central Gospel *Music* – que juntos ocupam em média trinta minutos do programa. Em seguida começam as mensagens de Malafaia, gravadas no estúdio do programa, na igreja sede da ADVEC ou em eventos promovidos pela associação. As mensagens geralmente trazem temas voltados para o “bem-estar emocional”<sup>30</sup> ou a resolução de problemas pessoais ou familiares dos telespectadores em uma espécie de “autoajuda religiosa”. Como por exemplo: “Enfrentando problemas e seguindo em frente”, “Vivendo triunfantemente”, “Ensinarmento que vai transformar sua vida”, entre outros. Karina Kosicki Bellott, ao analisar as mensagens de Malafaia concluiu:

Nesta concepção de bem-estar emocional, qualquer pessoa poderá adaptar suas aflições aos problemas mais amplos detectados, buscando soluções individualizadas, com o auxílio de Deus. Um cuidado de si que aparta o sujeito de suas relações mais imediatas e de uma compreensão ampla do contexto social em que se insere. Pelo prisma da concepção do plano de Deus para alcançar a vitória, garante-se algo que muitos não conseguem acertar em suas vidas – um rumo definido –, por meio de um triunfo sobre o que afligir o fiel<sup>31</sup>.

Mensagens desse gênero são a maior parte da produção do pastor, tanto no programa de televisão quanto nos seus livros e palestras que ministra. Apesar desse tipo de mensagem também ter o poder de conformar visões de mundo entre os telespectadores, essas não serão o foco principal de nossa análise nos próximos capítulos. Nos preocuparemos mais com os

---

<sup>29</sup> UNIC. *Os Países-Membros da UNO*. Disponível em: <http://unicrio.org.br/conheca-a-onu/paises-membros/>. Acessado em: 05/01/2016.

<sup>30</sup> Karina Kosicki Bellotti. *Aliviando a bagagem: consumo e bem-estar na cultura evangélica no Brasil (1980-2000)*. Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR) v. III, n.9, jan/2011. p. 135.

<sup>31</sup> Idem.

programas utilizados pelo pastor para expressar nitidamente suas opiniões sobre pautas políticas, o que ocorre principalmente em épocas específicas de votações de leis e projetos no legislativo e momentos de eleições.

Voltando ao histórico presente no site da associação, o patrocínio recebido no início era suficiente para manter o programa no ar e já nos primeiros anos o pastor começou a pedir ofertas aos telespectadores, conforme relatado, “uma nova estratégia precisava ser implementada”, assim, “após muita oração”, o pastor resolveu compartilhar o problema com os telespectadores e informou, no ar, que o programa acabaria caso as pessoas não contribuíssem. A resposta foi imediata e “muitos, inclusive não evangélicos, sensibilizaram-se e começaram a ofertar”<sup>32</sup>. Não faremos pouco-caso da inspiração divina que trouxe a ideia de pedir donativos, porém a estratégia certamente foi implementada por influência dos televangelistas estadunidenses que já se utilizavam largamente dessa prática. As contribuições são até hoje a principal forma de manutenção do programa e o motivo principal da existência da Associação Vitória em Cristo e, por sua importância, trataremos esse assunto em subcapítulo separado.

Em 1993 foi criada a Associação Beneficente Renascer com os objetivos de manter o programa de televisão e promover eventos evangélicos, entidade precursora da AVEC. Em 1999 foi fundada a Editora Central Gospel<sup>33</sup>, com o objetivo levantar recursos que ajudariam a pagar os gastos do programa<sup>34</sup> com a venda de livros, CDs e VHSs com mensagens de Malafaia. Atualmente, a editora com sede em Taquara, Rio de Janeiro (RJ), vende também obras de outros autores apresentando em seu catálogo um total de 650 títulos entre “livros, Bíblias, obras especiais, revistas de Escola Dominical e DVDs de mensagens”. Seus produtos podem ser adquiridos no site da editora, nas cinco lojas físicas – uma em São Paulo e quatro no Rio de Janeiro – ou em lojas das redes Lojas Americanas, Prezunic, Saraiva, Superpedido, Seleções e Casa & Vídeo. A Central Gospel também investe na área educacional cristã, produzindo revistas e materiais didáticos para escolas dominicais e promovendo cursos para líderes de dessas, como o Portal do Educador Cristão, o Curso de Preparação do Educador

---

<sup>32</sup> ASSOCIAÇÃO VITÓRIA EM CRISTO. *AVEC 30 anos*. Associação Vitória em Cristo. Disponível em: [http://www.vitoriaemcristo.org/\\_gutenweb/\\_site/hotsite/avec-30anos/historia.cfm](http://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/hotsite/avec-30anos/historia.cfm). Acessado em: 17/01/2015.

<sup>33</sup> Idem.

<sup>34</sup> AVEC. *AVEC 30 anos*. Associação Vitória em Cristo. Disponível em: [http://www.vitoriaemcristo.org/\\_gutenweb/\\_site/hotsite/avec-30anos/historia.cfm](http://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/hotsite/avec-30anos/historia.cfm). Acessado em: 17/01/2015.

Cristão (CPEC) da revista Educação Cristã Hoje, e a gravação de vídeo-aulas. Segundo o site da editora, essa tem como visão “tornar-se a maior editora do segmento evangélico do Brasil até 2020”<sup>35</sup>.

No ano de 2000 foi fundada a Associação Vitória em Cristo e o programa televisivo Impacto foi rebatizado com o mesmo nome da associação. Além de arrecadar doações para a manutenção do programa de televisão, a associação promove eventos religiosos e projetos em causas sociais, em casas de recuperação, penitenciárias, hospitais e comunidades<sup>36</sup>. De acordo com a página institucional presente no site da associação, a AVEC tem por missão “divulgar as verdades das Sagradas Escrituras, através do programa televisivo Vitória em Cristo, cruzadas e congressos, enfatizando que o homem só encontra salvação em Cristo Jesus”. Além disso, se propõe a “levar a Palavra de Deus para o maior número de pessoas, no Brasil e no exterior, cooperando com a Igreja a fim de cumprir o Ide de Jesus (Marcos 16.15), para que seja possível formar uma sociedade mais harmônica a partir dos ensinamentos de Cristo”. O uso de jargões como “missão” e “visão” torna aparente o uso do linguajar mercadológico decorrente da organização empresarial comum aos neopentecostais<sup>37</sup>, como veremos a seguir.

Quanto aos eventos organizados pela associação, temos o Congresso Pentecostal Fogo para o Brasil, o Congresso de Avivamento Despertaí, a Escola de Líderes da Associação Vitória em Cristo (ESLAVEC), e a Cruzada Evangelística Vida Vitoriosa para Você. O Congresso Pentecostal Fogo para o Brasil é realizado anualmente desde 1997, conta com palestras de líderes de denominações brasileiras e internacionais e tem como objetivo “motivar os participantes a aplicarem os ensinamentos ministrados durante o evento em sua vida diária”. Como explicou Malafaia, o “objetivo das palestras não é incentivar a religiosidade, mas a aplicação prática em nosso dia a dia”. O evento já foi realizado em Foz do Iguaçu (PR), Águas de Lindóia (SP), Balneário Camboriú (SC), Brasília (DF), Serra Negra (SP) e Recife (PE). Malafaia criou o evento inspirado no Congresso Pentecostal *Catching Fire*, realizado em Toronto, Canadá<sup>38</sup>. O Congresso de Avivamento Despertaí, segue os mesmos moldes do

---

<sup>35</sup> EDITORA CENTRAL GOSPEL. *Quem somos*. Editora Central Gospel. Disponível em: [http://www.editoracentralgospel.com/\\_gutenweb/\\_loja/pg\\_quem\\_somos.cfm](http://www.editoracentralgospel.com/_gutenweb/_loja/pg_quem_somos.cfm). Acessado em: 17/01/2015.

<sup>36</sup> AVEC. Institucional. Associação Vitória em Cristo. Disponível em: [http://www.vitoriaemcristo.org/\\_gutenweb/\\_site/gw-institucional/](http://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/gw-institucional/). Acessado em: 03/09/2014.

<sup>37</sup> CUNHA, Op. Cit. p. 92.

<sup>38</sup> AVEC. *Eventos*. Associação Vitória em Cristo. Disponível em: [http://www.vitoriaemcristo.org/\\_gutenweb/\\_site/gw-eventos-detalle/?cod=46](http://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/gw-eventos-detalle/?cod=46). Acessado em 12/11/2015.

congresso já descrito e consiste em palestras e pregações religiosas voltados para evangélicos de diferentes denominações<sup>39</sup>. A Escola de Líderes da Associação Vitória em Cristo (ESLAVEC) é um evento voltado para a capacitação de líderes promovido anualmente desde 2009 que conta com cinco dias de “ensinamentos, aconselhamento, troca de experiências e motivação”. Esse é o único evento no qual os participantes têm os custos cobertos pela associação, para isso esses passam por uma seleção, no qual podem se inscrever os ministros, seus cônjuges e dependentes. O Curso de Preparação para Educadores Cristãos teve início em 2012 e acontece anualmente trazendo palestras sobre didática, educação cristã, aconselhamento cristão, teologia sistemática e escola dominical<sup>40</sup>. A Cruzada Evangelística Vida Vitoriosa para Você tem o claro objetivo da evangelização. Conforme a descrição do site, é um dos maiores eventos evangélicos do país e desde a sua criação em, 2007, até 2012 já havia “impactando a vida de mais de dois milhões de pessoas” e o “resultado de tamanho investimento foi mais de 50 mil convertidos”<sup>41</sup>.

Já os projetos sociais promovidos e patrocinados pela associação, segundo o site da AVEC, consistem em ações socioeducativas, reforço escolar, inclusão social, assistência em penitenciárias, recuperação de dependentes químicos e de moradores de rua, entre outros, que assistem três mil pessoas diariamente<sup>42</sup>. O patrocínio a casamentos coletivos em presídios é listado como um dos trabalhos mais importantes, cobrindo as despesas com as cerimônias civis e religiosas, roupas dos noivos, alianças de ouro e outros gastos da cerimônia e festa, além disso também são doadas bíblias de estudo fornecidas pela Editora Central Gospel. A associação também patrocina o trabalho da advogada Ana Cristina Quito que, desde 2010, presta suporte jurídico para detentos das penitenciárias Esmeraldino Bandeira, Vicente Piragibe e Nelson Hungria, integrantes do Complexo Penitenciário de Gericinó (Bangu – RJ). Segundo consta no site, ao todo, noventa pessoas já tiveram seus casos resolvidos e outras duzentas e sete recebem assistência jurídica. O projeto é voltado para detentos que não têm como “pagar um advogado e participam da Escola Bíblica Dominical realizada pela

---

<sup>39</sup> Idem.

<sup>40</sup> AVEC. *Eventos*. Associação Vitória em Cristo. Disponível em: [http://www.vitoriaemcristo.org/\\_gutenweb/\\_site/gw-eventos-detalle/?cod=46](http://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/gw-eventos-detalle/?cod=46). Acessado em 12/11/2015.

<sup>41</sup> AVEC. *Eventos de uma vida vitoriosa*. Associação Vitória em Cristo. Disponível em: [http://www.vitoriaemcristo.org/\\_gutenweb/\\_site/hotsite/avec-30anos/eventos\\_vida\\_vitoriosa.cfm](http://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/hotsite/avec-30anos/eventos_vida_vitoriosa.cfm). Acessado em: 12/11/2015.

<sup>42</sup> AVEC. *Responsabilidade social*. Associação Vitória em Cristo. Disponível em: [http://www.vitoriaemcristo.org/\\_gutenweb/\\_site/gw-responsabilidade-social/](http://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/gw-responsabilidade-social/). Acessado em: 23/12/2015.

Assembleia de Deus Vitória em Cristo”. O material da escola dominical também é fornecido pela AVEC, em parceria com a Editora Central Gospel. Segundo o site da associação: “um investimento que resulta em uma lição de liberdade que não se restringe à penitenciária, mas acompanha os assistidos pelo resto da vida”<sup>43</sup>.

Outros projetos listados no site são: Doação de livros para instituições penitenciárias do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Distrito Federal, igrejas da Assembleia de Deus e outras denominações, Comunidade do Morro do Alemão no Rio de Janeiro, Capelania do Hospital do Pam, Batalhão Especial de Polícia (BEP) - Rio de Janeiro, Pindaré Mirim, Prefeitura da Cidade do Hortolândia – SP e Secretaria de Educação do Rio de Janeiro; Ampliação de prédio para recuperação de dependentes químicos do Projeto Semeador no Rio de Janeiro; Doações mensais à ONG de Apoio a Mulheres com Gravidez Indesejada (AMGI); Criação e manutenção do projeto Bom Viver que atende mulheres com gravidez inesperada, orientando e influenciando na gestação do bebê, “evitando o risco do aborto”; Patrocínio de curso de informática para detentos da Penitenciária Joaquim Ferreira Souza no Rio de Janeiro; Patrocínio à ONG Comunidade S8 que atende os filhos de dependentes químicos internados na Clínica Popular de Tratamento visando a educação preventiva; Patrocínio à instituição social Casa de Maria e Marta, que promove reforço escolar para crianças na comunidade Dona Marta, em Botafogo – RJ; Investimento no trabalho da Associação Missão Restaurando Vidas que presta apoio nas “áreas social, educacional, cultural e espiritual, para crianças e adolescentes na Paraíba”; Parceria no Lar Amor Maior, instituição localizada em Duque de Caxias (RJ) “que abriga moradores de rua e os reintegra à sociedade”; Parceria com o Centro de Otimização para a Reabilitação do Autista (CORA); Apoio ao projeto “Lutando Pela Vida”, que ensina boxe para crianças e adultos na Vila Kennedy, em Bangu; Doações para desabrigados da Região Serrana do Rio de Janeiro após as enchentes e deslizamentos ocorridos em janeiro de 2011; Doação de uma máquina de escrever em braile para adolescente com deficiência visual; Doação de uma cadeira de rodas motorizada para homem tetraplégico<sup>44</sup>.

O apoio a iniciativas missionárias também é elencado como ação de responsabilidade social, como: o apoio financeiro e a doação de livros e Bíblias feitas pela associação ao pastor

---

<sup>43</sup> Idem.

<sup>44</sup> Ibidem.

brasileiro Oseas Silva, missionário a trabalho na aldeia africana de Mukatine, localizada a 40 quilômetros de Maputo, capital de Moçambique, onde atende duas escolas primárias distribuindo materiais escolares, roupas e merenda, que compram com as ofertas que recebem. Segundo a página da associação, os livros e Bíblias doados são usados para “disciplinar (sic) os professores das escolas onde o pastor Oseas trabalha”, fazendo com que o corpo docente possa “ensinar o evangelho aos alunos, que costumam receber forte influência da religião islâmica”<sup>45</sup>. Também são feitas doações de materiais evangelísticos e bíblias para a Aldeia Pefini de Areia, vilarejo situado quinze quilômetros de Bissau, capital de Guiné-Bissau no continente africano.

Magali Nascimento Cunha vê o investimento em atividades sociais como “um movimento próprio das políticas neoliberais que preveem a ação dos governos e empresas por meio de programas sociais que amenizem os efeitos da exclusão social”, porém, “sem discutir ou interferir nas causas estruturais ou políticas que geram a necessidade dessas intervenções”<sup>46</sup>. Essas ações são utilizadas como uma forma de propaganda ou no caso religioso proselitismo. Ou seja, para além da caridade ou filantropia religiosa, a “responsabilidade social” também é pensada pela autora como uma das alterações no modo de ser das igrejas evangélicas, após o neopentecostalismo, que passam a ser estruturadas como empresas:

As intervenções estão sob o rótulo “Responsabilidade Social”, cujo propósito primeiro é o chamado “marketing social”, ou a conquista de um maior número de consumidores por meio de “boas ações”, sem discutir ou interferir nas causas estruturais ou políticas que geram a necessidade dessas intervenções. Da mesma forma as igrejas investem em trabalhos sociais desprovidos de análise crítica em relação ao funcionamento da sociedade e de atuação perante as causas dos efeitos que eles visam a atingir. Além disso, na mesma linha das empresas, as igrejas utilizam-se da ação social como proselitismo, para conquistar maior número de consumidores/adeptos, ou como marketing institucional – para construir imagem positiva com o grande público<sup>47</sup>.

A estruturação empresarial é aparente na adoção de uma linguagem mercadológica

---

<sup>45</sup> AVEC. *Responsabilidade Social*. Associação Vitória em Cristo. Disponível em: [http://www.vitoriaemcristo.org/\\_gutenweb/\\_site/hotsite/avec-30anos/responsabilidade2.cfm?pg=2](http://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/hotsite/avec-30anos/responsabilidade2.cfm?pg=2). Acessado em: 23/12/2015.

<sup>46</sup> CUNHA, Op. Cit. p. 90-91.

<sup>47</sup> Idem.

(“Responsabilidade Social” é o termo utilizado no site da associação). Também é clara a tentativa de propagandar mesmo as mais pequenas ações, sempre em conjunto com os pedidos de doações. Enfim, uma leitura e um uso altamente mercadológico do cristianismo, ocultado atrás de “boas ações”.

Em 2005 foi criada a Central Gospel *Music*, gravadora voltada para o mercado *gospel*, com a distribuição realizada pela editora. Com o crescimento do número de evangélicos no país, cresce também a demanda de produtos para esse segmento, o que é levado em conta na hora de investir nesse mercado, conforme descrito no site da gravadora:

Segundo dados da última Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE, o número de evangélicos no Brasil chega a 20,2 % da população, crescendo a cada ano. Fazendo parte desse crescimento, a Central Gospel Music evolui a cada dia caminhando para a vontade de Jesus de propagar o evangelho também através dos louvores. Com essa direção, o futuro nos reserva muitos projetos e iniciativas para o prosseguimento dessa caminhada<sup>48</sup>.

O termo “*gospel*” originalmente era usado para designar música religiosa moderna, ou seja, a combinação de formas musicais seculares (estilos não religiosos) com conteúdo religioso cristão, porém, atualmente, também é utilizado para designar todo o movimento e ramo de mercadorias evangélicas. Surgiu nos EUA e se popularizou no Brasil a partir dos anos 1980, principalmente através da propaganda realizada pela Igreja Renascer em Cristo, que inclusive tem o registro da marca “*gospel*” no país e o utiliza em diversos produtos geridos pela Igreja<sup>49</sup>. Segundo Cunha:

A cultura *gospel* se manifesta na valorização da diversidade de gêneros musicais e na relativização da tradição de santidade protestante puritana de recusa da sociedade e das manifestações culturais por meio da abertura para a expressão corporal. Entre os/as protestantes históricos a cultura *gospel* se revela estratégia de integração com as expressões hegemônicas de cultura, buscando-se preservar os traços que deram forma ao jeito de ser protestante em suas origens no Brasil. A cultura *gospel* parece sugerir apenas uma alteração de superfície pois, na internalidade, reforça aspectos básicos da configuração da cultura evangélica<sup>50</sup>.

No Brasil, o mercado voltado para o público evangélico já era forte no campo editorial

---

<sup>48</sup> CENTRAL GOSPEL MUSIC. Quem somos. Central Gospel Music. Disponível em: <http://novo.centralgospelmusic.com.br/site/quem-somos.cfm>. Acessado em: 12/10/2015.

<sup>49</sup> CUNHA, Op. Cit. p. 116.

<sup>50</sup> Idem.

e é impulsionado no ramo fonográfico a partir dos anos 1980 com as rádios evangélicas, principalmente as FMs com maior alcance nas áreas metropolitanas. Nesse período também ocorre o aumento de um número considerável de produtos comercializados para evangélicos: roupas, cosméticos, doces, “com marcas formadas por slogans de apelo religioso, versículos bíblicos ou, simplesmente, o nome de Jesus”<sup>51</sup>. As grandes redes também descobriram os consumidores evangélicos, não sendo necessário que esses dirijam-se à lojas ou livrarias especializadas no ramo para comprarem produtos evangélicos; esses são vendidos em qualquer grande magazine ou rede de supermercados. Em 2002, a revista *Veja* publicou reportagem afirmando que o mercado voltado para o público evangélico movimentava dois bilhões de reais por ano e gerava pelo menos dois milhões de empregos ilustrando bem o a importância do segmento. Para Cunha, os números retratam a visibilidade alcançada pelos evangélicos nas últimas décadas, ampliada pela maior presença dos evangélicos na mídia<sup>52</sup>.

A AVEC mantém, desde 2011, um portal de notícias na internet voltado para o público pentecostal, o *Verdade Gospel*<sup>53</sup>. Apesar da matéria sobre o lançamento do portal dizer que esse surgiu “da necessidade de um veículo evangélico de notícias com ética jornalística, credibilidade e compromisso em informar com decoro e responsabilidade, se pautando pela verdade”<sup>54</sup>, chama atenção o fato de que a maior parte das notícias são apenas reproduções de matérias veiculadas em outras empresas jornalísticas, referenciadas ao final das matérias. Assim, o site é mais uma espécie de agregador de notícias do que um veículo novo com tais qualidades jornalísticas. Entre as fontes mais utilizadas estão o portal G1 (959 vezes), a Revista *Veja* (898 vezes), *Jornal O Globo* (550), *Folha de São Paulo* (286 vezes), *Gospel Prime* (220 vezes), *Jornal O Dia* (152 vezes) e *Revista Época* (113 vezes). As raras matérias com conteúdo próprio não são assinadas e não consta no site nome de jornalista ou equipe responsável por essas. Também não sabemos os critérios utilizados para a seleção das notícias.

Algumas notícias contam com comentários de Malafaia, que dá a sua opinião sobre o assunto após o texto da matéria. As manchetes dessas aparecem conforme os exemplos a

---

<sup>51</sup> CUNHA, Op. Cit. p. 93.

<sup>52</sup> Idem.

<sup>53</sup> Disponível em: [www.verdadegospel.com](http://www.verdadegospel.com)

<sup>54</sup> VERDADE GOSPEL. *Lançamento do Verdade Gospel supera expectativa*. Verdade Gospel. Disponível em: <http://www.verdadegospel.com/verdade-gospel-esta-entre-os-mais-comentados-do-brasil/>. Acessado em: 12/11/2015.

seguir: “Maria do Rosário, ministra dos Direitos Humanos, é uma ‘piada’; Pr. Silas comenta”<sup>55</sup> ou “Lésbicas desrespeitam culto evangélico e acabam detidas; Pr. Silas comenta”<sup>56</sup>.

Para além das notícias, o portal também conta com três colunas semanais: “Pr. Silas responde” onde Malafaia responde perguntas enviadas por internautas, “Mulher Vitoriosa” de Elizete Malafaia, voltado para o público feminino e “Família” do Pastor Josué Gonçalves, voltado para questões conjugais e criação dos filhos.

Quanto a Assembleia de Deus Vitória em Cristo, Malafaia foi indicado em março de 2010 de forma unânime pelo ministério da Igreja Assembleia de Deus na Penha para assumir a liderança da denominação substituindo o seu sogro, o Pastor José Santos, após a morte desse. Malafaia mudou o nome da denominação para condizer com o nome de sua missão, a qual passou a se chamar Assembleia de Deus Vitória em Cristo e deu início a um “projeto de expansão” da Igreja. Quando assumiu, essa contava com cerca de 15 mil membros reunidos em 89 filiais distribuídas nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Pernambuco. Até o ano de 2013, a denominação contava com cento e vinte igrejas espalhados pelo Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Norte e segundo entrevista concedida pelo pastor no mesmo ano, o plano é chegar a cinco mil igrejas nos próximos dez anos<sup>57</sup>.

### **Pedidos de doação e a teologia da prosperidade**

No primeiro informativo da AVEC, lançado em 2003, essa era descrita como um “grupo de generosos associados que mantêm no ar por mais de 20 anos com as suas ofertas voluntárias o programa de televisão apresentado pelo Pastor Silas Malafaia, Vitória em Cristo”<sup>58</sup>, ou seja, a associação foi criada como forma de organizar as doações que já existiam

---

<sup>55</sup> VERDADE GOSPEL. Maria do Rosário, *Ministra dos Direitos Humanos, é uma ‘piada’; Pr. Silas comenta*. Verdade Gospel. 21/01/2014. Disponível em: <http://www.verdadegospel.com/maria-do-rosario-ministra-dos-direitos-humanos-e-uma-piada-pr-silas-comenta/>. Acessado em: 25/11/2014.

<sup>56</sup> VERDADE GOSPEL. *Lésbicas desrespeitam culto evangélico e acabam detidas; Pr. Silas comenta*. Verdade Gospel. 26/09/2013. Disponível em: <http://www.verdadegospel.com/lesbicas-desrespeitam-culto-evangelico-e-acabam-detidas/>. Acessado em: 25/11/2014.

<sup>57</sup> CUNHA, Op. Cit. p. 95.

<sup>58</sup> LUNA, Rosângela de. *Editorial*. INFORMATIVO AVEC – Nº 01. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20030908170700/http://www.prsilasmalafaia.com.br/colaboradorfiel02.htm>. Acessado em 01/12/2015.

desde os primeiros anos para viabilizar do programa de Malafaia, e também atingir um público maior de contribuintes, conforme o editorial:

Tenho certeza de que você é uma pessoa que tem uma grande visão espiritual, e se não fosse assim, não estaria colaborando com o nosso ministério. Neste ano estarei precisando de mais R 100.000,00(Cem Mil Reais) na arrecadação de ofertas: R 50.000,00(Cinquenta Mil Reais) para equilibrar as finanças atuais e mais R 50.000,00(Cinquenta Mil Reais) para entrarmos nos lugares que faltam; para isto, estou precisando que você conquiste pelo menos 1 colaborador fiel, igual a você. É importante nos informar os dados desse colaborador conquistado pelo telefone (21)2598-2018 ou pelo e-mail [vitoriaemcristo@br.inter.net](mailto:vitoriaemcristo@br.inter.net). Por cada colaborador conquistado, sendo fiel durante todo este ano, você receberá, em janeiro de 2004, uma mensagem em vídeo por cada conquista<sup>59</sup>.

Aqui são apresentados os valores que a associação precisava arrecadar no ano e pede-se que cada “colaborador fiel” consiga mais uma pessoa para entrar no clube de contribuintes. A todos os que contribuíssem durante o ano é prometido um brinde, no caso um vídeo de mensagens do pastor presente no catálogo da Editora Central Gospel. Ao final do ano de 2003 é lançado o “Projeto Colaborador Fiel 2004”, descrito no site como “[...] um programa de fidelidade destinado a arrecadar fundos para manter o programa Vitória em Cristo em exibição no maior número possível de cidades brasileiras e estrangeiras”<sup>60</sup>. Trata-se de um programa de ofertas mensais para a manutenção do programa. Sobre o destino das ofertas, segundo descrito no site, essas seriam encaminhadas para a “Associação Vitória em Cristo, que administra esses valores, quitando os altos custos que o programa do Pr. Silas Malafaia tem com as emissoras de TV pelas quais são veiculados os programas”. Nesse momento a manutenção do programa ainda é o único destino das ofertas, ao menos aqui ainda não são mencionados projetos sociais desenvolvidos pela associação. Mais adiante são descritas as vantagens oferecidas aos colaboradores fiéis:

Quais as vantagens de ser fiel? Além de você estar investindo no Reino espiritual de Jesus, que é de longe a maior vantagem, a AVEC ainda bonifica seus Colaboradores Fiéis com brindes! Cada vez que você enviar uma oferta mensal no valor mínimo de R 30,00 você recebe um LIVRO ou um CD alternadamente do Pr. Silas Malafaia. Você ganha também um Cartão de Sócio Especial, que lhe dá direito a um Desconto de 10% na compra de todo

---

<sup>59</sup> Idem.

<sup>60</sup> Ibidem.

material da Editora Central Gospel. E tem mais! Se você colaborar durante 1 ANO, receberá no final, mais 1 CD e 2 Livros de brinde pela sua fidelidade!<sup>61</sup>

O projeto é uma forma de fidelizar os contribuintes que agora, além de contribuírem com a manutenção do programa e conseqüentemente “investirem no Reino espiritual de Jesus”, também recebem brindes e um cartão de sócio que dá descontos na compra de produtos da Editora Central Gospel. O Projeto Colaborador Fiel é renovado nos anos de 2005 e 2006 seguindo os mesmos moldes. Aparentemente os projetos anuais foram bem-sucedidos, pois a partir de 2007 Colaborador Fiel passou a ser permanente. Os contribuintes também passaram a ser classificados em três níveis, conforme os valores de suas ofertas: “Parceiro Ministerial Gideão”, para quem contribuísse com mais de mil reais, “Parceiro Ministerial Fiel”, para contribuintes que ofertassem mais de trinta reais e “Parceiro Ministerial Especial” para quem fizesse contribuições de no mínimo quinze reais. Os três níveis de parceiros recebem brindes e valores de descontos diferentes e ao final da página do projeto é esclarecido que “todos os níveis de Parceiros Ministeriais são especiais para o nosso Ministério, porém, isto é apenas uma forma de classificação para fins cadastrais”<sup>62</sup>. O projeto segue os mesmos moldes e inclusive os mesmos valores são mantidos até os dias atuais. Além dos brindes e descontos, atualmente os contribuintes recebem mensalmente a “Revista Fiel”, periódico impresso que substituiu o informativo da AVEC.

Em 2005 foi lançada a campanha dos “300 Gideões”<sup>63</sup> com o objetivo de conseguir trezentos contribuintes fixos mensais. Sobre essa campanha não temos informações quanto aos valores, apenas é informado que esses “gideões” teriam um “atendimento privilegiado” caso ligassem para associação e se identificassem imediatamente dizendo “Eu sou um Gideão”<sup>64</sup>. Hugo Assmann já chamava a atenção para a estratégia de pedir donativos através de um “convite para entrar para o clube” de doadores fixos do programa, em seu livro escrito

<sup>61</sup> AVEC. *Parceiro Ministerial*. Associação Vitória em Cristo. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20031226010143/http://www.vitoriaemcristo.org/colaborador.asp>. Acessado em: 01/12/2015

<sup>62</sup> AVEC. *Projeto Parceiro Ministerial!* Associação Vitória em Cristo. Disponível em: [http://web.archive.org/web/20061022001055/http://www.vitoriaemcristo.org/colaborador\\_pt.asp](http://web.archive.org/web/20061022001055/http://www.vitoriaemcristo.org/colaborador_pt.asp). Acessado em: 02/12/2015.

<sup>63</sup> Referência ao texto bíblico, do livro de Juízes, no qual um exército de trezentos homens liderados por Gideão luta contra os Midianitas pela retomada de Israel

<sup>64</sup> AVEC. *300 Gideões – Colaborador Fiel Vip*. Associação Vitória em Cristo. Disponível em: [http://web.archive.org/web/20061024061732/http://www.vitoriaemcristo.org/300Gideoes/300\\_pt.asp](http://web.archive.org/web/20061024061732/http://www.vitoriaemcristo.org/300Gideoes/300_pt.asp). Acessado em: 02/12/2015.

em 1986, conforme o autor:

O convite para entrar no “Clube”: isto é, a criação de uma associação de contribuintes regulares. Isso é, possivelmente, uma característica bastante peculiar dos EUA, não tão facilmente repetível na América Latina, embora já existam casos comprovados de que este esquema, quando aplicado a contribuintes, sobretudo da classe média, pode perfeitamente funcionar<sup>65</sup>.

Na época, a estratégia ainda não era muito difundida na América Latina, apesar de o autor citar o exemplo brasileiro da Associação do Senhor Jesus, dos Carismáticos Católicos, com sede em Campinas. Já nos EUA a estratégia era comum entre os televangelistas, como no caso de Pat Roberson que em 1963, em seu programa “700 Club”, pedia para que 700 telespectadores contribuíssem com dez dólares mensais para a manutenção de seu “sacerdócio televisivo”. O programa foi um sucesso e em 1985 a renda anual de Roberson era de 230 milhões de dólares. No caso estadunidense, o autor cita ainda a “Família-Chave de Oração” de Rex Humbard, os “Faith Partners” de Oral Roberts e o “Clube PTL” de Jim Bakker. A já citada influência dos televangelistas estadunidenses sobre Malafaia explica, em parte, a introdução da estratégia aqui no Brasil. Além disso, segundo a análise de Assman, a estratégia de criar um “clube” de contribuintes é mais adequada quando aplicada a telespectadores de classe média, coincidentemente ou não, o ano de 2004, início dos projetos desta natureza da AVEC, marca o momento em que a população brasileira com renda mais baixa apresenta uma melhora em suas condições de vida, tanto pelo aumento do salário-mínimo e da oferta de crédito, quanto pelos programas de transferência direta de renda, como veremos no terceiro capítulo.

Outra campanha de incentivo às contribuições foi o “Clube de 1 Milhão de Almas”, realizada no ano de 2010 em parceria com o televangelista estadunidense Mike Murdock, com o objetivo declarado de “conquistar vidas para o Reino de Deus”<sup>66</sup>. Para entrar para o clube era necessário fazer uma oferta única no valor de mil reais. No cabeçalho do site da associação há um contador que contabiliza as doações e as “converte” em almas, convenientemente chamado de “Contador de Almas”, que reflete o progresso da campanha rumo ao objetivo de um milhão<sup>67</sup>. Até o momento da pesquisa, o contador apresentava um total de 67.360 doações, o que está longe do objetivo proposto, porém, visto os valores

---

<sup>65</sup> ASSMANN, Hugo. A igreja eletrônica e seu impacto na América Latina. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 65.

recolhidos, não podemos dizer que a campanha tenha sido um fracasso.

### IMAGEM 1: CONTADOR DE ALMAS



“Contador de Almas” posicionado no centro do cabeçalho do site da associação. **Fonte:** [http://www.vitoriaemcristo.org/\\_gutenweb/\\_site/gw-inicial/](http://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/gw-inicial/). Acessado em: 03/12/2015.

Nessa campanha temos um elemento novo em relação às anteriores: a Teologia da Prosperidade, que passa a ser pregada pelo pastor a partir do ano de 2007 e tem lugar nessa campanha quando o texto chama as contribuições de “sementes”<sup>68</sup>, em referência à “lei da semeadura” pregada por Murdock e Malafaia. A tal lei é, de forma geral, a ideia principal da Teologia da Prosperidade: as contribuições são sementes plantadas e os frutos serão as recompensas que o próprio Deus dará aos contribuintes aqui na terra, e não em outro mundo. Nos deteremos um pouco mais, a partir de agora, nos aspectos que dizem respeito a Teologia da Prosperidade, suas origens estadunidenses, a chegada ao Brasil e a adesão de Malafaia.

A seguinte fala de Malafaia explica sua interpretação sobre a Teologia da Prosperidade (TP): “antes era: céu, céu, lindo céu, quando eu morrer eu vou ter tudo, mas enquanto isso, aqui na Terra, eu serei um lascado, todo ferrado. Mas a Bíblia fala da vida abundante, de a pessoa conquistar e ser feliz aqui e agora”<sup>69</sup>. Quando o pastor fala em “antes” está se referindo às doutrinas pregadas nas igrejas pentecostais clássicas que, mesmo quando não viam a pobreza como uma virtude cristã, buscavam superá-la no paraíso, já que o mundo terreno seria um vale de tormentos e sofrimentos e a vida levada aqui seria compensada com o paraíso, assim, levavam uma vida ascética, desvalorizando as riquezas terrenas. A Teologia da Prosperidade subverte este pensamento, prometendo a superação da pobreza ainda “nessa vida”. Prega que os cristãos estão destinados a serem prósperos materialmente, felizes,

<sup>66</sup> AVEC. *Clube de 1 Milhão de Almas*. Associação Vitória em Cristo. Disponível em: [http://web.archive.org/web/20100406033259/http://www.vitoriaemcristo.org/\\_gutenweb/\\_site/hotsite/clube1M/home.cfm](http://web.archive.org/web/20100406033259/http://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/hotsite/clube1M/home.cfm) Acessado em: 03/12/2015

<sup>67</sup> Idem.

<sup>68</sup> Ibidem.

<sup>69</sup> PINHEIRO, Daniela. *Vitória em Cristo*. Revista Piauí online. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-60/anais-da-religiao/vitoria-em-cristo>. Acessado em: janeiro de 2014.

saudáveis e vitoriosos em todos os seus empreendimentos mundanos. Os fiéis devem buscar as bem-aventuranças, outrora prometidas para o paraíso, na terra, principalmente através do crescimento financeiro e do consumo. Como escreve Roberto Torres:

As recompensas projetadas no “mais além”, no paraíso post-mortem, raramente são lembradas na liturgia neopentecostal: a teologia da prosperidade resulta numa “teologia prática” que projeta as metas para “este mundo”. A prosperidade material e, por conseguinte, o acesso ao consumo das “maravilhas” do mundo moderno, permitindo um gozo “aqui e agora”, são perseguidos como uma recompensa por aqueles que servem e financiam a obra do “Senhor”. Os fiéis não devem mais aceitar viver como párias virtuosos, completamente excluídos dos prazeres mundanos, nem rejeitar, de forma ressentida, o comportamento das classes dominantes<sup>70</sup>.

A Teologia da Prosperidade é uma doutrina religiosa surgida nos Estados Unidos nos anos 1940 que reúne “crenças sobre cura, prosperidade e poder da fé”. Em seu país de origem, além de *Prosperity theology*, também é conhecida entre seus críticos como *Heath and Wealth Gospel*, *Faith Movement*, *Faith Prosperity Doutrines*, *Positive Confession*, entre outros<sup>71</sup>. Segundo D. R. McConnel, a Teologia da Prosperidade resultou da “combinação sincrética de distintas tradições religiosas (ocidentais e orientais), práticas esotéricas e paramédicas, que deixaram marcas indeléveis” no pentecostalismo<sup>72</sup>. Já Alan B. Pieratt escreve que “foram seitas metafísicas que forneceram os ensinamentos distintos e a cosmologia geral que deram forma ao evangelho da prosperidade”<sup>73</sup>. Os primórdios da TP são atribuídos à corrente chamada de “Confissão Positiva” criada por Essek William Kenyon – escritor, pregador e radialista de sucesso no fim dos anos 1930 e começo de 1940 – porém disseminada pelo evangelista Kenneth Hagins. Segundo Mariano, o termo Confissão Positiva:

[...] refere-se literalmente à crença de que os cristãos detêm poder – prometido nas Escrituras e adquirido pelo sacrifício vicário de Jesus – de trazer à existência, para o bem ou para o mal, o que declaram, decretam, confessam ou determinam com a boca em voz alta [...] isto é, as palavras proferidas com fé encerram o poder de criar realidades, visto que o mundo espiritual, que determina o que acontece no mundo material é regido pela palavra. Em suma, as palavras ditas com fé compelem Deus a agir<sup>74</sup>.

<sup>70</sup> TORRES, Roberto. *O Neopentecostalismo e o Novo Espírito do Capitalismo na Modernidade Periférica*. In: *Perspectivas*, São Paulo, v. 32, p. 85-125, jul. /dez. 2007. p. 108.

<sup>71</sup> MARIANO, Op. Cit. p. 151.

<sup>72</sup> MCCONNEL, D.R. Apud MARIANO, Op. Cit. p. 152.

<sup>73</sup> PIERATT, Alan. Apud MARIANO, Op. Cit. p. 152.

<sup>74</sup> MARIANO, Op. Cit. p. 153.

Kenyon criou essa corrente teológica inspirado na filosofia do “Novo Pensamento” formulada por Phineas Quimby, que, por sua vez, estudara espiritismo, ocultismo, hipnose e parapsicologia para produzir tal filosofia. O principal pregador e difusor da Confissão Positiva foi o evangelista Kenneth Hagin, que se inspirou em Kenyon e chegou a plagiar vários escritos dele<sup>75</sup>. Hagin difundiu essa corrente através de seu ministério, fundado em 1962, e do *Rhema Bible Training Center*, instituto de formação de discípulos e lideranças dessa corrente, fundado em 1974 em conjunto com o seu filho Ken Jr<sup>76</sup>.

Apesar de ser a base da TP, a Confissão Positiva, conforme formulada por Kenyon não tinha relação com a prosperidade. O primeiro a utilizar dessa corrente teológica para tratar de prosperidade foi Oral Roberts, que criou a noção de “vida abundante” e prometia um retorno sete vezes maior do que o valor ofertado para o seu ministério. Roberts passou a dar maior ênfase a essa mensagem a partir de 1954 quando estreia o seu programa de televisão e passa a ter mais despesa para a manutenção desse<sup>77</sup>. De fato, a origem das doutrinas sobre prosperidade teve íntima relação com a expansão do televangelismo nos EUA, conforme escreve Mariano:

[...] em função do aumento da competição entre evangelistas, o tempo na TV tornou-se muito caro para eles. O custo dos programas subiu mais que audiência. Pressionados pelas despesas crescentes de seus projetos, que foram se tornando cada vez mais ambiciosos, os televangelistas refinaram as formas de levantar fundos, integrando os apelos financeiros à teologia, que, entre 50 e 60, passou a absorver os ensinamentos de Hagin<sup>78</sup>.

No Brasil, a Teologia da Prosperidade começou a ser difundida nos anos 1970 e também teve relação com o televangelismo. As primeiras e principais difusoras dessa teologia foram e continuam sendo as neopentecostais: Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Internacional da Graça, Renascer em Cristo, Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra. A aceitação não foi imediata e a TP ainda encontra resistências no meio pentecostal. Mesmo entre os adeptos dessa teologia, existem controvérsias e diferentes formas de interpretá-la e pregá-la, ora enfatizando determinados aspectos, ora deixando outros de lado, por

---

<sup>75</sup> Idem, p. 151.

<sup>76</sup> Ibidem, p. 151.

<sup>77</sup> Ibidem, p. 151.

<sup>78</sup> Ibidem, p. 152.

“desconhecimento, por desinteresse, por falta de coerência lógica, por recusa dos pontos mais controversos ou atentatórios contra as crenças e princípios bíblicos tradicionalmente consensuais nos meios cristãos evangélicos”<sup>79</sup>. Apesar das diferentes interpretações, um ponto que os teólogos da prosperidade têm em comum é a pregação de que o fiel receberá um retorno de suas ações ainda nessa vida e não após morte, sendo a prosperidade uma prova da espiritualidade e das bênçãos de Deus<sup>80</sup>.

Malafaia não foi sempre adepto da Teologia da Prosperidade, chegando a criticá-la quando essa começou a ser difundida no Brasil. Conforme mensagem proferida pelo pastor ao final dos anos 1990:

Quer ver mais um besteiro, só mais um: teologia da prosperidade. Isso nos Estados Unidos é lindo. Vem falar de prosperidade na Favela da Rocinha no Rio de Janeiro, vem falar. Teologia da prosperidade na América: dez, a pujança econômica, o maior país capitalista do mundo, pois está adequado. Pois vem falar, vem falar de teologia da prosperidade no Zâmbia, na Angola, Guiné-Bissau<sup>81</sup>.

Para o pastor, a TP não condizia com a situação de populações pobres, parcela majoritária dos membros e seguidores do pentecostalismo, assim não faria sentido pregar o crescimento financeiro aqui no Brasil. O pastor cita alguns trechos bíblicos para demonstrar a inconsistência dessa teologia, que chama de “besteiro teológico da América”. Segundo o discurso do pastor nesse período, prosperidade seria “compartilhar com o outro, prosperidade é você viver bem com aquilo que Deus tem te dado, prosperidade é mesmo você tendo pouco, você tem força e capacidade de ajudar alguém que está pior do que você”<sup>82</sup>.

Porém, durante os anos 2000, o pastor passou a assimilar as ideias da TP. O que pode ser considerado como um marco nesse processo é o lançamento, em 2006, da “Bíblia da Batalha Espiritual e Vitória Financeira”, versão brasileira do livro *Spiritual Warfare Financial Classic* do televangelista Morris Cerullo, famoso pregador da TP nos EUA. O lançamento ocorreu junto com a campanha de divulgação que Malafaia fez em seu programa

---

<sup>79</sup> Ibidem, p. 157.

<sup>80</sup> Ibidem, p. 157.

<sup>81</sup> MALAFAIA, Silas. *Quatro Tipos de Pessoas que Estão na Igreja*. Impacto. Rio de Janeiro. CNT. Programa de televisão. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ma7DMpOonrU>>. Acessado em: 13/11/2014. Não foi possível descobrir a data de veiculação do programa. Por algumas características do vídeo, é possível dizer que ele foi gravado no final da década de 1990.

<sup>82</sup> MALAFAIA, Op. Cit.

em companhia do autor. A bíblia de estudos é lançada pela Editora Central Gospel e apresenta os princípios da TP embasados nos textos bíblicos, incluindo os textos originais em hebraico e aramaico<sup>83</sup>. Conforme consta na descrição do livro no site da Editora Central Gospel:

A Bíblia de Estudo Batalha Espiritual e Vitória Financeira foi projetada para levá-lo a uma nova posição de poder e vitória em todas as áreas da sua vida, embora o foco esteja em duas áreas: a batalha espiritual e a vitória financeira. Nela, você encontrará 280 artigos de Batalha Espiritual e 118 artigos de Vitória Financeira; palavras-chave, com os correspondentes termos originais em hebraico e/ou em grego, para uma compreensão mais profunda do texto bíblico; tabelas com informações e referências adicionais sobre os textos bíblicos destacados; símbolos de Vitória Financeira e de Batalha Espiritual, acompanhando o texto bíblico assinalado e o comentário correspondente; Índices de Referências sobre Vitória Financeira e sobre Batalha Espiritual, com tópicos que remetem aos artigos com revelações e estratégias poderosas de vitória financeira e de batalha espiritual; um Índice de Passagens Bíblicas para estudo posterior, que permitirá um conhecimento adicional sobre os tópicos estudados; uma “Lista de checagem” da vitória financeira; e vários estudos sobre batalha espiritual e sobre vitória financeira no suplemento final da Bíblia<sup>84</sup>.

A partir do lançamento desse livro a mensagem da TP passou a ser difundida de forma mais explícita pelo pastor. Para compreender a concepção do pastor sobre a TP analisaremos a mensagem sobre o tema “Uma vida de prosperidade”. Essa foi gravada na Arena do HSBC, no Rio de Janeiro, para os membros da sua Igreja, a Assembleia de Deus Vitória em Cristo e foi ao ar no programa Vitória em Cristo, dividida em duas partes, nos dias dois e nove de junho de 2012<sup>85</sup>. Essa mensagem já vinha sendo anunciada nos programas das semanas anteriores, e eram apresentados pelo pastor como sendo uma espécie de resposta às críticas que vinha recebendo pela pregação de tal teologia<sup>86</sup>.

Nessa mensagem o pastor explica que o seu objetivo é ensinar a Teologia da

---

<sup>83</sup> Além da “vitória financeira” a bíblia também trata da questão da “batalha espiritual”, luta com o diabo para resolver os problemas mundanos. É interessante notar que os temas tratados no livro condizem com duas das quatro características do neopentecostalismo apresentadas por Mariano: A Teologia da Prosperidade e a guerra espiritual.

<sup>84</sup> Editora Central Gospel. *Bíblia de Estudos Batalha Espiritual e Vitória Financeira – Preta*. Editora Central Gospel. Disponível em: [http://www.editoracentralgospel.com/\\_gutenweb/\\_loja/pg\\_produto.cfm?cod\\_produto=69158](http://www.editoracentralgospel.com/_gutenweb/_loja/pg_produto.cfm?cod_produto=69158). Acessado em: 25/11/2015.

<sup>85</sup> Uma vida de Prosperidade. *Vitória em Cristo*. Rede Bandeirantes: São Paulo, 09/06/2012. Programa de televisão.

<sup>86</sup> GOSPEL PRIME. *Silas Malafaia desafia blogueiros a provarem erros teológicos em sua pregação*. *Gospel Prime*. 19/05/2012. Disponível em: <http://noticias.gospelprime.com.br/silas-malafia-desafia-blogueiros-a-provarem-erros-teologicos-em-sua-pregacao/> Acessado em 15/11/2014.

Prosperidade tendo como base a Bíblia, diferente de outros pregadores que, segundo ele, usam de “bravatas emocionais, argumento filosófico e muitas vezes pouca bíblia”. O pastor divide o assunto em três partes: “o que é a oferta, características de um verdadeiro ofertante e o resultado na vida do ofertante a luz da Bíblia”. Ao final da primeira parte o pastor resume todos os sentidos de oferta que ele encontrou na bíblia: “Aqui está, para você o que é a oferta. Firme fundamento de glória, sólida base espiritual, oferta é benção, favor divino e meio de felicidade, oferta é semente que Deus dá e oferta é um serviço para Deus”. Para quem serão feitas essas doações é uma questão que ele não se preocupa em explicar no momento. Na segunda parte da mensagem, as “características de um verdadeiro ofertante”, o pastor explica que a “questão não é dar oferta” e sim “como você dá a oferta”, que a doação deve ser feita com alegria, por vontade própria e não por obrigação. Explica também a sua ideia de que a doação é um ato de inteligência e não de emoção, citando um trecho da bíblia que diz: “preparassem de antemão a vossa benção”, frase que fora de qualquer contexto, dá a ideia de uma espécie de investimento divino que o fiel inteligentemente prepara o seu retorno de antemão.

Leia comigo na segunda parte do versículo: “preparassem de antemão a vossa benção”. Você sabe o que tá dizendo esse texto, que a oferta é um ato de inteligência, quem prepara pensa, raciocina, não é um ato de emoção, é um ato de inteligência: eu vou levar uma oferta e eu quero dar essa oferta, você pensou, você analisou<sup>87</sup>.

Na terceira e última parte da mensagem, Malafaia explica como Deus recompensará os fiéis pelas doações feitas, para isso, apresenta as suas “cinco leis que funcionam na vida de um verdadeiro ofertante”<sup>88</sup>. A primeira lei é a “lei da Semeadura”, que diz que quem “planta pouco, colhe pouco, quem planta muito, colhe muito”. Essa lei justifica os altos pedidos de doações, como os já citados pedidos de mil reais da campanha “Clube de 1 Milhão de Almas”, afinal é preciso doar muito para ter um retorno alto. Ele aproveita também para explicar que “Tão importante quanto a qualidade da semente é a qualidade do solo”, já que “tem gente que gosta de dar oferta para picareta”<sup>89</sup>. Aqui, Malafaia tenta se diferenciar dos outros pastores que atualmente também pregam a teologia da prosperidade e pedem doações

---

<sup>87</sup> Uma vida de Prosperidade, Op. Cit.

<sup>88</sup> Idem.

<sup>89</sup> Ibidem.

para suas respectivas igrejas. É preciso ganhar a confiança dos fiéis, após vários escândalos envolvendo Igrejas pentecostais e neopentecostais no Brasil<sup>90</sup> e mostrar que, como diz o pastor, não estão todos “no do mesmo saco”.

A segunda e a terceira lei não tratam especificamente da questão financeira, são elas: “a lei do amor de Deus sobre o ofertante, a lei total do favor de Deus”. A segunda diz que Deus ama todos os seus ofertantes, conforme o pastor: “Que coisa espetacular, o amor de Deus está sobre a vida do ofertante, tu já imaginou, [gritando] é a expressão máxima do caráter de Deus! É o amor”. Já a “lei total do favor de Deus” mostra que as recompensas não são apenas financeiras: “[...] você pode ter vitórias espirituais através da oferta, você pode ter solução de problemas emocionais através da oferta, você pode ter cura através da oferta, você pode ter solução de problemas financeiros através da oferta”. Mesmo que a recompensa não seja sempre financeira, a semente a ser lançada é em dinheiro, ao menos o pastor não fala em nenhum momento em outra forma de prestar o serviço para Deus.

A quarta lei é a “lei da multiplicação”. Nessa o pastor se baseia no versículo bíblico que diz: “Ora, aquele que dá a semente ao que semeia, e pão para comer, também dará e multiplicará a vossa sementeira, e aumentará os frutos da vossa justiça”<sup>91</sup>, citando esse com ênfase na multiplicação e omitindo o trecho final “e aumente os frutos da vossa justiça”:

A quarta lei, que coisa rapaz, que coisa linda: “Ora, aquele que dá a semente ao que semeia, e o pão para comer e multiplique a vossa sementeira”. Repita comigo: MUL-TI-PLI-CA-RÁ [público repete], é a lei da multiplicação, com Deus não tem soma, só tem multiplicação [amém/aleluia]. Deus não vai somar nada na tua vida, deus vai multiplicar na tua vida e quem recebe essa

---

<sup>90</sup> Já nos anos 50, Manoel de Mello, líder da Igreja Brasil pra Cristo foi preso diversas vezes por crimes que envolviam o desvio de dinheiro das ofertas. Nos anos 80 a Igreja Pentecostal Deus é Amor também foi alvo de algumas reportagens que a retratavam como “A Fantástica Rede de Negócios”, ou “Deus é Amor e Lucros Também”. Mas provavelmente com a maior visibilidade da Igreja Universal do Reino de Deus, e os escândalos envolvendo o seu líder Edir Macedo, é que se criou a “fama” de ladrões ou “picaretas” dos líderes pentecostais. MARIANO, Ricardo. Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 1999. p. 179. Em um caso mais recente, em 2006 o Ministério Público pediu o bloqueio dos bens da Igreja Renascer e do casal de bispos Estevam Hernandes Filho e Sônia Haddad Moraes por entender que a Igreja se comportava como uma organização criminosa que praticava lavagem de dinheiro, evasão de divisas, falsidade ideológica e estelionato. Em 2007 o casal foi preso pela polícia federal dos Estados Unidos (FBI) por levarem US 56 mil em dinheiro vivo não declarado para os Estados Unidos. G1. *Polícia dos EUA prende bispos da Renascer em Miami*. G1. 09/01/2007. Disponível em: <http://www.globo.com/Noticias/Brasil/0,,AA1413589-5598,00POLICIA+DOS+EUA+PRENDE+BISPOS+DA+RENASCER+EM+MIAMI.html>. Acessado em: 28/12/2015.

<sup>91</sup> Bíblia. 2 *Coríntios* 9:10. Almeida corrigida e revisada – Fiel PT. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/mc/16>. Acessado em:22/11/2015.

palavra aqui? [Amém/aleluia]. É a lei da multiplicação<sup>92</sup>.

É interessante notar a seleção dos trechos convenientes com a prosperidade e a omissão do que poderia gerar dúvidas quanto a sua interpretação, mesmo em textos que apresentados em sua totalidade já seriam passíveis de várias interpretações<sup>93</sup>. O pastor, enquanto autoridade, utiliza o documento máximo do cristianismo para mostrar que a TP está correta.

Ao explicar a “lei da abundância” o pastor fala sobre a história bíblica de Abraão: “No tempo da fome, Gênesis 12:10, fome na terra, Abrão ficou mais rico, Gênesis 13:2-6, e Abrão ia crescendo em ouro prata e gado, no tempo da fome. Olha como é que Deus é o Deus da abundância, ah?”. Demonstrando que o enriquecimento individual em meio à fome dos outros não é um problema para a sua Teologia da Prosperidade.

A quarta e quinta leis exaltam a riqueza e não apenas de pequenas vitórias financeiras. Aqui o pastor serve como um exemplo de vida abençoada, com um capital estimado em 150 milhões de dólares<sup>94</sup>, fala abertamente de seus bens, como na entrevista à Revista Veja, quando afirma ter uma casa no valor de 2,5 milhões, alguns apartamentos na Flórida, um Mercedes Benz blindado que ganhou de presente de um parceiro, além do jato, comprado pela sua AVEC por 3 milhões. Partindo da lógica da Teologia da Prosperidade descrita nessa mensagem, Malafaia seria um exemplo a ser seguido, pois Deus já o recompensou pelos serviços prestados.

Algumas conclusões sobre a teologia da prosperidade na visão de Malafaia: A riqueza e a abundância são uma benção divina; a pobreza não vem de causas sociais, mas sim da incompetência de cada indivíduo; a doação para a igreja, de preferência para a do próprio Malafaia, é um “serviço” para Deus e será recompensada; a recompensa não é exclusivamente financeira (apesar de que o “serviço” prestado ser a doação em dinheiro), mas, a julgar pelo

---

<sup>92</sup> Uma vida de Prosperidade, Op. Cit.

<sup>93</sup> Em outra parte da mesma mensagem Malafaia chega a alterar uma palavra do texto bíblico dando-lhe o sentido exatamente oposto, o pastor cita Jeremias, cap. 21:14: “que o senhor recompensará cada um segundo o fruto de suas ações” enquanto o texto bíblico diz “. Eu vos castigarei segundo o fruto das vossas ações” Jeremias 21:14. Bíblia Online. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/aa/jr/21>. Acessado em: 14/11/2014. A versão citada foi Almeida Revisada da Editora Imprensa Bíblica, nas outras versões consultadas não há diferença no sentido da frase.

<sup>94</sup> ANTUNES, Anderson. *The richest pastors in Brazil*. Forbes online, 17/01/2013. Disponível em: <http://www.forbes.com/sites/andersonantunes/2013/01/17/the-richest-pastors-in-brazil/>. Acessado em janeiro de 2014.

número de vezes que aparece e a ênfase que a questão financeira é tratada, ela é o ponto central da prosperidade.

Malafaia pede contribuições e mantém o seu programa através delas desde os primeiros anos no ar, porém, a forma de pedir essas doações mudou e foi aperfeiçoada durante os anos. De início as contribuições eram uma forma de os telespectadores ajudarem na manutenção do programa e conseqüentemente nas obras de Deus, em um segundo momento, a partir de 2000, além disso, os contribuintes ganhavam como retorno alguns brindes da editora de Malafaia (livros, e mensagens e vídeo). Já em um terceiro momento, a partir de 2007, os contribuintes são incentivados a contribuírem, pois ajudam o programa, a obra do senhor, recebem brindes e descontos na editora de Malafaia e agora também recebem “brindes” do próprio Deus (Crescimento financeiro, conquistas de empregos e empreendimentos vitoriosos).

Para compreendermos melhor a realidade e que o Ministério Silas Malafaia está inserido, faremos uma breve revisão bibliográfica sobre o Pentecostalismo e a Assembleia de Deus.

### **O pentecostalismo e a Assembleia de Deus**

A principal característica pentecostal é a crença na ação do Espírito Santo nos dias atuais, tal qual como descrita em textos do antigo testamento, manifesta em curas, milagres e principalmente na glossolalia, ou seja, o dom de falar em línguas estranhas. O termo Pentecostal é derivado de Pentecostes, vocábulo grego que descreve a festa judaica das semanas, evento que comemora a descida do Espírito Santo sobre os cristãos, conforme descrito no livro bíblico de Atos. Segundo Paul Freston, o pentecostalismo teve sua origem com o movimento religioso estadunidense conhecido como *holiness* (Santidade), ligado a igrejas metodistas, que introduziu a ideia da experiência pessoal na qual o crente é purificado de seus pecados através do “batismo no Espírito Santo”. Esse conceito foi difundido pelos países de língua inglesa pelo *holiness* que, além de penetrar em muitas denominações, se fragmentou em pequenos grupos, nos quais nasceu o pentecostalismo<sup>95</sup>.

O início do movimento é atribuído a J. W. Seymour, negro, filho de ex-escravo, que

---

<sup>95</sup> FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Tese de doutorado. Campinas: IFCH-Unicamp, 1993. p. 71.

estudou na Escola Bíblica Betel, onde de fato começou o movimento de “línguas estranhas” em 1901<sup>96</sup>. Em 1906, Seymour foi convidado pela pastora de uma igreja negra ligada ao movimento *holiness* a pregar em Los Angeles. A sua pregação sobre a glossolalia teve grande repercussão, o que levou Seymour a alugar um armazém na cidade para dar início a sua “Missão de Fé Apostólica”<sup>97</sup>. Los Angeles, na época, era a cidade que mais crescia no EUA, com afluxo de minorias étnicas e imigrantes europeus, formando uma população racialmente mais heterogênea, o que influenciou no fato do pentecostalismo ser um fenômeno inter-racial e urbano. A presença de líderes negros e a convivência entre negros e brancos são marcantes nos primórdios do pentecostalismo, fato no mínimo inusitado em uma região e época em que as tensões e separações entre as raças ainda eram muito delimitadas<sup>98</sup>. Porém, essa convivência não durou muito e dentro de uma década ocorre a separação racial: em 1914, os brancos ordenados na Igreja de Deus em Cristo, predominantemente negra, saíram para fundar a Assembleia de Deus<sup>99</sup>.

A presença de missionários europeus na cidade de Los Angeles ajudou na disseminação da mensagem pentecostal pelo mundo. O movimento propagou-se sem se limitar a uma denominação, fragmentando-se em sua organização e doutrina. Gedeon Alencar, ao tratar dessa questão, escreve:

O fato de que diversos grupos, independentemente de seus rótulos denominacionais terem sido atingidos pelo fenômeno, ajudou na propagação. E, entre disputas de espaço e entusiasmo com a novidade, o movimento espalhou-se rápido. Mas essa possibilidade quantitativa lhe trouxe uma fragmentação irreversível, a ponto de não conseguir ter algum referencial doutrinário único. Há algumas características genéricas que podem ser atribuídas ao movimento, mas sua principal marca é a pluralidade, ou, para os não pentecostais, a “confusão doutrinária”<sup>100</sup>.

Sem grandes recursos ou denominações estabelecidas, o pentecostalismo chegou ao Brasil sem estabelecer vínculos institucionais ou de dependência, sem auxílio financeiro,

---

<sup>96</sup> ALENCAR, Gedeon Freire. *Todo poder aos pastores, todo trabalho ao povo, todo louvor a Deus. Assembleia de Deus – origem, implantação e militância nas quatro primeiras décadas – 1911-1946*. Dissertação de mestrado. São Bernardo do Campo – SP, Universidade Metodista de São Paulo, 2000. p. 30.

<sup>97</sup> FRESTON, Op. Cit. p. 67.

<sup>98</sup> ALENCAR, Op. Cit. p. 31.

<sup>99</sup> FRESTON, Op. Cit. p. 67.

<sup>100</sup> ALENCAR, Op. Cit. p. 31.

regras ou hierarquia vindas de fora<sup>101</sup>. As primeiras denominações pentecostais brasileiras foram a Congregação Cristã no Brasil (CC) em São Paulo, no ano de 1910, e a Assembleia de Deus (AD) no ano seguinte em Belém do Pará. A primeira foi fundada por um presbiteriano italiano e a segunda por dois batistas suecos, os três convertidos ao pentecostalismo nos EUA. Permaneceram como as únicas denominações pentecostais brasileiras até os anos 1950. As duas, de início, tiveram seus membros entre a população mais pobre e de baixa escolaridade e, apesar de atualmente terem mudado seu perfil social, contando agora também com setores de classe média, profissionais liberais e empresários, ainda abrigam sobretudo as camadas mais pobres e pouco escolarizadas<sup>102</sup>. Caracterizam-se, teoricamente, pelo “anticatolicismo, por enfatizar o dom de línguas, [pela] crença na volta iminente de Cristo e na salvação paradisíaca e pelo comportamento de radical sectarismo e ascetismo de rejeição do mundo exterior”<sup>103</sup>.

Por esse sectarismo ou por considerá-lo mundano e diabólico, rejeitaram o uso do rádio (no caso da AD até os anos 1950, no caso da CC até os dias atuais) e de outros meios de comunicação de massa. Com o passar de um século de existência a Congregação Cristã manteve o seu tradicionalismo, apesar de pequenas alterações na área de usos e costumes e em sua composição social. Já a Assembleia de Deus “mostra-se mais flexível e disposta a acompanhar certas mudanças que estão se processando no movimento pentecostal” e seu recente e “deliberado ingresso na política partidária e na TV [...] ao lado de outras transformações internas, sinaliza de modo irrefutável sua tendência à acomodação social, à dessectarização”<sup>104</sup>.

A Assembleia de Deus apresenta uma dinâmica diferente, até por sua organização descentralizada, e tem maior capacidade de adaptação. A denominação foi resultado da iniciativa de Gunnar Vingren e Daniel Berg, dois suecos convertidos ao pentecostalismo nos EUA, que vieram ao Brasil em 1911 e passaram a congregar na Igreja Batista de Belém, localizada em Belém do Pará. Quanto às condições que os missionários encontravam em seu país de origem, Freston escreve:

---

<sup>101</sup> FRESTON, Op. Cit. p. 67.

<sup>102</sup> MARIANO, Op. Cit. p. 29.

<sup>103</sup> Idem, p. 29.

<sup>104</sup> Ibidem. p. 30.

Os missionários suecos que tanto influenciaram os primeiros quarenta anos da AD no Brasil vieram de um país religioso, social e culturalmente homogêneo, no qual eram marginalizados. Pertenciam a insignificante minoria religiosa num país onde vários trâmites burocráticos ainda passavam pelo clero luterano. Desprezavam a igreja estatal, com seu alto status social e político e seu clero culto e teologicamente liberal. Desconfiavam da socialdemocracia, ainda atingida pelo secularismo. Haviam experimentado um estado unitário no qual a cultura cosmopolita homogênea não permitia à dissidência religiosa e a construção de uma base cultural capaz de resistir à influência metropolitana. Por isso, eram portadores de uma religião leiga e contra cultural, resistente à erudição teológica e modesta nas aspirações sociais. Acostumados com a marginalização, não possuíam a preocupação com a ascensão social tão típica dos missionários americanos<sup>105</sup>.

Os missionários, oriundos de um grupo marginalizado não tiveram acesso a grandes quantidades de dinheiro, assim, não puderam criar instituições fortes que permanecessem nas suas próprias mãos nem evitar disputas internas<sup>106</sup>. Outro fator importante da influência sueca na formação da AD brasileira foi a rejeição dos missionários ao aprendizado formal. Por serem culturalmente marginalizados, os missionários suecos, resistiam à pretensão à ilustração e assumiam que estavam formando uma comunidade de gente socialmente excluída (seja na Suécia luterana ou no Brasil católico) que não necessitava de um clero especializado<sup>107</sup>.

Após sete meses pregando na Igreja Batista em Belém os missionários foram expulsos da Igreja Batista junto com dezenove membros, exatamente por partilharem das crenças pentecostais, e fundaram a Missão de Fé Apostólica, mesmo nome de um dos primeiros grupos pentecostais estadunidenses. Os primeiros relatos da mudança de nome para Assembleia de Deus datam de 1917, quase simultaneamente com a criação da *Assembly of God* nos EUA. Após 1914, outros missionários suecos vieram ao Brasil e uniram-se a igreja. Nos primeiros quinze anos, a expansão da AD foi moderada limitando-se ao Norte e Nordeste, enfrentando a oposição da Igreja Católica. Já nos anos 1920 a AD estava presente em nove estados do Norte e Nordeste e nos anos 1930 passou a atingir vinte estados do Norte, Nordeste, Sudeste e Sul<sup>108</sup>.

Em 1930, em Natal, ocorreu o primeiro encontro nacional de líderes da Assembleia de

---

<sup>105</sup> FRESTON, Op. Cit. p. 70.

<sup>106</sup> Idem, p. 70.

<sup>107</sup> Ibidem, p. 72.

<sup>108</sup> FRESTON, Op. Cit. p. 71.

Deus no Brasil com o objetivo de manter a unidade doutrinária da Igreja. O encontro foi denominado Assembleia Geral Ordinária das Assembleias de Deus no Brasil (1ª AGO) e nesse foi fundada a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), órgão que decidiu as diretrizes principais das Assembleias de Deus. No mesmo evento foi decidido a respeito da autonomia das Assembleias de Deus no Brasil, tanto em relação a ligações externas, quanto entre as igrejas locais. Ficou definido por consenso que as igrejas locais deveriam ser livres e independentes e adotado o sistema de governo eclesiástico congregacionista<sup>109</sup>. Essa forma de organização permite que as dissidências, tão normais no mundo evangélico e pentecostal, criem novas igrejas, porém, continuem fazendo parte da AD. Também põe o poder nas mãos dos pastores presidentes das várias igrejas sedes, em um sistema de governo que Freston caracterizou como “oligárquico e caudilhesco”, conforme o autor:

A AD, na realidade, é uma complexa teia de redes compostas de igrejas mães e igrejas e congregações dependentes. Cada rede não habita necessariamente uma área geográfica contígua, o que dá margem a controvérsias sobre “invasão de campo”. O pastor presidente da rede é, efetivamente, um bispo, com grande concentração de poder. É escolhido por voto unânime do “ministério”, um corpo composto de pastores, evangelistas e presbíteros. “Embora aconselhado pelo ministério, o pastor presidente permanece a fonte última de autoridade em tudo... assim como o patrão da sociedade tradicional que, mesmo cercado de conselheiros, maneja sozinho o poder”<sup>110</sup>.

Freston atribuiu essa forma de organização ao que ele chama de “*ethos* sueco-nordestino”, ou seja, a fusão das características trazidas pelos pastores suecos com os elementos socioeconômicos e culturais do nordeste da época, conforme o autor: “a mentalidade da AD carrega as marcas dessa dupla origem: da experiência sueca das primeiras décadas do século, de marginalização cultural; e da sociedade patriarcal e pré-industrial do Norte/Nordeste dos anos 30 a 60”<sup>111</sup>. Sobre o nordeste do período Alencar escreve:

Uma região caracterizada pelo latifúndio com uma população campesina, pré-industrial que tem como único meio de sobrevivência o cultivo da terra. Terra, aliás, que está na mão do fazendeiro e ele dela dispõe de forma

<sup>109</sup> D'AVILA, Edson. *Assembleia de Deus no Brasil e a política: uma leitura a partir do Mensageiro da Paz*. Dissertação de Mestrado. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006. p. 40.

<sup>110</sup> FRESTON, Op. Cit. p. 69.

<sup>111</sup> Idem, p. 72.

vitalícia e absoluta. O fazendeiro constrói a capela, escolhe o santo de sua devoção, e manda buscar o padre para rezar a missa. Os poderes político-econômico e religioso não são rivais, pelo contrário, o projeto da construção da “sociedade católica brasileira” passa por ambos<sup>112</sup>.

Em suma, influenciada pelo caudilhismo do Nordeste no período, a AD adotou um modelo de organização descentralizado, administrado pelos pastores presidentes das várias igrejas sedes. A Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil é um órgão que reúne as Assembleias de Deus, mas não tem poder administrativo ou teológico sobre essas.

Em 1978, contrariando a rejeição inicial do aprendizado teológico formal, a Convenção Geral das Assembleias de Deus instituiu a obrigatoriedade (não retroativa) de curso bíblico para o pastorado<sup>113</sup>. O primeiro seminário da Igreja foi criado em 1959, mas enfrentava oposição dos setores mais tradicionais. Costumava-se chegar ao pastorado através do aprendizado prático vencendo uma série de estágios de: auxiliar, diácono, presbítero, evangelista, pastor. Chegava-se a pastor chegando ao topo da escada, mas não havia distância do membro comum por nenhum tipo de formação especializada. Segundo Freston, essa forma de aprendizado era um “forte meio de controle social nas mãos dos pastores presidentes”<sup>114</sup>. A manutenção dessa forma patriarcal e a organização burocrática era útil para que não houvesse a perda de controle pelas lideranças da época<sup>115</sup>. Com o seminário, os pastores mais jovens, desafiando o modelo caudilhista, têm uma alternativa de aprendizagem para o pastorado, sem passar pelas etapas já citadas nem se submeter ao poder de um pastor mais velho.

Em 1989 a AD dividiu-se em duas após a expulsão do Ministério de Madureira decidida em uma assembleia geral extraordinária da CGADB em Salvador, Bahia. O ministério, que na época representava um terço da AD, foi expulso com a alegação de não acatar as decisões administrativas da convenção. Sobre a expulsão, Freston escreveu: “É a concretização de uma das possibilidades do modelo: o caudilho que se tornou grande demais, ameaçando a sobrevivência dos outros. Para restaurar o equilíbrio do poder, ele acabou sendo eliminado”<sup>116</sup>. Com a expulsão, os pastores da Igreja de Madureira foram desligados da

---

<sup>112</sup> ALENCAR, Op. Cit. p. 98.

<sup>113</sup> FRESTON, Op. Cit. p. 282.

<sup>114</sup> Idem, p. 72.

<sup>115</sup> Ibidem, p. 73

<sup>116</sup> Ibidem, p. 73.

CGADB e instituíram a Convenção Nacional das Assembleias de Deus Ministério Madureira (CONAMAD).

A Assembleia de Deus e a Congregação Cristã inserem-se no que ficou conhecido entre os estudiosos da religião como “pentecostalismo clássico”, ou a “primeira onda” pentecostal, em uma divisão em três ondas. A “segunda onda”, segundo Ricardo Mariano, seria o “deuteropentecostalismo”, cujo nome tem origem no radical *deutero* (presente no título do quinto livro bíblico do pentateuco) que significa “segundo ou segunda vez, sentido que o torna muito apropriado para nomear a segunda vertente pentecostal”<sup>117</sup>. Essa teve início nos anos 1950 com dois missionários estadunidenses vinculados à *International Church of the Foursquare*, Harold Willians e Raymond Boatright, que à frente da Cruzada Nacional de Evangelização, braço evangelístico da recém-criada Igreja do Evangelho Quadrangular (São Paulo, 1953), trouxeram ao Brasil o evangelismo de massa centrado nas mensagens de cura divina. Faziam uso do rádio, do evangelismo itinerante em tendas de lona, de concentrações em praças públicas, ginásios de esporte, estádios de futebol, teatros e cinemas e, dessa forma, conseguiram atrair mais atenção e fiéis para o pentecostalismo<sup>118</sup>. Conforme descreve Mariano:

Com mensagem sedutora e métodos inovadores e eficientes, atraíram, além de fiéis e pastores de outras confissões evangélicas, milhares de indivíduos dos estratos mais pobres da população, muitos dos quais migrantes nordestinos. Causaram escândalo e reações adversas por toda parte. Mas, ao chamarem a atenção da imprensa, que os ridicularizava e os acusava de charlatanismo e curandeirismo, conseguiram pela primeira vez dar visibilidade a este movimento religioso no país<sup>119</sup>.

Influenciadas pelas campanhas de cura divina, organizadas pela Cruzada, são criadas as igrejas Brasil para Cristo (1955) e Deus é Amor (1964), ambas em São Paulo, além da Casa de Benção (1964), em Belo Horizonte e várias outras de menor porte. A partir da “segunda onda” inicia-se a fragmentação do movimento pentecostal no Brasil em várias denominações e a utilização dos meios de comunicação de massa entre os seus adeptos. Teologicamente, as duas primeiras ondas pentecostais não apresentam grandes diferenças, o que muda é a ênfase que cada uma dá a um dos dons do Espírito Santo: na primeira a ênfase é

---

<sup>117</sup> MARIANO, Op. Cit. p. 29.

<sup>118</sup> Idem, p. 30.

<sup>119</sup> Ibidem, p. 30.

no dom das línguas (glossolalia), já na segunda é o dom da cura que ganha maior atenção. Essa homogeneidade teológica deve-se ao fato de a Igreja Quadrangular, que originou a segunda onda, ter nascido nos EUA com o mesmo corpo doutrinário trazido pelos missionários estrangeiros que aqui fundaram a Assembleia de Deus e a Congregação Cristã. O que justifica a divisão entre o pentecostalismo clássico e o deuteropentecostalismo é, sobretudo, o corte histórico-institucional, os quarenta anos que as separam<sup>120</sup>.

É a partir da “terceira onda” que as mudanças do pentecostalismo brasileiro ficaram mais visíveis. Essa é composta pelas denominações conhecidas como “neopentecostais” e teve origem com as igrejas criadas a partir dos desmembramentos da Igreja Nova Vida, fundada pelo missionário canadense Robert McAlister em 1960 no Rio de Janeiro. Antigos pastores da Nova Vida dão origem a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD, Rio de Janeiro, 1977), a Internacional da Graça de Deus (Rio de Janeiro, 1980) e a Igreja Cristo Vive (Rio de Janeiro, 1986). Além das já citadas, outros exemplos de neopentecostais são a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (Goiás, 1976) a Comunidade de Graça (São Paulo, 1979), a Renascer em Cristo (São Paulo, 1986) e a Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo (São Paulo, 1994)<sup>121</sup>. Sobre as características das neopentecostais, Mariano escreve:

[...] 1) Exacerbação da guerra espiritual contra o Diabo e seu séquito de anjos decaídos; 2) pregação enfática da Teologia da Prosperidade; 3) liberalização dos estereotipados usos e costumes de santidade. Uma quarta característica importante, [...], é o fato de elas se estruturarem empresarialmente. E não é só isso. Elas verdadeiramente agem como empresas e, pelo menos algumas delas, possuem fins lucrativos. Resulta destas características a ruptura com o os tradicionais sectarismo e ascetismo pentecostais. Esta ruptura com sectarismo e ascetismo puritano constitui a principal distinção do neopentecostalismo. E isso representa uma mudança muito grande nos rumos do movimento pentecostal. A ponto de se poder dizer que o neopentecostalismo constitui a primeira vertente pentecostal de afirmação do mundo<sup>122</sup>.

Em resumo, as denominações neopentecostais abandonaram o ascetismo das outras ondas pentecostais, têm forte tendência à aceitação do mundo secular, utilizam as mídias eletrônicas de forma intensa e estruturam-se de forma empresarial. Quanto à teologia,

---

<sup>120</sup> Ibidem, p. 31.

<sup>121</sup> Ibidem, p. 32.

<sup>122</sup> Ibidem, p. 36.

compartilham a crença e pregação da Teologia da Prosperidade e da batalha espiritual contra as forças do demônio manifestas no plano terreno<sup>123</sup>. Ao contrário das outras ondas que se diferenciam apenas pelo corte histórico-institucional, o neopentecostalismo se caracteriza por “suas consideráveis distinções de caráter doutrinário e comportamental, suas arrojadas formas de inserção social e seu *ethos* de afirmação do mundo”<sup>124</sup>. Por esse motivo, destaca-se que nem todas as denominações formadas em meados dos anos 1970 em diante podem ser classificadas como neopentecostais; várias denominações que nascem nesse período mantêm maior proximidade com as vertentes pentecostais clássicas ou deuteropentecostais. É preciso compreender também que essas ondas não são estanques, convivem e se influenciam mutuamente, como é possível ver na crescente influência exercida pelas igrejas neopentecostais sobre as demais, tanto pentecostais clássicas, como no caso de dissidências da Assembleia de Deus, ou mesmo protestantes históricas (como o “Encontrão” na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB) e algumas alas da Igreja Católica, como a Renovação Carismática<sup>125</sup>.

As três ondas do pentecostalismo brasileiro têm em comum a forte influência estrangeira: o pentecostalismo clássico teve início com dois batistas suecos e um presbiteriano italiano convertidos ao pentecostalismo nos EUA. A AD sofre influência europeia até o final dos anos 1940, quando passa a receber influência estadunidense. O deuteropentecostalismo teve início com a vinda para o Brasil de dois americanos da Internacional *Church of The Foursquare Gospel*, Igreja mãe da Evangelho Quadrangular brasileira. E o neopentecostalismo nasce dos desmembramentos da Igreja Nova Vida, fundada por um missionário canadense com muitos contatos no exterior, de onde se constituíram a IURD e a Cristo Vive também fundada por um angolano com formação teológica em Miami. Além dessas, várias outras denominações e entidades neopentecostais que existem no Brasil tiveram origens associadas, ou ao menos sofreram influências de instituições e pastores estrangeiros<sup>126</sup>.

Como o crescimento do fenômeno pentecostal no Brasil data dos anos 1950,

---

<sup>123</sup> CUNHA, Magali do Nascimento. *Vinho novo em odres velhos: Um olhar comunicacional sobre a explosão gospel no cenário religioso evangélico no Brasil*. Tese em Comunicação Social. São Paulo: USP, 2004.

<sup>124</sup> MARIANO, Op. Cit. p. 38.

<sup>125</sup> Idem, p.38-39.

<sup>126</sup> Idem, p. 39.

acelerando-se significativamente nos anos 1980<sup>127</sup>, julgamos que dados anteriores, nos quais a proporção de católicos se aproxima da totalidade, não nos trariam melhor compreensão, portanto nos concentraremos nos estudos relativos às três últimas décadas do século XX, bem como nos anos 2000. Em números absolutos, os pentecostais eram, em 1980, 3,9 milhões de brasileiros, chegando a 8,8 milhões em 1991 e 17,7 milhões em 2000<sup>128</sup>. Segundo Mariano, em paralelo a esse robusto crescimento no número de fiéis – dobrando a cada década – há uma “igualmente crescente visibilidade pública, espaço na tevê e poder político partidário”<sup>129</sup>, e em 2010 esse grupo já somava 25 milhões de pessoas<sup>130</sup>. Nos chama a atenção a desaceleração do crescimento das denominações pentecostais na primeira década deste século em comparação aos períodos anteriores. As explicações para essa expansão na sua base de fiéis abrangem análises de diversas fontes e não se esgotam nestas, contudo há dois fatores concomitantes que contribuíram decisivamente. Para Mariano, há a dimensão organizacional, inclusa aqui uma “gestão empresarial” praticada pelas maiores denominações, aliada à:

[...] a formação rápida e acelerada de novos pastores, arrecadação agressiva de recursos e seu crescente investimento no evangelismo eletrônico e na abertura de novas congregações e campos missionários, a continuidade cultural com a religiosidade popular, a oferta sistemática de cultos e serviços mágico-religiosos.<sup>131</sup>

Para além dessa dimensão endógena, houve a piora dos indicadores socioeconômicos, sendo que o “mercado” para o proselitismo pentecostal se encontra, justamente nos estratos inferiores de renda da população, “na pobreza e na periferia das regiões metropolitanas”<sup>132</sup>. Segundo Simone Bohn, “há uma forte associação não entre evangélicos em geral e agravamento da situação econômica, mas entre membros de igrejas pentecostais e condições indicativas de pobreza” além de atingirem “áreas que têm se mostrado inalcançáveis para outros segmentos religiosos”, de precárias condições, com “a mais completa ausência do

---

<sup>127</sup> MARIANO, R. (2008) *Crescimento Pentecostal no Brasil: fatores internos*. Revista de Estudos da Religião, PUC-SP, pp. 68-95, dezembro de 2008. Disponível em: [http://www.pucsp.br/rever/rv4\\_2008/t\\_mariano.pdf](http://www.pucsp.br/rever/rv4_2008/t_mariano.pdf)

<sup>128</sup> Idem.

<sup>129</sup> Idem.

<sup>130</sup> IBGE, 2010.

<sup>131</sup> MARIANO, 2008, Op. Cit. p.69.

<sup>132</sup> Idem.

poder público”<sup>133</sup>

Nos chama a atenção a desaceleração do crescimento das denominações pentecostais na primeira década deste século em comparação aos períodos anteriores. Considerando que não há motivos para crer que o “fator interno” de crescimento, descrito acima, tenha dado sinais de exaustão – em sentido contrário, foi nesse período que as organizações pentecostais iniciaram suas atividades baseadas na internet –, na ausência de dados concretos, nos resta especular sobre os possíveis impactos da melhoria dos indicadores socioeconômicos durante os governos Lula (2002-2010)<sup>134</sup> na dinâmica da expansão pentecostal, tendo em mente a crucial importância atribuída ao fator pobreza nesse crescimento, cuja relação, de tão íntima, levou Mariano a deduzir que “a expansão pentecostal poderá desacelerar nas próximas décadas, se ocorrer acentuada melhoria nos indicadores sociais, nas taxas de escolarização e nas condições de vida da população”<sup>135</sup>.

Apesar da quantidade de denominações pentecostais – há autores que se referem a centenas – apenas cinco denominações arregimentam a imensa maioria dos fiéis, como demonstra Mariano: “Assembleia de Deus (8.418.154 adeptos), Congregação Cristã no Brasil (2.489.079), Igreja Universal do Reino de Deus (2.101.884), Igreja do Evangelho Quadrangular (1.318.812) e Igreja Pentecostal Deus é Amor (774.827)”, sendo que, dentre essas, a Assembleia de Deus concentra 47,5% dos pentecostais (dados de 2000)<sup>136</sup>.

Com uma característica sensivelmente mais urbana que a maior religião brasileira<sup>137</sup>, com quase metade de seus adeptos vivendo em regiões metropolitanas<sup>138</sup> concentra-se, segundo Cesar Romero Jacob, “na primeira

---

<sup>133</sup> BOHN, S. (2004) *Evangélicos no Brasil. Perfil Socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral*. Opinião Pública, Campinas, Vol. X, nº2, p.288-338, Outubro de 2004. p.290.

<sup>134</sup> Segundo MACIEL, as alterações da distribuição da renda brasileira foram modestas, porém, “devido ao caráter altamente concentrado da renda no país, ao caráter estrutural da super-exploração do trabalho [...] tais mudanças envolveram um contingente demográfico significativo, principalmente para o proletariado de menor renda” MACIEL, David. “Melhor impossível”: a nova etapa da hegemonia neoliberal sob o Governo Lula. Universidade e Sociedade. nº 46. Brasília: ANDES-SN, 2010.

<sup>135</sup> MARIANO, 2008.

<sup>136</sup> MARIANO, 2008.

<sup>137</sup> Com base nos dados do Censo 2010, cerca de 84% dos brasileiros habitavam regiões urbanas. Na divisão por religiões, 81% dos católicos moravam em cidades, contra 88% dos pentecostais. IBGE 2010

<sup>138</sup> LIMA, F. (2009) *Geografia da Religião no Brasil: censos demográficos e transformações recentes*. Mercator, Curitiba, Vol. 08, nº16, maio/agosto de 2009, p. 117

*coroa*”, quer dizer, na periferia imediata ao município central de uma região metropolitana”.<sup>139</sup>

Quanto às condições socioeconômicas, Mariano caracteriza, com base no trabalho de Jacob, os fiéis pentecostais nos seguintes termos:

[...] congregam mais mulheres do que homens, mais crianças e adolescentes do que adultos, mais negros, pardos e indígenas do que brancos, apresentam maior proporção de pessoas com cursos de alfabetização de adultos, antigo primário e primeiro grau, ocupam mais empregos domésticos e precários e, em sua maioria, recebem até três salários-mínimos<sup>140</sup>

No quesito renda, temos a tabela 1, compilada por Fernando Raphael Ferro de Lima a partir de dados do Censo 2000 do IBGE, ano que marca o fim de uma década de grande crescimento no número de adeptos do pentecostalismo no Brasil (8,3% ao ano, ou cerca de quatro vezes mais do que a população brasileira<sup>141</sup>), podemos constatar com clareza a disparidade de rendimentos dos pentecostais em relação à média da população brasileira – cerca de um quarto menor. Dividindo esses dados por regiões brasileiras, Ferro de Lima conclui que há casos de uma diferença ainda mais significativa, como no caso da região sul, onde os pentecostais têm uma renda de apenas 62% da média<sup>142</sup>. Os dados do Censo 2010 confirmam essa constatação, já que de um universo de cerca de 10 milhões de fiéis acima de dez anos, aproximadamente 7,5 milhões (75%) recebiam até 2 salários-mínimos – proporção que aumenta se considerarmos apenas as mulheres, quando se aproxima de 80% - e 500 mil (5%) não tinham rendimentos – contrastando com a média nacional de 65% da população recebendo até 2 mínimos e algo em torno de 6,5% sem rendimentos, no último caso sugerindo uma taxa de ocupação maior, ainda que mal remunerada. Ainda, neste universo pentecostal de 10 milhões de pessoas, apenas cerca de 50 mil recebiam mais do que 15 salários-mínimos<sup>143</sup>.

#### TABELA 1: RENDA POR RELIGIÃO

---

<sup>139</sup> JACOB, C. R. Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil, Rio de Janeiro – São Paulo, Ed. PUC-Rio, Loyola. 2003.

<sup>140</sup> MARIANO, 2008.

<sup>141</sup> Idem.

<sup>142</sup> LIMA, 2009.

<sup>143</sup> IBGE. *Censo Demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2010.

AGRUPAMENTO RELIGIOSO	NÚMERO DE PESSOAS	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL NACIONAL (%)	RENDA MÉDIA PER CAPITA (R\$)	RENDA EM RELAÇÃO À MÉDIA NACIONAL = 100
Católica	125 527 349	73,9	298,8	100,5
Evangélica	26 184 941	15,4	247,7	83,3
<i>Evangélicos de Missão</i>	6 943 510	4,1	358,8	120,7
<i>Evangélicos Pentecostais</i>	18 684 787	11,0	229,0	77,0
<i>Outros Evangélicos</i>	556 646	0,3	250,2	84,2
Sem religião	12 492 403	7,4	270,6	91,0
Espiritualista	2 288 290	1,3	786,1	264,4
Afro-brasileira	525 012	0,3	389,9	131,2
Orientais	490 753	0,3	962,2	323,7
Outras Religiões	2 364 107	1,4	272,8	91,8
TOTAL	169 872 855	100	297,3	100

FONTE: Fernando Raphael Ferro de Lima, dados do IBGE<sup>144</sup>

Em se tratando de escolaridade, entre maiores de 25 anos, os pentecostais têm, proporcionalmente, uma quantidade maior de indivíduos sem escolaridade ou com apenas o ensino fundamental incompleto do que média da população (em torno de 55% contra 50%), tem números muito próximos nas faixas “fundamental completo e médio incompleto” e “médio completo e superior incompleto” e apresentam menos da metade, proporcionalmente, dos portadores de diploma de ensino superior (cerca de 5% contra 10%)<sup>145</sup>. De uma forma geral, esse é o perfil socioeconômico dos pentecostais brasileiros, principal público alvo de Malafaia.

\* \* \*

Recapitulando o que vimos até aqui: a forma de organização da Assembleia de Deus permite a liberdade administrativa e teológica, o que permite ao Ministério absorver várias características das denominações neopentecostais, ou da “terceira onda” pentecostal, como a pregação da Teologia da Prosperidade e a forma de organização empresarial. Constatamos também que a ideia de missão, importante entre os pentecostais, torna totalmente justificável os pedidos de ofertas com objetivo de manter o programa e “levar as boas novas” para o

<sup>144</sup> LIMA, 2009.

<sup>145</sup> Idem, IBGE, 2010.

maior número de pessoas. A Teologia da Prosperidade, aliada a outras táticas como convites para entrar no clube de “colaboradores fiéis” ou ameaças de sair do ar, garantem doações que mantêm o programa. A atuação em questões políticas acontece de acordo com as diretrizes da Assembleia de Deus e com atuação das outras denominações neopentecostais. A íntima relação entre mídia evangélica (como também a mídia secular) e política favorece essa atuação. Para compreender a qual público o discurso de Malafaia se dirige, vimos também qual é o perfil socioeconômico dos pentecostais brasileiros, que figuram entre a população mais pobre e de menor escolaridade do país.

## O “HOMOSSEXUALISMO” E A DESTRUIÇÃO DA FAMÍLIA

*Casamento entre pessoas do mesmo sexo não é privilégio gay, é igualdade de direitos. Privilégio seria se os homossexuais não pagassem impostos. Assim como as igrejas não pagam.*

*Ricky Gervais*

A oposição à homossexualidade<sup>282</sup> e ao ativismo homossexual foram elementos centrais na constituição da imagem pública de Malafaia enquanto líder político e lhe garantiram evidência na mídia secular. Malafaia inclusive já se autoproclamou “inimigo público número um do movimento gay no Brasil”<sup>283</sup>, e chegou a agradecer ao ativismo gay pela promoção de sua imagem<sup>285</sup>, mostrando que tem consciência da importância de sua oposição à homossexualidade para a sua imagem pública. Nesse capítulo trabalharemos com a atuação de Malafaia em questões relativas a homossexualidade e a oposição do pastor a busca de direitos dos homossexuais. Em primeiro lugar trabalharemos com a atuação de Malafaia em oposição ao Projeto de Lei 122 de 2006, conhecido como “lei anti-homofobia”, ao qual o pastor se opôs em sua totalidade com a justificativa de que, se aprovada, a lei feriria seu direito constitucional de liberdade de culto ao lhe impedir de criticar a “prática homossexual”. Esse foi o primeiro projeto de lei que o pastor se posicionou publicamente de forma específica e também o que mereceu mais atenção Malafaia, sendo tema de vários programas televisivos, textos e manifestações durante o nosso recorte temporal. Trabalhem também com os posicionamentos de Malafaia quanto ao Projeto de Lei 674/07, conhecido como “Estatuto da Família” ao qual o pastor se opôs, por este prever o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo. Nesse sentido, trabalharemos também com a oposição do pastor a decisão do Supremo Tribunal Federal de maio de 2011 sobre o mesmo tema.

Não temos como medir a influência que a atuação de Malafaia teve na votação dos projetos – atuação que também não aconteceu de forma isolada, como veremos –, o que também iria além do nosso objetivo de compreender a forma de ação e as ideologias difundidas pelo pastor. Compreendemos que essas ideologias cumprem uma função na sociedade, disseminam visões de

---

<sup>282</sup> Quando usamos os termos homossexualidade ou homossexual nesse trabalho nos referimos a todo o segmento LGBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais).

<sup>283</sup> ROMERO, Simon. *Líder evangélico cresce em meio a guerra cultural no Brasil*. Último Segundo, 29/11/2011. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/lder-evangelico-cresce-em-meio-a-guerra-cultural-no-brasil/n1597388294260.html>. Acessado em: 13/11/2015.

<sup>285</sup> VERDADE GOSPEL *Vídeo: Pr. Silas comenta apoio do Face ao casamento gay e deboche nas redes sociais*. Verdade Gospel. 01/07/2015. Disponível em: <http://www.verdadegospel.com/video-apoio-pelo-facebook-ao-casamento-gay-e-o-deboche-a-minha-pessoa-feito-pelas-redes-sociais-pr-silas-comenta/?area=1> Acessado em: 08/07/2015.

mundo e levam a ação. Como escreveu Gramsci, as ideologias não devem ser entendidas como “simples aparência e ilusão”, pois, apesar de não criarem a realidade social, são uma “realidade objetiva e operante”<sup>286</sup>. Para o autor, as ideologias não se resumem a uma leitura idealista, como um combate de ideias dissociadas de sua base material e, por outro lado, também não emergem como consequência natural de determinado desenvolvimento produtivo. Para Gramsci, o que existe entre infraestrutura e superestrutura é uma articulação necessária e vital, que se apresenta de forma dialética e, sendo assim, as ideologias podem ter a “mesma energia de uma força material”, porém, dissociadas dessas forças materiais são apenas “fantasias individuais”, conforme escreve, citando Marx:

Outra afirmação de Marx é a de que a persuasão popular tem, com frequência, a mesma energia de uma força material, ou algo semelhante, e que é muito significativo. A análise destas afirmações, creio, conduz ao fortalecimento da concepção de “bloco histórico”, no qual, precisamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, a que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais<sup>287</sup>.

Para Gramsci, um erro comum sobre o valor das ideologias ocorre porque o termo é utilizado tanto para descrever “a superestrutura necessária de uma determinada estrutura” e “historicamente necessárias”, como para as “elucubrações arbitrárias de determinados indivíduos”<sup>288</sup>. Os dois sentidos não têm o mesmo valor histórico: enquanto historicamente necessárias “elas ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.”, porém enquanto são “arbitrárias”, “não criam mais do que ‘movimentos’ individuais, polêmicas, etc. (nem mesmo estas são completamente inúteis, já que funcionam como o erro que se contrapõe à verdade e a afirma)”<sup>289</sup>. O segundo sentido do conceito tornou-se exclusivo, modificando e desnaturalizando a análise teórica do conceito de ideologia em um processo descrito pelo autor da seguinte forma: primeiro a ideologia é vista como distinta da estrutura e sem poder de modificá-la, sendo a estrutura que modifica as ideologias, em um segundo momento afirma-se que uma determinada solução política é “ideológica” e, assim sendo, insuficiente para modificar a estrutura, “enquanto crê poder modificá-la se afirma que é inútil, estúpida, etc.”, em decorrência disso, “por último, afirma-se que toda ideologia é ‘pura’ aparência, inútil; estúpida, etc.”<sup>290</sup>.

A leitura antideterminista e antieconomicista que Gramsci fez do marxismo nos ajuda a

---

<sup>286</sup> GRAMSCI, Antonio. 1891/1937. *Cadernos do cárcere, Volume 1*. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p.83.

<sup>287</sup> Idem, p.237-238.

compreender as ideologias na sociedade capitalista moderna dentro da análise concreta da luta de classes, através de sua função e eficácia real para agrupar classes, e frações destas, em posições de domínio e de subordinação.

No caso da nossa pesquisa as ideologias assumem um caráter religioso e é preciso perguntar: essa constatação traz alguma diferença para a compreensão do tema? Em nosso entendimento, não. Dentro da nossa concepção teórica, a religião é essencialmente uma ideologia, “a ideologia mais enraizada e difundida”<sup>291</sup>, como escreveu Gramsci, mas, de qualquer forma, localizada no terreno da superestrutura, embora esse fato não diminua a sua importância na sociedade, como já mencionamos. O autor questiona se existiria alguma diferença entre religião, “entendida não no sentido confessional, mas no laico, de unidade de fé entre uma concepção do mundo e uma norma de conduta adequada a ela”, e ideologia: “mas porque chamar esta unidade de fé de ‘religião’, e não de ‘ideologia’ ou, mesmo, de ‘política’?”<sup>292</sup>.

Porém, é claro que a religião apresenta algumas características próprias. Para Gramsci, no conceito de religião estão pressupostos os seguintes elementos: “a crença de que existam uma ou mais divindades pessoais que transcendem as condições terrestres temporais”, “o sentimento dos homens de que dependem destes seres superiores que governam totalmente a vida do cosmo (...) e a existência de um sistema de relações (culto) entre os homens e os deuses”<sup>293</sup>. Acrescenta ainda que “caberia também examinar se é possível chamar de ‘religião’ uma fé que não tenha por objeto um deus pessoal, mas só forças impessoais e indeterminadas”<sup>294</sup>. Partindo desses pressupostos, o que diferencia as ideologias religiosas é o fato de que essas são justificadas pela crença em seres metafísicos, e pelo conjunto de relações recíprocas entre esses seres e a humanidade. Porém, até esse fato é compartilhado por algumas ideologias não religiosas, como exemplo temos a crença na “mão invisível do mercado”, que de certa forma mantém as mesmas características de uma ideologia religiosa. Assim, por mais que a religião apresente algumas características próprias, para a compreensão do nosso tema não fará diferença se as ideologias tenham justificativas religiosas ou não.

Um dos interesses de Gramsci ao escrever sobre a religião foram as conexões dessa com a filosofia, e o “senso comum”, que seria a “filosofia original de massas populares”, ou seja, “a concepção do mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se

---

288 Ibidem.

289 Ibidem.

290 Ibidem.

291 Ibidem.

292 Ibidem, p. 96.

293 Ibidem, p. 210.

294 Ibidem.

desenvolve a individualidade moral do homem médio”, quanto ao tema ou autor escreve:

A filosofia é uma ordem intelectual, o que nem a religião nem o senso comum podem ser. Ver como, na realidade, tampouco coincidem religião e senso comum, mas a religião é um ponto do senso comum desagregado. Ademais, “senso comum” é um nome coletivo, como “religião”: não existe um único senso comum, pois também ele é um produto e um devir histórico. A filosofia é a crítica e a superação da religião e do senso comum e, nesse sentido, coincide com o “bom senso”, que se contrapõe ao senso comum<sup>295</sup>.

Um dos objetivos da filosofia da práxis, segundo Gramsci, é conduzir os “simples” do senso comum à “uma concepção de vida superior”, “forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais”<sup>296</sup>. A religião geralmente presta um desserviço a essa causa, uma vez que ela fornece os elementos principais do senso comum, “consequentemente, a relação entre senso comum e religião é muito mais íntima do que a relação entre senso comum e sistemas filosóficos intelectuais”<sup>297</sup>.

Gramsci afirma que é um equívoco estudar o senso comum partindo do pressuposto de que a elaboração dessa filosofia se oponha aos grandes “sistemas das filosofias tradicionais e a religião do alto clero, isto é, a concepção do mundo dos intelectuais e da alta cultura”, pois, na realidade, estes sistemas não são conhecidos pelas multidões e não tem eficácia direta sobre o modo de pensar e de agir das massas, porém:

Isto não significa, por certo, que eles sejam desprovidos inteiramente de eficácia histórica: mas esta eficácia é de outra natureza. Estes sistemas influem sobre as massas populares como força política externa, como elemento de força coesiva das classes dirigentes, e, portanto, como elemento de subordinação a uma hegemonia exterior, que limita o pensamento original das massas populares de uma maneira negativa, sem influir positivamente sobre elas, como fermento vital de transformação interna do que as massas pensam, embrionária e caoticamente, sobre o mundo e a vida<sup>298</sup>.

---

<sup>295</sup> GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Volume 1, Op. Cit. p. 96.

<sup>296</sup> Idem, p.102.

<sup>297</sup> GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Volume 1, Op. Cit. p. 114.

<sup>298</sup> Idem.

Ou seja, a filosofia das classes dominantes, assim como a religião sistematizada pelo alto clero, não atinge diretamente as classes populares, mas, tem influência sobre elas como forças políticas externas, como elemento de coesão das classes dirigentes, subordinando-as a uma hegemonia exterior. Essa influência atinge negativamente as massas, dificultando a elaboração de uma filosofia original das classes subalternas de forma independente.

Gramsci não aborda a religião de forma teologizante, idealizada, desvinculada da realidade social, mas sim de forma histórica dando principal atenção ao seu caráter organizativo da sociedade. Nos Cadernos, principalmente no que se refere à relação da religião com o senso comum e a filosofia, Gramsci analisou os fenômenos religiosos tendo em mente a sua superação, como um dos pontos fulcrais para a reforma moral do homem, o que pode dar a falsa impressão que sua leitura é unilateral ou funcionalista. Não é o caso, visto que Gramsci entende que o terreno da luta não pode ser presumido idealmente, como dado *a priori*, e que, portanto, a religião não é só um elemento “em vias de superação”, dado que não corroboraria a ideia de racionalidade científica típica da modernidade burguesa. Podemos dizer que a religião é um substrato ideológico histórico, e mesmo que a Igreja não seja mais a organizadora maior da sociedade, ainda exerce influência e a função de construção de visões de mundo, visto a função pedagógica que exerce na formação dos horizontes ideológicos das classes e grupos sociais, assim como seus posicionamentos diante da disputa pela hegemonia.

Antes de partirmos para o trabalho com as fontes, cabe explicar que não temos a intenção de “responder” os discursos de Malafaia, porém, em muitos momentos achamos necessário apontar os erros e as distorções disseminados conscientemente pelo pastor através de sua ideologia – “conscientemente” pois não nos deixaremos levar pela crítica fácil de que ele seja simplesmente ignorante ou “alienado” - pois compreendemos que esses também cumprem uma função em seus discursos e auxiliam no objetivo de disseminar visões de mundo.

### **Oposição ao projeto de lei contra homofobia**

O projeto de lei (PL) 122/06, conhecido como lei anti-homofobia, começou a sua tramitação na Câmara dos Deputados, em 07 de agosto de 2001, proposto pela deputada federal Iara Bernardi (PT – SP), então denominado projeto de lei 5003/01. O teor do texto original era pouco ambicioso, não prevendo sanções penais nem alterando outras leis. Fundamentalmente, previa apenas medidas administrativas, algumas das quais que veremos adiante, limitadas a pessoas jurídicas<sup>299</sup>. Foram os

---

<sup>299</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 5003/2001*. Disponível em: 50

PLs posteriormente apensados ao original que deram as cruciais características do PL 5003/01 em sua versão final. Nesse sentido, os principais apensos foram: PL 3143/04, que alterava a Lei 7716/89 (Lei de Racismo)<sup>300</sup> tornando crime também a discriminação motivada por orientação sexual; o PL 3770/04, que alterava a iniciativa de processo administrativo e/ou penal<sup>301</sup> e também entrava no âmbito do direito civil, disciplinando a união estável homoafetiva; e o PL 5/2003, que alterava o Código Penal, incluindo a discriminação pela orientação sexual como qualificadora do crime de injúria. Definido que a redação final do PL 5003/01 não partiu de uma iniciativa individual, temos presente a visão de que vários projetos já atentavam para a situação, porém com limitações em alcance e definições<sup>302</sup>. Em sua redação final, o PL 5003/01 poderia ser definido em seu Art. 1º:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, definindo os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero<sup>303</sup>.

Dentre as citadas, a Lei nº 7.716/89 é a que sofreria as mais importantes alterações. A começar pelo artigo 1º que na redação original constava: “Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional” e passaria a dispor “serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, *gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero*”<sup>304</sup>, ou seja, ampliando substancialmente o alcance da legislação. As modificações citadas apenas pretendiam incluir novos atores em uma legislação que já criminalizava a discriminação racial e religiosa. Não obstante, talvez na maior inovação legislativa da proposta previa a inclusão de dois novos artigos: o 8º-A e o 8º-B, que protegiam especificamente as manifestações públicas de afeto:

---

<http://imagem.camara.gov.br/MostraIntegralImagem.asp?strSiglaProp=PL&intProp=5003&intAnoProp=2001&intParteProp=1>. Acessado em: 12/12/2015.

<sup>300</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 3143/2004*. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=202749&filename=PL+3143/2004](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=202749&filename=PL+3143/2004). Acessado em: 19/12/2015.

<sup>301</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 3770/2004*. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=226920&filename=PL+3770/2004](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=226920&filename=PL+3770/2004). Acessado em: 19/12/2015

<sup>302</sup> *Projeto de Lei 5003/2001*, Op. Cit.

<sup>303</sup> Idem.

<sup>304</sup> Ibidem.

Art. 8º-A Impedir ou restringir a expressão e a manifestação de afetividade em locais públicos ou privados abertos ao público, em virtude das características previstas no art. 1º desta Lei: Pena: reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

Art. 8º-B Proibir a livre expressão e manifestação de afetividade do cidadão homossexual, bissexual ou transgênero, sendo estas expressões e manifestações permitidas aos demais cidadãos ou cidadãs:

Pena: reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos<sup>305</sup>.

Além de sanções penais, o projeto de lei também previa, na redação proposta para o art. 16, punições administrativas para servidores públicos e pessoas jurídicas, desde multa e vedação de favorecimento tributário até inabilitação para contratar com administração pública e suspensão temporária de funcionamento. Finalmente, também facultava o início do processo, administrativo e/ou penal, por iniciativa do ofendido, de autoridade competente ou mesmo por comunicação de ONGs de defesa de cidadania e direitos humanos<sup>306</sup>.

Em setembro de 2001, o PL é enviado, regimentalmente, à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara (CCJC). O primeiro relator na comissão foi o Bispo Rodrigues, deputado federal pelo Rio de Janeiro, do então Partido Liberal (PL), parlamentar ligado à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e presidente da Frente Parlamentar Evangélica. Apesar de o tema potencialmente envolver interesses ligados à chamada bancada evangélica, o deputado devolveu o projeto após mais de um ano, em 18 de dezembro de 2002, sem manifestação<sup>307</sup>. Ao fim da legislatura o projeto foi arquivado, com base no Regimento da Câmara, sem votação.

Em fevereiro de 2003, a autora, Dep. Iara, requereu o desarquivamento do projeto, e os próximos dois relatores designados, respectivamente o Dep. Bonifácio de Andrada (PSDB-MG) e Dep. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), devolveram o projeto sem manifestações<sup>308</sup>. Em 17 de março de 2005, novo relator é designado, o Dep. Luciano Zica (PT-SP), que apresenta relatório favorável na forma de substitutivo em 20 de abril. Conforme o relatório:

[...] diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa [...] e pela aprovação, no mérito, do PL 5003/01, do PL 0002/2003, do PL 3143/04 e do PL 3770/04, na forma do substitutivo que ora apresentamos, apenas para consolidar e aperfeiçoar os textos dos mesmos<sup>309</sup>.

No relatório, fica evidente que, na visão de Zica, pensando os Pls que tratavam de matéria

---

<sup>305</sup> Ibidem.

<sup>306</sup> Ibidem.

<sup>307</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. *Tramitação do Projeto de Lei 5.003/01*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=31842>. Acessado em: 19/12/2015.

<sup>308</sup> Idem.

<sup>309</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. *Tramitação do Projeto de Lei 5.003/01*. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=297961&filename=TramitacaoPL+5003/2001](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=297961&filename=TramitacaoPL+5003/2001). Acessado em 19/12/2015

semelhante, quando não idêntica, e rejeitando os Pls que, de alguma forma, destoavam do propósito original do projeto e aperfeiçoando tecnicamente o texto, este se encontrava plenamente apto à votação<sup>310</sup>. Em 03 de agosto de 2005, a CCJC aprovou o parecer por unanimidade<sup>311</sup>.

A primeira manifestação contrária ao projeto dentro da Câmara é do Dep. José Divino que, ausente na sessão, apresenta um voto contrário em separado, pois julga que:

A orientação sexual a meu ver é uma opção, e não um gênero de vida, raça e cor. Trata-se de uma escolha humana para um determinado comportamento, assim como a orientação religiosa, política etc. [e que] enorme grau de violência praticado contra os homossexuais é também praticado com a mesma gravidade contra: mulheres donas-de-casa, mulheres prostitutas, crianças e adolescentes usuários de drogas, negros, pobres e religiosos<sup>312</sup>.

Aqui o parlamentar buscou relativizar a discriminação e a violência sofrida por homossexuais. Também demonstrou sua ignorância quanto ao texto original da Lei 7716/89, uma vez que esse já protegia brasileiros da discriminação racial e religiosa, e que o pleito materializado pelo PL 5003/01 era apenas incluir mais atores sociais sob esta proteção.

Após aprovação na CCJC, a matéria está pronta para a pauta no plenário da Câmara e é incluída pela primeira vez em 12 de abril de 2006, porém, a sessão desse dia e dos posteriores teve a pauta trancada pela exigência de apreciação de medidas provisórias<sup>313</sup>. Em 20 de abril de 2006, o Dep. Rodrigo Maia (PFL-RJ), requereu a tramitação em regime de urgência, pleito atendido em 22 de novembro do mesmo ano<sup>314</sup>. No dia seguinte, a PL 5003/01 é discutida e votada em turno único<sup>315</sup>. A aprovação se deu sem qualquer percalço, e foi comemorada por parlamentares de partidos tão díspares, no momento, como PT e PFL, como também pelo presidente da casa, Inocêncio Oliveira.

Porém, após a votação e aprovação, o Dep. Pastor Pedro Ribeiro (PMDB-CE), que ao que tudo indica não percebeu que a votação acontecera, fez uma intervenção intempestiva e um tanto quanto cômica, afirmando que os evangélicos eram contrários ao projeto de lei e queriam discuti-lo com mais profundidade<sup>316</sup>. Após longa discussão com o então presidente da Câmara Inocêncio

---

<sup>310</sup> Idem.

<sup>311</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. *Diário da Câmara dos Deputados*. Agosto de 2005. p. 38755. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD12AGO2005.pdf#page=253> Acessado em: 19/12/20015.

<sup>312</sup> Idem.

<sup>313</sup> *Tramitação do Projeto de Lei 5.003/01*, Op. Cit.

<sup>314</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. *Diário da Câmara dos Deputados*. Novembro de 2006. p. 51823. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD23NOV2006.pdf#page=654>. Acessado em: 19/12/20015.

<sup>315</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. *Tramitação do Projeto de Lei 5.003/01*. Op. Cit.

<sup>316</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. *Discursos e notas taquigráficas*. 23/11/2006. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=189.4.52.O&nuQuarto=69&nuOrador=2&nuInsercao=36&dtHorarioQuarto=16:16&sgFaseSessao=OD&Data=23/11/2006&txApelido=PASTOR%20PEDRO%20RIBEIRO,%20PMDB-CE>. Acessado em: 20/12/2015.

Oliveira, Ribeiro tem seu voto contrário registrado em separado e é convencido a fazer um recurso contra a validade da votação<sup>317</sup>.

No Senado, a matéria foi protocolada e burocraticamente rebatizada de PLC 122/06 em 12 de dezembro de 2006. Lida em plenário e encaminhada às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e de Constituição, Justiça e Cidadania em 14 do mesmo mês. Em 07 de fevereiro de 2007, a Senadora Fátima Cleide (PT-RO) foi designada relatora do PLC, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos (CDH). Em maio foi realizada a primeira audiência pública para debater a matéria e em setembro aconteceu outra. Nessa audiência foram convocados, entre outros, juristas, docentes e o presidente da Academia Evangélica de Letras do Brasil<sup>318</sup>. Em dezembro é aprovado requerimento para enviar o projeto também à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde a relatoria fica com a mesma Fátima Cleide.

No Senado, a primeira manifestação contrária ao projeto foi do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) que, no dia 19 de março de 2007, disse no plenário que o projeto confunde “o respeito devido a uma opção individual da pessoa com o uso do poder do Estado, através do seu corpo de leis, para impor a todos os cidadãos um comportamento que é claramente antinatural<sup>319</sup>”.

Já a primeira demonstração pública de Malafaia contra o projeto de lei aconteceu em seu programa de televisão, o Vitória em Cristo, em setembro de 2007, onde o pastor, utilizando-se de artigos da Constituição, trechos Bíblicos e estudos científicos escusos, tentou demonstrar que a lei, se aprovada, cercearia o direito dos religiosos de se oporem publicamente à “prática homossexual”. O pastor já falava sobre a homossexualidade em suas pregações e mensagens anteriores<sup>320</sup> e apresentava a maior parte das posições e conceitos sobre o assunto. Em 08 de abril do mesmo ano, o pastor participou do programa Canal Livre da Rede Bandeirantes e respondeu, entre outros temas, qual a posição das igrejas pentecostais sobre homossexualidade. Na ocasião o projeto de lei não foi citado, apesar de o pastor dizer que vivíamos em uma “moderna inquisição” que proibia os brasileiros de se oporem às opções dos homossexuais, o que leva a crer que o pastor ainda não tinha conhecimento do projeto, já que essa seria uma boa oportunidade de protestar.

---

<sup>317</sup> Idem.

<sup>318</sup> BRASIL. Senado. *Projeto de Lei da Câmara Nº 122/06*. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/matéria/79604>. Acessado: 19/12/2015.

<sup>319</sup> AGÊNCIA SENADO. *Crivella se manifesta contrário a projeto que criminaliza manifestação crítica ao homossexualismo*. Agência Senado. 19/03/2007. Disponível: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2007/03/19/crivella-se-manifesta-contrario-a-projeto-que-criminaliza-manifestacao-critica-ao-homossexualismo>. Acessado em: 20/12/2015.

<sup>320</sup> Em 2001 a loja virtual do site do pastor trazia em seu catálogo uma fita de vídeo de mensagem com o estranhíssimo nome “*Homossexualismo, Aborto e Depravação Moral – Discos Voadores e Extraterrestres*”. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20001018151938/http://www.prsilasmalafaia.com.br/video.htm>. Acessado em: 20/12/2015.

Em 04 de agosto de 2007 foi ao ar no Programa Vitória em Cristo a mensagem “Homossexualismo, Aborto, Células-Tronco: A verdade que você precisa saber”, gravada na Assembleia de Deus da Penha no mesmo ano. Essa também foi distribuída em DVD pela Editora Central Gospel. Conforme a descrição da contracapa do DVD: “esta é uma mensagem esclarecedora do Pastor Silas Malafaia que aborda com clareza tais questões a luz das Sagradas Escrituras [...] um verdadeiro alerta aos cristãos, que não devem conformar-se com os falsos conceitos morais desse mundo”<sup>321</sup>. Esse programa gerou manifestação de militantes homossexuais, o que levou a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal de São Paulo a abrir procedimento administrativo e encaminhar ofícios às emissoras para pronunciamento sobre o fato<sup>322</sup>. Sendo o programa de setembro antes mencionado uma espécie de resposta às manifestações e ao processo. Antes de passarmos para a oposição do pastor PL 122/06, analisaremos essa mensagem, pois nela encontram-se os posicionamentos do pastor que justificarão a sua oposição ao projeto.

Na mensagem, o pastor se coloca como porta-voz de todos os evangélicos, que como visto no primeiro capítulo, não formam um bloco homogêneo de pensamento, e afirma: “nós evangélicos amamos todos os homossexuais”, como também “amamos todos os tipos de pessoas, até bandido, nós amamos, porque a bíblia manda amar o próximo”, porém, “concordar com suas práticas e aceitar suas atitudes, aí já é outra questão”<sup>323</sup>. Separar o homossexual de suas “práticas”, permite ao pastor propor que o “homossexualismo” possa ser “tratado” psicologicamente. Uma possibilidade que é negada aos homossexuais e psicólogos pelo Conselho Federal de Psicologia, órgão que supostamente cedeu ao *lobby* homossexual e proíbe tal prática entre os profissionais. Nas palavras do pastor: “o que me causa espanto é que até o Conselho Federal de Psicologia baixou resolução proibindo que os psicólogos realizem qualquer tratamento em homossexual que queira mudar sua preferência sexual”<sup>324</sup>.

Para Malafaia, se a homossexualidade fosse um determinismo biológico, haveria motivo para mudanças na educação, nas leis e na religião para garantir os direitos dos homossexuais,

---

<sup>321</sup> MALAFAIA, Silas. *Homossexualismo, Aborto, Células-Tronco: A verdade que você precisa saber*. Pr. Silas Malafaia Editora Central Gospel. DVD. 75 min.

<sup>322</sup> A CAPA. *Ministério Público quer esclarecimento de pastor por declarações homofóbicas*. A Capa. 06/09/2007. Disponível em: <http://acapa.virgula.uol.com.br/politica/mp-quer-esclarecimento-de-pastor-por-declaracoes-homofobicas/2/14/2294>. Acessado em: 02/01/2016.

<sup>323</sup> HOMOSSEXUALISMO, ABORTO, CÉLULAS-TRONCO: A VERDADE QUE VOCÊ PRECISA SABER. *Vitória em Cristo*. São Paulo: Rede TV!, 04/08/2007. Programa de TV.

<sup>324</sup> O pastor refere se a Resolução nº 001/99 de 22 de março de 1999 que “estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual”. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *RESOLUÇÃO CFP Nº 001/99 DE 22 DE MARÇO DE 1999*. Disponível em: [http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999\\_1.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf). Acessado em: 03/01/2016.

porém, como ”nenhum cientista jamais provou ou vai provar que homossexualidade é uma questão biológica ou genética”, não existe respaldo para tais causas. O pastor segue a sua argumentação:

Não existe ordem cromossômica de homossexuais. Existem cromossomos femininos e masculinos. O indivíduo heterossexual e homossexual do mesmo sexo tem a mesma ordem cromossômica [...] não há nenhuma comprovação científica e jamais terá, porque nesse particular a teologia e a ciência concordam que Deus fez MACHO e FÊMEA! E não uma sociedade de andrógenos ou de bissexuais<sup>325</sup>.

O pastor parte do princípio de que a orientação sexual é um comportamento aprendido durante a vida e não uma característica inata. Essa ideia é levantada por Malafaia em todas as vezes que ele falou sobre o assunto nas fontes que estudamos. A questão nos parece totalmente irrelevante: a luta dos homossexuais por respeito e pela proteção de seus direitos através da legislação de forma alguma é comprometida pela existência ou não de um “componente biológico”. Permitindo-nos uma comparação, também não se nasce cristão ou evangélico e nem por isso leis que defendem o direito de culto foram deixadas de fora da legislação brasileira. Não iremos nos aprofundar nessa questão, pois, assim como o pastor, não temos conhecimento na área de genética ou biologia, porém, citamos o “Manifesto da Sociedade Brasileira de Genética sobre bases genéticas da orientação sexual”, documento publicado pela instituição em 7 de março de 2013, em defesa do biólogo Eli Vieira, na época doutorando em genética, que se envolveu em polêmica com o pastor após publicar vídeo em que refutava as posições de Malafaia sobre o tema<sup>326</sup>. Segue trecho do manifesto:

A Sociedade Brasileira de Genética endossa as informações fornecidas pelo biólogo Eli Vieira em resposta ao pastor e psicólogo Silas Malafaia acerca das bases genéticas da orientação sexual. A orientação sexual humana é uma característica multifatorial, influenciada tanto pelos genes como também pelo ambiente. Há fortes evidências de que o substrato neurobiológico para a orientação sexual já está presente nos primeiros anos de vida. Não há evidência de nenhuma variável ambiental controlável capaz de modificar de maneira permanente a orientação sexual de um indivíduo. Assim, essa faceta do comportamento humano é resultado de uma interação complexa entre genes e ambiente, em que nenhum dos dois tem efeito determinante por si só. Alegar que a genética nada tem a contribuir na compreensão da origem deste comportamento é ignorar meio século de avanços na nossa área. Entendemos, também, que os fatos acerca dessa questão são desvinculados do debate ético sobre os direitos das pessoas que manifestam orientações sexuais e identidades de gênero<sup>328</sup>.

---

<sup>325</sup> HOMOSSEXUALISMO, ABORTO, CÉLULAS-TRONCO: A VERDADE QUE VOCÊ PRECISA SABER, Op. Cit.

<sup>326</sup> que em 04 de fevereiro do mesmo ano publicou um vídeo em seu perfil do Youtube<sup>326</sup> refutando as opiniões de Malafaia sobre o assunto na entrevista que concedeu para o programa De Frente com Gabi, do SBT, que fora ao ar dois dias antes. VIEIRA, Eli. *Resposta de geneticista a Silas Malafaia [CC-eng] [Biologist refutes preacher on homosexuality]*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3wx3fdnOEos>. Acessado em: 12/01/2016.

<sup>328</sup> MARTINS, Dan. *Sociedade Brasileira de Genética apóia críticas do biólogo Eli Vieira ao pastor Silas*

Silas Malafaia utiliza a ciência de forma genérica para defender suas posições embasadas em seus princípios religiosos tentando tornar as suas opiniões válidas para toda sociedade e não apenas para o público religioso. Também utiliza seu “conhecimento científico” para defender o ponto de que suas concepções não se tratam de preconceito, uma vez que o que ele apresentaria “conceitos firmados na base do conhecimento”, conforme suas palavras:

[...] quero dizer também que nós evangélicos não temos preconceito com a homossexualidade, preconceito é quando você firma um conceito de baixo da ignorância e sem domínio de conhecimento. Eu não tenho preconceito em relação à homossexualidade, é conceito firmado. E conceito firmado na base de conhecimento, não na base de lógica ou de opiniões, a mercê do bom gosto de alguém<sup>329</sup>.

O pastor também utiliza a ciência para demonstrar que as sociedades humanas são estruturadas nos comportamentos e relações heterossexuais e que a mudança desses comportamentos pode levar ao fim da sociedade. Para isso cita um suposto estudo antropológico:

[...] pesquisa de um cientista, Charles Winick, da universidade de Nova Iorque, ele pesquisou mais de duas mil culturas existentes na história da raça humana, chegou à conclusão que em apenas cinquenta e cinco eram culturas unissexuais, isto é, não havia diferenciação do papel do macho e da fêmea, sabe o que aconteceu, essas culturas se extinguiram rapidamente, porque nenhuma sociedade é mais forte do que a vitalidade das suas famílias e a vitalidade das suas famílias depende do relacionamento dos sexos opostos, isto é, do relacionamento heterossexual. Eu não estou falando de teologia, eu estou falando de sociologia, de dados científicos<sup>330</sup>.

O Dr Winick é um antropólogo da Universidade da Cidade de Nova Iorque que, em seu livro “*The new: people-desexualization in american life*”, lançado em 1969, após analisar a cultura estadunidense (arte, música, filmes, heróis, heroínas, jogos, propagandas, roupas e crenças) entre os anos 1920 e o ano do lançamento do livro, chegou à conclusão de que a sociedade estadunidense está se tornando “bege”, metáfora para dizer que os gêneros masculinos e femininos estão perdendo suas particularidades e se tornando indistinguíveis<sup>331</sup>. Não encontramos referências de tão grandioso

---

Malafaia. Às Claras. 10/03/2013. Disponível em: [http://asclaras.com/noticias\\_detalhes.php?id=862](http://asclaras.com/noticias_detalhes.php?id=862). Acessado em: 10/01/2016.

<sup>329</sup> HOMOSSEXUALISMO, ABORTO, CÉLULAS-TRONCO: A VERDADE QUE VOCÊ PRECISA SABER, Op. Cit.

<sup>330</sup> Idem.

<sup>331</sup> Não tivemos acesso ao livro de Winick, as informações foram retiradas da resenha escrita por Evalyn S. Gendel. Texto original no qual nos baseamos é esse: “*The contemporary American scene is explored through the art, music, movies, heroes, heroines, games, advertising, dress, and beliefs of our society in the period from approximately 1920 through the present and into the immediate future. Built upon extensive research of the life-styles from the flapper to the jet set, it applies the evolution of change to male-female relationships as well as to the basic character of the middle, upper middle, and upper classes of this country. Whether or not one agrees with the author's conclusions that we have become a vapid, "beige-colored" society, composed of males and females who are rapidly becoming*

estudo realizado pelo autor. Acreditamos que o pastor tenha retirado essa informação de algum escrito do estadunidense James Dobson que a apresenta em alguns de seus livros e artigos, conforme escrito em seu livro “*Building Confidence in Your Child*”:

Há pouca dúvida de que esta indefinição de papéis está contribuindo para a epidemia homossexual, e é uma tendência assustadora. Dr. Charles Winick, professor de antropologia da Universidade da Cidade de Nova York, estudou duas mil culturas e encontrou cinquenta e cinco caracterizadas pela ambiguidade sexual. Nem uma sobreviveu. Dr Winick sente que o futuro da cultura ocidental está em jogo nesta questão, e eu estou inclinado a concordar<sup>332</sup>.

Essa informação também está presente traduzida no livro “O movimento homossexual” de Júlio Severo<sup>333</sup>, lançado em 1998 pela Editoria Betânia e mais tarde distribuído gratuitamente pelo autor por meio de e-book. O autor usou como referência o livro “*Hide and Seek*” também da autoria de Dobson<sup>334</sup>.

Na sequência da mensagem o pastor chega ao ponto em que justifica a sua oposição aos grupos de defesa dos direitos homossexuais: a “moderna inquisição” que impede que novas opiniões sobre a homossexualidade sejam manifestadas, inclusive em pesquisas científicas:

O que nós estamos presenciando hoje é uma moderna inquisição científica e sociológica. Qualquer pessoa que se levante para se opor à prática da homossexualidade é logo ridicularizada, desprezada, rotulada, como preconceito, e os grupos de defesa dos homossexuais trabalham com força através da mídia, porque as centrais de jornalismo as centrais de produções de novela estão infestadas de pessoas que tem a prática homossexual na sua vida, então eles são bem organizados, tem acesso à mídia e qualquer um que se levante contra os interesses da comunidade homossexual é logo bombardeado<sup>335</sup>.

O pastor defende o direito de se opor publicamente à prática homossexual, direito que lhe é negado pela “moderna inquisição científica e sociológica”. E partindo dessa lógica, o preconceito passa a ser sofrido pelos que se opõe à homossexualidade. Para Malafaia, o complô formado pelos grupos de defesa dos homossexuais, que “infestam” as centrais de jornalismo e de produções de

---

*indistinguishable from each other, the wealth of study and references which he has accumulated make for valuable reading*”. GENDEL. Evalyn S. *The new people-desexualization in american life-by charles winick*. VOL. 60, NO. 11. A.J.P.H. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1349272/pdf/amjphnation00040-0174a.pdf>. Acessado em: 03/01/2016.

<sup>332</sup> BOBSON, James. *Building Confidence in Your Child*. Revel. Grand Rapids Michigan. 1999.

<sup>333</sup> Severo é escritor, blogueiro e militante “dos preceitos morais evangélicos para a sociedade, tornando-se conhecido crítico dos movimentos de liberalização do aborto e do casamento entre pessoas do mesmo sexo”. Severo também defende o Homescholling, ensino doméstico dos filhos, pelos pais ou professores contratados, em substituição ao ensino escolar, nominado em inglês por ser uma prática comum entre evangélicos “fundamentalistas” estadunidenses<sup>1</sup>. Adquiriu certa visibilidade após seu “autoexílio” nos EUA em 2009, por causa de uma queixa feita contra ele ao Ministério Público Federal (MPF) pela Associação da Parada do Orgulho Gay de São Paulo, quanto aos conteúdos homofóbicos de seu blog [www.juliosevero.com](http://www.juliosevero.com)

<sup>334</sup> SEVERO. Julio. *O movimento homossexual*. Editora Betânia, Venda Nova – MG, 1998.

<sup>335</sup> Idem.

novela, faz pressão sobre a sociedade e impede que manifestações contrárias à homossexualidade sejam difundidas. Tirando o caráter conspiratório do discurso de Malafaia, é fato que os movimentos e ativistas homossexuais fazem o trabalho de pressionar a sociedade e o Estado para ter os seus direitos reconhecidos, da mesma forma que a pressão dos movimentos negros ajudou a consolidar as leis contra o racismo ou como a aprovação das leis que ampliaram os direitos das mulheres tiveram influência dos movimentos feministas.

Ao final da parte voltada à homossexualidade, antes de partir para a parte teológica da mensagem, a qual não analisaremos, o pastor, compara a homossexualidade ao uso de crack e cocaína e a poligamia e conclui que a prática, por ser um “erro moral”, não pode ser um “direito civil”:

Imagine se toda prática *deturpada, pecaminosa, imoral*, tem uma grande parcela da sociedade praticando, então nós vamos legalizar, olha legaliza a cocaína, porque tem gente cheirando cocaína pra dar de pau, legaliza o crack, porque tem gente usando crack pra dar de pau, olha, daqui a pouco vai ter alguém aqui dizendo, legaliza a pedofilia, porque tem muita gente praticando isso, olha legaliza esse negócio do camarada casar com três, quatro, porque tem um bando de marmanjo que tem três, quatro mulheres, onde vai parar a sociedade se ela legalizar tudo? Sabe o que as ciências humanas dizem? Quanto mais você legalizar, mais o ser humano se torna insaciável, e quanto mais se legalizar ele perde a noção de princípios e quanto mais você legalizar as coisas na sociedade o ser humano perde referência. Querem legalizar tudo, agora não fica chateado comigo. *Um erro moral nunca pode ser um direito civil! Eu vou repetir, um erro moral nunca pode ser um direito civil!* [Gritando], *porque se essa sociedade legalizar todas as aberrações ela auto se destrói [sic], porque todo ser humano precisa de limite*<sup>336</sup>.

Uma vez que a questão de legalizar ou proibir a homossexualidade não está em cogitação no Brasil, imaginamos que o autor se refira ao casamento homossexual. A comparação com a liberação das drogas ou a poligamia não faz sentido, pois não são permitidas para nenhum cidadão, já o casamento é permitido em relações heterossexuais e as tentativas de aprovar o casamento homossexual são formas de igualar os direitos de todos os brasileiros.

Essas são as justificativas do pastor, utilizadas mais tarde para se opor ao projeto. Retomando as posições de Malafaia sobre o assunto: Homossexualidade é uma questão comportamental e não uma determinação biológica, sendo assim, não é necessário que modifiquemos leis, a nossa educação ou a pregação religiosa para se adequar à população homossexual; A teologia e a ciência se complementam e são unânimes em dizer que só existe macho e fêmea; os homossexuais podem virar heterossexuais através de tratamento psicológico e essa é a única “solução” apresentada para a questão; as proibições em se opor à homossexualidade

---

<sup>336</sup> HOMOSSEXUALISMO, ABORTO, CÉLULAS-TRONCO: A VERDADE QUE VOCÊ PRECISA SABER, Op. Cit.

correspondem a uma “moderna inquisição” orquestrada pelos movimentos homossexuais; a homossexualidade é um erro moral e, sendo assim, nunca pode ser um direito civil.

No programa televisivo de setembro de 2007, Malafaia iniciou citando o versículo bíblico que diz que “nada podemos contra a verdade senão pela verdade” e em seguida leu alguns incisos do artigo quinto da Constituição Federal de 1988, que trata dos direitos e garantias fundamentais prescritos no documento, explicando que o texto servirá para que os telespectadores entendam o que dirá na sequência. Os incisos citados são:

- IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
- VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;
- VIII – ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;
- IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença<sup>337</sup>;

Após isso, afirmou aos telespectadores: “meus senhores, nós estamos correndo um grande perigo” e demonstrou suas conclusões sobre os incisos lidos: “eu sou livre para me expressar e eu entendo isso que está na Constituição, mas não livre para ofender os outros”. A partir dos incisos alegou que tem a liberdade de criticar o comportamento homossexual, uma vez que, seus motivos são religiosos e a liberdade religiosa lhe garante esse direito<sup>338</sup>.

Em seguida explicou que as suas posições são baseadas na Bíblia: “Eu vou dizer o que a Bíblia diz e eu creio, então diga que a Bíblia é homofóbica, 90% da população brasileira é cristã, então vai ter que botar tudo que é cristão, igreja católica, padre, pastor vai tudo para a cadeia, vai ter que rasgar a Bíblia”. Citou então alguns versículos bíblicos para demonstrar a oposição presente no livro quanto a homossexualidade. Mais uma vez não vamos nos ater aos discursos teológicos do pastor e aqui demonstramos nossos motivos: sabemos que a Bíblia apresenta passagens que pregam contra a homossexualidade, passagens que inclusive seriam consideradas “homofóbicas” na linguagem atual<sup>339</sup>, porém, em primeiro lugar, o cristianismo não é unitário e o enfoque dado a determinados textos bíblicos e a interpretação dos mesmos é diferente em cada segmento cristão e, em segundo lugar, não faz parte da nossa pesquisa o estudo teológico e nem temos a pretensão de descobrir qual seria a “verdadeira interpretação bíblica”. Exposto isso, para essa pesquisa, trabalharemos com as opiniões e conclusões que o pastor tem sobre textos bíblicos para justificar as suas posições e não a Bíblia em si, por isso nos permitiremos não trabalhar com os trechos bíblicos

---

<sup>337</sup> BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil De 1988*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acessado em 19/12/2015.

citados em seu sentido teológico.

Para além de ler a Constituição e os versículos bíblicos como o objetivo de embasar melhor as suas posições, o pastor apresentou basicamente as mesmas ideias da mensagem que analisamos anteriormente (a homossexualidade é um comportamento, é um pecado perante a bíblia, homossexuais podem mudar de orientação, os movimentos homossexuais são uma moderna inquisição, etc.), citou, inclusive, novamente o estudo realizado pelo Dr. Winick. Nesse programa o pastor se mostrou mais contido, não foram usadas as palavras como “aberração” para definir a homossexualidade, e a frase sobre a homossexualidade não poder ser um direito civil não foi repetida, provavelmente por causa da repercussão que teve o programa do dia 04 de agosto.

Uma novidade é a leitura de trechos de três artigos contrários ao projeto de lei escritos por Olavo de Carvalho, publicados no Jornal do Brasil nos dias 29 de março, 17 e 24 de maio de 2007. Malafaia utilizou os escritos de Carvalho para apresentar um “ponto de vista filosófico” para a questão. No primeiro texto lido, publicado em 24 de maio, o autor defende a ideia de que nada ou ninguém merece imunidade quanto às críticas, e as “únicas criaturas que tentaram vetar de antemão toda crítica possível foram Adolf Hitler, Josef Stálin, Mao-Tse-Tung e Pol-Pot”, e com isso “só o que conseguiram descer abaixo da animalidade, igualar-se a vampiros e demônios, tornar-se alvos da repulsa universal”<sup>340</sup>. O artigo do dia 29 de março, lido na sequência, traz a ideia de que o “movimento gay planeja tornar o homossexualismo, por lei, a única conduta humana superior a críticas” e essa é “a pretensão mais arrogante e ditatorial que algum grupo social já acalentou desde o tempo em que os imperadores romanos se autoneomaram deuses”, também acusa o movimento de tentar “moldar o debate” transformando todas as discussões sobre o assunto “homofóbicas” ou “anti-homofóbicas” e diz que “homofobia, a rigor, é um sintoma psiquiátrico raríssimo”<sup>341</sup>. Por último, Malafaia leu o trecho da matéria do dia 17 de maio de 2007, que afirma que apenas uma escolha pela irracionalidade explicaria que, “sob a alegação de proteger uma comunidade contra a mera opinião alheia, se busque submeter a novas perseguições judiciais outras comunidades que não estão expostas ao simples risco de ouvir palavras desagradáveis, mas de morrer em campos de extermínio”<sup>342</sup>.

Malafaia não voltou a citar Carvalho em seus discursos posteriores, porém, é possível notar

---

<sup>338</sup> ALERTA AOS EVANGÉLICOS. *Vitória em Cristo*. São Paulo: Rede TV!, 09/2007. Programa de TV.

<sup>339</sup> Apenas para exemplificar, o capítulo 20 do livro de Levítico em seu versículo 13, traz a seguinte frase: “Se um homem se deitar com outro homem como quem se deita com uma mulher, ambos praticaram um ato repugnante. Terão que ser executados, pois merecem a morte”. BÍBLIA. Português. Bíblia Sagrada. Tradução de Almeida atualizada. Disponível em: [http://www.bibliaon.com/versiculo/levitico\\_20\\_13/](http://www.bibliaon.com/versiculo/levitico_20_13/). Acessado em: 20/01/2016.

<sup>340</sup> ALERTA AOS EVANGÉLICOS, Op. Cit.

<sup>341</sup> Idem.

<sup>342</sup> Ibidem.

a influência do filósofo na elaboração desses: a comparação dos ativistas homossexuais a ditadores e a ideia de que uma “ditadura gay” está sendo implantada; a rejeição do conceito de “homofobia” por esse ser um termo criado para definir uma patologia psiquiátrica, ignorando a possibilidade de outros usos sociais de um mesmo termo e a alteração de seu sentido; e a ideia de que os ativistas querem tornar a homossexualidade uma conduta superior a críticas.

Em seu programa de televisão que foi ao ar em outubro de 2007, Malafaia lançou campanha para que o seu público mandasse mensagem aos senadores de seus respectivos estados, se dizendo contrário ao PL 122/06 e demonstrando a sua suposta inconstitucionalidade, também pediu para que expressassem sua oposição ao projeto no serviço atendimento do Senado, o “Alô Senado”, por telefone ou e-mail<sup>343</sup>. A campanha parece ter tido resultado, pois, conforme notícia publicada no site do Senado, entre janeiro e setembro de 2008 o serviço recebeu 303 mil manifestações, 608% a mais do que no mesmo período do ano anterior, e dessas, 226 mil foram referentes ao PL 122, ou seja, 74,5% das ligações<sup>344</sup>. A notícia ainda chama atenção para o fato de que “boa parte das pessoas que telefonam para opinar sobre a matéria acredita que ele busca legalizar o casamento entre homossexuais e, quando são informadas pelos atendentes sobre seu conteúdo, às vezes desistem de sua manifestação<sup>345</sup>, o que demonstra o desconhecimento de grande parte do público contrário ao projeto quanto ao seu conteúdo.

No dia 05 do mesmo mês, no site do ministério do pastor é publicado o texto “Pr. Silas Malafaia conclama os cidadãos conscientes a dizerem não ao PLC 122/2006”, no qual explica os motivos da oposição ao projeto e como enviar a mensagem para os senadores, é apresentado também o seguinte modelo para ser utilizado na mensagem por e-mail: “quero que os senadores votem pela rejeição total do PLC 122/2006, que viola o Artigo 5º, incisos IV, V, VIII e IX da Constituição Federal e cria privilégios para os homossexuais”<sup>346</sup>. Além das oposições ao projeto já citadas, e da tentativa de apresentá-lo como inconstitucional, o texto apresenta uma questão nova: a perseguição religiosa, conforme escrito:

Se o PLC 122/2006 for aprovado e convertido em lei, acarretará uma perseguição religiosa sem precedentes em nosso país, porque a proposta pretende:

\* punir com a pena de 2 a 5 anos de reclusão aquele que ousar proibir ou impedir a prática pública de um ato obsceno (“manifestação de afetividade”) por

<sup>343</sup> PL 122/2006. *Vitória em Cristo*. São Paulo: Rede TV!, 10/2007. Programa de TV.

<sup>344</sup> AGÊNCIA SENADO. *Projeto que criminaliza discriminação contra homossexuais é o que recebeu mais manifestações pelo Alô Senado no ano. Agência Senado*. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/09/22/projeto-que-criminaliza-discriminacao-contra-homossexuais-e-o-que-recebeu-mais-manifestacoes-pelo-alo-senado-no-ano>. Acessado em: 18/12/2016.

<sup>345</sup> Idem.

<sup>346</sup> PL 122/2006, Op. Cit.

homossexuais e a dona-de-casa que dispensar a babá que cuida de suas crianças após descobrir que ela é lésbica;

\* punir com a pena de 2 a 3 anos de reclusão os reitores de seminários que não admitirem o ingresso de um aluno homossexual;

\* punir a conduta de um sacerdote [padre/pastor] que em um sermão condenar o homossexualismo, enquadrando-o no artigo 8º da Constituição, (“ação [...] constrangedora [...] de ordem moral, ética, filosófica ou psicológica”)<sup>347</sup>.

Na página inicial do site, um *popup* com os dizeres “Diga NÃO! Envie um e-mail para os senadores do seu estado pela não aprovação da lei que beneficia a prática homossexual, PL 122/2006” direcionava os visitantes para uma página onde era possível enviar e-mail para os senadores. A campanha é divulgada no programa Vitória em Cristo, onde também é apresentado um “passo a passo” de como o telespectador pode encaminhar e-mail para o senador de seu estado. No mesmo mês é lançado no site do Ministério de Malafaia o “Editorial Sobre o Homossexualismo” que reafirma as posições do pastor sobre a homossexualidade e o projeto de lei. Reproduzimos aqui na íntegra:

Um alerta à sociedade. No momento em que escrevo estas palavras, encontra-se tramitando no Senado Federal um projeto de lei que propõe oficializar “a livre expressão de afetividade homossexual em locais públicos ou privados abertos ao público”. Nós, evangélicos, em defesa da família, da moral e dos princípios bíblicos, queremos expressar o nosso protesto contra esse projeto de lei. Amamos os homossexuais, mas não concordamos com a prática do homossexualismo. Não concordamos, porque a homossexualidade é uma rebelião consciente contra o que Deus estabeleceu na Criação. A Bíblia diz que Deus criou o ser humano como macho e fêmea, e em seguida instituiu o casamento heterossexual e a família. A civilização humana tem perdurado até hoje por causa desse princípio bíblico. Nenhuma sociedade é mais forte do que a vitalidade de suas famílias, e a vitalidade de suas famílias depende do relacionamento entre pessoas de sexos opostos, dos relacionamentos heterossexuais. A homossexualidade é uma distorção do que Deus criou. Tanto no Antigo quanto no Novo Testamento, ela é classificada como abominação, paixão infame, perversão moral (Lv 18.22; Rm 1.26,27; 1Co 6.9,10). Alguns afirmam que a homossexualidade é de origem biológica, genética. O indivíduo já nasceria homossexual. Porém, nenhum cientista jamais conseguiu provar isso. Na cadeia genética do ser humano, não existe nenhum fator, nenhuma ordem cromossômica homossexual. Admitir tal coisa seria o cúmulo do absurdo. Existem cromossomos que determinam o sexo feminino e cromossomos que determinam o sexo masculino. A homossexualidade é, antes de tudo, uma questão de comportamento, de preferência. É uma conduta aprendida ou induzida. Psicólogos e psiquiatras são unânimes em afirmar que o fator mais importante para uma criança decidir sua preferência sexual é a maneira como ela é criada. Isto é mais importante do que o próprio fator genético. Se toda prática deturpada, pecaminosa, imoral for legalizada, onde vai parar a nossa sociedade? Se a sociedade legalizar suas aberrações, ela se destruirá. Um erro moral nunca pode ser

---

<sup>347</sup> MINISTÉRIO SILAS MALAFAIA. *Pr. Silas Malafaia conclama os cidadãos conscientes a dizerem não ao PLC 122/2006*. 05/10/2007. Disponível em: [http://web.archive.org/web/20071113195727/http://www.ministeriosilasmalafaia.com.br/\\_gutenweb/\\_site/pg\\_noticias.cfm?COD\\_MATERIA=58](http://web.archive.org/web/20071113195727/http://www.ministeriosilasmalafaia.com.br/_gutenweb/_site/pg_noticias.cfm?COD_MATERIA=58). Acessado em: 11/12/2015.

um direito civil. Porém, qualquer homossexual que confessar o seu pecado, receber Jesus como Salvador e obedecer à Sua Palavra, poderá tornar-se um heterossexual, poderá ser recuperado e liberto. Jesus tem poder para isto<sup>348</sup>.

Em resumo: os evangélicos amam os homossexuais, porém não concordam com suas práticas; “Deus criou o ser humano como macho e fêmea, e em seguida instituiu o casamento heterossexual e a família”; homossexualidade é pecado, e, conforme a Bíblia, “abominação, paixão infame, perversão moral”, é comportamental e não biológica; se a sociedade legalizar suas aberrações, ela se destruirá; “um erro moral nunca pode ser um direito civil”.

**IMAGEM 2:** POP-UP COM LINK PARA MANDAR MENSAGEM AOS SENADORES.



Figura 1: Pop-up com link para mandar mensagem aos senadores. Disponível em: [http://web.archive.org/web/2007111114904/http://www.ministeriosilasmalafaia.com.br/\\_gutenweb/\\_site/pg\\_inicial.cf](http://web.archive.org/web/2007111114904/http://www.ministeriosilasmalafaia.com.br/_gutenweb/_site/pg_inicial.cf). Acessado em: 10/11/2015.

No dia 21 de abril de 2008, no programa Vitória em Cristo, foi ao ar uma mesa redonda com o pastor Malafaia, o senador Magno Malta, o procurador da república Guilherme Schelbe e o presidente do Conselho de Pastores do Brasil, pastor Jabes de Alencar. Conforme a chamada para o programa, a mesa redonda discutiu a “liberdade de expressão, liberdade religiosa e pedofilia, assunto que está em pauta no Congresso Nacional com a tramitação do Projeto de Lei 122/06 e que diz respeito a toda sociedade brasileira”. Infelizmente não tivemos acesso ao conteúdo do programa, porém, é interessante notar inclusão do tema “pedofilia” entre as pautas de uma discussão sobre o

<sup>348</sup> MALAFAIA, Silas. *Editorial Sobre o Homossexualismo*. Ministério Silas Malafaia. Disponível em: [http://web.archive.org/web/20071205043644/http://www.ministeriosilasmalafaia.com.br/\\_gutenweb/\\_site/pg\\_mensagem.s.cfm?cod\\_materia=33](http://web.archive.org/web/20071205043644/http://www.ministeriosilasmalafaia.com.br/_gutenweb/_site/pg_mensagem.s.cfm?cod_materia=33). Acessado em: 11/12/2015.

projeto de lei.

Nesse momento, no Senado, são juntados ao processo as primeiras manifestações de organizações, apoiando ou rejeitando o PL, demonstrando que o tema passa a ter mais visibilidade fora do congresso<sup>349</sup>. O senador Magno Malta (PR-ES) protocolou junto à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) voto em separado pela rejeição projeto, pois compreende que esse “fere a liberdade constitucional de expressão dos grupos que pregam em favor do comportamento homossexual”<sup>350</sup>. Em plenário, outros membros da Frente Parlamentar Evangélica e líderes evangélicos nacionais pediram mudanças no projeto ao presidente do Senado Garibaldi Alves Filho<sup>351</sup>.

No dia 25 de junho de 2008, o pastor Malafaia, em conjunto com outras lideranças religiosas, organizou uma manifestação em frente ao Senado com o objetivo declarado de “conscientizar não só a sociedade, mas principalmente os parlamentares a não aprovarem o Projeto de Lei 122/2006”. Segundo a notícia postada no site do pastor, compareceram três mil pessoas<sup>352</sup>, já, de acordo o site do Senador Magno Malta (PR-ES), foram em torno de mil pessoas<sup>353</sup>. Os manifestantes foram recebidos na sala da presidência pelo Senador Malta e em seguida dirigiram-se ao Plenário e encaminharam à mesa da casa um documento contra a aprovação do PLC 122/06<sup>354</sup>. Malafaia entregou o documento a Malta e fez um discurso, onde defendeu que: “esse projeto de livre expressão sexual abre as portas para a pedofilia. É uma afronta à Constituição e à família”<sup>355</sup>. Ao tratar da manifestação em seu site, o pastor deu outro motivo para a oposição ao projeto: “até mesmo porque o problema do preconceito atinge não só os homossexuais, mas também os negros, as mulheres e, inclusive, os evangélicos. Só que esta lei defende apenas uma minoria, no caso os

---

<sup>349</sup> BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei da Câmara 122/2006*. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604>. Acessado em: 21/12/2015.

<sup>350</sup> AGÊNCIA SENADO. *Magno Malta vê cerceamento da liberdade de expressão em projeto que trata da homofobia*. Agência Senado. 30/05/2008. Disponível: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/05/30/magno-malta-ve-cerceamento-da-liberdade-de-expressao-em-projeto-que-trata-da-homofobia>. Acessado em: 20/12/2015.

<sup>351</sup> AGÊNCIA SENADO. *Evangélicos pedem mudanças no projeto de lei que combate a homofobia*. Agência Senado. 30/05/2008. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/04/16/evangelicos-pedem-mudancas-no-projeto-de-lei-que-combate-a-homofobia>. Acessado em: 20/12/2015.

<sup>352</sup> MALAFAIA, Silas. *Editorial Sobre o Homossexualismo*. Ministério Silas Malafaia. Disponível em: [http://web.archive.org/web/20101127000234/http://ministeriosilasmalafaia.com.br/\\_gutenweb/\\_site/pg\\_noticias.cfm?COD\\_MATERIA=97](http://web.archive.org/web/20101127000234/http://ministeriosilasmalafaia.com.br/_gutenweb/_site/pg_noticias.cfm?COD_MATERIA=97) Acessado em: 11/12/2015.

<sup>353</sup> MALTA, Magno. *Evangélicos “invadem” Congresso e reivindicam direito de criticar homossexualismo*. Disponível em: <http://www.magnomalta.com/portal2/index.php/pl-122-mainmenu-52/402-evangcos-invadem-congresso-e-reivindicam-direito-de-criticar-homossexualismo> Acessado em: 21/12/2015.

<sup>354</sup> AGÊNCIA SENADO. *Magno Malta recebe evangélicos contrários à criminalização da homofobia*. Agência Senado. 25/06/2008. Disponível em: [h.http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/06/25/magno-malta-recebe-evangelicos-contrarios-a-criminalizacao-da-homofobia](http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/06/25/magno-malta-recebe-evangelicos-contrarios-a-criminalizacao-da-homofobia) Acessado em: 20/12/2015.

<sup>355</sup> MALTA, *Op. Cit.*

homossexuais”<sup>356</sup>. Relembramos que o projeto propunha a inclusão da discriminação ou preconceito por gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero em uma lei que já contemplava o preconceito por raça e religião.

No dia 29 de abril de 2009, a relatora apresentou minuta de parecer pela aprovação do projeto, sem alterações do texto<sup>357</sup>, porém, em 14 de outubro, o CAS aprovou o PL na forma com algumas alterações. Apesar de não modificarem o “espírito” do projeto, ou seja, não recuar nas definições do alcance dos cidadãos protegidos pela legislação, há uma significativa mudança: os art. 8º-A e 8º-B, que especificamente tratavam da manifestação de afetividade, foram suprimidos e este assunto passou a ser o parágrafo único do art. 8º, que proibia restringir acesso a bares, restaurantes e similares. Apesar dos textos do proposto art. 8º-A e do novo parágrafo único serem, essencialmente, os mesmos, o rearranjo do texto em parágrafo, em vez de constar como *caput*, parece sinalizar uma tentativa de suavizar, politicamente, o impacto desse<sup>358</sup>. Após a aprovação, o PLC segue para a CDH, onde já em 17 de novembro a relatora apresenta parecer pela aprovação do texto que havia passado pela CAS<sup>359</sup>. Seguem novas solicitações de audiências públicas, até encerrar-se a legislatura, quando o projeto é novamente arquivado.

O ano de 2011 foi o de maior atividade do ministério de Malafaia quanto ao projeto de lei. Nesse ano o pastor organizou a “Manifestação em favor da família, liberdade de expressão e da liberdade religiosa, contra a PL 122/2006” e participou de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado. A inconstitucionalidade do projeto passa a ser o mote principal da campanha de oposição de Malafaia, como veremos. Em 08 de fevereiro desse ano, a senadora Marta Suplicy requereu o desarquivamento do PL 122/06<sup>360</sup>. A própria Marta é designada relatora e, em 10 de maio, apresenta parecer favorável à aprovação e insere uma subemenda<sup>361</sup> com uma importante alteração: um novo parágrafo no art. 20 da lei 7716/89, com a seguinte redação:

---

<sup>356</sup> MALAFAIA, Silas. *Pr. Silas Malafaia lidera manifesto em favor da liberdade de expressão e da liberdade religiosa*

Disponível em:  
[http://web.archive.org/web/20101127000234/http://ministeriosilasmalafaia.com.br/\\_gutenweb/\\_site/pg\\_noticias.cfm?COD\\_MATERIA=97](http://web.archive.org/web/20101127000234/http://ministeriosilasmalafaia.com.br/_gutenweb/_site/pg_noticias.cfm?COD_MATERIA=97) Acessado em: 11/12/2015.h

<sup>357</sup> BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei da Câmara 122/2006*. Disponível em:  
<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/57139.pdf>. Acessado em: 21/12/2015.

<sup>358</sup> BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei da Câmara 122/2006*. Disponível em:  
<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/69390.pdf>. Acessado em: 21/12/2015.

<sup>359</sup> BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei da Câmara 122/2006*. Disponível em:  
<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604>  
. Acessado em: 21/12/2015.

<sup>360</sup> BRASIL. Senado Federal. *Diário do Senado Federal*. 09 de fevereiro de 2011. p. 1706. Disponível em:  
<http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=09/02/2011&paginaDireta=01706>. Acessado em: 19/12/2015

<sup>361</sup> BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei da Câmara 122/2006*. Disponível em:  
<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/89821.pdf>. Acessado em: 21/12/2015.

Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, origem, condição de pessoa idosa ou com deficiência, gênero, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero.

Pena: reclusão de um a três anos e multa.

§ 5º O disposto no caput deste artigo não se aplica à manifestação pacífica de pensamento decorrente de atos de fé, fundada na liberdade de consciência e de crença de que trata o inciso VI do art. 5º da Constituição Federal.

Na tentativa, ao que tudo indica, de serenar os ânimos dos críticos ao projeto o substitutivo deixa margem à interpretação que não se criminalizaria a discriminação racial e as outras formas de discriminação previstas, desde que se fundassem na “liberdade de consciência e de crença”. Como interpretou a Senadora Marinor Brito (PSOL):

[a subemenda] dispunha a não aplicabilidade da pena de reclusão aos que praticassem, induzissem ou incitassem a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, origem, condição de pessoa idosa ou com deficiência, gênero, sexo orientação sexual ou orientação de gênero, àqueles que o fizesse m em vista de manifestação pacífica de pensamento decorrente de atos de fé, fundada na liberdade de consciência e de crença<sup>362</sup>.

Neste momento (10 de maio) a matéria estava pronta para a pauta, porém, dois dias depois, em meio a pressão da Frente Parlamentar Evangélica e de lideranças evangélicas, foi retirada da pauta pela relatora Marta Suplicy. Segundo disse a senadora em entrevista para a Agência Senado, assustou-se com a “rejeição por parte de igrejas cristãs com relação ao projeto, mas que ao entender o temor de que ele poderia restringir as liberdades de culto e de expressão, decidiu resguardá-las em seu substitutivo”, porém como ainda persistiram “resistências ao projeto, ela se disse disposta a ouvir e prosseguir o debate”<sup>363</sup>. Na Câmara, membros da Frente comemoraram, como o Dep. Jefferson Campos:

Por tudo isso, também causa espanto um projeto de lei, o PLC 122/06, que pretende criminalizar a homofobia e causou forte reação da bancada evangélica no Congresso Nacional na semana passada. O resultado foi a retirada do projeto da pauta de votação. Por todas as razões aqui expostas, eu também sou contra esse projeto. Por que tornar crime o direito de outro pensar diferente? Ao invocar a defesa de um grupo social com essa proposta, o Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006, simplesmente comete a discriminação que tenta transferir ao outro<sup>364</sup>.

<sup>362</sup> BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei da Câmara 122/2006*. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/100834.pdf>. Acessado em: 21/12/2015.

<sup>363</sup> AGÊNCIA SENADO. *Tumulto segue adiamento de votação do projeto que pune discriminação a homossexuais*. Agência Senado. 12/05/2011. Disponível: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/05/12/tumulto-segue-adiamento-de-votacao-do-projeto-que-pune-discriminacao-a-homossexuais>. Acessado em: 20/12/2015.

<sup>364</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. *Discursos e notas taquigráficas*. 17/05/2011. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=113.1.54.O&nuQuarto=53&nuOrador=3&nuInsercao=42&dtHorarioQuarto=15:44&sgFaseSessao=PE&Data=17/05/2011&txApelido=JEFFERSON%20C>

No programa Vitória em Cristo do dia 14 de maio, Malafaia voltou a falar sobre o PL 122 e convidou evangélicos e outros grupos contrários ao projeto para participarem de manifestação em frente ao congresso nacional no dia 1º e junho. Junto com o programa foi lançado um *Hotsite* com campanha contrária ao PL<sup>365</sup>. Nessa página foi postado o vídeo do programa do dia 14 e um texto contendo alguns artigos da lei e os comentários feitos no vídeo, por conterem o mesmo conteúdo, nos deteremos à análise do vídeo.

IMAGEM 3: Cabeçalho do *hotsite* de oposição ao projeto de lei 122/06.



Fonte: [http://www.vitoriaemcristo.org/\\_gutenweb/\\_site/hotsite/PL-122/](http://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/hotsite/PL-122/). Acessado em: 15/12/2015.

No programa o pastor lançou um desafio para que os grupos de defesa dos homossexuais e imprensa publicassem o PL 122, dando a entender que existia uma tentativa de esconder o projeto do público. Criticou também a imprensa por não ter publicado sobre a votação que ocorreu antes da aprovação da união estável pelo STF. Para o pastor a imprensa se omitiu quanto a questão para que os evangélicos não publicassem manifestações contrárias em seus meios de comunicações e redes sociais. Como, supostamente, a imprensa não divulgou o conteúdo da PL 122, o pastor diz que irá apresentá-la em seu programa. Antes de trazermos os trechos da leitura feita pelo pastor, aqui cabe um adendo: a versão lida é a de 2006, sem as alterações feitas até aquele momento, que, diga-se de passagem, não foram poucas. Inclusive o arquivo com o PL que se encontra no site da AVEC até o momento da pesquisa, que o pastor pediu aos telespectadores acessassem mais adiante na mensagem, foi postado no dia 08 de fevereiro de 2011 e trata-se de uma página do Diário do Senado Federal do dia 15/12/2006<sup>366</sup>.

Malafaia leu o texto do PL: “artigo 2º, define crimes resultantes de discriminação ou

---

AMPOS,%20PSB-SP.Acessado em: 20/12/2015

<sup>365</sup> Associação Vitória em Cristo. *Porque o PL 122 é 'inconstitucional'*. Disponível em: [http://www.vitoriaemcristo.org/\\_gutenweb/\\_site/hotsite/PL-122/](http://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/hotsite/PL-122/). Acessado em: 15/12/2015.

<sup>366</sup> Associação Vitória em Cristo. *PL 122*. Disponível em: [http://www.vitoriaemcristo.org/\\_gutenweb/\\_site/gw-arquivos/arquivos/PL\\_122\\_2006.pdf](http://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/gw-arquivos/arquivos/PL_122_2006.pdf). Acessado em: 15/12/2015

preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero, sexo, orientação sexual, identidade de gêneros”<sup>367</sup> e comentou: “olha, o pedófilo é uma orientação sexual para eles, aqui é a primeira porta”. Como em outros momentos, relacionou a homossexualidade à pedofilia e trouxe a ideia de que a pedofilia pode ser caracterizada como uma orientação sexual por seus praticantes, o que vai contra ao entendimento do significado que o termo “orientação sexual”, uma vez que é categorizado como sendo a atração sexual por pessoas do sexo oposto, do mesmo sexo, ou por ambos os sexos<sup>368</sup> e de que “a heterossexualidade, a homossexualidade e a bissexualidade não são normalmente associadas com a atração sexual por crianças, e que estas são suficientemente diferentes dos adultos, seja física ou psicologicamente, para que a pedofilia possa ser categorizada como um tipo de orientação sexual”<sup>369</sup>. A pedofilia é um transtorno mental, descrito na Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10, como: “Preferência sexual por crianças, quer se trate de meninos, meninas ou de crianças de um ou do outro sexo, geralmente pré-púberes ou no início da puberdade” e classificada pelo número F65.4. Não existem motivos para a associação da homossexualidade com a pedofilia, sendo que o pastor as relaciona em uma clara tentativa de gerar repulsa e o medo de que os ativistas homossexuais pretendam liberar tal prática tão malvista socialmente.

Seguiu para os próximos artigos:

Artigo 8º-A: impedir ou restringir a expressão e a manifestação de afetividade em locais públicos ou privados abertos ao público, em virtude das características previstas no artigo 1º desta lei. Pena: dois a cinco anos de cadeia. Agora vou para o artigo 8º-B, essa aqui é a piada do ano, artigo 8º-B: Proibir a livre expressão e manifestação de afetividade do cidadão homossexual, bissexual ou transgênero, *sendo estas expressões e manifestações permitidas aos demais cidadãos ou cidadãs*. Pena: reclusão de dois a cinco anos de cadeia. Olha, a prioridade é dos homossexuais, atenção heterossexuais, vamos quebrar o galho de vocês, a prioridade é não impedir aos homossexuais, mas vamos quebrar o galho de vocês, vocês também podem ter a afetividade. Agora vamos analisar isso aqui. Imagina que no pátio de uma igreja, não é dentro não, porque está protegido o lugar, a liturgia, mas no pátio da igreja, um pastor, um padre não quer casais de beijando no pátio, dois a cinco anos de cadeia. Imagina uma escola que prima para dar limites a seus alunos proibir que não quer ninguém dentro do pátio da escola não quer

---

<sup>367</sup> No momento da veiculação do vídeo a redação do artigo, que inclusive não era mais o 2º, era essa: “Define os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, *origem, condição de pessoa idosa ou com deficiência*, gênero, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero”[grifos nossos]

<sup>368</sup> CURVELO, Eugênia Cordeiro. ALVES, Paulo Afonso. *Pedofilia à sombra do ordenamento jurídico penal brasileiro*. In Congresso da Associação Juruiana do Brasil, XXII, 2014, Búzios. Anais eletrônicos. ABJ, 2014. Disponível em: <http://www.ajb.org.br/congresso/uploads/anais/anais%20-%20posters/PEDOFILIA%20A%20SOMBRA%20DO%20ORDENAMENTO%20JUR%20C3%8DDICO%20PENAL%20BRASILEIRO%20-Eugenia%20C.%20Curvelo%20e%20Paulo%20A.%20A.%20Sobrinho.pdf>. Acessado em: 21/12/2015.

<sup>369</sup> Idem.

ninguém dentro do pátio da escola se agarrando, se beijando nem nada, dois a cinco anos de cadeia<sup>370</sup>.

Em primeiro lugar, os dois artigos lidos não se encontravam mais na redação do projeto de lei desde o ano 2009 e em segundo lugar, o pastor inverte o sentido do segundo artigo lido: entendemos que esse apresenta o sentido de que os homossexuais não podem ter o seu direito a afetividade cerceado quando esse também não é aos heterossexuais, em outras palavras, em ocasião ou local que demonstração de afetividade forem permitidas a qualquer cidadão, essas também devem ser permitidas a cidadãos homossexuais, ou seja, a parte final do artigo (sendo estas expressões e manifestações permitidas aos demais cidadãos ou cidadãs) é uma condição para tornar crime o primeiro comportamento.

O próximo artigo lido foi o seguinte:

Artigo 4º: Praticar o empregador, ou seu preposto, atos de dispensa direta ou indireta. Pena: 2 a 5 anos de cadeia. Quer dizer que um pai e uma mãe que descobrem que a babá ou a doméstica é homossexual e não quer que seus filhos sejam orientados por um homossexual, dois a cinco anos de cadeia. Não são mais os pais que determinam quem vai educar seus filhos. Imaginem então, eu vou mostrar, aqui eu não escondo nada, imaginem então, que os pais descubram que a babá dos seus filhos é evangélica, e eles não querem que seus filhos tenham uma babá ou uma doméstica que seja evangélica, dois a cinco anos de cadeia, quem tem direito sobre a família educar filhos, os pais? Isso é uma lei ridícula, isso é um lixo moral<sup>371</sup>.

O artigo também já não se encontrava na redação em 2011. Quando Malafaia afirma que um pai ou uma mãe podem ser presos por demitirem uma babá ao descobrirem que ela é homossexual, entendemos que ele interpreta corretamente a lei, visto que a lei viria para, justamente, punir uma demissão baseada apenas em um preconceito do empregador, ou seja, sem que o contratado tenha agido de forma incorreta. Porém, a afirmação que “não são mais os pais que determinam quem vai educar os filhos” nos parece equivocada, pois a lei não prevê a eliminação da relação patronal tradicional. O último artigo lido:

Artigo 16º (sic), parágrafo 5º: O disposto neste artigo envolve a prática de qualquer tipo de ação violenta, constrangedora, intimidatória ou vexatória, de ordem moral, ética, filosófica ou psicológica. Aqui senhores, chegou minha vez [risada] eles querem dizer, quando essa lei for aprovada, que esse livro aqui [com a Bíblia na mão] é homofóbico. O que é ordem filosófica, psicológica? [...] querem fazer da bíblia um livro homofóbico, é isso que está na PL 122 que a imprensa não divulga

<sup>370</sup>

PL 122/2006. *Vitória em Cristo*. São Paulo: Rede TV!, 14/05/2011. Programa de TV.

<sup>371</sup>

Idem.

e que ninguém fala<sup>372</sup>.

Outro artigo que já não se encontrava no projeto no momento. Apesar de a Bíblia ter seus momentos que podem ser considerados “constrangedores, intimidatórios ou vexatórios” aos homossexuais, é difícil acreditar que fosse proposto algum tipo de sanção ao livro em um país tão cristão quanto o Brasil. Lembrando que, mesmo que tal artigo ainda estivesse no projeto, a emenda proposta por Suplicy garantiria a “manifestação pacífica de pensamento decorrente de atos de fé”. A ideia de uma possível censura ao livro sagrado do cristianismo é levantada aqui, mesmo que o pastor não deixe isso claro nesse momento.

Após a leitura e comentários dos artigos o pastor faz o convite para a manifestação:

Eu mudei a data porque eu estou vendo o jogo, nós vamos a Brasília não mais no dia 29 de junho, mas na quarta-feira primeiro de junho [risada] eles querem dar agora urgência no projeto, nem passou pelas comissões, olha a malandragem aí, olha a malandragem aí, a senadora eleita lá no Amazonas, que muitos crentes do Amazonas votaram nela, olha aí meus irmãos, olha aí o seu voto querido, para quem é. Agora ela está pedindo urgência para aprovar a PL 122, quer botar uma mordaca na sociedade, que quer criminalizar a opinião, que quer atingir a nossa crença, que quer mostrar que a Bíblia é um livro homofóbico, então eu quero pedir a você, dia primeiro de junho, três horas da tarde, em frente ao congresso nacional, eu, você, evangélico, não evangélico, pastor, padre, deputado vamos fazer um ato de protesto contra essa lei que criminaliza a opinião, que criminaliza a nossa fé, quer tular [sic] a constituição, eu quero convocar você<sup>373</sup>.

A senadora do Amazonas citada é Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) que no dia 06 de maio de 2011 comunicou na plenária do Senado que pediria urgência para a votação do projeto<sup>374</sup>, porém não chegou a protocolar requerimento com tal pedido<sup>375</sup>. Malafaia advertiu aos crentes que votaram nela que prestem atenção nas ações da senadora e explicou que, por causa do pedido de urgência a manifestação, antes prevista para 29 de junho, foi antecipada para dia 1º do mesmo mês. Em seguida Malafaia repetiu a campanha para que os telespectadores enviassem mensagens para os senadores de seus estados. No caso de o telespectador querer enviar essa por e-mail, o pastor explicou como descobrir quais eram os senadores do seu estado e seus respectivos e-mails através do site do Senado, e na tela foi apresentado o seguinte modelo de e-mail: “Sr. Senador, rejeite a PL 122/06, em favor da família, em favor da liberdade de expressão e abaixo a pedofilia”. Já no caso de

---

<sup>372</sup> Ibidem.

<sup>373</sup> Ibidem.

<sup>374</sup> SENADO. *Vanessa Grazziotin vai pedir urgência para projeto que penaliza discriminação de homossexuais*. 06/05/2011. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2011/05/06/vanessa-grazziotin-vai-pedir-urgencia-para-projeto-que-penaliza-discriminacao-de-homossexuais>. Acessado em: 03/01/2016.

<sup>375</sup> BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei da Câmara 122/2006*. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604>. Acessado em: 25/01/2016.

preferirem o telefone, foi apresentado o número do Alô Senado, linha de atendimento ao público da casa. Outra campanha que, ao que tudo indica, teve grande repercussão, pois, no dia 17 de maio a Secretaria de Pesquisa e Opinião do Senado (Sepop) divulgou nota informando congestionamento das linhas telefônicas de atendimento ao cidadão em razão do grande número de manifestações acerca do projeto de lei, de acordo com a nota:

Na manhã de hoje, dia 17 de maio de 2011, em razão do grande volume de ligações recebidas referentes ao PLC 122/2006, em alguns momentos o cidadão poderá enfrentar demora e dificuldade de atendimento no Alô Senado. Isso se deve a problemas de congestionamento do tráfego telefônico. O Alô Senado solicita, portanto, ao cidadão, usuário dos serviços da Central de Relacionamento do Senado Federal, compreensão pelo período de espera que eventualmente poderá acontecer para a efetivação de seu atendimento e informa que o site está disponível para receber as manifestações no endereço: [www.senado.gov.br/alosenado](http://www.senado.gov.br/alosenado)<sup>376</sup>.

No dia primeiro de junho, em frente ao Congresso Nacional aconteceu a “Manifestação em favor da família, liberdade de expressão e da liberdade religiosa, contra a PL 122/2006” organizada por religiosos ligados a diversas igrejas evangélicas e apoiada por senadores e deputados da Bancada da Família, lideranças católicas da Pastoral da Família e da Renovação Carismática. Discursaram em cima de um trio elétrico, além do Pastor Malafaia, os senadores Magno Malta (PR-ES) e Marcelo Crivella (PRB-RJ), o pastor Elton Neres da Silva, da Primeira Igreja Batista do Vicente Pires (DF) e o Deputado Paulo Fernando Melo da Costa, membro do Movimento Católico Pró-Vida e assessor da Frente Parlamentar Católica na Câmara dos. A manifestação também contou com apresentações musicais, pregações e distribuição de panfletos com mensagens contrárias ao aborto e a homossexualidade. A Polícia Militar do Distrito Federal calculou o número de manifestantes entre 15 a 20 mil pessoas<sup>377</sup>.

No discurso de Malafaia na manifestação a questão mais enfatizada pelo pastor foi a suposta inconstitucionalidade da PL 122:

[...]eu quero declarar aqui e fazer voz aqui com os que falaram, nós não viemos aqui para falar mal de homossexual, nós não viemos aqui para impedir a prática homossexual, nem Deus proíbe, eu que vou proibir? Nós não somos tolos, nós não estamos aqui por isso. Eu queria mandar um recado para a senadora Marta Suplicy que pensa...[vaias]. A senadora pensa que crente é otário, que católico é otário e que pastor é um abestado alienado, senadora, você não conhece a constituição, “eu

<sup>376</sup> SENADO. *Polêmica em torno do PLC 122 congestionava serviço telefônico do Alô Senado*. 17/05/2011. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/05/17/polemica-em-torno-do-plc-122-congestionava-servico-telefonico-do-alo-senado>. Acessado em: 07/01/2016.

<sup>377</sup> SENADO. *Magno Malta e Crivella apoiam manifestação contra PL 122*. 01/06/2011. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2011/06/01/magno-malta-e-crivella-apoiam-manifestacao-contr-pl-122>. Acessado em: 13/01/2016.

vou fazer uma emendazinha para quebrar o galho dos pastores, para os pastores poderem pregar na igreja contra o homossexualismo”, segura a tua lei aí senadora. Será que você não conhece a constituição, artigo quinto, inciso IV, inciso VI e inciso VIII, vou citar para você um pedacinho: livre manifestação do pensamento, inciso VI: é IN-VI-O-LÁ-VEL a liberdade de consciência e de crença, inciso VIII: ninguém pode perder o direito de manifestar crença, convicção, filosófica ou política. Agora aqui vou citar mais uma que ela não sabe... [ensina, ensina] escuta essa, é para imprensa ouvir, o artigo 60 da constituição, parágrafo IV diz assim, esse artigo fala da emenda que pode ser feita, presidente da república pode apresentar, um terço dos deputados federais, um terço do senado e a metade das assembleias legislativas, por maioria simples, agora escute, escute isso, a emenda que pode ser apresentada a constituição, o parágrafo IV diz assim não pode sofrer? Emenda, número um, não aceita emenda, a federação, não tem como mudar a federação, número dois, a independência dos poderes, não tem emenda para mudar isso, número três, o voto secreto contínuo, e agora o número quatro, as garantias de liberdades IN-DI-VI-DU-AIS, não podem ser mudados, eu vou dizer porque a gente tem que fazer isso aqui. Segura aqui o Pastor Jabes, segura aqui a constituição... oh, aqui está o PLC 122 [rasga o projeto e é aplaudido]<sup>378</sup>.

A emenda da Senadora Marta, que já apresentamos, diz que não se caracteriza crime “praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, origem, condição de pessoa idosa ou com deficiência, gênero, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero” caso essas ações acontecerem em “manifestação pacífica de pensamento decorrente de atos de fé, fundada na liberdade de consciência e de crença de que trata o inciso VI do art. 5º da Constituição Federal”. Para o pastor essas ações já lhe são garantidas na constituição e não haveria necessidade da emenda da senadora. Sobre os parágrafos citados pelo pastor, todos retirados do artigo 5º da constituição que define os direitos e garantias fundamentais, apresentamos a seguinte citação:

Uma das principais características dos direitos fundamentais, enquanto princípios que são, é a sua relatividade, ou seja, por se tratarem de princípios constitucionalmente previstos, os direitos fundamentais não se revestem de caráter absoluto, em caso de tensão entre eles cabe o sopesamento de um sobre o outro para que se decida daquele mais adequado. Em um estado democrático de direito a Constituição Federal reflete inúmeras ideologias, por consequência dessa infinidade de assuntos e pensamentos presentes na lei maior, comumente acontece o choque entre os princípios neles expostos<sup>379</sup>.

Assim, no caso do projeto de lei e da oposição de Malafaia, deve-se levar em conta os direitos assegurados aos dois grupos interessados, homossexuais e líderes religiosos: sim, religiosos têm o direito de livre manifestação do pensamento, é inviolável a “liberdade de consciência e de

<sup>378</sup> MALAFAIA, Silas. *Discurso durante a manifestação*. [http://www.vitoriaemcristo.org/\\_gutenweb/\\_site/hotsite/PL-122-feedback/file.cfm](http://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/hotsite/PL-122-feedback/file.cfm). Acessado em: 05/01/2016.

<sup>379</sup> LOPES, Lorena Duarte Santos. *Colisão de direitos fundamentais: visão do Supremo Tribunal Federal*. Âmbito Jurídico. Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=11242](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11242). Acessado em: 23/12/2015.

crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias” e “ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política”, porém, também são fundamentos da República Federativa do Brasil “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” e a “dignidade da pessoa humana”<sup>380</sup>. Ou seja, os religiosos têm o direito à expressão, mas os homossexuais têm o direito de ter sua dignidade respeitada e o Estado deve legislar no sentido de diminuir a discriminação buscando “promover o bem de todos”. Nesses casos cabe a quem interpreta a lei tomar decisões que abranjam os direitos das partes envolvidas, porém, não existem direitos com caráter absoluto, ou conforme escreve Alexandre de Moraes: “os direitos e garantias fundamentais consagrados pela Constituição Federal não são ilimitados, uma vez que encontram seus limites nos demais direitos igualmente consagrados pela carta Magna (princípio da relatividade)”<sup>381</sup>. No momento em que o pastor discursava, e em todas as outras demonstrações contrárias que fez ao projeto, a constitucionalidade do projeto já havia sido atestada pelo relatório da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara (CCJC)<sup>382</sup> e por mais que possam ser feitas críticas a essa decisão o pastor em nenhum momento apresenta argumentação suficiente para demonstrar que PL 122 seja inconstitucional. Quanto ao artigo 60, parágrafo IV, o pastor tem razão, não são permitidas emendas para alterar os direitos e garantias individuais, porém, essa questão nunca foi posta em discussão, a emenda da Senadora Suplicy afetaria o art. 20 da lei 7716/89 e não a Constituição.

Ao final do evento os líderes da manifestação entregaram ao presidente do Senado, José Sarney, o documento “Em defesa da liberdade de expressão, religiosa e institucional, da livre manifestação do pensamento e contra a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 122/2006” com mais de um milhão de assinaturas<sup>383</sup>, que foi autuado como processo especial e passa a acompanhar o PL 122<sup>384</sup>. Na saída do encontro com Sarney, Magno Malta ainda afirmou: o projeto de lei “já é um cadáver”<sup>385</sup>.

---

<sup>380</sup> BRASIL. Casa Civil. *Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acessado em: 23/12/2015.

<sup>381</sup> MORAIS, Alexandre de. *Curso de Direito Constitucional*. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2003, p.61.

<sup>382</sup> BRASIL. *Câmara dos Deputados*. Projeto de Lei nº 5.003, de 2001. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=297961&filename=Tramitacao-PL+5003/2001](http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=297961&filename=Tramitacao-PL+5003/2001). Acessado em: 09/01/2016.

<sup>383</sup> BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei da Câmara 122/2006*. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604>. Acessado em: 25/01/2016.

<sup>384</sup> Idem.

<sup>385</sup> SENADO. *Magno Malta e Crivella apóiam manifestação contra PL 122*. 01/06/2011. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2011/06/01/magno-malta-e-crivella-apoiam-manifestacao-contra-pl-122>. Acessado em: 13/01/2016.

De certa forma, Malta tinha razão, a nova redação apresentada por Marta Suplicy em 05 de dezembro na forma de substitutivo é praticamente uma nova lei, guardando poucas semelhanças com o projeto que havia sido aprovado pelo CAS. Não mais alterava a Lei 7716/89. agora criava novos tipos penais exclusivamente para a discriminação de LGBTs, separando-os completamente dos crimes de racismo e intolerância religiosa, protegidas pela citada lei, porém mantinha a qualificadora para o crime de injúria e estendia essa para o homicídio, bem como considerava a homofobia um novo agravante penal. Excluía também a proteção à pessoa idosa e aos deficientes físicos. Os crimes previstos pela nova redação da PL eram, grosso modo: deixar de contratar ou dificultar a contratação, recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, deixar de prestar ou dificultar a prestação de serviço público e induzir a prática de violência, caso essas ações fossem motivadas por preconceito de sexo, orientação sexual ou identidade de gênero. A nova redação não se manifestava sobre proteção às manifestações de afeto, um ponto inovador das redações anteriores. O art.3º (“O disposto nesta Lei não se aplica à manifestação pacífica de pensamento decorrente da fé e da moral fundada na liberdade de consciência, de crença e de religião de que trata o inciso VI do art. 5º da Constituição Federal”) em sua interpretação literal autorizava até mesmo a indução a prática de violência, desde que essa estivesse fundada na “manifestação de pensamento decorrente de fé ou moral”<sup>386</sup>. O substitutivo gerou fortes críticas, como da Sen. Marinor, para quem o art. 3º era inconstitucional e que não havia necessidade de garantir imunidade às entidades religiosas, já que “a elas é garantida constitucionalmente, no art. 5º, VI a inviolabilidade de liberdade de consciência e de crença”, o que não impede “que uma entidade religiosa venha a ser processada por incitação ao racismo”<sup>387</sup>.

No período entre a manifestação e a apresentação do substitutivo, Malafaia foi chamado para expor suas posições sobre o projeto de lei em audiência pública realizada na Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa. A audiência foi requerida pelos senadores Magno Malta, Vicentinho Alves e Ataídes Oliveira. Chama atenção o fato de que entre as entidades chamadas para a discussão apenas a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) não era religiosa, além dessa, foram chamados representantes do Conselho Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política (FENASP), conselhos de líderes religiosos brasileiros e outras autoridades que seriam convocadas posteriormente.

Participaram da audiência somente Wilton Costa, presidente da FENASP e o pastor Malafaia. Entre o público também se encontravam apenas os senadores contrários ao projeto de

<sup>386</sup> BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei da Câmara 122/2006*. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604>. Acessado em: 25/01/2016.

<sup>387</sup> Idem.

lei<sup>388</sup>. Não encontramos justificativas ou motivos dos faltantes, porém, tudo leva a crer que nesse momento a posição dos homossexuais já estava derrotada e as ausências dos debatedores e do público foi uma forma de boicote.

No discurso do pastor as mesmas frases já apresentadas nas outras fontes foram repetidas, retomamos às principais: “homossexual é um homem ou mulher por natureza e homossexual por comportamento aprendido ou imposto”, “não existe ordem cromossômica homossexual”, “existe uma diferença entre criticar comportamentos e criticar pessoas”, “o artigo 5º da constituição não pode ser mudado”, “homofobia é uma doença classificada na psiquiatria” e “a constituição é absolutamente clara e eu sou livre para manifestar a minha opinião”. O pastor também se refere aos ativistas homossexuais como “parasitas do Estado, que utilizam verbas do governo federal, do governo estadual, governo municipal e estatais para ficar dizendo quem é homofóbico ou não, e para fazer patrulhamento” se utilizando de “táticas fascistas, táticas comunistas de patrulhamento de palavra”<sup>389</sup>. Para o pastor, a lei:

[...] trata-se de uma agressão a Carta Magna Brasileira [...] a liberdade de expressão é um direito fundamental consagrado na Constituição Federal de 1988, no capítulo que trata dos Direitos e Garantias fundamentais e funciona como um verdadeiro termômetro no Estado Democrático. Quando a liberdade de expressão começa a ser cerceada em determinado Estado, a tendência é que este se torne autoritário<sup>390</sup>.

A ameaça à liberdade de expressão e, como consequência, também ao Estado Democrático é mais uma vez evocada, associada ao perigo do fascismo e do comunismo que se fundem sob a alcunha do autoritarismo, questão que trabalharemos no próximo capítulo.

Após a audiência, em dezembro do mesmo ano, o novo relator e então presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), apresentou relatório concluindo pela aprovação do projeto, na forma de novo substitutivo<sup>391</sup> que descartava na totalidade o substitutivo apresentado por Suplicy, e praticamente retornava ao disposto no texto aprovado na CAS. Porém, o parágrafo único do art. 8º passaria a vigorar com a seguinte redação: “Incide na mesma pena quem impedir ou restringir a manifestação de afetividade de qualquer pessoa em local público ou privado aberto ao público, resguardado o respeito devido aos espaços religiosos”. Em novembro de 2013, um novo substitutivo alterou o fim do parágrafo para “respeito devido aos espaços e eventos religiosos”<sup>392</sup>, em concordância com a

---

<sup>388</sup> MALAFAIA, Silas. *Pr. Silas Malafaia e o Senador Magno Malta discursam no Senado contra o PL 122*. Vitória em Cristo. Disponível em: [http://www.vitoriaemcristo.org/\\_gutenweb/\\_site/gw-noticias-detalle/?cod=596](http://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/gw-noticias-detalle/?cod=596). Acessado em: 26/01/2016.

<sup>389</sup> AUDIÊNCIA PÚBLICA-PL 122. 13/04/2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wJKulbq70aY>. Acessado em: 20/01/2016.

<sup>390</sup> Idem.

posição de Malafaia de que deveriam ser resguardados, eventos que ocorressem fora dos templos. Nesse momento, o projeto estava pronto para a votação e no site Verdade Gospel é lançada, em notícia sobre o assunto, outra campanha para a que o público mande e-mail para os senadores:

O senador de maneira absurda coloca a questão de raça, e deficiência física no mesmo nível que a opção sexual. Que absurdo! Mais uma vez afirmamos que homossexualismo é comportamento e não condição. Não existe um dado na ciência que comprove que alguém nasce homossexual. É importantíssimo enviarmos e-mails para os membros da CDH do senado pedindo a não aprovação do PLC 122, e o parecer do senador Paulo Paim. É importante dizer no seu e-mail que nós evangélicos, católicos, e pessoas de bem, não mediremos esforços para denunciar os senadores que votarem a favor de um absurdo dessa grandeza. Multiplique esta informação e vamos bombardear os e-mails dos senadores<sup>393</sup>.

Nada de novo aqui, apenas a repetição do mesmo argumento sobre a homossexualidade ser comportamental e outra campanha nos mesmos moldes das anteriores. Não obtivemos informações sobre a repercussão dessa campanha.

O PL 122 foi incluído na pauta da CDH para a votação em 16 de dezembro de 2013<sup>394</sup>, porém, no dia seguinte, é aprovado o requerimento (nº 1443, de 2013), pelo plenário do Senado Federal, que pleiteava a anexação da matéria ao projeto de reforma do Código Penal Brasileiro (Lei do Senado nº 236/2012), o que impediu que o primeiro seguisse o trâmite esperado<sup>395</sup>. O projeto não é votado e deste momento em diante, a proposta inicial se dilui dentro do amplo esforço, com questões bem mais abrangentes, de reforma do Código Penal<sup>396</sup>, fato comemorado por Malafaia em comentário feito à matéria sobre o assunto postada no Verdade Gospel, denominada “Senado enterra PLC 122/06; Pr. Silas Malafaia comenta”:

Pr. Silas comenta: Depois de 7 anos de uma luta árdua contra um projeto de lei que era um verdadeiro lixo moral para beneficiar os gays em detrimento do restante da coletividade da sociedade, finalmente o senado deu um basta. Mesmo o PT usando todo o seu poder político para aprovar esta aberração, e tenho eu aqui que ressaltar a atitude corajosa do senador *Lindbergh Farias* que contrariando a decisão partidária, votou pelo fim do PLC 122/06, ao contrário do senador *Valter Pinheiro*

---

<sup>391</sup> BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei da Câmara 122/2006*. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/matéria/79604>. Acessado em: 25/01/2016.

<sup>392</sup> Idem.

<sup>393</sup> MALAFAIA, Silas. *Projeto de Lei que dá privilégios aos gays pode ser votado esta semana*. Verdade Gospel. 18/11/2013. Disponível em: <http://www.verdadegospel.com/importantissimo-senador-paulo-paim-do-pt-quer-aprovar-plc-122-que-beneficia-gays/> Acessado em: 30/01/2016.

<sup>394</sup> Na forma de outro substitutivo do dia 10 que excluiu do PL a proposta de alteração do Código Penal, no tocante à injúria qualificada.

<sup>395</sup> SENADO. *Diários*. 18/12/2013. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=18/12/2013&paginaDireta=97017>. Acessado em: 29/01/2016.

<sup>396</sup> Em 19 de janeiro de 2015, o PLC 122 foi definitivamente arquivado.

do PT da Bahia, que é membro da Igreja Batista em Salvador, e que muitas vezes eu o apoiei, de maneira covarde se ausentou do plenário na hora da votação. Tenho também que ressaltar o brilhantismo e a luta incansável do senador *Magno Malta* que foi um gigante para travar o famigerado projeto. Também quero salientar a coragem do Presidente do senado *Renan Calheiros*, que teve a ousadia de colocar em votação, contrariando muitos interesses. Agora a questão de sexualidade será discutida no código penal que ainda terá uma longa tramitação. Saliento também a maturidade que o povo evangélico vem manifestando ao usar meios democráticos e legais para pressionar os senadores realizando um verdadeiro bombardeio de e-mails, e também a presença nas audiências públicas, por fim, preste bastante atenção nos senadores que votaram pelo fim do PLC 122/06, os senadores que votaram a favor da permanência do projeto, e também os que estiveram presentes, mas saíram na hora da votação, se omitindo de maneira covarde de uma posição firme contra uma aberração deste nível. Concluindo, a retirada do PLC 122/06 é a vitória da liberdade que o estado democrático de direito dá aos seus cidadãos sem privilegiar nenhum segmento social<sup>397</sup>.

Após o texto foi apresentado uma lista com os nomes dos senadores que votaram contra e a favor da anexação do projeto ao código penal. A responsabilidade pelo PL é aqui creditada ao PT e não mais ao ativismo homossexual, mudança de foco que ocorre durante o processo de oposição ao projeto e que trabalharemos melhor no próximo capítulo.

Malafaia esteve presente nas discussões sobre o projeto na maior parte do período de tramitação desse no Senado, tanto na difusão de suas opiniões na mídia, como participando ativamente no processo, discursando dentro do Senado. Como escrevemos no início do capítulo, o projeto foi importante para a promoção da imagem do pastor e a sua afirmação enquanto liderança política, não apenas na defesa de valores cristãos, mas também na defesa da própria religião que, de acordo com sua interpretação, vem sendo perseguida. Na oposição ao projeto, evocou para si também o papel de defensor da liberdade de imprensa e de expressão, reivindicando o direito de criticar a homossexualidade, ou conforme as suas palavras a “prática homossexual”.

### **Oposição ao reconhecimento da união estável de casais homossexuais**

O posicionamento contrário ao reconhecimento da união estável de casais homossexuais, tanto no caso do estatuto da família, quanto na decisão do STF, segue os mesmos moldes da oposição ao PL 122/06: conclusões retiradas de pesquisas científicas duvidosas, desconhecidas ou simplesmente não apresentadas; deturpação de leis e princípios legislativos básicos e a ideia de que a tal decisão possa acarretar na legalização de outras práticas ou mesmo na destruição da sociedade. Quanto ao Projeto de Lei 674/07, conhecido como “Estatuto da Família”<sup>398</sup>. Chama atenção o fato

<sup>397</sup> MALAFAIA, Silas. *Senado enterra PLC 122/06; Pr. Silas Malafaia comenta*. Verdade Gospel. Disponível em: <http://www.verdadegospel.com/senado-enterra-plc-12206-pr-silas-malafaia-comenta/>. Acessado em: 29/01/2016.

<sup>398</sup> Não confundir com o Estatuto da Família proposto em 2013, projeto que Malafaia também participou da

de que o posicionamento do pastor foi exclusivamente quanto à rejeição da união estável entre pessoas do mesmo sexo, e as consequências dessas, como a adoção de crianças por esses casais, o restante do projeto foi ignorado em todas as falas de Malafaia sobre o assunto. O projeto de lei propunha, essencialmente, disciplinar e ampliar o escopo da figura jurídica da união estável, previsto na Constituição e no Código Civil brasileiro. Conforme a justificativa ao projeto apresentada por seu autor, Cândido Vaccarezza (PT-SP): “apesar deste reconhecimento constitucional e infraconstitucional, muitas lacunas jurídicas continuam a existir, além de interpretações conflitantes sobre preceitos normatizados”<sup>399</sup>. Dentre as definições trazidas pelo projeto, está o reconhecimento da união civil como entidade familiar e a criação de um novo estado civil no direito brasileiro, a figura do consorte<sup>400</sup>. A proposta, em seu art. 5º, facilita a comprovação da união estável como também, em seu art. 6º, permite a dissolução da união pela simples vontade das partes, criando condições para a proteção de relacionamentos mais fluídos, ou seja, sem o engessamento legal típico do casamento civil e, ainda, cria a figura do “divórcio de fato”, quando a convivência for interrompida por um período de cinco anos. A lei ainda revoga, explicitamente, a Lei 8.971/94, que exige a convivência pelo período de cinco anos para o reconhecimento da relação. A previsão de obrigação de prestar alimentos e de guarda dos filhos, bem como outros interesses patrimoniais como a disposição acerca de herdeiro necessário, aproximam bastante os direitos e obrigações da união civil ao do casamento (artigos 10 e seguintes.). O projeto ainda traz uma pequena inovação nas definições de entidade familiar, dispondo “Art. 1º- É reconhecida como entidade familiar a união estável, pública, contínua e duradoura, entre duas pessoas capazes, estabelecida com o objetivo de constituição familiar”, ou seja, limitando ao mínimo as exigências à publicidade, continuidade e durabilidade da relação, sem restrição de sexos.

Na primeira manifestação do relator do projeto, no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família, deputado José Linhares (PP-CE), fica evidente que o maior empecilho para a aprovação do projeto seria a ausência de proibição da união estável homoafetiva. Em seu parecer apresentado em outubro de 2007, o relator critica apenas a possibilidade de união estável homoafetiva. O deputado interpretou de forma equivocada o art. 226 da Constituição, da mesma forma interpretada por Malafaia, julgando assim, o projeto como inconstitucional. Confunde, ainda, a natureza da lei proposta, imaginando se tratar de lei complementar, enquanto essa se configurava como lei ordinária: “a Constituição Federal só poderá ser modificada através de emenda

---

Audiência Pública.

<sup>399</sup>BRASIL. *Câmara dos Deputados*. Projeto de Lei nº 674-B, de 2007. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=C5B971DD4983721893E76CF3EACC2224.proposicoesWeb1?codteor=831261&filename=Avulso+-PL+674/2007](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=C5B971DD4983721893E76CF3EACC2224.proposicoesWeb1?codteor=831261&filename=Avulso+-PL+674/2007). Acessado em: 20/01/2016.

<sup>400</sup> Idem.

constitucional ou por outra Constituição, e nunca por lei complementar” e por esse motivo afirmou que “só este fato já é o bastante para reconhecer a ilegalidade do presente projeto de lei”<sup>401</sup>. Depois de uma argumentação truncada, o relator votou pela rejeição completa do PL, sem apresentar substitutivo corrigindo o que julga ser inconstitucional, ou seja, grosso modo, negou o mérito de toda a matéria exclusivamente por permitir a união estável homoafetiva<sup>402</sup>. Em novembro de 2007, Linhares apresentou novo relatório onde, entre pequenas modificações, inclui um parágrafo onde fundamentou sua argumentação na “tradição da sociedade brasileira” e nas “uniões naturais”, que deveriam ser legalmente protegidas pelo Estado brasileiro:

Também não se pode acolher a proposição por ser contrária à família brasileira, uma vez que as relações homoafetivas não devem ser equiparadas às uniões entre homem e mulher. Somente a estas, que são as uniões naturais e consentâneas com a moral e tradição da sociedade brasileira, é que a lei de família deve regular<sup>403</sup>.

Em nova redação, de 13 de novembro, o relator ainda inclui a sugestão de que os ocasionais conflitos gerados por uma “relação homossexual” devam ser tratados em juizados cíveis, e não em varas de família, pois, segundo ele, não se tratam de uniões com o intuito de constituir família<sup>404</sup>. O relatório de Linhares é veementemente combatido pelo deputado Pepe Vargas (PT-RS), que apresentou voto em separado onde afirma que não há no PL intenção de modificar a Constituição e evidencia o erro de interpretação do artigo 226 da Constituição:

A Constituição Federal na realidade não exclui, expressamente, a proteção das relações homoafetivas, apenas omitindo a regulamentação, o que evidencia o pensamento Kelsiano<sup>405</sup> “tudo o que não está expressamente proibido, está, implicitamente permitido”, abrindo uma lacuna para interpretação analógica do artigo, devendo seguir a hermenêutica de um sistema de normas e princípios constitucionais fundamentais<sup>406</sup>.

Por requerimento do deputado Robson Rodvalho (DEM-DF)<sup>407</sup>, o projeto foi pensado ao PL 2285 de 2007, de autoria do Deputado Sérgio Barradas (PT-BA), apelidado de “Estatuto das Famílias”, à revelia e em oposição ao entendimento do próprio autor do PL, que entedia que este

---

<sup>401</sup> Ibidem.

<sup>402</sup> Ibidem.

<sup>403</sup> Ibidem.

<sup>404</sup> Ibidem.

<sup>405</sup> Referência a Hans Kelsen, jurista austríaco, autor de Teoria Pura do Direito, livro que estabeleceu as bases para uma ciência jurídica, que buscava excluir do estudo do direito a moral, os costumes, ou seja, tudo que não fosse norma jurídica.

<sup>406</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 674*. Regulamenta o art. 226, § 3, da Constituição Federal, união estável, institui o divórcio direto. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=548121&filename=Tramitacao-PL+674/2007](http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=548121&filename=Tramitacao-PL+674/2007). Acessado em: 22/12/2015.

<sup>407</sup> Idem.

ficaria “extremamente prejudicado” pelo apensamento<sup>408</sup>. Este projeto definia, em seu Art. 3.º, que “é protegida como família toda comunhão de vida instituída com a finalidade de convivência familiar, em qualquer de suas modalidades”<sup>409</sup>. O apensamento de uma legislação tão abrangente, com o nítido sentido de ampliar a definição de família e tratar de temas como a adoção por casais homoafetivos, a um projeto de alcance e definições simples (quando o indicado seria justamente o contrário) dá a impressão, no contexto, e lembrando que o Dep. Rodovalho era membro da chamada bancada evangélica, de uma tentativa de enterrar a tramitação do “Estatuto das Famílias”, mais do que qualquer esforço de apresentar um PL mais plural. Aparentemente, a manobra funcionou, uma vez que alguns membros da bancada evangélica subiram o tom nas críticas, bem como foram buscar subsídios no sobrenatural, como no voto em separado apresentado pelo Deputado Pastor Manoel Ferreira, que vê no PL a ação de “forças das trevas” e julga que “não é mais possível àqueles que têm fé em Deus [...]e na vida póstuma aceitar inermes e inertes à derrocada e destruição moral da humanidade”<sup>410</sup>.

Nos meses posteriores, mais projetos versando sobre temas conexos são apensados ao projeto e em abril de 2009 o deputado José Linhares apresentou novo parecer, na forma de substitutivo, restringindo a união estável aos casais heterossexuais<sup>411</sup> e proibindo expressamente a adoção por homossexuais no parágrafo único do art. 79: “Mantêm-se os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge, companheiro ou parceiro do adotante e respectivos parentes, sendo vedada a adoção por casal homossexual<sup>412</sup>”. Interessante notar que a estrutura do substitutivo foi herdada do PL 2285, que, justamente, igualava todas as relações sob a proteção da lei, e nele foram introduzidas modificações para banir os comportamentos que o relator, em seu relatório, julgava “pecaminosas” e “contrárias aos bons costumes”<sup>413</sup>. Ainda em abril, foram apresentadas 47 emendas ao projeto, sendo que algumas exclusivamente versam em esclarecer as proibições aos direitos de famílias homoafetivas, sendo que o texto do substitutivo já era taxativo neste ponto<sup>414</sup>. Em agosto, o projeto foi aprovado por unanimidade pela Comissão, na forma do substitutivo, com os deputados Pepe Vargas e Pastor Manoel apresentando votos em separado<sup>415</sup>, e o texto seguiu para a Comissão

---

<sup>408</sup> Ibidem.

<sup>409</sup> [http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=517043&filename=PL+2285/2007](http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=517043&filename=PL+2285/2007). O PL 2285.07 é um projeto em forma de código, de grande amplitude, que pretendia, inclusive, revogar a parte do Código Civil brasileiro que dispõe sobre o direito de família, legislando sobre esse em um único diploma legal.

<sup>410</sup> Projeto de Lei 674, Op. Cit.

<sup>411</sup> Idem.

<sup>412</sup> Ibidem.

<sup>413</sup> Ibidem.

<sup>414</sup> BRASIL. Câmara dos deputados. *Tramitação do projeto de lei PL 674/2007*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=347575>. Acessado em: 21/12/2015.

<sup>415</sup> Idem.

de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC), sob a relatoria do deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS), que requereu audiência pública para instruir a matéria propondo a participação da Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM, Maria Berenice Dias; do Advogado e Ministro do Conselho Nacional de Justiça, Doutor Paulo Luiz Netto Lôbo; e do Presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT, Toni Reis, e aguardando a indicação, pela comissão, de mais três convidados “para assegurar o contraditório”<sup>416</sup>. Além dos três convidados por Padilha, foram chamados posteriormente a Deputada Federal Manuela D’ávila, o pastor da Assembleia de Deus Abner Ferreira, a Presidente da Comissão de Direito de Família do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP) Regina Beatriz Tavares da Silva e o Pastor Silas Malafaia. Não tivemos acesso aos documentos sobre essas convocações, porém, não oficialmente temos o relato do deputado Bispo Rodovalho que escreveu ter feito o convite ao pastor Malafaia na descrição do vídeo da fala do pastor na audiência pública postado em sua conta no *site* de vídeos *Youtube*<sup>417</sup>. A audiência aconteceu no dia 12 de maio de 2010<sup>418</sup>.

Na audiência, o pastor citou, assim como Linhares, o artigo 226 da constituição para demonstrar que a união estável homoafetiva é contrária à sua redação: “a constituição é clara, aqui não tem negócio, ou mudem a constituição, que ela é clara, artigo 226 [lê o artigo] o resto é farofada, é conversa, é a constituição” e é aplaudido pelo público presente. Sobre a suposta inconstitucionalidade da união estável entre pessoas do mesmo sexo já vimos o parecer do deputado Pepe Vargas e voltaremos a discutir a questão mais à frente quando tratarmos da decisão do STF sobre o tema, porém, já adiantamos que não existe nenhuma posição séria que defenda a inconstitucionalidade na união homoafetiva.

Em seguida, lançou mão de estudo sociológico sobre o papel dos gêneros em diferentes sociedades:

Agora presta atenção, George Gilder, um sociólogo renomado que pesquisou mais de duas mil sociedades na história da humanidade, e ele chegou à seguinte conclusão: apenas cinquenta e cinco eram sociedades unissexuais, sem identidade de macho e fêmea, apenas cinquenta e cinco, essas sociedades se extinguíram rapidamente<sup>419</sup>.

O mesmo estudo já apresentado pelo pastor em seu programa em 2007 é agora creditado a

---

<sup>416</sup> Ibidem.

<sup>417</sup> BISPO RODOVALHO. *Pr. Silas Malafaia em audiência pública na CCJ parte 2*. 12/05/2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Dr9MF3ru4ac>. Acessado em: 12/12/2015.

<sup>418</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. *Pauta de reunião ordinária audiência pública dia 12/05/2010*. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/ordemdodia/integras/765488.htm>. Acessado em: 12/12/2015.

<sup>419</sup> BISPO RODOVALHO, Op.Cit.

outro “sociólogo”. George Gilder, que não é sociólogo, embora tenha publicado livros na área de sociologia, é um investidor e economista norteamericano, famoso por escrever os discursos para o presidente Richard Nixon, e autoproclamado “*America's number-one antifeminist*” (Antifeminista número um da América)<sup>420</sup>. Gilder escreveu o livro *Sexual Suicide* (1973), revisado e reeditado com nome de *Men and Marriage* (1986), onde defende que os “homens são sexualmente inferiores” às mulheres, porém “são superiores no trabalho e nos grandes empreendimentos criativos fora do círculo familiar”. Fato que para o autor “tem sido verdade em toda a história humana e sempre será verdadeiro” e negá-lo é “perverso e destrutivo”, uma vez que os “homens têm um papel absolutamente central na sociedade que é proporcional, ainda que diferente, do papel familiar de mulheres”<sup>421</sup>. Essas opiniões, entre outras renderam ao autor o prêmio da Revista Time de “Male Chauvinist Pig of the Year” (Porco Chauvinista Masculino do Ano)<sup>422</sup>. Também não encontramos referências de que Gilder tenha realizado tal estudo. É interessante notar que as conclusões de tal estudo, exaustivamente citado por Malafaia, extrapolam os objetivos de sua argumentação nas ocasiões: citando tal o estudo não diz apenas que os homossexuais não devem ter o direito à união estável, também tenta demonstrar que a homossexualidade, se não tiver entraves estatais, pode destruir a sociedade.

Segue sua apresentação de estudos científicos sobre a homossexualidade demonstrando que “82% da homossexualidade feminina já se apaixonou pelo sexo contrário, 67% da homossexualidade masculina já se apaixonou pelo sexo contrário”, e a partir disso apresenta a sua definição de homossexualidade, segundo a qual as pessoas nascem “homem ou mulher por determinação genética” e se tornam “homossexual por comportamento aprendido ou imposto”. As fontes das estatísticas não são apresentadas e a veracidade ou não dessas não tem relevância para o tema, uma vez que se discutia a possibilidade da união estável de homossexuais, possíveis trocas de orientações sexuais não estavam em discussão. Ao final da “parte científica” de seu discurso apresenta a seguinte afirmação, que segundo o pastor é uma “verdade sociológica, antropológica e teológica”:

---

<sup>420</sup> FALUDI, Susan. *Backlash: The Undeclared War Against American Women*. Crown/Archetype. 2009. p. 295.

<sup>421</sup> No original: “...*men are inferior sexually...but they are superior in the workplace and in the great creative ventures outside the family circle. This has been true throughout human history and always will be true. The denial of it is perverse and destructive because men do have an absolutely central role in society that is commensurate with, yet different from, the familial role of women*”. GILDER, George. *Freedom From Welfare Dependency. Religion & Liberty*. Disponível em: <http://www.acton.org/pub/religion-liberty/volume-4-number-2/freedom-welfare-dependency>. Acessado em: 01/07/2015.

<sup>422</sup> OCALASTAR-BANNER. *Power and the pen: meet George Gilder, Author of 'wealt and porverty'*. Edição 37, 25 de maio de 1981. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?nid=1356&dat=19810524&id=CG8xAAAIBAJ&sjid=IgYEAAAIBAJ&pg=7037,4789057&hl=pt-BR> Acessado em: 01/07/2015.

Nenhuma sociedade é mais forte do que os laços de suas famílias e a fortaleza das suas famílias estão baseadas nas relações heterossexuais, toda história da sociedade está sustentada nisso, o porquê da família, porque só a família pode perpetuar a espécie através da prole e isso só é possível através das relações heterossexuais, não existe prole homossexual<sup>423</sup>.

Até esse momento do discurso o pastor apenas repetiu o seu discurso científico/jurídico/teológico tentando provar suas teorias sobre a homossexualidade, que podem ser resumidas em: homossexualidade é um comportamento e a sociedade humana é baseada na família tradicional baseada na heterossexualidade. A partir daí passa para o tema da adoção por casais homoafetivos:

Os senhores querem falar de adoção que está aqui no estatuto, então vamos falar de adoção: eu passei cinco anos na universidade, eu sou psicólogo clínico, ouvindo dos professores, a criança faz diferenciação entre ela e a mãe a partir da figura paterna, a criança faz uma ruptura entre ela e o mundo a partir da figura paterna, a figura paterna pode ser o pai biológico, mas macho, a figura paterna pode ser um irmão, pode ser um avô, um tio, um primo que ajudou na criação daquela criança, eu ouvi isso o tempo todo na universidade [...] isso é histórico, isso é a verdade. E outra, quanto a adoção, quem é o psicólogo e o tempo que nós temos para provar que a adoção homossexual tem o mesmo efeito que a heterossexual [...] se eles mesmo é que fazem os estudos que são convenientes a eles, de gente ligada a eles, de grupos homossexuais<sup>424</sup>.

Aqui o pastor evocou a sua formação como psicólogo para demonstrar a necessidade de uma figura paterna no desenvolvimento psicológico das crianças, que não precisa necessariamente ser o pai biológico, porém, deve ser necessariamente macho. Acreditamos que Malafaia foi chamado para essa audiência por sua posição enquanto líder religioso, sendo que, se fosse requerido a presença de um psicólogo haveriam opções de profissionais mais qualificados para a ocasião. Claro que não desclassificamos a sua argumentação baseada em outras áreas que não a teológica, porém, não acreditamos que ele seja uma autoridade para falar sobre psicologia. Malafaia também demonstra o seu descrédito quanto aos estudos sobre o tema, uma vez que, segundo o pastor, esses são realizados por pesquisadores ligados aos movimentos homossexuais. Também duvida dos números apresentados pelos ativistas sobre a quantidade de homossexuais no Brasil:

Os grupos de defesa dos homossexuais precisam chegar a uma conclusão, eles dizem que são vinte milhões quando interessa, se eles são vinte milhões e eles gostam de dizer que os assassinatos de homossexuais é grupo de risco, acabou o grupo de risco, que é uma coisa tão pequena que não dá nem para entrar na escala<sup>425</sup>.

---

<sup>423</sup> BISPO RODOVALHO, Op. Cit.

<sup>424</sup> Idem.

<sup>425</sup> BISPO RODOVALHO. *Pr. Silas Malafaia em audiência pública na CCJ parte 1*. Disponível em:

Na sequência, utilizou seu discurso para criticar Toni Reis, que estava sentado ao seu lado na mesa, sobre as denúncias que o presidente da AGBLT havia feito contra ele ao Ministério Público Federal por causa da linguagem depreciativa contra homossexuais apresentada no programa do pastor e ao Conselho Federal de Psicologia sobre a questão de tratamento psicológico para reorientação da sexualidade. Ao final retornou ao assunto da audiência pública e demonstrou a justificativa de sua oposição a união homossexual, a suposta destruição da sociedade, caso seja aprovada:

[...] se nós vamos legalizar todo o comportamento social [...] a sociedade que não tem limite ela auto se destrói [sic], [lê o primeiro artigo da lei], isso é um chute em toda a história, e eu vou dizer para vocês, não sou profeta do caos, a sociedade humana, ela vai receber as recompensas das suas atitudes [...] vamos liberar tudo, quem tem relação com cachorro, eu vou apelar aqui, eu tenho que dizer, é um comportamento, que tem relação com cadáver, é um comportamento vamos botar na lei, eu um comportamento, estão espantados, vão discriminar, então vamos botar tudo na lei e vamos ver onde vai parar a sociedade brasileira<sup>426</sup>.

O pastor tenta levar a discussão ao absurdo comparando o reconhecimento da união estável homossexual com a legalização das relações com animais e cadáveres, não discutiremos essa bizarra relação feita pelo pastor porque, mesmo que em alguns momentos dessa pesquisa foi necessário recorrer a áreas de estudo diversas e tratar de temas não necessariamente ligados aos objetivos principais da mesma, discutir essas questões extrapola os nossos limites. A comparação com essas práticas e a ideia de que ao reconhecer a união estável de casais homoafetivos abre-se caminho para legalização dessas é mais uma tentativa de trazer repulsa à homossexualidade. Não existe nenhuma forma de sustentar a hipótese de que ao garantir direitos a homossexuais abre-se caminho para outros direitos que não sejam os dos próprios homossexuais.

Em resumo, o pastor defende que a união estável homossexual é inconstitucional, já que vai contra o artigo 226 da carta magna; usou seu conhecimento de psicologia para se opor à adoção por homossexuais; lança mão de estudos “científicos” para demonstrar que os homossexuais têm relacionamentos heterossexuais durante a sua vida e que a sociedade será destruída caso tenham seus direitos reconhecidos; e tenta gerar repulsa à homossexualidade comparando-a com a zoofilia e necrofilia. Assim como na audiência pública da lei anti-homofobia, Malafaia utilizou sua retórica e ignorância (ou má fé) para tentar convencer os deputados presentes a votarem contra a aprovação do projeto.

Ainda em 2010, em outra ação em defesa do modelo de “família tradicional”, não

---

<https://www.youtube.com/watch?v=1za3i9Yc3-M>. Acessado em: 12/12/2015.

<sup>426</sup> Idem.

necessariamente se referindo ao projeto apresentado, porém claramente relacionada, a Associação Vitória em Cristo pagou por seiscentos *outdoors*, distribuídos pelo Rio de Janeiro, com a frase: “em favor da família e preservação da espécie humana. Deus fez macho e fêmea”. A foto de Malafaia estampada na placa apontando para os dizeres demonstra a importância dada a associar a figura do pastor a tal mensagem.

IMAGEM 4: *OUTDOOR*



Um dos 600 outdoors espalhados pelo Rio de Janeiro em 2010 pagos pela Associação Vitória em Cristo. Disponível em: <https://dacarpe.wordpress.com/2010/10/01/sobre-o-outdoor-homofobico-de-silas-malafaia/>. Acessado em: 10/11/2015.

Com as mesmas justificativas apresentadas em sua oposição ao projeto de lei, Malafaia também se pronunciou contrário a decisão Supremo Tribunal Federal em reconhecer a união estável homossexual em 05 de maio de 2011<sup>427</sup>.

No dia 5 de maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 132) e a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), aprovando por unanimidade o reconhecimento da união estável – entendida como a convivência de natureza pública, contínua e duradoura – entre homossexuais, equiparando-a a entidade familiar em direitos e obrigações. A Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental foi protocolada pelo governador Sérgio Cabral em 2008, com o objetivo de garantir direitos às uniões homoafetivas estáveis aos funcionários do Estado do Rio de Janeiro. A Ação Direta de Inconstitucionalidade foi apresentada pela Procuradoria Geral da República em 2009, pedindo que a interpretação do artigo 1.723 do Código Civil, que prevê o reconhecimento da união estável entre o homem e a mulher, fosse feita conforme à Constituição, contemplando os casais homoafetivos. A aprovação foi considerada uma vitória importante para a garantia do princípio da igualdade e da dignidade da pessoa humana e a reafirmação do estado democrático de direito. A decisão do STF tem caráter vinculante e assegura direitos que já vinham sendo concedidos em tribunais estaduais e magistrados de primeiro grau, como a partilha de bens, ter parceiro dependente em plano de saúde, pensão por morte, alimentos, adoção, entre outros<sup>428</sup>.

<sup>427</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Ação direta de inconstitucionalidade 4.277 Distrito Federal*. Disponível em: <http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/ac%C3%B3rd%C3%A3o%281%29.pdf>. Acessado em: 15/12/2015.

<sup>428</sup> VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. *Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares*

No mesmo dia, o seguinte texto foi publicado no site da AVEC:

União homoafetiva não é entidade familiar! **Envie agora e-mails para os 11 ministros** do Supremo Tribunal Federal com a mensagem: **RELAÇÃO HOMOAFETIVA NÃO É ENTIDADE FAMILIAR. VOTE CONTRA ESSA LEI INCONSTITUCIONAL!** O STF continuará a julgar no início desta tarde (05/05) uma ação que reconhece a união entre casais do mesmo sexo como uma “entidade familiar”. Até a suspensão do julgamento na noite da última quarta-feira (04/05), somente o relator do projeto, ministro Carlos Ayres Britto, votou a favor. Faltam ainda os votos dos outros dez ministros. Caso o Supremo reconheça os casais homossexuais como entidade familiar, a decisão garante a estes os mesmos direitos das uniões estáveis de heterossexuais, tais como herança, comunhão parcial de bens, pensão alimentícia e previdenciária. O que está em jogo é a célula mater da sociedade, a família. Não se trata apenas de defender os princípios bíblicos, mas de apregoar o que prevê a Constituição Federal, a qual reconhece como entidade familiar a união estável entre homem e mulher. Não adianta só orarmos enquanto temos de agir. Vamos somar forças!<sup>429</sup>

No programa Vitória em Cristo do dia 14 do mesmo mês, Malafaia posicionou-se sobre o assunto, comparando a decisão com o PL 122/06. Para o pastor, mesmo discordando da decisão do Supremo, essa dizia respeito ao direito dos homossexuais, enquanto o projeto de lei pretendia, nas palavras do próprio: “cri-mi-na-li-zar os que são contra a prática homossexual”. É interessante notar aqui que o pastor concorda que a união estável é um direito dos homossexuais e mesmo assim discorda desse direito. Além disso, aqui o pastor não vê nenhum problema constitucional na decisão do STF, inconstitucionalidade que é denunciado aos berros na manifestação de junho de 2011 em frente ao Senado:

Lamento, o Supremo Tribunal Federal rasgou a constituição [gritando], o jurista Ayres Britto, um dos maiores juristas desse país, esteve lá na constituinte, o artigo 226, parágrafo terceiro: família, homem, gênero masculino, mulher, gênero feminino! Aqueles que têm que ser os guardiões da constituição, porque o Supremo Tribunal federal não tem autoridade para fazer lei. É uma afronta ao congresso nacional. E tem medo da caneta deles? Eu não tenho medo da caneta de ninguém. Eu tenho medo é de desagradar a Deus. Aqui primeiro fica o meu protesto, minha indignação, e os argumentos dos ministros para rasgar a constituição foi uma vergonha! Não tinha embasamento jurídico. Artigo 226, parágrafo terceiro da constituição: família é homem e mulher!<sup>430</sup>

O momento da efetivação de uma lei é o de sua interpretação e, no Brasil, a autoridade máxima quando se trata da interpretação de leis é o Supremo Tribunal Superior. O tal parágrafo

---

*evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012, p. 123.

<sup>429</sup> MALAFAIA, Silas. *União homoafetiva não é entidade familiar!*. Associação Vitória em Cristo. 05/05/2011. Disponível em: [http://www.vitoriaemcristo.org/\\_gutenweb/\\_site/gw-noticias-detalle/?cod=446](http://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/gw-noticias-detalle/?cod=446). Acessado em: 06/02/2016.

<sup>430</sup> PR MALAFAIA. Palavra Silas Malafaia em manifestação contra PL 122. 03/06/2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sUzHJRAvB1k>. Acessado em: 06/02/2016.

citado pelo pastor, que em sua redação define que “para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento”, assim como todos os outros parágrafos do artigo 266 foram, obviamente, levados em consideração na decisão do STF. Segue o trecho da decisão que trata exatamente de tal artigo:

De toda essa estrutura de linguagem prescritiva (“textos normativos”, diria Friedrich Müller<sup>431</sup>), salta à evidência que a parte mais importante é a própria cabeça do art. 226, alusiva à instituição da família, pois somente ela – insista-se na observação – é que foi contemplada com referida cláusula da especial proteção. *Mas família em seu coloquial ou proverbial significa de núcleo doméstico significado núcleo doméstico, pouco importando se formal ou informalmente constituída, ou se integrada por casais heterossexuais ou por pessoas assumidamente homoafetivas*<sup>432</sup>.

Ao contrário do que disse Malafaia, Supremo Tribunal Federal não legislou, afrontando o Congresso Nacional, apenas fez o seu trabalho de interpretação da lei e nisso buscou a ampliação dos direitos constituídos. Para além disso, o pastor em sua análise jurídica trata de um parágrafo em separado para chegar as suas conclusões, ferindo um princípio básico do direito constitucional, conforme escreve José Canotilho: “o Princípio da unidade obriga o intérprete a considerar a Constituição na sua globalidade e a procurar harmonizar os espaços de tensão existentes”<sup>433</sup>, ou seja, a Constituição deve ser considerada como um todo e não deve ser interpretada da forma que o pastor faz, citando partes em separado para provar os seus posicionamentos.

A oposição ao reconhecimento da união estável de casais homossexuais, tanto no caso do estatuto da família, quanto na decisão do STF, segue os mesmos moldes da oposição ao PL 122/06. Em seus discursos e textos ficou clara a utilização de dados e estudos pouco conhecidos ou não aceitos por maior parte da comunidade científica, muitas vezes apresentados sem as devidas referências, para justificar as suas ideologias fundamentadas em preconceitos e em sua leitura bíblica fundamentalista, buscando demonstrar que a ciência (sempre utilizada de modo genérico) e a religião estão em sintonia no que se refere a seus posicionamentos. A interpretação rasa e interesseira da legislação também é utilizada no mesmo sentido de fazer com que as leis digam o mesmo que as suas interpretações bíblicas. A ciência e o direito são evocados com a intenção de demonstrar que as suas posições são relevantes para todo o conjunto da população e não apenas para o seu público pentecostal, uma questão importante para um líder religioso que tenta se inserir

<sup>431</sup> Friedrich Müller é um jurista alemão que leciona Direito Constitucional, Filosofia do Direito e Teoria Geral do Direito na Universidade de Heidelberg. Desenvolve pesquisas em teoria e linguagem do Direito.

<sup>432</sup> *Ação direta de inconstitucionalidade 4.277 Distrito Federal*, Op. Cit.

<sup>433</sup> CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Ed. Almedina; 7ª Edição; 2003, p.1224.

no campo político. Ao unir estudos científicos escusos, interpretação jurídica pobre e uma compreensão fundamentalista da religião em seus discursos, o pastor apenas contribui para reprodução do senso comum do seu público, que, através de suas ideologias é estimulado a agir politicamente apenas em determinadas causas manifestas basicamente em questões de cunho moral e sexual.

## PETRALHAS, COMUNISTAS E ESQUERDOPATAS

*Eu só li um livro, mas é um bom livro, sabe / Eu  
ajo da maneira que ajo porque o Bom Livro  
manda / Se eu quiser saber como ser bom, é para o  
Bom Livro que eu vou [...] Lá a Moralidade está  
escrita em simples preto e branco / Eu sinto pena  
de vocês pagãos, que têm que pensar sobre tudo  
isso.*

*The Good Book – Tim Minchin*

Como vimos no capítulo anterior, oposição à homossexualidade e às lutas do movimento LGBT foi importante para a constituição da figura de Malafaia enquanto figura política. Durante essa trajetória, a luta contra todo espectro da “esquerda” - abrangendo partidos, movimentos sociais e bandeira historicamente defendidas por ativistas de esquerda - foi se tornando cada vez mais presente no discurso do pastor. Nesse processo, o Partido dos Trabalhadores ganhou atenção especial do pastor, principalmente durante a campanha eleitoral de 2010, quando Malafaia assumiu uma postura de oposição ao partido e a sua candidata à presidência, Dilma Rousseff, justificada, principalmente, pelo apoio de petistas ao PL 122/06, à descriminalização do aborto e à aprovação do III Plano Nacional de Direitos Humanos. Com a oposição ao PT, Malafaia passa a assumir um discurso contrário aos partidos e movimentos de esquerda em geral e passa a denunciar supostos planos comunistas que estariam sendo postos em prática no país. Dito isso, nesse capítulo pretendemos focar nossa análise na oposição do Malafaia à “esquerda” de um modo geral e o discurso anticomunista do pastor, principalmente após 2010. Primeiramente discutiremos a atuação do pastor durante o pleito eleitoral já mencionado, a oposição à candidatura de Dilma e as justificativas apresentadas. Além das causas que já mencionamos, veremos também oposição de Malafaia às tentativas de regulamentação da imprensa pelo Governo Federal. Essa questão interfere diretamente nos interesses do pastor e de outros televangelistas e é apresentada como tentativa de censura e outra forma de ação de comunistas no país, conforme veremos. Ao final analisaremos a atuação do pastor na defesa da indicação do Deputado Marco Feliciano – também pastor e televangelista – à presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara de Deputados em 2013. Malafaia saiu em defesa de Feliciano, após esse

ser alvo de manifestações contrárias à sua candidatura, por declarações racistas e homofóbicas do deputado. Esse momento é importante para a articulação de setores conservados e da direita religiosa, como veremos.

O anticomunismo de Malafaia não ocorre de forma isolada, mas em conjunto com o discurso e prática anticomunista que reemergem “recentemente como parte de uma onda mundial de partidos fascistas que acompanham a crise do capital a partir de 2008”, como escreveram Marcos Meinerz e Lucas Patschiki. Segundo os autores, no caso brasileiro, o anticomunismo reaparece, embora jamais tenha de fato desaparecido, após a eleição de Lula em 2002, sendo “justificado como ‘preventivo’, atentando para a mudança no bloco no poder, novidade na autocracia burguesa brasileira”<sup>438</sup>. Quando falamos em anticomunismo, nos referimos a “uma hostilidade sistemática ao comunismo, traduzindo-se de acordo com seu grau de desenvolvimento questionando o suporte teórico e ideológico do comunismo (o marxismo) ou das forças e regimes que o encarnariam (os partidos comunistas, os ‘países socialistas’)”, compreendido como “uma forma de caricaturizar os objetivos e as práticas do movimento comunista para o melhor combatê-lo”<sup>439</sup>. O anticomunismo enquanto ideologia ou ação política não se refere somente à rejeição da atuação de um partido comunista em específico, mas estende-se a todas as ideologias ou projetos que possam ser interpretados como contribuintes ao objetivo histórico esperado pelos comunistas. Assim, a abrangência do comunismo a ser combatido amplia-se ao ponto de não poder ser quantificada de maneira simples, pois, as mais diversas práticas políticas podem adquirir sentido comunista e elementos “contaminados” pelo comunismo podem ser identificados em todo o corpo social<sup>440</sup>. É essa “abrangência”, típica dos discursos anticomunistas, que permite ao pastor ver comunismo nas mais diversas bandeiras e práticas, como os movimentos LGBTs, a descriminalização do aborto e as políticas de direitos humanos, não necessariamente ligadas

---

<sup>438</sup> MEINERZ, Marcos; PATSCHIKI, Lucas. *Anticomunismo no Brasil contemporâneo: a interpretação dos Partidos comunistas*. In: VII congresso internacional de história, XXXV Encuentro de Geohistoria Regional e XX Semana de História, 2015, Maringá. Anais VII Congresso Internacional de História, XXXV Encuentro de Geohistoria Regional e XX Semana de História, 2015.

<sup>439</sup> "Au sens large, l'anticommunisme se définit comme une hostilité systématique au communisme, se traduisant selon son degré d'élaboration par une mise en cause du support théorique et idéologique du communisme (le marxisme) ou des forces et régimes qui l'incarnent (les partis communistes, les « pays socialistes »). Pour les communistes, l'anticommunisme est une opération qui consiste à travestir les objectifs et les pratiques du mouvement communiste pour mieux le combattre". BENSUSSAN, Gérard; LABICA, Georges. *Dictionnaire critique du marxisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 1982. p. 39-40.

<sup>440</sup> MEINERZ; PATSCHIKI, Op. Cit.

aos movimentos ou partidos comunistas.

Quanto ao governo do PT, é preciso deixar claro que no momento em que o Lula assumiu a presidência em 2003, o partido já não representava nenhum perigo real ao *status quo*<sup>441</sup>. O partido, surgido das lutas sindicais durante a ditadura civil militar empresarial, passou nos anos 1990 por um processo de transformismo, conforme a conceituação gramsciana, mudando seu projeto e abandonando os interesses históricos da classe trabalhadora. A nova atitude do PT ficou clara na “Carta aos Brasileiros”, documento publicado durante o período eleitoral de 2002, que resume e formaliza o compromisso de Lula com o empresariado, além de conter a promessa pública de não fazer substanciais alterações na política monetária e, conforme Perry Anderson, foi “o agente-chave para as transações escusas do PT com bancos e construtoras durante a campanha”<sup>443</sup>. Compromisso cumprido durante os dois mandatos de Lula (2002-2010), com políticas econômicas e monetárias extremamente favoráveis ao capital financeiro, como o regime de metas de inflação, superavit primário maior do que o próprio FMI havia recomendado, taxas de juros elevadas e câmbio valorizado. Além disso, o retorno do financiamento estatal do grande capital permitiu a integração das grandes empresas brasileiras na dinâmica imperialista, mesmo que de forma subalterna<sup>444</sup>. Outro elemento positivo para o empresariado foi o encapsulamento das lutas da classe trabalhadora, principalmente pelo atrelamento da CUT (Central Única dos Trabalhadores) ao governo federal. Davi Maciel sintetiza o processo de transformismo do partido e da CUT da seguinte forma:

De um projeto de “revolução dentro da ordem” cujos desdobramentos carregavam as potencialidades de uma “revolução contra a ordem”, para usarmos os conceitos de Florestan Fernandes, PT e CUT migraram para um projeto de “reforma dentro da ordem” que evoluiu posteriormente para a “reprodução da ordem” nos marcos do padrão de acumulação neoliberal e da autocracia burguesa reformada. No entanto, nesta fase este movimento transformista carregava uma particularidade importante, pois a cooptação de PT e CUT se baseou muito mais na capacidade que a autocracia burguesa demonstrou de condicionar e modelar sua ação política e social do que na incorporação de aspectos de seu projeto no programa político das classes dominantes<sup>445</sup>.

---

<sup>441</sup> Idem.

<sup>443</sup> ANDERSON, Perry. *O Brasil de Lula*. Revista Novos Estudos. Novembro de 2011, p. 9.

<sup>444</sup> MACIEL, David. “*Melhor impossível*”: a nova etapa da hegemonia neoliberal sob o Governo Lula. *Universidade e Sociedade*. Nº 46. Brasília: ANDES-SN, 2010, p. 121.

<sup>445</sup> MACIEL, Op. Cit.

Em relação às classes subalternas, o governo Lula foi marcado pela articulação entre políticas de transferência direta de renda, aumento do salário-mínimo e da oferta de crédito para a população de baixa renda. O principal responsável pela transferência direta de renda foi o “Bolsa Família”, programa do governo federal que consiste no pagamento mensal de baixos valores a mães de baixíssima renda que, em contrapartida, devem manter seus filhos matriculados na escola e acompanharem o calendário de vacinas obrigatórias. Os valores são pagos diretamente pelo governo, via sistema bancário, para beneficiários reunidos em um cadastro nacional, e atingem cerca de 12 milhões de domicílios. Segundo Anderson, o programa teve enorme repercussão social, apesar de seu baixo custo e tornou-se um dos trunfos políticos mais eficientes do presidente<sup>446</sup>. Já o salário-mínimo teve um aumento real acumulado de 50%, entre 2002 até 2010, beneficiando não apenas a população produtiva cuja remuneração depende do valor por desse, como também a maior fatia de aposentados e pensionistas de Previdência Social – cerca de 18 milhões de beneficiários – que têm suas pensões indexadas ao mínimo. A oferta de crédito consignado também teve um crescimento generalizado, para compra de bens desde eletrodomésticos e carros até a casa própria, sendo esse o alvo de ação específica. A combinação dessas políticas “desencadeou um aumento sustentado do consumo popular, e uma expansão do mercado interno que, finalmente, depois de uma longa estiagem, criou mais empregos”<sup>447</sup>. Estas políticas tiveram como resultado principal a maior redução da pobreza na história brasileira. O número de pobres caiu de cerca de 50 para 30 milhões em seis anos, e o número de indigentes diminuiu pela metade<sup>448</sup>. Essas políticas do governo Lula só foram possíveis pela conjuntura econômica internacional favorável, principalmente após 2004 quando a “demanda chinesa por duas das exportações mais valiosas do Brasil, soja e minério de ferro, decolaram, em meio a um aumento exorbitante no preço das commodities”<sup>449</sup>. No entanto, “foram as decisões do primeiro mandato, intensificadas no segundo, que canalizaram o vento a favor da economia internacional para a redução da pobreza e a ativação do mercado interno”<sup>450</sup>. A situação

---

<sup>446</sup> ANDERSON. Op. Cit. p. 9.

<sup>447</sup> Idem.

<sup>448</sup> Ibidem, p. 29.

<sup>449</sup> Ibidem.

<sup>450</sup> SINGER, André. *Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. 2012. São Paulo: Companhia das Letras, p. 10.

exposta até aqui permite a Maciel afirmar que:

[...] com o governo Lula, a hegemonia neoliberal atingiu uma qualidade superior, combinando a aplicação de uma política econômica favorável ao grande capital com políticas sociais compensatórias que conferem ao governo enorme apoio popular, além de cooptar grande parte dos movimentos sociais e suas organizações e de impor à esquerda socialista uma situação de fragmentação e isolamento político, também inédita<sup>451</sup>.

Diante desta conjuntura, mais especificamente a partir de 2010, Silas Malafaia passou a adotar posições críticas em relação ao PT e aos governos encabeçados por este partido. Entretanto, como já comentamos na introdução, as proposições defendidas por Malafaia inserem-se em um universo que Gramsci denominou de “pequena política”, ou seja, são “questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política”. O autor contrapõe essas as questões da “grande política” que são aquelas “ligadas à fundação de novos Estados à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais”, porém, conforme defendeu Gramsci, também é “grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política”<sup>452</sup>. Assim, a análise da atuação política de Malafaia indica que ela busca exatamente cumprir esta tarefa de, para repetir Gramsci, “reduzir tudo a pequena política”. Como escreveu Patschiki, durante o governo Lula ocorreu “um esvaziamento da capacidade de universalização de direitos pela via parlamentar-eleitoral burguesa, que acaba por ser inundada pela pequena política”. Porém, este esvaziamento não se traduziu em uma crise de direção política, pois, a capacidade de decisão foi “deslocada para esferas corporativas na ossatura material do Estado, no caso brasileiro notadamente para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), lugar de construção de consensos sociais em favor do capital, assim como o Banco Central”<sup>453</sup>. Assim, as principais decisões políticas ocorrem em decorrência de sua “primazia propositiva e programática dos grupos e frações da classe dominante através do Estado (Conselhos, Comitês, Agências

---

<sup>451</sup> Idem.

<sup>452</sup> GRAMSCI, Antonio. 2002, Op. Cit. p.22.

<sup>453</sup> PATSCHIKI, Lucas In: FELIPPE, Igor. “*Anticomunismo é a base ideológica comum para o espectro fascista no Brasil*”, afirma historiador. Revista Fórum. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/rodrigovianna/plenos-poderes/anticomunismo-e-base-ideologica-comum-para-o-espectro-fascista-brasil-afirma-historiador/>. Acessado em: 25/01/2016.

Reguladoras, autonomia prática do Banco Central, etc.) diante da capacidade reagente e defasada dos partidos e parlamento”<sup>454</sup>. As consequências dessa conjuntura se tornam aparentes ao analisarmos algumas das questões que estiveram em pauta durante o processo eleitoral, visto que, de forma geral, o programa de governo dos três principais candidatos não apresentava grandes diferenças no que se refere a “grande política”.

### **Descriminalização do aborto**

Durante o processo eleitoral de 2010, Malafaia inicialmente apoiou publicamente a candidatura de Marina Silva (Partido Verde - PV), porém, ainda durante o primeiro turno, passou a apoiar José Serra (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB). Essa mudança de posicionamento foi justificada pelo fato de Marina ter afirmado em entrevista que, caso eleita, proporia um plebiscito para decidir quanto a descriminalização do aborto e a liberação da maconha. O aborto foi também a questão central da oposição de Malafaia à candidata do Partido dos Trabalhadores (PT), Dilma Rousseff, levando em conta os posicionamentos da candidata sobre o assunto afirmados em entrevistas à imprensa e a postura do PT, durante os dois mandatos de Lula, quanto à descriminalização do aborto

Christina Vital e Paulo Victor Leite Lopes, ao analisarem as ações e reações em torno da temática do aborto durante o período eleitoral de 2010, verificaram que lideranças religiosas pressionaram candidatos para que se “posicionassem contrariamente à revisão da legislação punitiva para a interrupção da gravidez” e atuaram para o avanço da esfera religiosa e de pautas conservadoras sobre a agenda política. Além de serem constrangidos a se posicionarem sobre a questão, os candidatos (principalmente Dilma e Serra durante a campanha do segundo turno), em determinado período da eleição, passaram a “acionar suas identidades religiosas, a participar de celebrações de diferentes igrejas e denominações, a produzir cartas e falas direcionadas ao público religioso”. Conforme os autores:

Encurralados por setores conservadores, os dois candidatos (cuja trajetória anterior ao pleito não trazia qualquer indicação de recusa a uma possível descriminalização do aborto, pelo contrário) reelaboraram as suas imagens de modo a, como efeito indireto, fortalecer e legitimar aqueles que os compeliavam a tais atitudes. O ‘medo’ da ação religiosa e de uma possível

---

<sup>454</sup> Idem.

‘reação’ do voto evangélico, elaborações cada vez mais presentes no cenário eleitoral, revelaram-se como ‘verdades’ cuja consequência direta é a capitalização política destes setores em embates eleitorais. Ao serem reconhecidos como forças políticas indispensáveis, vitais, na disputa eleitoral, as personagens religiosas ampliam o seu potencial de negociação, chegando, como no momento de acirramento da disputa que analisamos, ao próprio apagamento de outras agendas fundamentais, constitutivas dos candidatos e partidos que concorriam<sup>455</sup>.

Malafaia participara de audiência pública sobre o Projeto de Lei 1135 de 1991 que propunha a descriminalização do aborto que em 2008. Veremos um pouco sobre esse projeto para compreendermos a atuação de políticos do PT sobre o tema e os posicionamentos e justificativas sobre apresentados pelo pastor na época antes de partimos para a sua atuação em 2010. O projeto foi apresentado pelos deputados federais Eduardo Jorge (PT-SP) e Sandra Starling (PT-MG) e teve um longo trâmite até 2005, quando a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) apresentou um substitutivo, reunindo vários projetos apensados, com definições que iam além da descriminalização da interrupção da gravidez, criando o “direito ao aborto”, como disposto no artigo 1º do projeto: “Toda mulher tem o direito à interrupção voluntária de sua gravidez, realizada por médico e condicionada ao consentimento livre e esclarecido da gestante”<sup>456</sup>. Os artigos seguintes definiam normas para o procedimento, como o limite de 12 semanas, ou de 20 no caso de gravidez resultante de crime sexual<sup>457</sup>. No relatório que fundamentou o substitutivo, Feghali fundamentou sua posição em dados de mortes na gestação, dados do Ministério da Saúde e pesquisas publicadas. O projeto foi arquivado ao final da legislatura e, quando solicitado o desarquivamento, em maio de 2007 o relator designado no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) foi o deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP) que apresentou, em novembro do mesmo ano, um parecer contrário à aprovação do projeto, baseado num discurso de defesa da vida desde a concepção<sup>458</sup>. Apesar da apresentação de recursos por membros da comissão, o parecer de Mudalen é aprovado em maio de 2008, com três votos em separado<sup>459</sup>, sendo que o deputado Pastor Manuel Ferreira justifica a posição adotado com base no 5º mandamento bíblico: “não

---

<sup>455</sup> VITAL; LOPES, Op.Cit. p. 108.

<sup>456</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de lei Nº 1135/9*. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?coteor=431375&filename=Tramitacao-PL+1135/1991](http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?coteor=431375&filename=Tramitacao-PL+1135/1991). Acessado em 22/12/2015.

<sup>457</sup> Idem

<sup>458</sup> Ibidem.

<sup>459</sup> Ibidem.

matarás”<sup>460</sup>.

Aprovado na CSSF, o projeto seguiu para a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC) onde o relator foi Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que, um mês depois, apresentou requerimento para realização de audiência pública para instruir a matéria, com uma lista que incluía diversos religiosos: Dom Geraldo Lyrio Rocha, Pastor Silas Malafaia, Reverendo Guilhermino Cunha, Pastor Abner Ferreira e Pastor Amarildo. Ao analisar a atuação da Frente Parlamentar Evangélica em sua tese, Eduardo Lopes Cabral Maia observa que “chama a atenção o fato de o deputado Eduardo Cunha solicitar a presença de cinco representantes de instituições religiosas [...] e, apesar da solicitação pela presença do Ministro da saúde, nenhum representante de instituições de pesquisas na área da Saúde”<sup>461</sup> foi chamado a participar da discussão.

Na audiência pública, Malafaia iniciou sua fala afirmando que “o Estado é laico mas não laicista, o Estado é laico mas o povo não é, o Estado é Laico, mas no preâmbulo da Constituição do Brasil, porque esse Estado não é ateu está escrito ‘sob a proteção de Deus’, está na nossa Constituição” e antes de partir para a sua habitual exposição de estatísticas e dados “científicos”, afirma que “agora existe uma tentativa de uma inquisição científica” que busca “ridicularizar qualquer postura que envolva questão religiosa como se o povo não tivesse questões religiosas”; mesmo assim, o pastor afirma que não fará uma abordagem religiosa do assunto<sup>462</sup>. Sendo assim, lançou mão da ciência, ao menos em sua concepção do que essa seria, e citou alguns conceitos de biologia e embriologia afirmando que a diferença entre cada um presente na audiência e um óvulo fecundado seria apenas “o tempo e a nutrição”, ou seja, uma pessoa adulta só difere de um feto pelo tempo decorrido e por sua alimentação. O segundo argumento foi o de “na gestação o agente ativo é o feto, o agente passivo é a mãe” pois é o “feto que se protege com aquela capa para não ser expulso do corpo da mãe como um ser intrusão, é o feto que regula o líquido amniótico, é o feto que em última instância determina a hora de sair”, ou seja, “o feto não é prolongamento do corpo da mulher, como a unha e o cabelo que pode ser cortado ou aparado”. Para Malafaia, a “prova cabal” de

---

<sup>460</sup> Ibidem.

<sup>461</sup> MAIA, Eduardo Lopes Cabral. *A Política Evangélica: análise do comportamento da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara Federal (2007-2010)*. Florianópolis, 2012. Tese de doutorado. p.107.

<sup>462</sup> AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE ABORTO. *Vitoria em Cristo*. São Paulo: Rede TV!, 06/2008. Programa de TV.

que o óvulo fecundado não é o prolongamento do corpo da mulher é a de que na situação hipotética de um “óvulo fecundado de um casal negro ser implantado no útero de uma mulher branca” ira nascer uma criança negra e vice-versa<sup>463</sup>.

Partindo dessa ideia, para Malafaia a mulher não tem o direito de interromper a gestação, pois “se a vida começa na concepção, como é científico, o aborto é matar uma vida, esse fato cristalino não pode servir a interesses políticos, econômicos e sociológicos”. Critica também a ideia, vista como feminista, de que as mulheres devem ter o direito sobre seu próprio corpo e atribui o aborto à promiscuidade e à falta de educação:

[...] eu gosto de analisar a frase feminista, toda mulher tem o direito de determinar sobre o seu próprio corpo, então vamos analisar a frase, cinquenta por cento ao menos dos fetos são mulheres, não tiveram direito de determinar sobre o seu próprio corpo, a metade [...] ninguém juridicamente tem o direito absoluto sobre o seu próprio corpo, quem dirá o dos outros, toda mulher tem o direito de determinar, determinar significa responsabilidade de ação, a maioria do aborto é fruto de promiscuidade e de falta de educação, essa é a verdade que não querem aceitar<sup>464</sup>

Na sequência apresentou alguns dados, sem as devidas referências, quanto aos possíveis problemas de saúde de mulheres que abortam, sobre o aumento da chance de terem que procurar ajuda psiquiátrica, experimentarem stress emocional pós aborto e desordem do stress pós-traumático, depressão, disfunções sexuais, perfuração do útero, embolia, pancreatite, necrose, entre outras doenças apresentadas, sendo que, segundo o pastor, essas tendem a acontecer, sendo o aborto ilegal ou não. Apresentou também os dados do Sistema Único de Saúde sobre as mulheres mortas em decorrência de aborto, argumentando que se o aborto é uma questão de saúde pública também deveria ser levado em conta a situação das mulheres que apresentam complicações após o procedimento.

Terminou seu discurso afirmando que até esse momento não falara de teologia, porém, uma vez que os conceitos teológicos “estão totalmente andando em conjunto com o que a ciência fala” e que esse país é “noventa por cento cristão” (ignorando que os outros cristãos brasileiros não necessariamente discordam da descriminalização do aborto), se permitiu terminar com uma citação bíblica:

---

<sup>463</sup> Idem.  
<sup>464</sup> Ibidem.

[...] eu queria apenas dizer que Deus se fez homem na concepção. Lucas, capítulo I diz assim: “e conceberás, e dará a luz a um filho”, se você quer dissociar a religiosidade das pessoas, do seu *modus operandi* de vida você vai ter que dissociar educação e tudo mais, senhores, aborto é crime porque mata uma vida e uma vida indefesa, nós precisamos defender a vida, não por questões religiosas, não por princípio da minha religião, mas por princípio da ciência e do princípio da valorização do ser humano, porque quando um ser humano não respeita o outro ele vai respeitar o que? Aonde ele vai? Aonde nós vamos?<sup>465</sup>.

No discurso dessa audiência foi utilizada a mesma forma de argumentação apresentada na oposição aos projetos que analisamos no capítulo anterior: articulando “ciência”, teologia e legislação de forma confusa para tentar provar o seu posicionamento, Malafaia defendeu o direito do feto em nascer e criticou a ideia do direito de escolha das mulheres a abortarem. Sobre o aborto enquanto questão de saúde pública, o pastor afirmou que o verdadeiro problema seria exatamente causado pelo procedimento, em mulheres que abortam, legal ou ilegalmente. As posições de Malafaia sobre o tema não mudaram muito no processo eleitoral de 2010, são repetidos inclusive os mesmos “chavões” utilizados em 2008, como veremos. Quanto ao projeto, uma semana após a solicitação da audiência pública, no dia 19 de junho de 2008, o deputado Eduardo Cunha apresentou um parecer pela “inconstitucionalidade, injuridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei”. Para Maia, a atuação dos membros da Frente Parlamentar Evangélica foi decisiva para que o projeto de lei fosse arquivado, mais tarde, em janeiro de 2011<sup>466</sup>.

### **III Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**

Quanto ao III Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) - outro justificativa para a oposição ao PT no pleito de 2010 - esse foi lançado em 2009, através do decreto 7.037/09 e atualizado pelo decreto 7.177, de maio de 2010, fruto de debates e, em certa medida, resposta “às demandas nascidas de cinquenta conferências temáticas realizadas desde 2003 [...] e às conclusões da XI Conferência Nacional de Direitos Humanos (realizada em dezembro de 2008) ”<sup>467</sup>. Foi o primeiro PNDH do governo Lula (2003-2010) dando

---

<sup>465</sup> Ibidem.

<sup>466</sup> MAIA, 2012, Op. Cit.

<sup>467</sup> ADORNO, Sérgio. *História e Desventura: o 3º programa nacional de direitos humanos*. SCIELO. Março 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a01.pdf>. Acessado em: 02/02/2016.

continuidade aos programas (PNDHs-1 e 2) do período FHC (1999-2002). Quanto a sua origem, “a ideia de Programas Nacionais de Direitos Humanos nasceu na Conferência Mundial dos Direitos Humanos (Viena, 1993) ” onde “decidiu-se recomendar aos países presentes que elaborassem programas nacionais com o propósito de integrar a promoção e a proteção dos direitos humanos como programa de governo”, proposta encampada pelo governo FHC já no ano de 1995<sup>468</sup>. Segundo Sérgio Adorno, as duas primeiras edições do plano suscitaram debates públicos discretos, se comparadas ao PNDH-3, que trouxe à discussão as “expressões mais conservadoras e simplórias, justamente do tipo que se suspeitava superado — mais propriamente, o embate dicotômico, simplificador”<sup>469</sup>. Apesar de, segundo Adorno, o tema ter “larga afinidade” com o Partido dos Trabalhadores – tese corroborada pelo fato de o PT ter elaborado cartilhas para as bases, sistematizando o conteúdo do PNDH-3 com o objetivo declarado de fomentar o debate<sup>470</sup> – “o PNDH-3 situa-se na linha evolutiva das ideias e dos programas governamentais que apontam antes continuidades do que rupturas entre os governos FHC e Lula”. O autor ainda lembra que “os direitos humanos emergem como tema na arena pública e política apenas no contexto das lutas contra a ditadura civil-militar (1964-1985), fortemente inspiradas pela Declaração Universal de 1948 e de seus desdobramentos”, como também como resposta a pressões internacionais como a política de direitos humanos do presidente estadunidense Jimmy Carter (1977-1981)<sup>471</sup>, histórico que refuta a tese de um programa exclusivamente gestado e implantado “pela esquerda”, ou “pelo PT”. Ainda segundo Adorno, todas as edições do PNDH mantêm três características básicas de continuidade: o caráter suprapartidário, pois “o respeito, a proteção e a promoção dos direitos humanos têm se convertido em requisito para consolidação das instituições democráticas”, ou seja, não haveria espaço para um partido lutar pelo poder, negando, abertamente, a defesa dos direitos humanos; uma busca de articulação entre os órgãos e poderes de Estado, como também entre esses e a sociedade; e o reconhecimento da” indivisibilidade dos direitos humanos: direitos humanos não são apenas direitos civis e políticos, mas também direitos econômicos, sociais, culturais e coletivos, o que é uma grande

---

<sup>468</sup> Idem.

<sup>469</sup> Ibidem.

<sup>470</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Cartilha 3º Programa Nacional de Direitos Humanos*. 2010. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/pndh/subsidios/cartilha\\_pndh\\_pt\\_pr.pdf](http://www.dhnet.org.br/pndh/subsidios/cartilha_pndh_pt_pr.pdf). Acessado em: 02/02/2016.

<sup>471</sup> ADORNO, 2010, Op. Cit.

novidade na história social e política republicana no Brasil”<sup>472</sup>.

Em termos mais gerais, o PNDH-1 valorizou mais a condenação dos abusos de autoridade e da impunidade, com mão mais forte para os agentes do Estado. Dentro dessa ótica, a valorização da liberdade e a educação para direitos humanos esteve fortemente presente no documento. O texto não tratou de questões de gênero e orientação sexual, motivo de protesto dos movimentos LGBT. O PNDH-2 manteve as propostas do anterior, inovando ao tratar dessas últimas questões, além da violência doméstica e tratando de forma mais específica dos direitos econômicos e sociais<sup>473</sup>. Já o PNDH-3 é mais amplo e profundo nos direitos contemplados, além de mais extenso como documento, se organizando em torno de seis eixos<sup>474</sup> e atribuindo melhor as responsabilidades. Apesar da já citada continuidade entre os planos, esse trouxe inovações, sendo que algumas:

[...] provocaram ruidosa polêmica, como a proposta de criação da Comissão Nacional de Verdade, a descriminalização do aborto, a união civil entre pessoas do mesmo sexo, o direito de adoção por casais homoafetivos, a interdição à ostentação de símbolos religiosos em estabelecimentos públicos da União, o “controle da mídia” e a adoção de mecanismos de mediação judicial nos conflitos urbanos e rurais<sup>475</sup>

Alguns desses temas, além de potencialmente espinhosos, dependiam de leis, ou mesmo de alterações constitucionais, pelo que se pode ver a ambição da proposta na comparação com as anteriores, apesar de que aqueles “já estavam presentes nas edições anteriores, ainda que em formulações mais contidas e discretas”<sup>476</sup>. Trataremos, adiante, das questões que afetam, mais diretamente, o escopo deste trabalho: descriminalização do aborto, união civil e adoção por homossexuais e “controle da mídia”<sup>477</sup>

O tema da descriminalização do aborto já estava previsto no PNDH-2, “porém sob uma formulação muito próxima de sua atual inscrição legal”, inscrito dentro dos direitos reprodutivos, lado a lado com o parto humanizado e a universalização do pré-natal. O aborto,

---

<sup>472</sup> Idem.

<sup>473</sup> Ibidem.

<sup>474</sup> A saber: Interação democrática entre Estado e sociedade civil; desenvolvimento e direitos humanos; universalização de direitos em contexto de desigualdades sociais; segurança pública, acesso à justiça e combate à violência; educação e cultura em direitos humanos; e direito à memória e à verdade

<sup>475</sup> ADORNO, 2010, Op. Cit.

<sup>476</sup> Idem.

<sup>477</sup> Usamos o termo entre aspas pela forte carga política e ideológica que contém. Neste sentido, basta acessar qualquer grande portal de mídia brasileiro, onde o termo será pejorativamente tratado, como um sinônimo de censura, ou mesmo como um caminho para a ditadura.

como tema de saúde pública, deveria ser atendido pelos serviços de saúde – “nos casos previstos em lei” - conjuntamente com o acesso a métodos contraceptivos por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS). Para Adorno, “a polêmica com as igrejas já estava instaurada”<sup>478</sup>. Porém, no PDNH-3, “o tema é deslocado do âmbito da saúde pública para a diretriz ‘combate às desigualdades estruturais’” e traz, em seu texto, o apoio à “aprovação do projeto de lei que descriminaliza o aborto, considerando a autonomia das mulheres para decidir sobre seus corpos”. Uma mudança importante de alcance e fundamentação, deslocando “da esfera da saúde pública (portanto, de uma esfera pública de cuidados coletivos) para a esfera de decisão individual e subjetiva”<sup>479</sup>.

Como já citado, o PNDH-1 não tratou do tema identidade de gênero e direitos da população LGBT, tema introduzido pelo PNDH-2 com enfoque no combate à discriminação e à violência, como também prevendo o “apoio a regulamentação da parceria civil” entre pessoas do mesmo sexo. O PNDH-3 foi mais longe, prevendo a promoção de “ações voltadas à garantia do direito de adoção por casais homoafetivos”<sup>480</sup>, além de tratar de “união civil”, e não mais de “parceria civil”.

No tema “controle da mídia”, nunca é excessivo frisar que a Constituição brasileira garante a liberdade de expressão e opinião, vedando a censura e que o PNDH-3, um decreto do executivo – como já destacamos, fortemente pautado pelas definições constitucionais –, não tem competência, alcance ou legitimidade para estabelecer mecanismo de censura e, na ocasião, nem mesmo pretensão. A mesma Constituição que proíbe a censura, estabelece a criação de leis e instrumentos regulatórios, como também um Conselho de Comunicação Social no Congresso Nacional, com órgão político limitador ao exercício da comunicação<sup>481</sup>. O argumento, várias vezes repetido, de que qualquer controle – como o estabelecimento da classificação indicativa – é, necessariamente, “censura”, nos parece uma espécie de “fundamentalismo jurídico”, pois ignora as demais disposições presentes na própria Constituição, além da constatação óbvia de que não há direito absoluto. Todos os três PNDHs tocaram no assunto: o primeiro deles, segundo Adorno, apostava “no diálogo entre produtores

---

<sup>478</sup> ADORNO, 2010, Op. Cit.

<sup>479</sup> Idem.

<sup>480</sup> BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm). Acessado em: 03/02/2016.

<sup>481</sup> ADORNO, 2010, Op. Cit.

e distribuidores visando à cooperação para o cumprimento da legislação em vigor”, ou seja, não inovava legislativamente, pelo contrário: buscava mecanismo para simplesmente cumprir a lei; já o PNDH-2 tratava da possibilidade de fiscalização da programação das emissoras de rádio e televisão, com vistas a assegurar o controle social sobre os meios de comunicação e a penalizar, na forma da lei, as empresas de telecomunicação que veicularem programação ou publicidade atentatória aos direitos humanos<sup>482</sup>.

A inovação do PNDH-3 foi a proposta de criação de um “ranking nacional de veículos de comunicação comprometidos com os princípios dos Direitos Humanos, assim como os que cometerem violações”, cujo alcance e funcionamento, nas palavras de Adorno, era por vezes vago, porém, “é certo que os programas não pretendem exercer controle social sobre toda a mídia, tão-somente sobre as informações a respeito de direitos humanos. Se isto é censura, é questão para o debate público e político<sup>483</sup>”. De toda forma, neste ponto pode estar explicado a oposição, por vezes histórica<sup>484</sup>, vinda de grupos de mídia, e não apenas ao “controle da mídia”, mas a grande parte do programa, quando não à sua totalidade. Esse ponto também interfere diretamente nos interesses de lideranças religiosas na televisão, como Malafaia, pois, alterações na legislação sobre o conteúdo e o aluguel de horários das emissoras, poderiam impedir a veiculação de programas como os do pastor.

Os três PNDHs trataram da questão religiosa, quanto a liberdade de culto e crença, especificamente buscando combater “a intolerância religiosa, a veiculação de mensagens racistas e/ou xenofóbicas e incentivam o diálogo entre movimentos religiosos com vistas à construção de uma sociedade pluralista”. No PNDH-3 ainda se propôs a proibição de ostentação de símbolos religiosos dentro de prédio ou instituições públicas federais<sup>485</sup>. Partindo do exposto, fica evidente os motivos da oposição Malafaia e de outras lideranças religiosas conservadoras ao PHDH-3.

## **Eleições de 2010 e a oposição ao Partido dos Trabalhadores**

---

<sup>482</sup> Idem.

<sup>483</sup> Ibidem.

<sup>484</sup> AZEVEDO, Reinaldo. *Em Carta a Evangélicos, Dilma diz que “PNDH3 está sendo revisto”. Não é verdade! Ela não assume compromisso de vetar projeto sobre aborto*. Veja. 15/10/2010. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/em-carta-a-evangelicos-dilma-diz-que-pndh3-esta-sendo-revisto-nao-e-verdade-ministro-ja-disse-que-nada-mais-vai-mudar-no-texto/>. Acessado em: 04/02/2016.

<sup>485</sup> ADORNO, 2010, Op. Cit.

O primeiro pronunciamento de Malafaia sobre as eleições de 2010 foi em seu programa televisivo exibido no dia 06 de fevereiro do mesmo ano, onde, dirigindo-se especificamente à comunidade evangélica, falou sobre o que chamou de “uma moderna maneira de perseguir a igreja evangélica”, que seria o uso de leis para “travar” os evangélicos. Segundo o pastor existiam, naquele momento, aproximadamente dez projetos com essa intenção no Congresso Nacional, entre eles um que tentaria “nos impedir de chegar nos veículos de comunicação e pregar o evangelho”<sup>486</sup>. Aqui o pastor se refere, sem especificar, à regulamentação da mídia proposto em mais de um projeto de lei no congresso, assunto que retornaremos mais adiante. Malafaia falou sobre a importância dos evangélicos votarem e se posicionarem a favor de políticos que representem os valores cristãos e criticou a ideia de que evangélicos não devem se envolver com a política. Sobre a questão do aborto, o pastor apenas mencionou a sua presença na audiência pública junto ao também pastor da Assembleia de Deus, Pastor Abner Ferreira<sup>487</sup>. O PNDH-3 não chegou a ser citado, apesar de que alguns temas tratados no projeto foram abordados.

Já em seu próximo pronunciamento sobre o pleito, em seu programa televisivo no dia 04 de setembro de 2010, o tema aborto foi mais explorado. O programa já vinha sendo anunciado no *site* do ministério com a chamada “o pastor Silas Malafaia fará um alerta importante sobre este ano eleitoral, para que as pessoas exerçam seu direito de cidadania com o voto consciente”<sup>488</sup>. O pastor inicia o alerta com a leitura de três passagens bíblicas que serviriam para “consubstanciar” as suas palavras e em seguida afirma que: “nem a televisão, nem a política [são] do diabo”, contrariando algumas ideias ainda presentes nos meios evangélicos. Afirma que seus usos dependem de quem utiliza tais meios e se “a política é do diabo, nós entregamos então para ele, para ele colocar os representantes dele”. Assim, os evangélicos teriam o dever de escolherem seus representantes no legislativo e executivo para defender seus princípios. Na sequência, o pastor pergunta “em quem você vai votar? O que

---

<sup>486</sup> OS EVANGÉLICOS E AS ELEIÇÕES. *Vitoria em Cristo*. São Paulo: Rede TV!, 06/02/2010. Programa de TV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vjgEePBj7OI>. Acessado em: 10/01/2016.

<sup>487</sup> Idem.

<sup>488</sup> MALAFAIA, Silas. *Alerta Importante do Pastor Silas Malafaia*. Ministério Silas Malafaia. 02/09/2010. Disponível em: [http://web.archive.org/web/20100927145535/http://ministeriosilasmalafaia.com.br/\\_gutenweb/\\_site/pg\\_noticias.cfm?COD\\_MATERIA=370](http://web.archive.org/web/20100927145535/http://ministeriosilasmalafaia.com.br/_gutenweb/_site/pg_noticias.cfm?COD_MATERIA=370). Acessado em: 20/01/2016.

essa pessoa que você vai votar defende?”<sup>489</sup>. Malafaia explica que este é apenas um alerta, e que respeita a liberdade de cada um votar em quem quiser:

[...] se você defende o aborto, então você procura deputados e senadores e deputados estaduais que defendam essa porcaria, essa mazela, mas é um direito seu, você é cidadão, eu só quero dizer uma coisa, a vida pertence a Deus, eu só quero dizer outra coisa, o aborto é matar um ser humano, só quero dizer mais uma coisa, muito importante, aborto é questão de saúde pública? Não. Questão de saúde pública são as mulheres que abortam, porque nos países onde o aborto é legal as mulheres são onze vezes mais propensas ao suicídio do que as outras, nove vezes mais propensas a não poderem engravidar, quatro vezes mais propensas a internações psiquiátricas, mas tá bom, você quer defender o aborto, então você procura os que defendem o aborto<sup>490</sup>.

Nesse programa, a bandeira da descriminalização do aborto não foi atribuída a nenhum candidato ou partido, sob o pretexto de respeitar “os princípios e as regras da lei eleitoral, então eu tenho que me subjugar a ela, então eu não vou dizer nomes eu não vou enaltecer A e nem enxovalhar B”. Porém, no programa televisivo exibido no sábado seguinte, dia 11 de setembro de 2010, Malafaia pediu para que os telespectadores assistissem a um vídeo postado na internet onde o Pastor Paschoal Piragine, presidente da Primeira Igreja Batista de Curitiba, apresentava motivos para que os evangélicos não votassem em candidatos do PT, entre eles a alegação de que o partido teria expulsado de sua bancada dois deputados que se opuseram à descriminalização do aborto. A suposta expulsão ocorrera um ano antes, quando os deputados petistas Henrique Afonso (AC) e Luiz Bassuma (BA) foram punidos pelo partido por contrariarem as resoluções do 3º Congresso Nacional do PT quanto a questão do aborto, ambos deixaram o partido após o incidente. Piragine também apresentou um vídeo onde uma narradora falava sobre os problemas que atingiam o Brasil naquele momento, acompanhada de uma sequência de fotos para ilustrá-los. Os pontos apresentados no vídeo foram: a PL 122/06, denominada “Lei da Mordça”, a pornografia que “anda desenfreada” junto com a imoralidade que “não é mais algo escondido”, a pedofilia, o “enfraquecimento da entidade familiar”, a instituição do divórcio de fato (uma das proposições do “Estatuto da Família” que comentamos no capítulo anterior), a violência doméstica, o infanticídio indígena

---

<sup>489</sup> NÃO VOTE NO PT DA DILMA. *São Paulo: Rede TV!*, 04/09/2010. Programa de TV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=srkZihzkF44>. Acessado em: 20/01/2016.

<sup>490</sup> Idem.

e a legalização do aborto. Para Piragine, existem defensores desses temas em todos os partidos políticos – uma afirmação totalmente descabida, principalmente se considerarmos, a pedofilia e a violência doméstica –, porém, apenas o PT os defendia de forma “fechada”, obrigando toda a sua bancada a ter a mesma posição. Quanto ao PNDH-3, Piragine falou:

[...] se você entrar no site do governo federal e entrar lá no Projeto Nacional de Direitos Humanos III, você vai encontrar todas as propostas que o governo federal através do presidente da república colocou na mão do congresso para ser votado na próxima legislatura e todas elas são questão fechada pro PT, todas elas estão aqui nesse vídeo<sup>491</sup>.

Após a divulgação feita por Malafaia, o vídeo repercutiu, sendo visto “mais de um milhão, duzentos e cinquenta mil” de vezes até o dia 13 de setembro<sup>492</sup>. Nesse mesmo dia, candidatos do PT ligados a igrejas evangélicas mandaram uma carta ao pastor dizendo se sentirem “extremamente injustiçados” e pedindo que alguns esclarecimentos fossem veiculados no próximo programa, referentes ao conteúdo do vídeo fossem. Assinaram a carta Gilmar Machado, candidato a Deputado Federal (PT/MG), Isaac Cunha, candidato a Deputado Estadual (PT/BA), Joaquim Brito, candidato a Vice-Governador de Alagoas, Ronaldo Lessa (PT/AL), Walter Pinheiro, candidato ao Senado (PT/BA), Wasny de Roure, candidato a Deputado Distrital (PT/DF). Entre os esclarecimentos da carta constava:

Não é verdade que deputados do PT foram expulsos por se manifestarem contra o aborto. É verdade que eles tiveram conflitos com movimentos de mulheres sobre questões relacionadas ao aborto, mas não houve expulsão. Em função desses problemas eles foram punidos pelo PT, o que os levou a mudarem de partido. Não é verdade que o PT possui uma orientação pela legalização do aborto. Em seu IV Congresso, o PT modificou a resolução que falava de aborto e estabeleceu para o atual programa de governo da Dilma o seguinte texto: “Promover a saúde da mulher, os direitos sexuais e direitos reprodutivos: O Estado brasileiro reafirmará o direito das mulheres ao aborto nos casos já estabelecidos pela legislação vigente, dentro de um conceito de saúde pública” O Plano Nacional de Direitos Humanos é elaborado pela sociedade por meio dos conselhos de direitos humanos com a participação do governo federal, mas não é uma novidade do governo Lula. [...] Diante disso seria um equívoco afirmar que todos os méritos e deméritos do PNDH-3 (sic) é de responsabilidade do governo Lula ou do PT.

<sup>491</sup> Posicionamento do Pr. Paschoal Piragine Jr sobre as eleições 2010.

<sup>492</sup> MALAFAIA, Silas. *Pr. Silas Recebe Carta de Integrantes do PT e Responde*. Ministério Silas Malafaia. 17/09/2010. Disponível em: [http://web.archive.org/web/20100927143339/http://ministeriosilasmalafaia.com.br/\\_gutenweb/\\_site/pg\\_noticias.cfm?COD\\_MATERIA=376](http://web.archive.org/web/20100927143339/http://ministeriosilasmalafaia.com.br/_gutenweb/_site/pg_noticias.cfm?COD_MATERIA=376). Acessado em: 12/02/2016.

O conteúdo apresentado no vídeo não corresponde, portanto, com a realidade do que está sendo defendido pelo PT. Podemos pegar os posicionamentos do PT e comparar com o conteúdo do vídeo e observaremos que não existe veracidade. Um exemplo bastante claro é a questão da pedofilia. Não conhecemos nenhum parlamentar, de nenhum partido político, ou algum grupo social que defenda a pedofilia. Atribuir uma acusação dessa natureza ao PT é de extrema injustiça<sup>493</sup>.

É interessante ver candidatos se justificarem por projetos aprovados durante mandato de seu partido, chegando a negar que “os méritos e deméritos” do PNDH-3 sejam de responsabilidade de Lula, mesmo que, de fato, como já demonstramos, PT tenha apenas dado continuidade aos programas anteriores. Outra questão é a forma como o partido lidou com uma acusação séria como a de defender a pedofilia, ao pedir esclarecimentos no programa de Malafaia em vez de tomar uma ação contra o próprio Piragine (apesar do dirigente do PT do Paraná, Enio Verri, ter dito em entrevista que acionaria o pastor juridicamente, não encontramos informações confirmando que alguma ação tenha sido executada). O que demonstra a importância que os candidatos atribuíram ao papel de liderança de Malafaia junto ao público evangélico, como também o peso do voto evangélico.

No dia 17 de setembro, Malafaia publicou a carta no site de seu ministério acompanhada de uma resposta sua, onde explicita sua oposição ao PT, apesar de explicar que não tem “restrições pessoais ao PT ou a qualquer outro partido” e que seus questionamentos se relacionavam “com os princípios que defende, independentemente de partidos políticos”. Seguem os quatro pontos apresentados em sua resposta:

1. O deputado que saiu do PT, saiu por ter posição cristã contrária aos princípios do partido. E se não saísse, seria expulso.
2. O PT está na vanguarda da defesa do aborto e da PL 122. Estes são fatos reais, verdadeiros. Inclusive, no último dia antes do recesso parlamentar no senado no ano de 2009, se não fossem os senadores Magno Malta e Demóstenes Torres, a líder do PT teria aprovado na calada da noite, por voto de liderança, a PL 122. Isto é uma vergonha, e vocês querem que a liderança evangélica fique quieta!
3. O PNDH3 foi enviado ao congresso pelo Sr. Presidente da República no dia 21/12/2009, e a vergonha é que, nesse documento, em vários pontos, só houve recuo em alguma coisa devido à pressão violenta da igreja católica. O PNDH3, sim senhor, é responsabilidade do governo Lula e do PT.
4. Lamento dizer, mas a verdade absoluta é que os princípios cristãos são inegociáveis para nós. Quanto a isto, o PT está do outro lado. Quero ser franco e honesto: eu só não entrei de cabeça na campanha do Serra, porque também não vi nele garantias de

---

<sup>493</sup>

Idem.

respeito a esses princípios. Nas duas vezes em que fui convidado para participar de audiências públicas pela Comissão de Constituição e Justiça, na primeira vez, que foi sobre a questão do aborto, os deputados que estavam defendendo a legalização do mesmo, eram do PT. Na segunda vez, no Estatuto das Famílias, os deputados do PT estavam defendendo a inclusão dos homossexuais a fim de beneficiá-los na adoção de crianças. Esta é a verdade nua e crua<sup>494</sup>.

Malafaia reafirmou as informações de vídeo de Piragine, sem tocar no assunto da pedofilia mencionado na carta, “empurrou” a responsabilidade pelo PNDH-3 de volta para Lula e atribuiu ao PT a “vanguarda” da descriminalização do aborto e do PL 122/06. A partir da publicação dessa carta a posição de Malafaia quanto aos candidatos é demonstrada de forma mais clara e a internet passa a ser o principal meio de divulgação de sua campanha, inclusive, com vídeos gravados exclusivamente para a internet. Chama atenção o fato de declarar a intenção de apoiar Serra nesse momento quando ainda não havia nem se pronunciado oficialmente sobre o apoio à candidatura de Marina, o que só ocorreu no dia de 24 de setembro, também pela internet, em sua conta na rede social *Twitter*<sup>495</sup>. O apoio à candidata do PV foi tímido e durou dez dias: já no dia 30 do mesmo mês, Malafaia publicou a carta “Não voto mais em Marina e digo por quê” no site de seu ministério e um vídeo onde tratava do mesmo tema em sua conta no *Youtube*. Segue a carta:

Pior do que o ímpio é um cristão que dissimula. Eu queria entender como uma pessoa que se diz cristã, membro da Assembleia de Deus, afirma que se for eleita presidente do Brasil vai convocar um plebiscito para que o povo decida se aprova ou não o aborto, ou se aprova ou não o uso da maconha. Marina precisa aprender com a ex-senadora Heloísa Helena, católica praticante e pertencente a um partido ultraradical. Heloísa Helena declarou peremptoriamente: “Sou contra o aborto!” Na audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, deu um verdadeiro show, não apenas à luz de questões religiosas, como também científicas. Ela mostrou a desgraça, a mazela, e uma das coisas que mais aborrecem a Deus: a força dos poderosos contra os indefesos. Ao propor plebiscito, Marina está “jogando para a torcida”, para ficar bem com os que são contra e com os que são a favor. SAI DE CIMA DO MURO, MINHA IRMÃ! QUE PLEBISCITO COISA NENHUMA! O povo brasileiro não tem todas as informações necessárias para decidir esta questão de maneira isenta. Temos toda a mídia a favor dessa nojeira do aborto. Com certeza vão jogar

---

<sup>494</sup> Ibidem.

<sup>495</sup> GOSPEL 10. *Pastor Silas Malafaia declara apoio a Marina Silva*. 27/09/2010. Disponível em: <http://www.gospel10.com/noticias/noticia—pastor-silas-malafaia-declara-apoio-a-marina-silva--875>. Acessado em: 29/01/2016.

pesado para influenciar. Cultivar uma vida cristã significa ser radical. Radical contra o pecado, contra esse sistema mundano dirigido pelo diabo. Como diz a Bíblia, transformai-vos pela renovação do vosso entendimento. A palavra de Marina como cristã teria de ser apenas isto: “Sou contra o aborto e a legalização da maconha”. Como faltaram convicção e firmeza em suas declarações, uma vez que o cristão tem de “mostrar a cara” posicionando-se de forma categórica contra o pecado, Marina perdeu meu voto. Já que não tenho tantas opções, votarei em Serra para presidente. Infelizmente, Marina não nega suas raízes petistas<sup>496</sup>.

Marina refutou os argumentos do pastor dizendo que os seus posicionamentos eram públicos desde o princípio da campanha e que, na verdade, ocorreu uma deturpação daquilo que ela realmente teria defendido. Explicou que: “quem convoca um plebiscito é o Congresso e quem aprova as leis também é o Congresso” e o que ela havia dito era que em “casos de alta complexidade cultural, moral, social e espiritual como esses, deveriam ser debatidos pela sociedade na forma de plebiscito. Mas eu nunca disse que convocaria um plebiscito.”<sup>497</sup>.

Não se pode negar a postura ambígua da candidata quanto aos temas, tentando agradar de um lado o seu eleitorado evangélico contrário à descriminalização do aborto e das drogas, e de outro o seu eleitorado favorável – Marina assumiu postura parecida durante o pleito de 2014, dessa vez quanto à homossexualidade, tendo inclusive mudado sua proposta de campanha sobre o tema, após pronunciamento de Malafaia –, porém, a proposta do plebiscito havia sido anunciada no mês de maio, antes do tímido apoio do pastor, mostrando não ser exatamente esse o motivo de Malafaia ter mudado o seu voto. Marina foi comparada a Heloísa Helena, que mesmo pertencendo ao “ultrarradical” Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), manteve a sua postura quanto ao aborto. Chama atenção o motivo da oposição de Malafaia a um plebiscito sobre o assunto: “o povo brasileiro não tem todas as informações necessárias para decidir esta questão de maneira isenta”, o que vai contra as suas constantes afirmações de que o povo brasileiro é composto de “noventa por cento de cristãos” que devem ter a suas opiniões respeitadas nas decisões políticas. Ao final da carta critica o PT indiretamente e afirma ter optado por Serra pela falta de opções. É interessante notar que Serra, quando ministro do Planejamento e da Saúde nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, “incrementou uma política de prevenção e tratamento da Aids baseada na intensa troca com diversos atores do movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais. Travestis e

---

<sup>496</sup> Idem.

<sup>497</sup> VITAL; LOPES, Op. Cit. p. 37.

Transexuais (LGBT)” e instituiu “a primeira versão da Norma Técnica a respeito do atendimento dos casos de aborto estabelecidos pela lei” - duas ações “contrárias aos princípios cristãos” - porém, conforme escreveram Vital e Lopes, “se observarmos o modo como as articulações e composições políticas se conformaram, nos aspectos e defesas acionados nos discursos, o candidato José Serra, foi forjado, sobretudo, na fala de religiosos, como o candidato contrário ao aborto”, citam inclusive justificativa de Malafaia em seu apoio ao candidato<sup>498</sup>.

O apoio a Serra é justificado no vídeo sobre a mudança do voto, pelo fato de o PSDB não ter “questão fechada” sobre a aprovação da PL 122/06 e sobre a descriminalização do aborto, assim, “cada um vota com a sua consciência”, em oposição ao PT que restringiria a sua bancada a uma posição específica. No vídeo também são apresentadas outras razões para não votar em Marina e Dilma. Quanto à primeira, Malafaia criticou o fato de ela, quando Senadora, ter engavetado o Projeto de Lei 16/09, que dispunha sobre a “obrigatoriedade de manutenção de exemplares da Bíblia Sagrada nos acervos das bibliotecas públicas”, ação considerada “pior do que” a proposição do plebiscito. Quanto a Dilma a crítica se deveu ao fato de que ela, diferente de Lula, não teria controle sobre as alas mais radicais do PT, que decidiriam os rumos do partido. Segue a transcrição da fala do pastor:

Senadora Marina Silva foi relatora do projeto no Senado, PLC 16, sabe o que a Irmã Marina fez, engavetou até hoje esse projeto, tem um ano e meio na gaveta dela, sabe porque ela não deu parecer nem a favor nem contra? Por causa das eleições, para não ficar mal com o povo evangélico e não ficar mal com os seus parceiros do PV e da esquerda radical. [...] Dilma não é Lula, Dilma não tem a estrutura pra estar acima do PT, vai ser engolida pelos radicais que estão lá e que comandam, eu não vim dizer aqui, esse partido é o diabo, eu nunca, por favor, amanhã eu até posso votar no PT, desde que eles revejam esses princípios<sup>499</sup>.

Na crítica às duas candidatas está presente a influência que sofreriam de alas mais radicais da esquerda, embora seja difícil acreditar em alguma postura “radical” em ambos os partidos nesse momento. Esse vídeo, postado no dia 30 de setembro, foi a sua última manifestação quanto ao primeiro turno das eleições que aconteceu em 03 de outubro.

No segundo turno, Malafaia participou do programa eleitoral de Serra na televisão e

---

<sup>498</sup> Idem, p. 75

<sup>499</sup> SILAS MALAFAIA Não Vota em Marina. 30/10/2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LF0CpgEoIKQ>. Acessado em: 22/01/2016.

publicou dois vídeos em sua conta no *Youtube*. O teor de sua campanha não foi alterado, a crítica foi centrada no PT, por ter lutado pela aprovação do PL 122/06, do aborto, do PNDH-3 e pelas tentativas de “controlar a imprensa”; e em Dilma por não ter competência para a liderar o partido. No horário eleitoral de Serra, Malafaia proferiu as seguintes palavras: “Para ser presidente do Brasil tem que ter liderança, tem que estar acima dos partidos, tem que conduzir a nação e aí querido, para isso nós só temos uma pessoa: Serra, 45. Para que o Brasil continue a avançar: Serra, 45”<sup>500</sup>. O que chama atenção na última frase é o “continue a avançar”, que demonstra um reconhecimento do trabalho de Lula no governo, ao mesmo tempo que se opõe a Dilma por ela não estar “acima do partido”. No primeiro vídeo postado durante o segundo turno, Malafaia reforçou essa ideia: “nós não estamos elegendo nem Fernando Henrique nem Lula, nós estamos elegendo Dilma e Serra, que é quem tem condições de governar nosso país e de não ser presa de partido político”. Disse também “ter maior respeito ao presidente da república, ao excelentíssimo senhor Luiz Inácio Lula da Silva”, porém, reafirmou as ações do PT quanto aos projetos já citados e criticou Lula por ter afirmado que não vetaria o PL 122/06, caso esse fosse aprovado no Senado:

O presidente da república disse em alto e bom som que se o projeto PL 122 fosse aprovado no Senado que ele não ia fazer veto a nada, então vamos lá o que é o PL 122, se Lula não ia vetar, e Dilma, vamos ser honesto gente, isso aqui não é boato não. O PT, eles tem que receber a recompensa de tudo aquilo que eles lutaram e agora não adianta esconder e fugir. Agora eu quero saber é o seguinte, as pessoas de bem, 90% desse país é cristão, eu quero saber se a PL 122, ou se o PNDH-3, que é pior que o PL 122, ser for aprovado, vai ter veto? Pra criminalizar aqueles que são contra, é isso. Se homossexuais querem buscar seus direitos e se os candidatos apoiam direitos homossexuais, essa não é minha questão, a minha questão é se Dilma ou Serra são contra criminalizar aqueles que são contra a prática homossexual<sup>501</sup>.

Outro tema tratado no vídeo foi a questão da regulamentação da mídia, nas palavras de Malafaia: “foi a turma do PT que andou dizendo ai sobre a imprensa, sobre mordaca, nós somos a favor, os evangélicos de uma imprensa absolutamente livre, mesmo que amanhã eu venha a ser caluniado por qualquer jornalista, ou difamado, não é minha questão pessoal”

---

<sup>500</sup> Programa eleitoral da Campanha de Jose Serra à Presidência da República, que foi ao ar durante o segundo turno das eleições de 2010. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=pD\\_LmvjcEYc](https://www.youtube.com/watch?v=pD_LmvjcEYc). Acessado em: 15/01/2016.

<sup>501</sup> A VERDADE sobre o segundo turno das eleições – vídeo 1. 09/10/2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IRAuG1btNSk>. Acessado em: 20/01/2016.

afirmou ainda que “não existe democracia sem uma imprensa livre, Estado, democracia forte é imprensa totalmente livre”<sup>502</sup>. No último vídeo de Malafaia sobre período eleitoral<sup>503</sup>, o pastor explicou que o que difere Serra e Dilma, uma vez que ambos eram a favor da união civil homossexual, é o fato de o PT defender a questão de “maneira fechada”. A ideia de Dilma ser “dominada” pelo partido foi reafirmada e acrescentado que ela também é “capacho de liderança popular”. Para além dos assuntos já tratados pelo pastor nos outros vídeos durante o período eleitoral (aborto, PL 122/06, PNDH-3), a novidade nesse vídeo foi que, pela primeira vez, nas fontes que trabalhamos nessa pesquisa, a questão da pobreza, situação em que se encontra grande parte de seu público, foi vista pelo pastor como algo estrutural, e não como reflexo de atitudes individuais ou “falta de fé”. Nas palavras de Malafaia: “mas hoje tem comida na mesa do pobre, pode comprar carro... gente, meu irmão, quem fez isso foi a estabilidade econômica de Fernando Henrique, o plano real, um país não é feito por um governante, quer dizer que o PT descobriu o Brasil, isso é conversa”<sup>504</sup>.

Ficou evidente a pressão de Malafaia para que os candidatos se posicionassem contrariamente à descriminalização do aborto, do PNDH-3 e do PL 122/06 e, de certa forma, contribuindo para o avanço da esfera religiosa na agenda política. A pressão de Malafaia teve consequências diretas do comportamento adotado por Marina, Dilma e Serra, que de alguma forma se manifestaram sobre tais questões. Os candidatos passaram, em determinado período da eleição, “a acionar suas identidades religiosas, a participar de celebrações de diferentes igrejas e denominações, a produzir cartas e falas direcionadas ao público religioso e, por fim, a incorporar saudações e um vocabulário característico de determinados segmentos religiosos”<sup>505</sup>. Vale ressaltar que obviamente, Malafaia não estava sozinho nessa empreitada, pois agiu em concordância com outras lideranças evangélicas. Como resultado desse tipo de ação tivemos a vulgarização das discussões sobre temas importantes, como aborto, direitos humanos e igualdade dos direitos homossexuais. Discussões que acabam sendo inseridas dentro do campo religioso (apenas em sua versão cristã, ou ainda pentecostal), o que também representa um retrocesso em termos de conquistas políticas desse pleito.

---

<sup>502</sup> Idem.

<sup>503</sup> A VERDADE sobre o segundo turno das eleições – vídeo 2. 15/10/2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fo8Rb5tgbYk>. Acessado em: 20/01/2016.

<sup>504</sup> Idem.

<sup>505</sup> VITAL; LOPES, Op. Cit.

Outra crítica de Malafaia ao PT durante o processo eleitoral de 2010 foi voltada às tentativas de regulamentação da mídia pelo partido. Malafaia se referiu a essa questão em seu vídeo em apoio a Serra durante o segundo turno das eleições e também publicou um manifesto sobre o tema em alguns jornais no mesmo período. Porém, como essa questão é levantada em vários momentos após o pleito de 2010, preferimos tratá-la em subcapítulo específico.

### **Regulamentação da mídia**

O tema da regulação ou controle da mídia insere-se dentro de um entendimento de que o controle dos meios de comunicação de massa no Brasil seria tão concentrado que formaria verdadeiros oligopólios ou “cartéis”, de propriedade de famílias ou magnatas. Essa alegação é sustentada em fatos como o de que a Rede Globo de Televisão, da família Marinho, deter, sozinha, 51% da audiência e 78% da verba publicitária em 2002 e deter, em conjunto com outras quatro emissoras, 89% da audiência televisiva de todo o país<sup>506</sup>, com destaque para a Record, cujo maior acionista é o bispo da IURD Edir Macedo, e o SBT de Sílvio Santos. No meio impresso, a família Civita (Grupo Abril), em conjunto com os Marinho, detém 60% do mercado de revistas, sendo que esses últimos também controlam grandes jornais, partilhando uma expressiva importância editorial com as famílias Frias (Folha de São Paulo) e Mesquita (O Estado de São Paulo)<sup>507</sup>. Além disso, “famílias ligadas a políticos tradicionais estão no comando de grupos de mídia em diferentes regiões, como os Magalhães, na Bahia, os Sarney, no Maranhão, e os Collor de Mello, em Alagoas”. Não bastasse essa concentração, ainda há a crítica ao fenômeno da “propriedade cruzada”, ou seja, do fato de a mesma pessoa ou grupo controlar empresas de rádio, TV, jornais e outros, como exemplifica o jornalista Venício A. de Lima, na 5a. Reunião do Conselho de Comunicação Social:

Atuando apenas em dois mercados regionais, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o Grupo RBS reúne 6 jornais, 24 emissoras de rádio AM e FM, 21 canais de TV, um portal de internet, uma empresa de marketing e um projeto na área rural, além de ser sócio da operadora de TV a cabo NET (Zero Hora,

---

<sup>506</sup> LIMA, Venício de. *Existe Concentração na Mídia Brasileira? Sim*. Observatório da Imprensa. 01/07/2003. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/plq010720031.htm>. Acessado em: 16/01/2016.

<sup>507</sup> BBC. *Conheça os Principais Magnatas da Mídia no Mundo*. 18/07/2011. Disponível em: [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/07/110718\\_magnatas\\_bg\\_cc.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/07/110718_magnatas_bg_cc.shtml). Acessado em: 15/01/2016.

31/8/2002). Ademais, a RBS foi um dos grupos contemplados com a vasta liberação de RTVs que ocorreu nos últimos dias do governo de Fernando Henrique Cardoso: recebeu 14 novas retransmissoras (Mattos, Folha de S.Paulo, 27/12/2002)<sup>508</sup>.

Por sua importância, o tema está inscrito dentro da Constituição da República de 1988, porém apenas de forma a definir diretrizes ou princípios (art. 220 e seguintes, que fazem menção expressa ao art. 5º, sobre os direitos fundamentais), de forma que, nestes últimos 27 anos não foi regulamentado por uma legislação infraconstitucional aplicável, com critérios, objetos, posturas e sanções claramente definidas. Em tempos mais recentes, especificamente nos governos Lula, o tema voltou à pauta em diferentes momentos. Em março de 2007, Lula indicou como ministro encarregado da área de comunicação social o jornalista Franklin Martins, ex-comentarista político da Rede Globo<sup>509</sup> e, em uma de suas primeiras entrevistas, concedidas ao jornal Folha de São Paulo, o ministro falou em “democratização da mídia”<sup>510</sup>. Martins, durante sua atuação – permaneceu no cargo durante o mandato de Lula, até dezembro de 2010 – organizou estudos e eventos com a finalidade de debater o tema, como a Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), realizada em 2009, e se responsabilizou pela elaboração de um anteprojeto, posteriormente chamado de Lei Geral da Comunicação Social. Porém, esse documento não foi apresentado pelo governo federal<sup>511</sup> e pouco se sabe sobre seu conteúdo real, contudo entende-se que este seria uma revisão de tentativas anteriores e uma atualização de leis vigentes<sup>512</sup>. Ainda neste contexto, o Supremo Tribunal Federal, em 2009, declarou inconstitucional a lei 5.250 /67 (Lei de Imprensa) excluindo-a do ordenamento jurídico e deixando um vácuo legislativo sobre a matéria<sup>513</sup>. No mesmo ano, o governo federal aprovou o PNDH-3 que cita em sua diretriz 22, a “garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação para consolidação de uma cultura em Direitos Humanos”<sup>514</sup>.

No contexto da campanha eleitoral de 2010, a crítica sobre esse tema se deu por dois motivos: um deles foi a primeira versão do programa de governo de Dilma, protocolado no Superior Tribunal Eleitoral e substituído pelo partido por outra versão logo em seguida. A segunda versão excluiu assuntos como a taxaçoão de grandes fortunas, a descriminalização de ações de movimentos sociais, o compromisso com redução da jornada de trabalho para 40

---

<sup>508</sup>

LIMA, 01/07/2003, Op. Cit.

horas e a regulamentação da mídia<sup>515</sup>. Quanto mídia, a primeira versão apresentava o seguinte texto:

[A adoção de] medidas que promovam a democratização da comunicação social no país, em particular aquelas voltadas para combater o monopólio dos meios eletrônicos de informação, cultura e entretenimento. Para isso, deve-se levar em conta as resoluções aprovadas pela 1ª Confecom, promovida por iniciativa do governo federal, e que preveem, entre outras medidas, o estabelecimento de um novo parâmetro legal para as telecomunicações no país; a reativação do Conselho Nacional de Comunicação Social; o fim da propriedade cruzada; exigência de uma porcentagem de produção regional, de acordo com a Constituição; proibição da sublocação de emissoras e horários; e direito de resposta coletivo<sup>516</sup>.

O segundo motivo foram as declarações do então presidente Lula, durante comício em Campinas com Dilma e o candidato a governador de São Paulo, Aloizio Mercadante, no dia 18 de setembro de 2010. Na ocasião Lula afirmou o seguinte: “Tem dias em que alguns setores da imprensa são uma vergonha. Os donos de jornais deviam ter vergonha. Nós vamos derrotar alguns jornais e revistas que se comportam como partidos políticos. Nós não precisamos de formadores de opinião. Nós somos a opinião pública”<sup>517</sup>. As medidas presentes no programa de governo e as declarações de Lula foram vistas pela oposição e por alguns

---

<sup>509</sup> GAZETA DO POVO. *Franklin Martins Aceita ser Ministro da Comunicação Social*. 22/03/2007. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/franklin-martins-aceita-ser-ministro-da-comunicacao-social-aexmb25jn3qfj8imk64kybm6>. Acessado em: 14/01/2016.

<sup>510</sup> WEIS, Luiz. *Fala de Franklin Vale Pela Atitude*. Observatório da Imprensa. 24/03/2007. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/fala-de-franklin-vale-pela-atitude/>. Acessado em: 18/01/2016.

<sup>511</sup> VASCONCELLOS, Paulo. *Franklin Martins: “todas as concessões são reguladas. Só rádio e televisão não”*. 29/03/2014. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Franklin-Martins-todas-as-concessoes-sao-reguladas-So-radio-e-televisao-nao-/12/30592>. Acessado em: 15/01/2016.

<sup>512</sup> POSSEBON, Samuel. *'Regulação da Mídia': uma história com vários capítulos*. Observatório da Imprensa. 13/01/2015. Disponível em: [http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/\\_ed833\\_regulacao\\_da\\_midia\\_uma\\_historia\\_com\\_varios\\_capitulos/](http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/_ed833_regulacao_da_midia_uma_historia_com_varios_capitulos/). Acessado em: 19/01/2016.

<sup>513</sup> JUSBRASIL. *STF Decide que Lei de Imprensa é Inconstitucional*. Disponível em: <http://oab-ma.jusbrasil.com.br/noticias/1036647/stf-decide-que-lei-de-imprensa-e-inconstitucional>. Acessado em: 20/01/2016.

<sup>514</sup> BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm). Acessado em: 03/02/2016.

<sup>515</sup> Programa de Governo DILMA

<sup>516</sup> OLIVEIRA, Cesar de. *Veja as duas diferentes versões do programa de Dilma*. Consultor Jurídico. 09/09/2010. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2010-jul-09/veja-diferencas-entre-versoes-programa-governo-dilma>. Acessado em: 10/02/2016.

<sup>517</sup> ALVARES, Rodrigo. *'Nós somos a opinião pública', afirma Lula*. Estadão. 18/09/2010. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,nos-somos-a-opinio-publica-afirma-lula,611876>. Acessado em: 20/01/2016.

setores da mídia como autoritárias e uma forma de suprimir as denúncias de corrupção contra o governo do PT. A questão do partido ter por objetivo censura à imprensa foi tema da capa do *Jornal Extra*<sup>518</sup> no dia 23 e da *Revista Veja*<sup>519</sup> no dia 29 de setembro de 2010 – não coincidentemente, periódicos de propriedade de duas das famílias citadas acima, Marinho e Civita.

Nesse contexto, no dia 23 de setembro, Malafaia publicou no site do seu ministério o “MANIFESTO À NAÇÃO BRASILEIRA: os evangélicos e a liberdade de imprensa”<sup>520</sup>, publicado também em anúncios pagos no dia seguinte “nos principais jornais do Brasil”<sup>521</sup>. Fizemos uma busca nos acervos digitais de alguns jornais brasileiros de grande tiragem e encontramos o anúncio na *Folha de São Paulo*<sup>522</sup> e no *Jornal O Globo*<sup>523</sup>. Segue o manifesto na íntegra:

O povo evangélico, nos últimos vinte anos, tem sido alvo de incompreensões, calúnias, discriminações e preconceitos em várias reportagens, tanto por jornais e revistas quanto por rádio e televisão e até mesmo pela internet. A conclusão que muitos poderiam chegar é que nós seríamos os maiores interessados no cerceamento da liberdade de imprensa e seu patrulhamento pelos órgãos governamentais. ABSOLUTAMENTE NÃO! MIL VEZES NÃO! Eu mesmo já sofri muito com o que acabei de relatar acima. Mas nem assim, tão sujeito a ser caluniado, difamado ou incompreendido por meus atos e pelos princípios que defendo, posso concordar com qualquer movimento que venha impedir a LIBERDADE DA IMPRENSA. A imprensa livre é fundamental para a manutenção do Estado Democrático de Direito. Só aqueles que querem sustentar ideologias ultrapassadas e antidemocráticas desejam exercer patrulhamento ideológico, cercear garantias individuais da cidadania e tentar colocar mordaza na imprensa. Dentro de poucos dias, vamos ter direito a um dos atos mais importantes como cidadãos: VOTAR e escolher os nossos representantes em Brasília e em nossos Estados. Não podemos errar. Precisamos saber, com muita clareza, em quem votar, analisando os princípios defendidos pelos que pleiteiam cargos eletivos. E os órgãos de imprensa são importantíssimos para ajudar em nossas análises e decisões. E isto só é possível com uma imprensa

---

<sup>518</sup> Capa *Jornal Extra* no dia 23 de setembro de 2010.

<sup>519</sup> Capa *Revista Veja*. Edição 2184-ano 43-nº39, 29 de setembro de 2010.

<sup>520</sup> MALAFAIA, Silas. *MANIFESTO A NAÇÃO BRASILEIRA: os evangélicos e a liberdade de imprensa*. 23/09/2010. Disponível em:

[http://web.archive.org/web/20100925094955/http://ministeriosilasmalafaia.com.br/\\_gutenweb/\\_site/pg\\_noticias.cfm?COD\\_MATERIA=381](http://web.archive.org/web/20100925094955/http://ministeriosilasmalafaia.com.br/_gutenweb/_site/pg_noticias.cfm?COD_MATERIA=381). Acessado em: 10/01/2016.

<sup>521</sup> Fizemos uma busca nos acervos digitais alguns jornais brasileiros de grande tiragem e encontramos o anúncio na *Folha de São Paulo* (24 de setembro de 2010 p. 10. ed. 29.759) e no *Jornal O Globo* (24 de setembro de 2010)

<sup>522</sup> 24 de setembro de 2010 p. 10. ed. 29.759.

<sup>523</sup> (24 de setembro de 2010)

livre e isenta. Nem o Presidente da República, partidos políticos, líderes religiosos, qualquer segmento da sociedade ou mesmo a imprensa são, isoladamente, os donos da opinião pública. No dicionário Houaiss, há uma definição exemplar do que é opinião pública: “É o acordo da totalidade, ou grande maioria, das opiniões de uma coletividade sobre questões de interesse geral”. Não tenho autoridade para falar em nome de todos os evangélicos do Brasil que representam aproximadamente 25% da população, mas tenho absoluta convicção de que a quase totalidade é a favor de um ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO e, para isto, é inconcebível ao nosso país não ter uma IMPRENSA LIVRE<sup>524</sup>.

É compreensível a defesa da liberdade de imprensa e a preocupação com a possibilidade de o Estado estabelecer controles autoritários e censórios aos meios de comunicação, ainda mais se levarmos em conta os vários momentos da história brasileira em que isso aconteceu. Porém, as medidas propostas no programa de governo de Dilma – que infelizmente não foram mantidas nem por um dia – contribuiriam para a efetiva democratização da comunicação social no país. Conforme escreveu Francisco Fonseca, partindo da ideia de que a liberdade de expressão é um elemento crucial para a democracia e, mesmo aceitando as premissas liberais de que a notícia seja uma mercadoria e de que a democracia liberal permita a liberdade de expressão através da propriedade privada dos meios de comunicação, ainda assim, para o autor, são necessários “freios e contrapesos” que regulem o poder da mídia. Fonseca se refere ao poder de “formar opinião e imagens, de influenciar agendas e os poderes constituídos”, como também à importância que o papel da mídia assume na obtenção da hegemonia, se pensarmos na ampliação do Estado, conforme a conceituação Gramsciana<sup>525</sup>. Assim, para o autor, “se todos os tipos de mercadorias, seus processos produtivos e seus proprietários são, de formas diversas, controlados por mecanismos governamentais e da sociedade, por que a mercadoria notícia não deveriam se submeter a mecanismos semelhantes? ” Ou seja, pelo poder que detêm é “paradoxal observar que justamente as empresas de comunicação sejam as menos controladas (em termos democráticos, reitere-se) em relação aos outros tipos de capital”<sup>526</sup>. A já comentada concentração do poder de mídia no Brasil também limita a liberdade de expressão e a própria democracia, uma vez que contribui para a unicidade de pensamento, contrariando a tradição

<sup>524</sup> MALAFAIA, 23/09/2010. Op. Cit.

<sup>525</sup> FONSECA, Francisco. *Mídia e Democracia: uma análise conceitual e histórica da atuação dos meios de comunicação*. In: SILVA, Carla; RAUTENBERG, Edina (org.). *História e Imprensa: estudos de hegemonia*. Porto Alegre: FCM Editora, 2014. p.19.

<sup>526</sup> Idem.

que se requer liberal, uma vez que o pluralismo de ideias “constitui o cerne da preocupação liberal em seu veio político”<sup>527</sup>. É interessante notar que a impossibilidade do dissenso é justamente uma das maiores críticas desferidas aos regimes socialistas e, obviamente, o alvo de Malafaia ao escrever sobre “ideologias ultrapassadas e antidemocráticas”. Porém, foram proposições neoliberais, tais “como a privatização, a diminuição do papel do Estado, a flexibilização do mercado de trabalho, entre outras” que constituíram o chamado “pensamento único” a partir da década de 1980, quando se tornaram “programa de reforma de vários Estados nacionais assim como pela maioria esmagadora da mídia em escala internacional”<sup>528</sup>. Quanto ao exposto até aqui, o autor conclui:

[...] não se pode ser conivente, sob a pena do estabelecimento de um efetivo poder sem controle e mesmo de um pensamento único, com a permissividade dos meios de comunicação que, em nome da liberdade de expressão atuam como verdadeiras máquinas de produção de consenso, podendo, no limite, “suprimir” vozes discordantes. [...] trata-se, portanto, de hegemonia, bloqueadora, contudo, de outras formas de pensar e, como tal, antidemocrática<sup>529</sup>.

Após a posse de Dilma Rousseff em 2011, a questão é tratada com cautela e “esfria”, com o então ministro Paulo Bernardo falando em “regulação econômica” e aparentemente nunca sendo autorizado a levar a proposta adiante<sup>530</sup>. Porém, o 4º Congresso Nacional do PT, em 2011, aprova uma proposta de regulação, com foco especial na propriedade cruzada, fato que repercute na imprensa, sendo repetidamente tachado de “autoritário” e “tentativa de censura”<sup>531</sup>, especialmente por veículos que se enquadravam nas propostas regulatórias.

Já no ano de 2012, é lançada a campanha Para Expressar a Liberdade, iniciativa do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), segundo o próprio órgão, como consequência da CONFECON organizada por Franklin Martins, cujas propostas aprovadas “permanecem engavetadas, nada foi proposto e nenhum debate público estabelecido para se discutir uma nova lei geral das comunicações no Brasil”<sup>532</sup>. Da campanha nasce Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica, conhecido como Lei da Mídia Democrática, que se propõe a atingir a assinatura de 1% do eleitorado para ser encaminhado ao Congresso Nacional<sup>533</sup>. A proposta recebe a adesão do ex-ministro

---

<sup>527</sup> Ibidem.

<sup>528</sup> Ibidem.

<sup>529</sup> Ibidem.

Franklin Martins em maio de 2012, em evento em Porto Alegre, onde este afirma que apenas os interesses dos grandes grupos de comunicação são regulamentados:

Nada que diga respeito à Comunicação Social, na Constituição, foi regulamentado, salvo um artigo, aquele que permitiu que 30% do capital das empresas fossem de propriedade de capital estrangeiro para atender a um pleito da Rede Globo e da Abril que, em 2002, estavam com a corda no pescoço. Para se atender a isso, foi regulamentado, o resto não foi<sup>534</sup>.

No projeto, além de definições técnicas a respeito dos papéis das partes dos sistemas de comunicação, há diversas vedações limitando o número de outorgas públicas que podem ser concedidas a uma pessoa ou grupo, obrigações quanto a conteúdo regional e nacional até a proibição do popular “jabá” - veiculação de conteúdo editorial ou artístico em troca de vantagens pecuniárias diretas para a prestadora de serviços de comunicação audiovisual. O texto impacta, mais diretamente, o ministério televisivo de Malafaia e outros televangelistas, principalmente no parágrafo 4º do art. 13, que proíbe a outorga de emissoras de rádio e TV a igrejas ou instituições religiosas, bem como o inciso I do art. 11, que veda “a cessão onerosa ou o arrendamento das prestadoras de serviços de comunicação social eletrônica, bem como de horários de sua grade de programação”, ou seja, impede o aluguel de horários em emissoras para os programas religiosos<sup>535</sup>. Ainda havia a previsão de responsabilização da emissora ou produtora em caso veiculação de conteúdo que promovesse “discriminação de gênero, étnico-racial, classe social, orientação sexual, religião ou crença, idade, condição

---

<sup>530</sup> POSSEBON, Samuel. “Regulação da Mídia”: uma história com vários capítulos. Observatório da Imprensa. 13/01/2015. Disponível em: [http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/\\_ed833\\_regulacao\\_da\\_midia\\_uma\\_historia\\_com\\_varios\\_capitulos/](http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/_ed833_regulacao_da_midia_uma_historia_com_varios_capitulos/). Acessado em: 11/01/2016.

<sup>531</sup> AGGEGE, Soraya. *PT Defende Regulação da Mídia*. Carta Capital. 03/09/2011. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/congresso-do-pt-prega-regulacao-da-midia-brasileira>. Acessado em: 10/01/2016.

<sup>532</sup> PARA EXPRESSAR A LIBERDADE. *Uma Nova Lei Para um Novo Tempo*. 15/02/2015. Disponível em: <http://www.paraexpressarliberdade.org.br/uma-nova-lei-para-um-novo-tempo/>. Acessado em: 11/01/2016.

<sup>533</sup> PARA EXPRESSAR A LIBERDADE. *Projeto de iniciativa popular poderá ser assinado pela internet*. 15/02/2015. Disponível em: <http://www.paraexpressarliberdade.org.br/projeto-de-iniciativa-popular-podera-ser-assinado-pela-internet/>. Acessado em: 02/01/2016.

<sup>534</sup> DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÕES E ARTES. *Ex-Ministro Franklin Martins assina Projeto de Lei da Mídia Democrática*. Disponível em: <http://www.cca.eca.usp.br/content/ex-ministro-franklin-martins-assina-projeto-lei-da-midia-democratica>. Acessado em: 11/01/2016.

<sup>535</sup> PARA EXPRESSAR A LIBERDADE. *Projeto de Lei da Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica (Lei da Mídia Democrática)*. Disponível em: <http://www.paraexpressarliberdade.org.br/projeto-de-lei/> Acessado em: 11/01/2016.

física, região ou país, ou qualquer manifestação de intolerância relativa a esses atributos”<sup>536</sup>, o que viria a dificultar as “cruzadas” evangélicas contra os direitos da população LGBT ou dos praticantes de religiões de matriz afro.

No dia 05 de junho de 2012 foi publicado no jornal Folha de São Paulo a matéria “Dilma quer acabar com aluguel de horário na TV”, onde o jornalista afirmava que “teve acesso à última versão da minuta do decreto, que foi batizado pelo setor de ‘novo marco regulatório da radiodifusão’”, um pacote de medidas que, segundo o autor, buscava “fechar brechas da legislação de rádio e TV que permitiram o surgimento de um ‘mercado paralelo’ ligado às concessões no país”. Ainda segundo a matéria, o Ministério das Comunicações não quis comentar as mudanças e informou que o “novo marco” ainda será colocado em consulta pública<sup>537</sup>. Não encontramos outras referências sobre o tal “marco”, além das que citavam a própria matéria da Folha como fonte, porém, sendo essa uma discussão antiga dentro do PT e das esquerdas em geral, não negamos a veracidade da informação. De qualquer forma, o que nos interessa aqui é a repercussão de tal matéria. Ainda no mesmo dia, Malafaia publicou no site Verdade Gospel o manifesto denominado “O GOVERNO E O PT QUEREM CONTROLAR A MÍDIA”, explicando que esse foi motivado pela matéria da Folha de São Paulo que acabamos de comentar. No começo do documento, Malafaia voltou a referir-se às opiniões de Lula sobre o tema durante o período eleitoral de 2010 e transcreveu parte de seu manifesto lançado na época sobre a imprensa livre ser “fundamental para a manutenção do Estado Democrático de Direito” e sobre o fato de que aqueles que sustentam “ideologias ultrapassadas e antidemocráticas desejam exercer patrulhamento ideológico, cercear garantias individuais da cidadania e tentar colocar mordaca na imprensa”<sup>538</sup>. Em seguida se referiu a um discurso que Gilberto Carvalho, na época, Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência, fez no Fórum Social Mundial em Porto Alegre em fevereiro do mesmo ano:

Em fevereiro deste ano, o Carvalho, ao falar da dificuldade do Governo em comunicar-se com a nova classe média, afirmou: “O ESTADO TEM DE

---

<sup>536</sup> Idem.

<sup>537</sup> WIZIACK, Julio. *Dilma quer acabar com aluguel de horário na tv*. Observatório da Imprensa. 05/06/2012. Disponível em: [http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/\\_ed697\\_dilma\\_quer\\_acabar\\_com\\_aluguel\\_de\\_horario\\_na\\_tv/](http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/_ed697_dilma_quer_acabar_com_aluguel_de_horario_na_tv/). Acessado em: 12/01/2016.

<sup>538</sup> MALAFAIA, Silas. *PT e Governo Querem Impedir a Pregação do Evangelho no Rádio e TV*. Verdade Gospel. 05/06/2012. Disponível em: <http://www.verdadegospel.com/pt-e-o-governo-querem-impedir-a-pregacao-do-evangelho-no-radio-e-tv-2/>. Acessado em: 12/01/2016.

FAZER UMA DISPUTA IDEOLÓGICA POR ESSA FATIA DA POPULAÇÃO QUE ESTARIA SOB A HEGEMONIA DE ALAS CONSERVADORAS, COMO OS PASTORES EVANGÉLICOS”. Nunca vi uma declaração tão idiota, medíocre, que só pode vir de gente que, por meio da sua ideologia, quer controlar o povo, a imprensa e a mídia em geral pelo poder do Estado. Nós, evangélicos, não estamos disputando classe social com ninguém. Mas, sim, pregando a mensagem que acreditamos transformar a vida das pessoas para melhor. Isso é fato, e contra fatos não há argumentos. Gilberto de Carvalho, com a repercussão contrária de suas palavras, de maneira hipócrita, pediu desculpas aos pastores. Agora, estamos vendo a história do novo marco regulatório para as concessões de rádio e televisão, pensado por ideólogos do PT — tais como, José Dirceu, Gilberto de Carvalho e outros — para impedir a compra de espaços em rádio e TV, que, em sua maioria, são comprados por evangélicos. Assim, as emissoras ficam mais dependentes das verbas de Governo, podendo este controlar a informação e a notícia<sup>539</sup>.

Para Malafaia, a possibilidade de regular as concessões de radiodifusão seria uma das formas do partido disputar a hegemonia das novas classes médias com as alas conservadoras, sobretudo, com os pastores evangélicos. Ainda há a questão de que, sem a renda proveniente da venda dos horários, as emissoras ficariam mais dependentes das verbas estatais, mais um passo em direção ao “totalitarismo”, argumento utilizado para dar a ideia de que o que o que rege o projeto petista de controle das concessões de rádio e TV é a “ideologia comunista da vertente Trotskista, que tem como marca PATRULHAMENTO IDEOLÓGICO, CONTROLE SOCIAL E PROPAGANDA DE ESTADO”<sup>540</sup>. Na sequência fez uma comparação com outros tipos de concessão pública e suas possíveis sublocações:

Imagine, então, se as linhas de ônibus interestaduais, que são concessão do Governo Federal, somente pudessem vender passagem, e não alugar os ônibus. Da mesma forma, as companhias aéreas, que são concessão, só pudessem vender passagens e não fretar as suas aeronaves. Eu poderia citar tantas outras concessões públicas, mas o fato é que a imprensa precisa estar em alerta.

Em nosso entendimento a analogia de Malafaia é simplificadora e induz a erro: por mais que desconheçamos as práticas das companhias de ônibus e aviação com relação a locação de carros e aeronaves, a concessão dada pelo poder público, através de licitação ou outro meio, se refere exclusivamente ao transporte regular de passageiros, ou seja, as linhas regulares, sujeitas a regras específicas. Se uma empresa aérea, por exemplo, fretar suas

---

<sup>539</sup> Idem.

<sup>540</sup> Idem.

aeronaves, por certo estará sujeita as normas de tráfego aéreo, porém não às especificidades do transporte regular, objeto de sua concessão. Dito isso, há de se pensar também, como já exposto na comunicação social como produto de consumo, atividade para a qual o Estado concede uma outorga para explorar esse serviço para uma empresa, desde que esse, em tese, cumpra todos os requisitos legais para tanto. Para ilustrar nosso raciocínio, propomos, à moda de Malafaia, outra analogia: uma concessionária de serviços de saneamento, para entregar seu serviço, deve cumprir regras estabelecidas pelo poder público, sobre o qual é a responsável. Supondo que não haja vedações legais ou contratuais, a referida empresa poderia terceirizar o serviço a outra, que, contudo, permaneceria obrigada a entregar o serviço concedido, o saneamento. O raciocínio de Malafaia quer igualar o arrendamento de horários em emissoras de TV ao caso exposto, o que nos parece um despropósito, já que o acontece, de fato, nessas situações, é o aluguel de uma concessão pública, sob responsabilidade de uma concessionária, não para entregar o serviço/produto que lhe é inerente, mas outro de natureza diversa; Malafaia entrega, em vez de comunicação social, proselitismo, ou mesmo, propaganda.

Ao final, afirma que regular a venda de horários vai contra o Estado Democrático de Direito. Assim, é “inconcebível o nosso país não ter uma imprensa e mídia livres”, e pede para a Presidenta Dilma Rousseff que “não manche o seu Governo com atitudes tão antidemocráticas como essas”<sup>541</sup>. É visível a confusão proposital feita que permite ver a venda de horários e a liberdade de imprensa como sendo sinônimos.

Em 05 de junho de 2013 foi realizada a “Manifestação em favor da liberdade de expressão, liberdade religiosa e da família tradicional” organizada por Silas Malafaia em conjunto com outras lideranças evangélicas. Voltaremos a tratar dessa manifestação mais adiante, visto que um dos motivos da manifestação foi defender a permanência de Marco Feliciano na presidência da Comissão e Direitos Humanos e Minorias, assunto de nosso próximo subcapítulo. Agora nos interessa o discurso do Pastor Malafaia, que teve como principal tema a liberdade de imprensa:

Senhores da imprensa, nós que somos chamados de fundamentalistas queremos uma imprensa livre até para falar mal de nós, nós não queremos cercar a imprensa não, agora, eu fico vendo esses esquerdotas que querem o controle da mídia, para controlar o conteúdo, eles estão pensando que o Brasil é Nicarágua, é Venezuela, Bolívia, Equador e Argentina, aqui

---

<sup>541</sup> Ibidem.

não! Imprensa livre, sempre livre. Os esquerdopatas que estão aí, e não somos nós, porque nós queremos a imprensa livre, querem um novo marco regulatório para controlar a imprensa e controlar o estado e a sociedade e querem botar a mão na gente, querem botar a mão na nossa voz e nós não vamos nos calar, ninguém vai nos calar, para calar a nossa voz vai ter que rasgar a constituição do Brasil<sup>542</sup>.

O teor do discurso não foi diferente das outras fontes que analisamos sobre o tema. Aqui também ficou visível a tentativa de convencer seu público a ir contra qualquer possibilidade de regulamentação da mídia, inculcando-lhe o medo da censura e do autoritarismo, de alguma forma relacionado ou comunismo, outro medo constante no imaginário popular. Ao se opor a tal questão que interfere diretamente em seus interesses, Malafaia faz coro com grande parte da mídia brasileira que também vê os seus interesses e poder ameaçados pela regulamentação estatal de seus veículos de comunicação.

### **Candidatura de Feliciano à presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias**

No dia 05 de março de 2013, o Partido Socialista Cristão (PSC) anunciou a indicação do deputado federal Marco Feliciano (PSC-SP) para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal (CDHM), gerando manifestações de grupos pela causa dos Direitos Humanos, e inclusive a criação de uma frente parlamentar de oposição à eleição de Feliciano, com a alegação de que o deputado era conhecido em espaços midiáticos por declarações racistas e homofóbicas e também pelo fato de que o deputado e o seu partido não apresentarem qualquer histórico de envolvimento com a causa dos Direitos Humanos que os qualificassem para o posto<sup>543</sup>. Uniram-se na defesa de Feliciano vários setores, não apenas lideranças evangélicas, reunidos em torno das bandeiras já trabalhadas até esse ponto da pesquisa, no que nos parece ser um momento importante na efetivação de uma articulação de uma direita religiosa e conservadora.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) é uma das 21 comissões permanentes da Câmara dos Deputados. É composta por 18 membros e seus respectivos

---

<sup>542</sup> VERDADE GOSPEL. PR. SILAS MALAFAIA na manifestação em Brasília. Verdade Gospel. 19/02/2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pBke0YZ8jBI>. Acessado em: 22/01/2016.

<sup>543</sup> CUNHA, Magali do Nascimento. “*Caso Marco Feliciano*”: *um paradigma na relação religião-mídia-política no Brasil*. Instituto Humanitas Unisinos. 15/04/2015. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/519334-qcaso-marco-felicianoq-um-paradigma-na-relacao-religiao-midia-politica-no-brasil>. Acessado em: 13/01/2016.

suplentes e entre suas atribuições previstas no Regimento Interno da Câmara estão: o recebimento, avaliação e investigação de denúncias relativas a ameaça ou violação de direitos humanos; pesquisas e estudos relativos à situação dos direitos humanos no Brasil e no mundo, inclusive para efeito de divulgação pública e fornecimento de subsídios para as demais Comissões da Casa; assuntos referentes às minorias étnicas e sociais<sup>544</sup>. Para entender sua importância, é fundamental lembrar do processo legislativo: após a apresentação de qualquer projeto, esse segue seu trâmite para a CCJ, a mais importante, em termos de alcance e poderes, das comissões da casa. Nesse momento, qualquer dos membros da comissão – ou ainda, líderes de partidos, ou mesmo demais parlamentares, através de requerimento à Mesa da Câmara – pode indicar a conexão do projeto em pauta com os direitos humanos ou de minorias. Em caso de o pleito ser aprovado, o tema é enviado à CDHM e sem o aval dessa não poderá seguir para apreciação das demais comissões ou do plenário<sup>545</sup>. Para além disso, a Comissão tem o poder/dever de: fiscalizar a atividade dos outros poderes, de receber e apurar denúncias de ameaça ou de violação de direitos humanos e subsidiar os parlamentares com estudos e dados. Exposto de outra forma, ações e/ou omissões, tanto do poder público quanto de pessoas ou empresas, que contém potencial para impactar nos direitos humanos e minorias, positiva ou negativamente, estão, *a priori*, na esfera de competência da CDHM, sendo que disso emana sua influência e conseqüente inegável presença de conflitos de interesse entre visões, por vezes diametralmente, antagônicas de mundo.

Feliciano, segundo a biografia constante em seu site para a campanha eleitoral de 2010, é “conferencista internacional, pastor, cantor e empresário”<sup>546</sup>. É também apresentador do programa televisivo Tempo de Avivamento, transmitido em rede nacional pela RedeTV!. Além disso, é presidente do Ministério Tempo de Avivamento, denominação da Assembleia de Deus da qual fazem parte o Instituto Teológico Carisma (ITC), a Rádio Tempo de Avivamento, a Central Evangélica de Pregadores Itinerantes do Brasil (CEPIB), a Revista

---

<sup>544</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/regimento-interno-da-camara-dos-deputados/RICD%20atualizado%2>. Acessado em: 14/01/2016.

<sup>545</sup> CANTERGI, Eduardo. *Processo Legislativo Federal da Lei Complementar e da Lei Ordinária no Brasil*. PUCRS. 25/06/2007. Disponível em: [http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2007\\_1/eduardo\\_cantergi.pdf](http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2007_1/eduardo_cantergi.pdf). Acessado em: 12/01/2016.

<sup>546</sup> MARCO FELICIANO. *Bibliografia*. Disponível em: <http://marcofeliciano2010.com.br/biografia/>. Acessado em: 13/01/2016.

Tempo de Avivamento, a Livraria Cristã Vida & Paz, a Editora Tempo de Avivamento, e a Gravadora Grata *Music*. Não há muitas informações disponíveis sobre o funcionamento do ministério de Feliciano – por exemplo, o link “quem somos”, no sítio da Gravadora Grata *Music*, retorna uma página inexistente –, porém, ao que tudo indica, o ministério opera através da Empresa Tempo De Avivamento Empreendimentos LTDA, da qual o pastor detém 50% das quotas de capital – no valor de R\$ 5.000,00 –, segundo sua declaração de bens à Justiça Eleitoral por ocasião da eleição de 2010<sup>547</sup>. Sua vocação teria se manifestado cedo, pois “ainda criança, aos oito anos, abraçou o sonho do episcopado, foi coroinha da igreja Cristo Rei e aos 11 anos converteu-se à fé evangélica” e percebeu um “desejo no coração de conhecer mais a Deus o levou a uma busca profunda do conhecimento do Senhor”<sup>548</sup>, através da sua “carreira acadêmica”. Em sua biografia no sítio da Câmara dos Deputados, consta que Feliciano é bacharel em Teologia, mestre em “Divindade” (“Divinity”), doutor (pela Faculdade de Educação Teológica de São Paulo) e pós-doutor em “Filosofia Cristã” (Faculdade de Teologia e Ensino Superior do Pará). Porém, vale ressaltar que instituição de São Paulo oferece apenas cursos livres, e não conseguimos localizar, em buscas na internet, a faculdade paraense. É também autor de 18 livros e “DVDs de mensagens”, à venda em seu site, onde Feliciano se apresenta como uma espécie de “galã evangélico”.

O pastor, na época, já atuava em várias comissões: como titular, na que tratava do PL 7672/10 – Educação Sem Uso de Castigos Corporais – e da PEC 478/10 – Igualdade de Direitos Trabalhistas. Como suplente compunha as seguintes comissões: PL 7663/10 – Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas e Comissão de Seguridade Social e Família – CSSF<sup>549</sup>. É um conhecido crítico do movimento feminista<sup>550</sup> e famoso por declarações em seu perfil na rede social *Twitter*, como: “africanos descendem de ancestral amaldiçoado por Nôe. Isso é fato”, “a podridão dos sentimentos homoafetivos levam ao ódio, ao crime e à rejeição” e “Aids é o câncer gay”<sup>551</sup>.

---

<sup>547</sup> UOL. *Declaração de Bens Apresentada a Justiça Eleitoral*. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/politicos-brasil/2010/deputado-federal/12101972-marco-feliciano.jhtm>. Acessado em: 14/01/2016.

<sup>548</sup> FELICIANO. 13/01/2016, Op. Cit.

<sup>549</sup> VITAL; LOPES, Op.Cit. p. 212.

<sup>550</sup> D'ÁVILA, Manuela. *Marco Feliciano emite declarações machistas e causa indignações nas redes sociais*. ZH. 20/03/2013. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/br/noticias/noticia/2013/03/marco-feliciano-emite-declaracoes-machistas-e-causa-indignacao-nas-redes-sociais-4080604.html>. Acessado em: 14/01/2016.

<sup>551</sup> PREVIDELLI, Amanda. *13 Tuites Polêmicos do Pastor e Deputado Marco Feliciano*. Revista Exame.

Visto o histórico do deputado, é compreensível que houvessem manifestações contrárias a sua indicação à presidência. Segundo escreveu Renato Janine Ribeiro, em artigo bastante debatido na época, “é insustentável para o país, porém conveniente a ele [Feliciano] e ao partido [PSC]”, pois julga que “difícilmente obterão, um dia, outro posto dessa envergadura ou tanta repercussão na mídia”<sup>553</sup>. A indicação de Feliciano ao cargo só pode ser explicada pelas mazelas decorrentes das disputas de poder do presidencialismo de coalizão. O PT, optando por manter o controle de comissões de maior peso político, em seu sentido decisório e econômico, – como Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) – abriu mão, em benefício do formalmente aliado PSC, da CDH, comissão com forte caráter simbólico e programático, porém não diretamente associada a temas econômicos, eterno foco de conflitos no Congresso. Em 2010, no início da legislatura, havia a previsão de o PT presidir quatro comissões na casa, sendo a CDH a quarta escolha, e, após a definição que um número menor de comissões permanentes seria criado, os petistas passaram a ter direito a três e “não podiam abrir mão da CCJ, principal comissão da Casa, e da CREDN (Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)”, por pressão da Palácio do Planalto e escolheram, por último, a Comissão de Saúde e Seguridade Social (CSSN)<sup>554</sup>. Após acordo sobre a ordem das escolhas “ficou definido que o PSC teria a 20ª escolha entre as 21 comissões permanentes. Ou seja, quando chegasse a vez do partido, haveria apenas dois colegiados disponíveis”. O Partido ambicionava a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), porém o PTB, que o precedeu na ordem, optou por presidir essa comissão, só restando ao PSC a CDH<sup>555</sup>. A indicação de um notório racista, machista e homofóbico à presidência da Comissão de Direitos Humanos se deu não apenas pelo loteamento das parcelas de poder dentro da Câmara, como também pelo desinteresse dos grandes partidos em controlar o debate sobre o assunto, de forma que a presidência coube ao inexpressivo PSC, e mesmo assim por absoluta inexistência de opção de escolha. Segundo Ribeiro, os responsáveis por essa crise

---

11/03/2013. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/album-de-fotos/15-tuites-polemicos-do-pastor-e-deputado-marco-feliciano>. Acessado em: 15/01/2016.

<sup>553</sup> RIBEIRO, Renato Janine. *Os Direitos Humanos em Mãos Impróprias*. Observatório da Imprensa. 02/04/2013. Disponível em: [http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/\\_ed740\\_os\\_direitos\\_humanos\\_em\\_maos\\_improprias/](http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed740_os_direitos_humanos_em_maos_improprias/). Acessado em: 14/01/2016.

<sup>554</sup> COELHO, Mario. *Como Feliciano Chegou a Presidência da CDH*. Congresso em Foco. 09/03/2016. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/como-feliciano-chegou-a-presidencia-da-cdh/>. Acessado em: 15/01/2016.

<sup>555</sup> Idem.

foram os “grandes partidos que acharam que os Direitos Humanos (ou o Meio Ambiente, no Senado) eram moeda de troca barata”, pois, “quando o ministério se reúne, as Pastas da ética – Igualdade Racial, Mulheres, Meio Ambiente, Direitos Humanos – ficam no fundo da sala”<sup>556</sup>.

Quanto ao papel do ministério de Malafaia na defesa de Feliciano, um dia antes da indicação oficial, no dia 04 de março de 2013, foi publicado no site Verdade Gospel uma entrevista com o deputado, para que ele pudesse responder às críticas e esclarecer a “acirrada perseguição” que vinha sofrendo, conforme escrito no site. A primeira pergunta feita foi sobre a importância da indicação para o cargo tradicionalmente ocupado pelo PT. Conforme a resposta de Feliciano:

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) foi criada há 20 anos e há 18 anos está sob a presidência do PT (esquerda). A perda desta Comissão mostra o senso de ganância e o desvio ideológico do PT, que outrora lutava pelo cidadão etc. Ganância, pois abandonaram a CDH para, no processo de proporcionalidade, como grande partido, escolher comissões de “maior valor político”. É nesta Comissão que a comunidade GLBTT faz o maior barulho<sup>557</sup>.

Após criticar a atitude do PT, enfatizando a posição de “esquerda” do partido, o deputado criticou a atuação da comissão em defesa da causa homossexual e afirmou que o ato de assumir a presidência: “pode significar ISONOMIA, oportunidade para se descobrir o que fora feito com as emendas desta Comissão nestes 18 anos, qual o nível de paternalismo à comunidade GLBTT e trazer equilíbrio para a CDH”. Disse também que essa seria uma oportunidade de “dar atenção a assuntos de relevância por hora abandonadas, como o caso dos imigrantes brasileiros presos fora do país que têm sua dignidade destruída por falta de apoio dos consulados” e “levantar questões junto ao executivo por qual motivo o Brasil mantém relações comerciais e amigáveis com um país como o Irã, que mata pessoas por sua opção religiosa e por sua opção sexual”<sup>558</sup>. Outra questão tratada pelo pastor quanto a comissão é a demarcação de terras indígenas:

---

<sup>556</sup> Idem.

<sup>557</sup> VERDADE GOSPEL. *Exclusivo: Pr. Marco Feliciano rebate acusações; confirma!* Verdade Gospel, 04/03/2013. Disponível em: <http://www.verdadegospel.com/pr-marco-feliciano-rebate-acusacoes-contrasua-indicacao-a-cdh/>. Acessado em: 19/02/2016.

<sup>558</sup> Idem.

Há dois meses no Mato Grosso do Sul o INCRA COM A POLÍCIA FEDERAL expulsaram mais de 30 mil pessoas de terras que tinham documentação, mais de 160 mil hectares de terra para beneficiar 500 índios. Houve agressões, e, se não me engano, até mortes. Mas a mídia se calou. Tive acesso a informações de que os próprios índios abriram mãos da terra em troca de outros benefícios, porém, ninguém nada fez. O PSC tem como bandeira a família e as premissas do cristianismo, então justiça e humanidade não nos faltam<sup>559</sup>.

A questão levantada pelo pastor de que o INCRA estaria “beneficiando” indígenas com terras retiradas de outros agricultores confirma a acusação feita pelo deputado e ex-presidente da CDHM, Domingos Dutra (PT-MA), de que a indicação de Feliciano foi influenciada pela bancada ruralista na Câmara, que, em articulação com a bancada evangélica, buscava barrar projetos opostos aos interesses do setor que representa. Segundo Dutra, “muitos projetos relacionados às terras quilombolas, reservas indígenas e áreas de preservação ambiental eram rejeitados pela Comissão de Direitos Humanos, agora vão passar”<sup>560</sup>. Segundo reportagem da época, o território era originalmente coberto por cerca de 110 mil hectares de floresta amazônica e 20 mil por cerrado e ocupado pelos índios xavantes (A’uwê Uptabi, na língua nativa). Em 1966, esse foram deslocados, sendo que “233 homens e mulheres xavantes embarcaram em aviões da FAB com destino a uma missão católica 450 quilômetros ao Sul no estado do Mato Grosso”, visto que a área era cobiçada por fazendeiros e por um “colonizador” (intermediador) paulista. Antes da decisão dessa transferência – comandado pelas Forças Armadas, com apoio da Igreja Católica –, houve episódios de violência entre indígenas e fazendeiros, contrariando a afirmação de Feliciano que os indígenas teriam trocado a posse da terra “em troca de outros benefícios”. Num período de semanas, metade dos “transferidos” estava morta, vítima, especialmente, do sarampo, e apesar do verdadeiro massacre, os A’uwê Uptabi permaneceram dispostos a lutar pelo seu território original. Em 2012, após decisões judiciais (Primeira Instância, Segunda Instância e o Supremo Tribunal Federal) demonstrarem a irregularidade de 50 fazendas ocupadas, foi executada ação pelas “Forças Armadas, Força Nacional, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, e um aparato burocrático coordenado pela Presidência da República”, o que gerou resistência dos

---

<sup>559</sup> Idem.

<sup>560</sup> HUMBERTO, Cláudio. *Domingos Dutra: ‘Marco Feliciano não milita pelos direitos humanos’*. Jornal da Mídia. 07/03/2013. Disponível em: <http://www.jornaldamidia.com.br/2013/03/07/domingos-dutra-marco-feliciano-nao-milita-pelos-direitos-humanos/>. Acessado em: 19/02/2016.

fazendeiros, além de pressões políticas no âmbito dos três poderes, na mídia e por ameaças<sup>561</sup>.

A próxima pergunta da entrevista foi quanto a opinião de Feliciano sobre a oposição dos deputados Jean Wyllys (PSOL-SP) e Érika Kokay (PT-DF) a sua indicação à presidência. Na resposta, Feliciano disse que ambos sabem que “são duros [os embates] a respeito das ideologias deles e das minhas”, porém, “sempre os enfrento, e sempre com equilíbrio em nível intelectual”. Afirmou também que “o ódio deles por pessoas religiosas vai ao extremo” e que “deve ter algum mistério nessa Comissão que eles não querem que alguém da DIREITA descubra e isso aguçou minha curiosidade, e neste momento eu ficaria muito feliz em ocupar esta presidência”. A oposição dos deputados também é vista como uma forma de confirmar a ideia da “ditadura gay”, que censura qualquer atividade contrária ao movimento homossexual. Ao final da entrevista Feliciano tenta esclarecer as acusações de racista e homofóbico:

No início de 2011 eu usava a minha conta no *twitter* para dar ensinamento teológico. A correria do dia a dia mal me deixava saber dos assuntos que pautavam a mídia naquele momento. O deputado Jair Bolsonaro estava no foco de uma polêmica sobre a cantora Preta Gil e foi acusado de racismo. Alguém me fez uma pergunta sobre o porquê do continente africano ser tão sofrido, descobri depois que foi um cidadão muito astuto da comunidade GLBTT. *Quando usei a bíblia para responder, falando sobre o caso do patriarca Noé ter lançado uma maldição sobre um dos seus três filhos e deste filho vieram os que povoaram o que chamamos hoje de continente africano, falei sobre a escravidão, sobre as doenças que tiveram origem lá, como o ebola e a Aids; falei sobre a fome, as guerras e outras coisas, e ensinei que toda maldição pode ser quebrada na cruz de Cristo*. Os ativistas então me ancoraram instantaneamente na polêmica de Bolsonaro e como são *experts* em internet e principalmente em redes sociais, horas depois eu estava nos TT [*trending topics*, lista de assuntos mais comentados na rede social *Twitter*] e fui rotulado de racista. Na verdade, uma perseguição religiosa foi instaurada naquele momento e até hoje respondo processos por isso. Se eu como pastor não posso mais ensinar a bíblia como aprendi, tenho o meu direito de liberdade religiosa tolhida. Se eu for condenado pela justiça por citar a bíblia e fazer um comentário, então se iniciará neste país uma perseguição religiosa como nunca antes e tudo antes da votação do PL 122<sup>562</sup>.

O “ensinamento teológico” de Feliciano na rede social foi o seguinte: “Africanos

---

<sup>561</sup> MILANEZ, Felipe. *Xavantes, Invasores e o Império da Lei*. Carta Capital. 20/12/2012. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/xavantes-invasores-e-o-imperio-da-lei>. Acessado em: 16/01/2016.

<sup>562</sup> VERDADE GOSPEL. 04/03/2013, Op. Cit.

descendem de ancestral amaldiçoado por Noé. Isso é fato”<sup>563</sup> e se refere ao que ficou conhecido como “Maldição de Cam”: a ideia de que os habitantes do continente africanos são descendentes de Cam, personagem bíblico que, segundo o livro de Gênesis, zombou da nudez de seu pai, Noé, que dormira embriagado, e pela zombaria foi amaldiçoado por esse, junto com toda sua descendência. Essa passagem bíblica, de um episódio banal, e de certa forma cômico, foi utilizada para justificar a inferioridade do povo africano em obras enciclopédicas durante o período medieval<sup>564</sup> e mais tarde justificaram também o colonialismo e a escravidão<sup>565</sup>. Segundo José Rivair Macedo, “a filiação dos negros a Cam teve notoriedade nos manuais religiosos cristãos até pelo menos o século XIX, abrindo um campo muito fértil aos defensores da inferioridade das populações negras” e até “bem pouco tempo as escolas protestantes da África do Sul ensinavam que os negros deviam sua inferioridade aos brancos em razão da maldição de Cam, seu ancestral”<sup>566</sup>. A ideia também foi divulgada em escolas “fundamentalistas” estadunidenses da década de 1960<sup>567</sup> e infelizmente ainda é difundida por um deputado brasileiro no século XXI. Da mesma forma que Malafaia procura se eximir de suas acusações de homofobia por suas declarações terem embasamento bíblico, Feliciano procura não parecer racista se refugiando na teologia.

Feliciano ainda reforçou, em suas considerações finais sobre o tema, a ideia da perseguição religiosa, não apenas aos evangélicos, citando alguns casos de “perseguição” e propondo uma união entre líderes religiosos:

Vivemos um momento delicado em nosso país. Uma minoria extremamente protegida põe uma mordaca na boca de uma maioria acovardada. Mês passado o deputado Gabriel Chalita foi indicado para assumir a Secretária de Ciências e Tecnologia, mas a comunidade científica o impediu, criou polêmica. Afinal, afirmaram eles, como pode um representante da Igreja Católica que é contra os estudos de células-tronco assumir a pasta que cuida de tal assunto? Este mês um pastor sofre calúnias, difamações, agressões verbais e tem toda a mídia secular contra si, por ser defensor da família

---

<sup>563</sup> MOREIRA, Gustavo. *Os muitos felicianos e seu deplorável mito camítico*. História & Política. 15/03/2015. Disponível em: <http://gustavoacmoreira.blogspot.com.br/2013/03/os-muitos-felicianos-e-seu-deploravel.html>. Acessado em: 18/01/2016.

<sup>564</sup> MACEDO, José Rivair. *Os filhos de Cam: a África e o saber enciclopédico medieval*. SIGNUM: Revista da ABREM, Vol. 3, 2001, p. 101-132.

<sup>565</sup> Sobre o tema ver: FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A castração de Noé: iconografia, folclore e feudalismo*. In: FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Eva barbada: ensaios de mitologia medieval*. Jean-Claude Schmitt. pref.. São Paulo: EDUSP, 1996.

<sup>566</sup> MACEDO, Op. Cit.

<sup>567</sup> Idem.

tradicional. Há algum tempo tivemos a doutora Marisa Lobo ameaçada de perder seu diploma, perseguida pela mesma turma. Atualmente, o pastor Silas Malafaia sofre a mesma ameaça. Até quando as Igrejas Evangélicas e Católicas irão permanecer caladas, escondidas e em cima do muro? Por que não se marca uma reunião urgente entre os principais líderes cristãos do Brasil e definem o Brasil de amanhã? O doutor Martin Luther King, grande ativista dos Direitos Humanos, pastor pentecostal dizia: O QUE ME ASSUSTA NÃO É O GRITO DOS MAUS, MAS SIM O SILÊNCIO DOS BONS. Já fiz esse discurso na Câmara dos Deputados, já enviei cartas a inúmeros líderes, mas sem resposta. Temos povo, temos meios de comunicação, precisamos aprender a usá-los<sup>568</sup>.

Citar uma frase de Martin Luther King, pastor protestante e ativista dos direitos civis de afrodescendentes nos Estados Unidos, após defender a ideia de que os negros são os descendentes “amaldiçoados de Cam” demonstra o absurdo da argumentação (e da atuação política) de Feliciano. King também foi evocado em uma carta aberta lançada por lideranças evangélicas no site da Revista Ultimato no dia 11 de março – após Feliciano ser eleito presidente no dia 07 de março – pedindo para que outros líderes religiosos intervenham na questão e se posicionem pela saída de Feliciano da presidência<sup>569</sup>. Segundo a carta, a constatação de “que 12 dos 18 membros da Comissão são membros de Igrejas Evangélicas [...] representa grande responsabilidade” para pastores e líderes evangélicos envolvidos com a agenda dos Direitos Humanos, sendo uma “oportunidade concreta para a promoção e a defesa dos direitos dos mais vulneráveis e das minorias”, no entanto:

[...] o quadro que assistimos no processo de eleição da presidência da Comissão foi desolador. Não se trata aqui de pré-julgar o presidente recém-eleito, mas não há como desconsiderar seus vários comentários públicos sobre negros, homossexuais e indígenas, declarações que inviabilizam a sustentação política de seu nome entre os que atuam e são sensíveis às temáticas dos Direitos Humanos<sup>570</sup>.

Contrariando Feliciano e Malafaia, as lideranças responsáveis pela carta afirmam que “não há uma perseguição aos evangélicos”, para eles, o que há “é uma situação de conflito que precisa ser equacionada, especialmente porque”, para eles, “o compromisso do Evangelho com os mais pobres e vulneráveis é central”. Os exemplos históricos do Pr. Martin Luther

<sup>568</sup> VERDADE GOSPEL. 04/03/2013, Op. Cit.

<sup>569</sup> ULTIMATO. *Carta Aberta aos Líderes de Igrejas acerca da Presidência da Comissão de Direitos Humano*. Blog da Ultimato. 11/03/2013. Disponível em: <http://ultimato.com.br/sites/blogdaultimato/2013/02/11/carta-aberta-acerca-da-presidencia-da-comissao-de-direitos-humanos/>. Acessado em: 15/02/2016.

<sup>570</sup> Idem.

King Jr., do Rev. Jaime Wright e do Bispo Desmond Tutu, religiosos que lutaram por causas de minorias, são apresentados para que “inspirem” e sirvam de “referência para a atuação dos vários parlamentares evangélicos na CDHM, levando-os a se posicionar ao lado dos que sofrem injustiça”<sup>571</sup>. Em resposta, no dia seguinte (12/03/2013), Malafaia comentou o conteúdo da carta na matéria publicada no site Verdade Gospel denominada “Carta aberta de pastores que acaba ajudando aqueles que nos odeiam; Pr. Silas comenta”:

Fico de boca aberta de ver pastores a serviço da ideologia da esquerda que nos odeia, e que defendem todos os temas contrários aos princípios da Palavra de Deus. Com todo respeito, não sei se é inocência ou oportunismo. Apresento aqui as minhas razões para que nenhum pastor assine esta famigerada carta, que serve mais aos interesses dos ímpios do que ao Reino de Deus<sup>572</sup>.

Já no início da matéria fica clara a visão maniqueísta de Malafaia: de um lado existe a “ideologia da esquerda” e de outro os “princípios da palavra de Deus”, dois lados irreconciliáveis e que se “odeiam”, dessa forma, os pastores que assinaram a carta estão lutando pelo “outro lado”. As razões de Malafaia para propor que nenhum pastor deve assinar a “famigerada carta” não fogem muito dos motivos que Feliciano apresentou para justificar a sua presidência. O pastor afirma que a “comissão foi usada tremendamente para apoiar a causa do ativismo gay” durante os dezesseis anos que o PT a presidiu, e que por “motivos inconfessáveis” o partido não a quis mais. Já os motivos das manifestações contra Feliciano seriam três: O primeiro é que ao mesmo tempo que o pastor Marco era empossado na CDHM, dois deputados do PT, José Genoíno e João Paulo Cunha, ambos condenados no escândalo do mensalão, eram empossados na Comissão de Constituição e Justiça, e a oposição a Feliciano foi uma tentativa do PT de ofuscar a cobertura da mídia sobre a nomeação de seus deputados. O segundo seria por causa da oposição do deputado frente aos “privilégios que os ativistas gays querem, e também sobre a questão do aborto”. Já o terceiro motivo, seria “uma questão ideológica”:

Os *humanistas, ateístas* que compõem os *partidos de esquerda* no Brasil não querem que a ideologia judaico-cristã permaneça como paradigma na

---

<sup>571</sup> Ibidem.

<sup>572</sup> MALAFAIA, Silas. *A carta aberta de pastores que acaba ajudando aqueles que nos odeiam*; Pr. Silas comenta. Verdade Gospel. 12/03/2013. Disponível em: <http://www.verdadegospel.com/a-carta-aberta-de-pastores-que-no-final-ajuda-a-esquerda-que-nos-odeia-pr-silas-comenta/>. Acessado em: 19/02/2016.

sociedade. Tenho divergências com o pastor Marco Feliciano e muita gente sabe disso. Mas a questão não é essa. Vamos assinar documento para favorecer *gays, lésbicas, anarquistas, humanistas, ateístas*? ISTO É UMA VERGONHA!! O Pr. Feliciano fez duas declarações infelizes, mas ele não pode ser julgado como homofóbico ou racista. Primeiro porque nunca bateu ou mandou matar gay, e segundo que ele é de origem negra (mesmo tendo cabelo esticado hahaha) [SIC], e seu padrasto é negro. O jornalista Reinaldo Azevedo da Veja, que não é evangélico, desmascara o jogo do *sindicalismo gay e da esquerda totalitária* que quer dominar o nosso país (Clique aqui e leia o artigo). Pastores não podemos ser inocentes e cairmos no jogo da pressão da mídia, e daqueles que nos odeiam para parecermos segundo a sociedade como “politicamente corretos”. Que Deus abra os olhos da liderança evangélica no Brasil<sup>573</sup>.

Aqui o discurso anticomunista assume outro caráter, o objetivo dos “partidos de esquerda do Brasil”, vistos como um bloco homogêneo, seria acabar com a “ideologia judaico-cristã”, paradigma de nossa sociedade. E para esse objetivo trabalham em conjunto “gays, lésbicas, anarquistas, humanistas, ateístas”, grupo que, por mais diversos que seja, é visto como unitário dentro da visão maniqueísta do pastor. Um ponto que chama atenção aqui é que Malafaia, assim como outros defensores de Feliciano, faz um adendo ao defendê-lo (Tenho divergências...mas...), por não concordar com suas declarações racistas.

No programa Vitória em Cristo do dia 19 de março, os mesmos argumentos foram utilizados para defender a candidatura de Feliciano: o pastor reafirmou que não está afiliado em nenhum partido, pois vota “em pessoas e não tem ideologias” e a única questão que lhe faz fazer “anular” um partido é se esse fizer “perseguição religiosa” ou “discurso antirreligioso contra os evangélicos”. Em seguida falou sobre os motivos “inconfessáveis” que fizeram o PT desistir da presidência do CDHM, e só após o PT, o PSOL e o PCdoB verem que assumiria a presidência da comissão “um cara que tem lutado contra” eles, “resolveram então vamos jogar pesado, aí o PT fez um jogo de cena para a opinião pública”. Repetiu também a questão do PT utilizar a polêmica em torno de Feliciano para ofuscar os seus deputados condenados pelo mensalão indicados para a Comissão de Constituição e Justiça. Segundo o pastor, esse seria então o “jogo da esquerda que não suporta os evangélicos e nem a ideologia cristã porque a deles é ateísta, humanista, então querem alijar do processo social da nação brasileira o pensamento e o voto dos evangélicos”. Em seguida, justifica o

---

<sup>573</sup> MALAFAIA, Silas. *A carta aberta de pastores que acaba ajudando aqueles que nos odeiam*; Pr. Silas comenta. Verdade Gospel. 12/03/2013. Disponível em: <http://www.verdadegospel.com/a-carta-aberta-de-pastores-que-no-final-ajuda-a-esquerda-que-nos-odeia-pr-silas-comenta/>. Acessado em: 22/01/2016.

pronunciamento racista de Feliciano: “é uma discussão teológica isso, eu não concordo com essa vertente teológica de onde vieram os negros, eu não concordo, mas é uma vertente teológica, não tem nada de racismo, é uma discussão teológica que eu não concordo”<sup>574</sup>. Ou seja, para o pastor, as declarações não são racistas ou homofóbicas, já que são apenas uma “discussão teológica”. Ao final retornou ao seu discurso anticomunista sobre a mudança do paradigma “judaico-cristão” da sociedade:

Como é que você descarta suas crenças e valores, porque um comunista, um ateu pode influenciar e um pastor evangélico ou um evangélico não pode, com suas crenças e valores? A verdade é que há uma mudança de paradigma, o modelo judaico-cristão que impera na sociedade ocidental, eles querem mudar e isso é a esquerda, esse... esse sistema falido comunista que não deu certo em lugar nenhum e que eles ainda tem, porque, minha gente, gente que fala bem do governo de Cuba tinha que comprar uma passagem de avião só de ida para essa raça, vai lá para Cuba, vai lá ver, nada é mais precioso do que a liberdade, você pode dar tudo ao homem, se não der a liberdade, acabou, o homem nasceu para ser livre, um sistema miserável daquele, um sistema... pode ter o que, o que tem lá demais, lá tem miséria, lá tem fome, OK, lá tem um camarada que é dono do país e são esses caras que fazem apologia<sup>575</sup>.

Ainda quanto a defesa de Feliciano, em 05 de junho de 2013 foi realizada a “Manifestação em favor da liberdade de expressão, liberdade religiosa e da família tradicional” organiza por Silas Malafaia em conjunto com outras lideranças evangélicas. Segundo Malafaia, esse é não foi “um ato exclusivo para apoiar Marco Feliciano, mas para marcarmos nossa posição. Vamos dar a nossa resposta. Todas as lideranças evangélicas estarão presentes, assim como a bancada evangélica”. Além de Malafaia, discursaram no evento Pastor. Fadi Faraj, da Comunidade Cristã Ministério da Fé, o Deputado Federal Bispo Robson Rodovalho, o Pastor Abner Ferreira, o cantor Agnaldo Timóteo, o Apóstolo Cesar Augusto, da Igreja Fonte da Vida, o Apóstolo Rene Terra Nova, o Deputado Jair Bolsonaro, o Pastor Samuel Câmara, da Assembleia de Deus, o Deputado Federal Paulo Freire (então presidente da Frente Parlamentar Evangélica), o Apóstolo Rina, da Igreja Bola de Neve, o Pastor. Marco Antonio Peixoto, da Comunidade Evangélica da Zona Sul, o Deputado Federal Marcos Feliciano, o Pastor Samuel Ferreira, da Assembleia de Deus, o Pastor Mario Oliveira,

---

<sup>574</sup> MARCO FELICIANO NA PRESIDÊNCIA DO CDHM. *Vitória em Cristo*. São Paulo: Rede TV!, 19/03/2013. Programa de TV. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=myHklTW\\_99Q](https://www.youtube.com/watch?v=myHklTW_99Q). Acessado em: 29/01/2016.

<sup>575</sup> Idem.

da Igreja Quadrangular, Paulo Fernando, vice-presidente da Associação Pró-Vida e Pró-Família e o Senador Magno Malta. Os discursos foram intercalados com apresentações de cantores *gospels*, alguns presentes no catálogo da Gravadora de Malafaia, que não perdeu a oportunidade de propagandear seus produtos.

O discurso de Malafaia não teve grandes novidades em relação aos outros discursos analisados nessa pesquisa. O pastor utilizou os mesmos “chavões” ao criticar a homossexualidade: “raça é condição, homossexualidade é comportamental”, “a história da civilização humana está sustentada no homem, mulher e sua prole” e “homossexual não reproduz”. Disse também que o “Brasil é um Estado democrático de direito e é livre a manifestação do pensamento, pode-se criticar todo mundo”, porém “se criticar prática homossexual é homofobia”. Criticou a emenda da Senadora Suplicy ao PL 122/06 da redação do substitutivo de 2011 – a qual já comentamos e que a esse momento já estava descartada – e disse que os líderes religiosos não precisavam dela, pois já estavam “garantidos pela constituição”. Atribuiu ao ativismo homossexual a alcunha de “fundamentalistas do lixo moral”, por considerarem suas opiniões como homofóbicas e disse que “liberdade de expressão para todo mundo falar a mesma coisa é ditadura da opinião”. E no final mandou o recado a imprensa brasileiras que comentamos no subcapítulo anterior.

Se observarmos as três bandeiras levantadas pela manifestação, presentes no título, e confrontarmos como o que expomos em toda nossa pesquisa, veremos que: a “liberdade de expressão” refere-se à oposição à regulamentação da mídia e a defesa da liberdade de expressar opinião, mesmo que essa ofenda a dignidade ou a moral de pessoas ou grupos. A “liberdade religiosa” refere-se defesa da suposta liberdade que os religiosos devem ter em pronunciarem-se contra os homossexuais, ou mesmo negros, como no caso de Feliciano, quando essas manifestações estiverem baseadas em interpretações teológicas. Já a “família tradicional” refere-se em não aceitar a constituição legal de outras formas de família, que não seja formada por homem, mulher e filhos.

O Pastor Samuel Ferreira proferiu a seguinte frase em seu discurso: “Nós não abriremos mão daquilo que nós cremos que é a verdade absoluta, que é a palavra de Deus, nós temos até que agradecer a Deus, *porque o que essa menina tá fazendo de errado está*

*servindo para nos unir como nunca*”<sup>576</sup>. Quanto a tal “meninada” que estaria tendo ações erradas, Ferreira referiu-se aos homossexuais que, ao agirem “contrários aos ensinamentos de Deus”, estão auxiliando na união desses setores conservadores. Uma frase emblemática se pensarmos que estavam reunidas nesse ato, lideranças de diferentes denominações religiosas, não apenas evangélicas, e representantes do Congresso, unidos, em grande parte pela oposição aos homossexuais, além de outras bandeiras. O que pode ser observado nessa manifestação é uma articulação liderada por Malafaia entre evangélicos de distintas denominações e de segmentos católicos romanos, além de parlamentares conservadores sem ligações religiosas, como Jair Bolsonaro (PP). Magali Cunha, já chamou atenção para essa articulação que, segundo a autora, tem sua origem durante campanha eleitoral de 2010 e ganha força no momento da indicação de Marcos Feliciano à presidência da CDHM577. Porém, já é possível ver indícios dessa articulação desde as primeiras manifestações contrárias ao projeto de lei contra homofobia.

Em outras palavras o caso de Feliciano foi um momento importante na efetivação de uma articulação de uma direita religiosa, que já vinha se organizando durante a oposição a diversas pautas (aborto, PNDH-3, regulamentação da mídia) e principalmente a oposição à homossexualidade e a busca de direitos pelos movimentos homossexuais. Em conjunto com as lideranças religiosas e midiáticas, atuam também os membros da Frente Parlamentar Evangélica que passam a falar e disseminar materiais redigidos e em vídeo numa retórica do terror de que as famílias estão em risco por conta de ações governamentais federais.

---

<sup>576</sup> PR. SILAS MALAFAIA, na manifestação em Brasília, Op. Cit.  
<sup>577</sup> Idem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa dissertação foi analisar a atuação de Silas Malafaia e de seu ministério, buscando compreender as intenções de conformar visões de mundo entre o seu público e de influenciar em pautas e decisões políticas. Assim, para dar conta do objetivo apontado, primeiramente buscamos compreender como a forma de organização do Ministério Silas Malafaia. Foi necessária uma revisão bibliográfica sobre o pentecostalismo e em especial sobre a Assembleia de Deus, denominação da qual o pastor faz parte. A partir dessa revisão constatamos que a forma de organização da Assembleia de Deus permite a liberdade administrativa e teológica, o que permite ao Ministério absorver várias características das denominações neopentecostais, ou da “terceira onda” pentecostal, como a pregação da Teologia da Prosperidade e a forma de organização empresarial. Constatamos também que a ideia de missão, importante entre os pentecostais, torna totalmente justificável os pedidos de ofertas com objetivo de manter o programa e “levar as boas novas” para o maior número de pessoas. A Teologia da Prosperidade, aliada a outras táticas como convites para entrar no clube de “colaboradores fiéis” ou ameaças de sair do ar, garantem doações que mantêm o programa. A atuação em questões políticas acontece de acordo com as diretrizes da Assembleia de Deus e com atuação das outras denominações neopentecostais. A íntima relação entre mídia evangélica (como também a mídia secular) e política favorece essa atuação. Para compreender a qual público o discurso de Malafaia se dirige, vimos também qual é o perfil socioeconômico dos pentecostais brasileiros, que figuram entre a população mais pobre e de menor escolaridade do país.

Conforme escreveu Magali Cunha: “exércitos precisam de inimigos”, afirmação que ganha mais força entre os pentecostais pela pregação da teologia de um “Deus Guerreiro e Belicoso” que compõe o imaginário desse segmento e cria a necessidade da identificação de inimigos a serem combatidos<sup>578</sup>. Se no passado foram vistos como inimigos a Igreja Católica e as religiões africanas, no momento são os homossexuais que assumem esse papel. Como

---

<sup>578</sup> CUNHA, Magali. *“Caso Marco Feliciano”: um paradigma na relação religião-mídia-política no Brasil*. Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/519334-qcaso-marco-felicianoq-um-paradigma-na-relacao-religiao-midia-politica-no-brasil> Acessado em: 02/02/2016

vimos, a criação desse “inimigo” foi importante na constituição da imagem pública de Malafaia enquanto líder político, garantindo-lhe evidência não apenas entre o público pentecostal. Esse foi o foco de nosso segundo capítulo: a atuação do pastor Malafaia na oposição aos direitos de homossexuais, mais especificamente quanto ao projeto de lei anti-homofobia (PL 122/06) e ao reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo, tanto no projeto de lei conhecido como Estatuto da Família (PL 674/07) quanto na decisão do Supremo Tribunal Federal de maio de 2011. Malafaia utilizou o seu programa de televisão e o site de seu ministério para criticar os projetos e a decisão do STF, estimulando o seu público a posicionar-se contra os direitos homossexuais e manifestar-se em mensagens enviadas ao congresso. O pastor também participou de audiências públicas, referentes aos dois projetos citados, convocado por membros da bancada evangélica do Congresso. Além disso, organizou junto com outras lideranças evangélicas manifestações em oposição aos direitos homossexuais. Essa posição foi justificada por uma suposta perseguição religiosa, que aconteceria no Brasil tentando impedir as críticas à “prática homossexual” e por teorias conspiratórias que veem no movimento homossexual uma forma de acabar com a “família tradicional” e consequente com a sociedade.

Os discursos e textos de Malafaia são baseados em estudos científicos escusos, interpretações jurídicas enviesadas e uma compreensão fundamentalista da religião, e consistem na repetição exaustiva de alguns “chavões” (“a homossexualidade é um comportamento”, “não existe cromossomo homossexual”, “Deus fez macho e fêmea”, entre outros). Malafaia apenas contribui na criação e reprodução do senso comum entre seu público, que, através de suas ideologias é estimulado a agir politicamente apenas em determinadas causas relacionadas basicamente a questões de cunho moral e sexual. Durante a nossa pesquisa a questão da homossexualidade mostrou-se mais importante do imaginávamos no início, chegando a ganhar um capítulo próprio não planejado inicialmente. A homossexualidade nos parece ser um tema central para os movimentos conservadores atuais que ajuda a trazer certa unidade entre vários segmentos, porém, caberia mais pesquisa nesse sentido.

O conservadorismo em questões morais e sexuais já fazia parte do discurso de Malafaia antes de sua oposição à lei anti-homofobia em 2007, porém, a partir desse momento esse discurso ganha uma nova proporção e maior visibilidade. Pode-se dizer também que, o

que antes era visto apenas como “pecado”, e assim restrito ao público pentecostal, passa a ser justificativa para se posicionar contra os direitos homossexuais dentro da esfera legal, afetando toda a população. Como escreveu Andrew Chesnut em reportagem sobre Malafaia: “Ele é como Pat Robertson, no sentido de ser um pioneiro ao mover a direita evangélica do Brasil para a esfera política nacional”<sup>579</sup>, comparando o pastor ao famoso televangelista conservador estadunidense, influência declarada de Malafaia.

A partir de 2010, Malafaia ganhou maior visibilidade, período que foi o foco de nosso terceiro capítulo. Inicialmente analisamos as fontes referentes ao período eleitoral de 2010, onde foi possível ver a tentativa de utilizar a sua influência junto ao público evangélico para interferir nas pautas da campanha dos candidatos à presidência. O que efetivamente ocorreu, como foi possível ver nas mudanças de algumas propostas de governo e posições políticas a partir de sua interferência nos debates. As principais pautas foram a descriminalização do aborto, o PL 122/06 e o PNDH-3. Nesse momento, Malafaia passou a assumir um discurso contrário aos partidos e movimentos de esquerda em geral e a denunciar supostos planos comunistas que estariam sendo postos em prática no país. O perigo do comunismo passou a alarmado tanto nas formas de atuação dos movimentos LGBT ou nas ações do governo do PT, por mais que partido não apresentasse nenhuma pretensão comunista ou mesmo lutasse pelas lutas históricas da classe trabalhadora.

O comunismo também passou a ser visto nas tentativas de regulamentação da imprensa pelo Governo Federal entre 2010 e 2013, tratadas pelo pastor como uma tentativa autoritária de censura e controle da imprensa. Como vimos, na prática essa questão interfere diretamente nos os interesses de Malafaia, pois, uma das proposições seria a proibição do aluguel de horários, o que impediria a continuidade de seu ministério televisivo, o principal motivo de sua influência política e, conseqüentemente, de seu poder.

O último ponto analisado foi a defesa da candidatura e permanência do Deputado Marco Feliciano na presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara de Deputados em 2013. Comissão importante na aprovação de projetos que tenham potencial para impactar em conflitos de interesse entre visões por vezes diametralmente

---

<sup>579</sup> ROMERO, Simon. *Evangelical Leader Rises in Brazil's Culture Wars*. The New York Times. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2011/11/26/world/americas/silas-malafaia-tv-evangelist-rises-in-brazils-culture-wars.html> Acessado em: 02/02/2016

antagônicas de mundo e pela qual tramitam projetos referentes a valores defendidos pelas lideranças pentecostais. Vários temas tiveram lugar na defesa de Feliciano tendo em comum a luta contra a “esquerda” de uma forma geral, como ficou evidente nas falas do próprio deputado. Esse foi o momento onde ficou visível uma articulação entre setores conservadores, não apenas religiosos.

A atuação de Malafaia é apenas uma pequena parte da “onda conservadora” que avança no Brasil dos últimos anos. Durante o período estudado, Malafaia assume a postura conservadora em conjunto com essa “onda”, dando um novo sentido a sua ideia de “cristianismo” ou “valores cristãos”, fato que vai ao encontro do nosso pressuposto de que os significados dos movimentos e instituições religiosas dependem dos usos que lhe são atribuídos e do equilíbrio das forças sociais e ideológicas de uma determinada época. É preciso deixar claro que não trabalhamos com a recepção e a aceitação das ideologias disseminadas pelo pastor e que em nenhum momento afirmamos que elas sejam aceitas em sua totalidade pelo público pentecostal. O pentecostalismo é um movimento interdenominacional e heterogêneo que pode apresentar diversos significados e visões de mundo, porém, algumas características históricas do movimento pentecostal brasileiro facilitam a disseminação de discursos conservadores, ainda mais quando aliados a presença massiva na mídia e na política. A relação entre religião política vem ganhando visibilidade nos últimos anos especialmente pela atuação e da Frente Parlamentar Evangélica e de lideranças pentecostais. Não sabemos o desfecho desse processo, por sua atualidade, e obviamente não acreditamos que tenhamos resolvido o problema em sua totalidade, porém destacamos que este estudo contribui na compreensão da forma de organização e de atuação desse segmento.

## Referências Bibliográficas:

### Livros e produção acadêmica:

- ALENCAR, Gedeon Freire. *Todo poder aos pastores, todo trabalho ao povo, todo louvor a Deus. Assembleia de Deus – origem, implantação e militância nas quatro primeiras décadas – 1911-1946*. Dissertação de mestrado. São Bernardo do Campo – SP, Universidade Metodista de São Paulo, 2000.
- ANDERSON, Perry. *O Brasil de Lula*. Revista Novos Estudos. Novembro de 2011.
- ASSMANN, Hugo. *A igreja eletrônica e seu impacto na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- BOBSON, James. *Building Confidence in Your Child*. Revel. Grand Rapids Michigan. 1999.
- BOHN, S. (2004) *Evangélicos no Brasil. Perfil Socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral*. Opinião Pública, Campinas, Vol. X, nº2, p.288-338, Outubro de 2004.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Ed. Almedina; 7ª Edição; 2003.
- CANTERGI, Eduardo. *Processo Legislativo Federal da Lei Complementar e da Lei Ordinária no Brasil*. PUCRS. 25/06/2007. Disponível em: [http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2007\\_1/eduardo\\_cantergi.pdf](http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2007_1/eduardo_cantergi.pdf). Acessado em: 12/01/2016.
- COELHO, E. *Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2005.
- CUNHA, Magali do Nascimento. *Vinho novo em odres velhos: Um olhar comunicacional sobre a explosão gospel no cenário religioso evangélico no Brasil*. Tese em Comunicação Social. São Paulo: USP, 2004.
- D'AVILA, Edson. *Assembleia de Deus no Brasil e a política: uma leitura a partir do Mensageiro da Paz*. Dissertação de Mestrado. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006.
- FALUDI, Susan. *Backlash: The Undeclared War Against American Women*. Crown/Archetype. 2009.
- FONSECA, Francisco. *Mídia e Democracia: uma análise conceitual e histórica da atuação dos meios de comunicação*. In: SILVA, Carla; RAUTENBERG, Edina (org.). *História e Imprensa: estudos de hegemonia*. Porto Alegre: FCM Editora, 2014.
- FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Tese de doutorado. Campinas: IFCH-Unicamp, 1993.
- GRAMSCI, Antonio. 1891/1937. *Cadernos do cárcere, Volume I*. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- ADORNO, Sérgio. *História e Desventura: o 3º programa nacional de direitos humanos*. SCIELO. Março 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a01.pdf>. Acessado em: 02/02/2016.
- CURVELO, Eugênia Cordeiro. ALVES, Paulo Afonso. *Pedofilia à sombra do ordenamento jurídico penal brasileiro*. In Congresso da Associação Junguiana do Brasil, XXII, 2014, Búzios. Anais eletrônicos. ABJ, 2014. Disponível em: <http://www.ajb.org.br/congresso/uploads/anais/anais%20-%20posters/PEDOFILIA%20A%20SOMBRA%20DO%20ORDENAMENTO%20JUR%3%8DDICO%20PENAL%20BRASILEIRO%20-Eugenia%20C.%20Curvelo%20e%20Paulo%20A.%20A.%20Sobrinho.pdf>. Acessado em: 21/12/2015.
- EVALYN S. *The new people-desexualization in american life-by charles winick*. VOL. 60, NO. 11. A.J.P.H. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1349272/pdf/amjphnation00040-0174a.pdf>. Acessado em: 03/01/2016.
- KARINA KOSICKI BELLOTTI. *Aliviando a bagagem: consumo e bem-estar na cultura evangélica no Brasil (1980-2000)*. Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR) v. III, n.9, jan/2011.
- LIMA, F. (2009) *Geografia da Religião no Brasil: censos demográficos e transformações recentes*. Mercator, Curitiba, Vol. 08, nº16, maio/agosto de 2009.
- LOPES, Lorena Duarte Santos. *Colisão de direitos fundamentais: visão do Supremo Tribunal Federal*. Âmbito Jurídico. Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=11242](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11242). Acessado em: 23/12/2015.
- MACEDO, José Rivair. *Os filhos de Cam: a África e o saber enciclopédico medieval*. SIGNUM: Revista da

ABREM, Vol. 3, 2001.

MACIEL, David. *“Melhor impossível”*: a nova etapa da hegemonia neoliberal sob o Governo Lula. Universidade e Sociedade. n° 46. Brasília: ANDES-SN, 2010.

MAIA, Eduardo Lopes Cabral. *A Política Evangélica: análise do comportamento da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara Federal (2007-2010)*. Florianópolis, 2012. Tese de doutorado.

MARCO FELICIANO. *Bibliografia*. Disponível em: <http://marcofeliciano2010.com.br/biografia/>. Acessado em: 13/01/2016.

MARIANO, R. (2008) *Crescimento Pentecostal no Brasil: fatores internos*. Revista de Estudos da Religião, PUC-SP, pp. 68-95, dezembro de 2008. Disponível em: [http://www.pucsp.br/rever/rv4\\_2008/t\\_mariano.pdf](http://www.pucsp.br/rever/rv4_2008/t_mariano.pdf)

MEINERZ, Marcos; PATSCHIKI, Lucas. *Anticomunismo no Brasil contemporâneo: a interpretação dos Partidos comunistas*. In: VII congresso internacional de história, XXXV Encuentro de Geohistoria Regional e XX Semana de História, 2015, maringá. Anais VII Congresso Internacional de História, XXXV Encuentro de Geohistoria Regional e XX Semana de História, 2015.

MORAIS, Alexandre de. Curso de Direito Constitucional. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OCALASTAR-BANNER. *Power and the pen: meet George Gilder, Author of 'wealt and porverty'*. Edição 37, 25 de maio de 1981. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?nid=1356&dat=19810524&id=CG8xAAAAIBAJ&sjid=IgYEAAAAIBAJ&pg=7037,4789057&hl=pt-BR> Acessado em: 01/07/2015.

PAES, Rubens. *O significado de ministério no novo testamento*. Igreja Presbiteriana Renovada do Brasil. Disponível em: [http://www.iprb.org.br/artigos/textos/art151\\_199/art155.htm](http://www.iprb.org.br/artigos/textos/art151_199/art155.htm). Acessado em: 22/11/2015.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Cartilha 3º Programa Nacional de Direitos Humanos*. 2010. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/pndh/subsidios/cartilha\\_pndh\\_pt\\_pr.pdf](http://www.dhnet.org.br/pndh/subsidios/cartilha_pndh_pt_pr.pdf). Acessado em: 02/02/2016.

PATSCHIKI, Lucas In: FELIPPE, Igor. *“Anticomunismo é a base ideológica comum para o espectro fascista no Brasil”*, afirma historiador. Revista Fórum. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/rodrigovianna/plenos-poderes/anticomunismo-e-base-ideologica-comum-para-o-espectro-fascista-brasil-afirma-historiador/>. Acessado em: 25/01/2016.

SINGER, André. *Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. 2012. São Paulo: Companhia das Letras.

TORRES, Roberto. *O Neopentecostalismo e o Novo Espírito do Capitalismo na Modernidade Periférica*. In: Perspectivas, São Paulo, v. 32, p. 85-125, jul./dez. 2007.

SEVERO, Julio. *O movimento homossexual*. Editora Betânia, Venda Nova – MG, 1998.

VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. *Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

## Fontes:

ALERTA AOS EVANGÉLICOS. *Vitória em Cristo*. São Paulo: Rede TV!, 09/2007. Programa de TV.

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE ABORTO. *Vitoria em Cristo*. São Paulo: Rede TV!, 06/2008. Programa de TV.

HOMOSSEXUALISMO, ABORTO, CÉLULAS-TRONCO: A VERDADE QUE VOCÊ PRECISA SABER. *Vitória em Cristo*. São Paulo: Rede TV!, 04/08/2007. Programa de TV.

MALAFIA, Silas. *Quatro Tipos de Pessoas que Estão na Igreja*. Impacto. Rio de Janeiro. CNT. Programa de televisão. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ma7DMpOonrU>. Acessado em: 13/11/2014. Não foi possível descobrir a data de veiculação do programa. Por algumas características do vídeo, é possível dizer que ele foi gravado no final da década de 1990.

MARCO FELICIANO NA PRESIDÊNCIA DO CDHM. *Vitória em Cristo*. São Paulo: Rede TV!, 19/03/2013. Programa de TV. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=myHkITW\\_99Q](https://www.youtube.com/watch?v=myHkITW_99Q). Acessado em: 29/01/2016.

NÃO VOTE NO PT DA DILMA. *São Paulo: Rede TV!*, 04/09/2010. Programa de TV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=srkZihzkF44>. Acessado em: 20/01/2016.

OS EVANGÉLICOS E AS ELEIÇÕES. *Vitoria em Cristo*. São Paulo: Rede TV!, 06/02/2010. Programa de TV.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vjgEePBj7OI>. Acessado em: 10/01/2016.

PL 122/2006. *Vitória em Cristo*. São Paulo: Rede TV!, 10/2007. Programa de TV.

PL 122/2006. *Vitória em Cristo*. São Paulo: Rede TV!, 14/05/2011. Programa de TV.

UMA VIDA DE PROSPERIDADE. *Vitória em Cristo*. Rede Bandeirantes: São Paulo, 09/06/2012. Programa de televisão.

A VERDADE sobre o segundo turno das eleições – vídeo 1. 09/10/2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IRAuG1btNSk>. Acessado em: 20/01/2016.

A VERDADE sobre o segundo turno das eleições – vídeo 2. 15/10/2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fo8Rb5tgbYk>. Acessado em: 20/01/2016.

AUDIÊNCIA PÚBLICA-PL 122. 13/04/2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wJKulbq70aY>. Acessado em: 20/01/2016.

BISPO RODOVALHO. *Pr. Silas Malafaia em audiência pública na CCJ parte 2*. 12/05/2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Dr9MF3ru4ac>. Acessado em: 12/12/2015.

BISPO RODOVALHO. *Pr. Silas Malafaia em audiência pública na CCJ parte 1*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1za3i9Yc3-M>. Acessado em: 12/12/2015.

A CAPA. *Ministério Público quer esclarecimento de pastor por declarações homofóbicas*. A Capa. 06/09/2007. Disponível em: <http://acapa.virgula.uol.com.br/politica/mp-quer-esclarecimento-de-pastor-por-declaracoes-homofobicas/2/14/2294>. Acessado em: 02/01/2016.

AGÊNCIA SENADO. *Crivella se manifesta contrário a projeto que criminaliza manifestação crítica ao homossexualismo*. Agência Senado. 19/03/2007. Disponível: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2007/03/19/crivella-se-manifesta-contrario-a-projeto-que-criminaliza-manifestacao-critica-ao-homossexualismo>. Acessado em: 20/12/2015.

AGÊNCIA SENADO. *Evangélicos pedem mudanças no projeto de lei que combate a homofobia*. Agência Senado. 30/05/2008. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/04/16/evangelicos-pedem-mudancas-no-projeto-de-lei-que-combate-a-homofobia>. Acessado em: 20/12/2015.

AGÊNCIA SENADO. *Magno Malta recebe evangélicos contrários à criminalização da homofobia*. Agência Senado. 25/06/2008. Disponível em: [h.http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/06/25/magno-malta-recebe-evangelicos-contrarios-a-criminalizacao-da-homofobia](http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/06/25/magno-malta-recebe-evangelicos-contrarios-a-criminalizacao-da-homofobia) Acessado em: 20/12/2015.

AGÊNCIA SENADO. *Magno Malta vê cerceamento da liberdade de expressão em projeto que trata da homofobia*. Agência Senado. 30/05/2008. Disponível: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/05/30/magno-malta-ve-cerceamento-da-liberdade-de-expressao-em-projeto-que-trata-da-homofobia>. Acessado em: 20/12/2015.

AGÊNCIA SENADO. *Projeto que criminaliza discriminação contra homossexuais é o que recebeu mais manifestações pelo Alô Senado no ano*. Agência Senado. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/09/22/projeto-que-criminaliza-discriminacao-contrahomossexuais-e-o-que-recebeu-mais-manifestacoes-pelo-alo-senado-no-ano>. Acessado em: 18/12/2016.

AGÊNCIA SENADO. *Tumulto segue adiamento de votação do projeto que pune discriminação a homossexuais*. Agência Senado. 12/05/2011. Disponível: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/05/12/tumulto-segue-adiamento-de-votacao-do-projeto-que-pune-discriminacao-a-homossexuais>. Acessado em: 20/12/2015.

AGGEGE, Soraya. *PT Defende Regulação da Mídia*. Carta Capital. 03/09/2011. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/congresso-do-pt-prega-regulacao-da-midia-brasileira>. Acessado em: 10/01/2016.

ALVARES, Rodrigo. *'Nós somos a opinião pública', afirma Lula*. Estadão. 18/09/2010. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,nos-somos-a-opinio-publica-afirma-lula,611876>. Acessado em: 20/01/2016.

ANTUNES, Anderson. *The richest pastors in Brazil*. Forbes online, 17/01/2013. Disponível em: <http://www.forbes.com/sites/andersonantunes/2013/01/17/the-richest-pastors-in-brazil/>. Acessado em janeiro de 2014.

ASSOCIAÇÃO VITÓRIA EM CRISTO. *AVEC 30 anos*. Associação Vitória em Cristo. Disponível em: [http://www.vitoriaemcristo.org/\\_gutenweb/\\_site/hotsite/avec-30anos/historia.cfm](http://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/hotsite/avec-30anos/historia.cfm). Acessado em: 17/01/2015.

ASSOCIAÇÃO VITÓRIA EM CRISTO. *PL 122*. Disponível em: [http://www.vitoriaemcristo.org/\\_gutenweb/\\_site/gw-arquivos/arquivos/PL\\_122\\_2006.pdf](http://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/gw-arquivos/arquivos/PL_122_2006.pdf). Acessado em: 15/12/2015

ASSOCIAÇÃO VITÓRIA EM CRISTO. *Porque o PL 122 é 'inconstitucional'*. Disponível em:

[http://www.vitoriaemcristo.org/\\_gutenweb/\\_site/hotsite/PL-122/](http://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/hotsite/PL-122/). Acessado em: 15/12/2015.

AVEC. *300 Gideões – Colaborador Fiel Vip*. Associação Vitória em Cristo. Disponível em: [http://web.archive.org/web/20061024061732/http://www.vitoriaemcristo.org/300Gideoes/300\\_pt.asp](http://web.archive.org/web/20061024061732/http://www.vitoriaemcristo.org/300Gideoes/300_pt.asp). Acessado em: 02/12/2015.

AVEC. *AVEC 30 anos*. Associação Vitória em Cristo. Disponível em: [http://www.vitoriaemcristo.org/\\_gutenweb/\\_site/hotsite/avec-30anos/historia.cfm](http://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/hotsite/avec-30anos/historia.cfm). Acessado em: 17/01/2015.

AVEC. *Clube de 1 Milhão de Almas*. Associação Vitória em Cristo. Disponível em: [http://web.archive.org/web/20100406033259/http://www.vitoriaemcristo.org/\\_gutenweb/\\_site/hotsite/clube1M/home.cfm](http://web.archive.org/web/20100406033259/http://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/hotsite/clube1M/home.cfm) Acessado em: 03/12/2015

AVEC. *Eventos de uma vida vitoriosa*. Associação Vitória em Cristo. Disponível em: 12/11/2015.[http://www.vitoriaemcristo.org/\\_gutenweb/\\_site/hotsite/avec-30anos/eventos\\_vida\\_vitoriosa.cfm](http://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/hotsite/avec-30anos/eventos_vida_vitoriosa.cfm). Acessado em: 12/11/2015.

AVEC. *Eventos*. Associação Vitória em Cristo. Disponível em: [http://www.vitoriaemcristo.org/\\_gutenweb/\\_site/gw-eventos-detalle/?cod=46](http://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/gw-eventos-detalle/?cod=46). Acessado em 12/11/2015.

AVEC. *Institucional*. Associação Vitória em Cristo. Disponível em: [http://www.vitoriaemcristo.org/\\_gutenweb/\\_site/gw-institucional/](http://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/gw-institucional/). Acessado em: 03/09/2014.

AVEC. *Linha do Tempo*. Associação Vitória em Cristo. Disponível em: [http://www.vitoriaemcristo.org/\\_gutenweb/\\_site/hotsite/avec-30anos/linha.cfm](http://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/hotsite/avec-30anos/linha.cfm)

AVEC. *Parceiro Ministerial*. Associação Vitória em Cristo. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20031226010143/http://www.vitoriaemcristo.org/colaborador.asp>. Acessado em: 01/12/2015

AVEC. *Projeto Parceiro Ministerial!* Associação Vitória em Cristo. Disponível em: [http://web.archive.org/web/20061022001055/http://www.vitoriaemcristo.org/colaborador\\_pt.asp](http://web.archive.org/web/20061022001055/http://www.vitoriaemcristo.org/colaborador_pt.asp). Acessado em: 02/12/2015.

AVEC. *Responsabilidade social*. Associação Vitória em Cristo. Disponível em: [http://www.vitoriaemcristo.org/\\_gutenweb/\\_site/gw-responsabilidade-social/](http://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/gw-responsabilidade-social/). Acessado em: 23/12/2015.

AVEC. *Sobre o Programa*. Associação Vitória em Cristo. Disponível em: [http://www.vitoriaemcristo.org/\\_gutenweb/\\_site/gw-programa-de-tv/](http://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/gw-programa-de-tv/). Acessado em: dezembro de 2013.

AZEVEDO, Reinaldo. *Em Carta a Evangélicos, Dilma diz que “PNDH3 está sendo revisto”. Não é verdade! Ela não assume compromisso de vetar projeto sobre aborto*. Veja. 15/10/2010. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/em-carta-a-evangelicos-dilma-diz-que-pndh3-esta-sendo-revisto-nao-e-verdade-ministro-ja-disse-que-nada-mais-vai-mudar-no-texto/>. Acessado em: 04/02/2016.

BBC. *Conheça os Principais Magnatas da Mídia no Mundo*. 18/07/2011. Disponível em: [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/07/110718\\_magnatas\\_bg\\_cc.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/07/110718_magnatas_bg_cc.shtml). Acessado em: 15/01/2016.

BÍBLIA. *2 Coríntios 9:10*. Almeida corrigida e revisada – Fiel PT. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/mc/16>. Acessado em: 22/11/2015.

BÍBLIA. *Marcos 16.15*. Almeida corrigida e revisada – Fiel PT. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/mc/16>. Acessado em:22/11/2015.

BÍBLIA. *Português*. Bíblia Sagrada. Tradução de Almeida atualizada. Disponível em: [http://www.bibliaon.com/versiculo/levitico\\_20\\_13/](http://www.bibliaon.com/versiculo/levitico_20_13/). Acessado em: 20/01/2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Diário da Câmara dos Deputados*. Agosto de 2005. p. 38755. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD12AGO2005.pdf#page=253> Acessado em: 19/12/20015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Diário da Câmara dos Deputados*. Novembro de 2006. p. 51823. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD23NOV2006.pdf#page=654>. Acessado em: 19/12/20015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Discursos e notas taquigráficas*. 17/05/2011. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=113.1.54.O&nuQuarto=53&nuOrador=3&nuInsercao=42&dtHorarioQuarto=15:44&sgFaseSessao=PE&Data=17/05/2011&txApelido=JEFFERSON%20CAMPOS,%20PSB-SP>. Acessado em: 20/12/2015

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Discursos e notas taquigráficas*. 23/11/2006. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=189.4.52.O&nuQuarto=69&nuOrador=2&nuInsercao=36&dtHorarioQuarto=16:16&sgFaseSessao=OD&Data=23/11/2006&txApelido=PASTOR%20PEDRO%20RIBEIRO,%20PMDB-CE>. Acessado em: 20/12/2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Pauta de reunião ordinária audiência pública dia 12/05/2010*. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/ordemdodia/integras/765488.htm>. Acessado em: 12/12/2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 3143/2004*. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=202749&filename=PL+3143/2004](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=202749&filename=PL+3143/2004). Acessado em: 19/12/2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 3770/2004*. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=226920&filename=PL+3770/2004](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=226920&filename=PL+3770/2004). Acessado em: 19/12/2015

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 5003/2001*. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/MostraIntegraImagem.asp?strSiglaProp=PL&intProp=5003&intAnoProp=2001&intParteProp=1>. Acessado em: 12/12/2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 674*. Regulamenta o art. 226, § 3, da Constituição Federal, união estável, institui o divórcio direto. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=548121&filename=Tramitacao-PL+674/2007](http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=548121&filename=Tramitacao-PL+674/2007). Acessado em: 22/12/2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de lei Nº 1135/9*. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?coteor=431375&filename=Tramitacao-PL+1135/1991](http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?coteor=431375&filename=Tramitacao-PL+1135/1991). Acessado em 22/12/2015.

BRASIL. *Câmara dos Deputados*. Projeto de Lei nº 5.003, de 2001. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=297961&filename=Tramitacao-PL+5003/2001](http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=297961&filename=Tramitacao-PL+5003/2001). Acessado em: 09/01/2016.

BRASIL. *Câmara dos Deputados*. Projeto de Lei nº 674-B, de 2007. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=C5B971DD4983721893E76CF3EACC2224.proposicoesWeb1?codteor=831261&filename=Avulso+-PL+674/2007](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=C5B971DD4983721893E76CF3EACC2224.proposicoesWeb1?codteor=831261&filename=Avulso+-PL+674/2007). Acessado em: 20/01/2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Tramitação do Projeto de Lei 5.003/01*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=31842>. Acessado em: 19/12/2015.

BRASIL. Câmara dos deputados. *Tramitação do projeto de lei PL 674/2007*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=347575>. Acessado em: 21/12/2015.

BRASIL. Casa Civil. *Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acessado em: 23/12/2015.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm). Acessado em: 03/02/2016.

BRASIL. Senado Federal. *Diário do Senado Federal*. 09 de fevereiro de 2011. p. 1706. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=09/02/2011&paginaDireta=01706>. Acessado em: 19/12/20015

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei da Câmara 122/2006*. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604>. Acessado em: 21/12/2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Ação direta de inconstitucionalidade 4.277 Distrito Federal*. Disponível em: <http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/ac%C3%B3rd%C3%A3o%281%29.pdf>. Acessado em: 15/12/2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/regimento-interno-da-camara-dos-deputados/RICD%20atualizado%2>. Acessado em: 14/01/2016.

CENTRAL GOSPEL MUSIC. *Quem somos*. Central Gospel Music. Disponível em: <http://novo.centralgospelmusic.com.br/site/quem-somos.cfm>. Acessado em: 12/10/2015.

COELHO, Mario. *Como Feliciano Chegou a Presidência da CDH*. Congresso em Foco. 09/03/2016. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/como-feliciano-chegou-a-presidencia-da-cdh/>. Acessado em: 15/01/2016.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Composição do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social no ano de 2004*. Disponível em: [http://www.cdes.gov.br/galeria\\_conselho/2004/](http://www.cdes.gov.br/galeria_conselho/2004/). Acessado em: 29/01/2016.

CUNHA, Magali do Nascimento. “*Caso Marco Feliciano*”: *um paradigma na relação religião-mídia-política no Brasil*. Instituto Humanitas Unisinos. 15/04/2015. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/519334-qcaso-marco-feliciano-um-paradigma-na-relacao-religiao-midia-politica-no-brasil>. Acessado em: 13/01/2016.

D’ÁVILA, Manuela. *Marco Feliciano emite declarações machistas e causa indignações nas redes sociais*. ZH. 20/03/2013. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/brs/noticias/noticia/2013/03/marco-feliciano-emite-declaracoes-machistas-e-causa-indignacao-nas-redes-sociais-4080604.html>. Acessado em: 14/01/2016.

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÕES E ARTES. *Ex-Ministro Franklin Martins assina Projeto de Lei da Mídia Democrática*. Disponível em: <http://www.cca.eca.usp.br/content/ex-ministro-franklin-martins-assina-projeto-lei-da-midia-democratica>. Acessado em: 11/01/2016.

EDITORA CENTRAL GOSPEL. *Bíblia de Estudos Batalha Espiritual e Vitória Financeira – Preta*. Editora Central Gospel. Disponível em: [http://www.editoracentralgospel.com/\\_gutenweb/\\_loja/pg\\_produto.cfm?cod\\_produto=69158](http://www.editoracentralgospel.com/_gutenweb/_loja/pg_produto.cfm?cod_produto=69158). Acessado em: 25/11/2015.

EDITORA CENTRAL GOSPEL. *Quem somos*. Editora Central Gospel. Disponível em: [http://www.editoracentralgospel.com/\\_gutenweb/\\_loja/pg\\_quem\\_somos.cfm](http://www.editoracentralgospel.com/_gutenweb/_loja/pg_quem_somos.cfm). Acessado em: 17/01/2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Garotinho sai com Choro em Culto Evangélico*. 06/04/2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u31056.shtml>. Acessado em: 25/01/2016.

GAZETA DO POVO. *Franklin Martins Aceita ser Ministro da Comunicação Social*. 22/03/2007. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/franklin-martins-aceita-ser-ministro-da-comunicacao-social-aexmc25jn3qfj8imk64kybm6>. Acessado em: 14/01/2016.

GILDER, George. *Freedom From Welfare Dependency. Religion & Liberty*. Disponível em: <http://www.acton.org/pub/religion-liberty/volume-4-number-2/freedom-welfare-dependency>. Acessado em: 01/07/2015.

GOSPEL 10. *Pastor Silas Malafaia declara apoio a Marina Silva*. 27/09/2010. Disponível em: <http://www.gospel10.com/noticias/noticia—pastor-silas-malafaia-declara-apoio-a-marina-silva--875>. Acessado em: 29/01/2016.

GOSPEL PRIME. *Silas Malafaia desafia blogueiros a provarem erros teológicos em sua pregação*. *Gospel Prime*. 19/05/2012. Disponível em: <http://noticias.gospelprime.com.br/silas-malafia-desafia-blogueiros-a-provarem-erros-teologicos-em-sua-pregacao/>. Acessado em 15/11/2014.

HUMBERTO, Cláudio. *Domingos Dutra: ‘Marco Feliciano não milita pelos direitos humanos’*. *Jornal da Mídia*. 07/03/2013. Disponível em: <http://www.jornaldamidia.com.br/2013/03/07/domingos-dutra-marco-feliciano-nao-milita-pelos-direitos-humanos/>. Acessado em: 19/02/2016.

IBGE. *Censo Demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2010.

JACOB, C. R. *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil*, Rio de Janeiro – São Paulo, Ed. PUC-Rio, Loyola. 2003.

JUSBRASIL. *STF Decide que Lei de Imprensa é Inconstitucional*. Disponível em: <http://oab-ma.jusbrasil.com.br/noticias/1036647/stf-decide-que-lei-de-imprensa-e-inconstitucional>. Acessado em: 20/01/2016.

LIMA, Venício de. *Existe Concentração na Mídia Brasileira? Sim*. Observatório da Imprensa. 01/07/2003. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/plq010720031.htm>. Acessado em: 16/01/2016.

LUNA, Rosângela de. *Editorial*. INFORMATIVO AVEC – Nº 01. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20030908170700/http://www.prsilasmalafaia.com.br/colaboradorfiel02.htm>. Acessado em 01/12/2015.

MALAFAIA, Silas. *A carta aberta de pastores que acaba ajudando aqueles que nos odeiam*; Pr. Silas comenta. Verdade Gospel. 12/03/2013. Disponível em: <http://www.verdadegospel.com/a-carta-aberta-de-pastores-que-no-final-ajuda-a-esquerda-que-nos-odeia-pr-silas-comenta/>. Acessado em: 19/02/2016.

MALAFAIA, Silas. *Alerta Importante do Pastor Silas Malafaia*. Ministério Silas Malafaia. 02/09/2010. Disponível em: [http://web.archive.org/web/20100927145535/http://ministeriosilasmalafaia.com.br/\\_gutenweb/\\_site/pg\\_noticias.cfm?COD\\_MATERIA=370](http://web.archive.org/web/20100927145535/http://ministeriosilasmalafaia.com.br/_gutenweb/_site/pg_noticias.cfm?COD_MATERIA=370). Acessado em: 20/01/2016.

MALAFAIA, Silas. *Discurso durante a manifestação*. [http://www.vitoriaemcristo.org/\\_gutenweb/\\_site/hotsite/PL-122-feedback/file.cfm](http://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/hotsite/PL-122-feedback/file.cfm). Acessado em: 05/01/2016.

MALAFAIA, Silas. *Editorial Sobre o Homossexualismo*. Ministério Silas Malafaia. Disponível em: [http://web.archive.org/web/20071205043644/http://www.ministeriosilasmalafaia.com.br/\\_gutenweb/\\_site/pg\\_mensagens.cfm?cod\\_materia=33](http://web.archive.org/web/20071205043644/http://www.ministeriosilasmalafaia.com.br/_gutenweb/_site/pg_mensagens.cfm?cod_materia=33). Acessado em: 11/12/2015.

MALAFAIA, Silas. *Filósofo Declara que a Política Precisa se Abrir a Religião*. Verdade Gospel. 16/07/2012. Disponível em: <http://www.verdadegospel.com/filosofo-de-harvard-declara-que-a-politica-precisa-se-abrir-a-religiao-pr-silas-comenta/>. Acessado em: 19/01/2016.

MALAFAIA, Silas. *Homossexualismo, Aborto, Células-Tronco: A verdade que você precisa saber*. Pr. Silas Malafaia Editora Central Gospel. DVD. 75 min.

MALAFAIA, Silas. *MANIFESTO À NAÇÃO BRASILEIRA: os evangélicos e a liberdade de imprensa*. 23/09/2010. Disponível em: [http://web.archive.org/web/20100925094955/http://ministeriosilasmalafaia.com.br/\\_gutenweb/\\_site/pg\\_noticias.cfm?COD\\_MATERIA=381](http://web.archive.org/web/20100925094955/http://ministeriosilasmalafaia.com.br/_gutenweb/_site/pg_noticias.cfm?COD_MATERIA=381). Acessado em: 10/01/2016.

MALAFAIA, Silas. *Pr. Silas Malafaia e o Senador Magno Malta discursam no Senado contra o PL 122*. Vitória em Cristo. Disponível em: [http://www.vitoriaemcristo.org/\\_gutenweb/\\_site/gw-noticias-detalhe/?cod=596](http://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/gw-noticias-detalhe/?cod=596). Acessado em: 26/01/2016.

MALAFAIA, Silas. *Pr. Silas Malafaia lidera manifesto em favor da liberdade de expressão e da liberdade religiosa*. Disponível em: [http://web.archive.org/web/20101127000234/http://ministeriosilasmalafaia.com.br/\\_gutenweb/\\_site/pg\\_noticias.cfm?COD\\_MATERIA=97](http://web.archive.org/web/20101127000234/http://ministeriosilasmalafaia.com.br/_gutenweb/_site/pg_noticias.cfm?COD_MATERIA=97) Acessado em: 11/12/2015.

MALAFAIA, Silas. *Pr. Silas Recebe Carta de Integrantes do PT e Responde*. Ministério Silas Malafaia. 17/09/2010. Disponível em: [http://web.archive.org/web/20100927143339/http://ministeriosilasmalafaia.com.br/\\_gutenweb/\\_site/pg\\_noticias.cfm?COD\\_MATERIA=376](http://web.archive.org/web/20100927143339/http://ministeriosilasmalafaia.com.br/_gutenweb/_site/pg_noticias.cfm?COD_MATERIA=376). Acessado em: 12/02/2016.

MALAFAIA, Silas. *Projeto de Lei que dá privilégios aos gays pode ser votado esta semana*. Verdade Gospel. 18/11/2013. Disponível em: <http://www.verdadegospel.com/importantissimo-senador-paulo-paim-do-pt-quer-aprovar-plc-122-que-beneficia-gays/> Acessado em: 30/01/2016.

MALAFAIA, Silas. *PT e Governo Querem Impedir a Pregação do Evangelho no Rádio e TV*. Verdade Gospel. 05/06/2012. Disponível em: <http://www.verdadegospel.com/pt-e-o-governo-querem-impedir-a-pregacao-do>

evangelho-no-radio-e-tv-2/. Acessado em: 12/01/2016.

MALAFAIA, Silas. *Senado enterra PLC 122/06; Pr. Silas Malafaia comenta*. Verdade Gospel. Disponível em: <http://www.verdadegospel.com/senado-enterra-plc-12206-pr-silas-malafaia-comenta/>. Acessado em: 29/01/2016.

MALAFAIA, Silas. *União homoafetiva não é entidade familiar!* Associação Vitória em Cristo. 05/05/2011. Disponível em: [http://www.vitoriaemcristo.org/\\_gutenweb/\\_site/gw-noticias-detalle/?cod=446](http://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/gw-noticias-detalle/?cod=446). Acessado em: 06/02/2016.

MALTA, Magno. *Evangélicos “invadem” Congresso e reivindicam direito de criticar homossexualismo*. Disponível em: <http://www.magnomalta.com/porta12/index.php/pl-122-mainmenu-52/402-evangcos-invadem-congresso-e-reivindicam-direito-de-criticar-homossexualismo>. Acessado em: 21/12/2015.

MARTINS, Dan. *Sociedade Brasileira de Genética apoia críticas do biólogo Eli Vieira ao pastor Silas Malafaia*. Às Claras. 10/03/2013. Disponível em: [http://asclaras.com/noticias\\_detalhes.php?id=862](http://asclaras.com/noticias_detalhes.php?id=862). Acessado em: 10/01/2016.

MILANEZ, Felipe. *Xavantes, Invasores e o Império da Lei*. Carta Capital. 20/12/2012. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/xavantes-invasores-e-o-imperio-da-lei>. Acessado em: 16/01/2016.

MINISTÉRIO SILAS MALAFAIA. *Pr. Silas Malafaia conclama os cidadãos conscientes a dizerem não ao PLC 122/2006*. 05/10/2007. Disponível em: [http://web.archive.org/web/20071113195727/http://www.ministeriosilasmalafaia.com.br/\\_gutenweb/\\_site/pg\\_noticias.cfm?COD\\_MATERIA=58](http://web.archive.org/web/20071113195727/http://www.ministeriosilasmalafaia.com.br/_gutenweb/_site/pg_noticias.cfm?COD_MATERIA=58). Acessado em: 11/12/2015.

MOREIRA, Gustavo. *Os muitos felicianos e seu deplorável mito camítico*. História & Política. 15/03/2015. Disponível em: <http://gustavoacmoreira.blogspot.com.br/2013/03/os-muitos-felicianos-e-seu-deploravel.html>. Acessado em: 18/01/2016.

OLIVEIRA, Cesar de. *Veja as duas diferentes versões do programa de Dilma*. Consultor Jurídico. 09/09/2010. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2010-jul-09/veja-diferencas-entre-versoes-programa-governo-dilma>. Acessado em: 10/02/2016.

PARA EXPRESSAR A LIBERDADE. *Projeto de Iniciativa Popular Poderá ser Assinado pela Internet*. 15/02/2015. Disponível em: <http://www.paraexpressarliberdade.org.br/projeto-de-iniciativa-popular-podera-ser-assinado-pela-internet/>. Acessado em: 02/01/2016.

PARA EXPRESSAR A LIBERDADE. *Projeto de Lei da Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica (Lei da Mídia Democrática)*. Disponível em: <http://www.paraexpressarliberdade.org.br/projeto-de-lei/>. Acessado em: 11/01/2016.

PARA EXPRESSAR A LIBERDADE. *Uma Nova Lei Para um Novo Tempo*. 15/02/2015. Disponível em: <http://www.paraexpressarliberdade.org.br/uma-nova-lei-para-um-novo-tempo/>. Acessado em: 11/01/2016.

PINHEIRO, Daniela. *Vitória em Cristo*. Revista Piauí online. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-60/anais-da-religiao/vitoria-em-cristo>. Acessado em: janeiro de 2014.

POSSEBON, Samuel. *“Regulação da Mídia”: uma história com vários capítulos*. Observatório da Imprensa. 13/01/2015. Disponível em: [http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/\\_ed833\\_regulacao\\_da\\_midia\\_uma\\_historia\\_com\\_varios\\_capitulos/](http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/_ed833_regulacao_da_midia_uma_historia_com_varios_capitulos/). Acessado em: 11/01/2016.

PR MALAFAIA. Palavra Silas Malafaia em manifestação contra PL 122. 03/06/2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sUzHJRAvB1k>. Acessado em: 06/02/2016.

PR. SILAS MALAFAIA na manifestação em Brasília. Verdade Gospel. 19/02/2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pBke0YZ8jBI>. Acessado em: 22/01/2016.

PREVIDELLI, Amanda. *13 Tuites Polêmicos do Pastor e Deputado Marco Feliciano*. Revista Exame. 11/03/2013. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/album-de-fotos/15-tuites-polemicos-do-pastor-e>

deputado-marco-feliciano. Acessado em: 15/01/2016.

PROGRAMA ELEITORAL da Campanha de Jose Serra à Presidência da República, que foi ao ar durante o segundo turno das eleições de 2010. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=pD\\_LmvjcEYc](https://www.youtube.com/watch?v=pD_LmvjcEYc). Acessado em: 15/01/2016.

RIBEIRO, Renato Janine. *Os Direitos Humanos em Mãos Impróprias*. Observatório da Imprensa. 02/04/2013. Disponível em: [http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/\\_ed740\\_os\\_direitos\\_humanos\\_em\\_maos\\_improprias/](http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed740_os_direitos_humanos_em_maos_improprias/). Acessado em: 14/01/2016.

ROMERO, Simon. *Líder evangélico cresce em meio a guerra cultural no Brasil*. Último Segundo, 29/11/2011. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/lider-evangelico-cresce-em-meio-a-guerra-cultural-no-brasil/n1597388294260.html>. Acessado em: 13/11/2015.

SENADO. *Diários*. 18/12/2013. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=18/12/2013&paginaDireta=97017>. Acessado em: 29/01/2016.

SENADO. *Magno Malta e Crivella apoiam manifestação contra PL 122*. 01/06/2011. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2011/06/01/magno-malta-e-crivella-apoiam-manifestacao-contrapl-122>. Acessado em: 13/01/2016.

SENADO. *Polêmica em torno do PLC 122 congestionava serviço telefônico do Alô Senado*. 17/05/2011. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/05/17/polemica-em-torno-do-plc-122-congestionava-servico-telefonico-do-alo-senado>. Acessado em: 07/01/2016.

SENADO. *Vanessa Grazziotin vai pedir urgência para projeto que penaliza discriminação de homossexuais*. 06/05/2011. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2011/05/06/vanessa-grazziotin-vai-pedir-urgencia-para-projeto-que-penaliza-discriminacao-de-homossexuais>. Acessado em: 03/01/2016.

SILAS MALAFAIA Não Vota em Marina. 30/10/2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LF0CpgEoIKQ>. Acessado em: 22/01/2016.

ULTIMATO. *Carta Aberta aos Líderes de Igrejas acerca da Presidência da Comissão de Direitos Humanos*. Blog da Ultimato. 11/03/2013. Disponível em: <http://ultimato.com.br/sites/blogdaultimato/2013/02/11/carta-aberta-acerca-da-presidencia-da-comissao-de-direitos-humanos/>. Acessado em: 15/02/2016.

UNIC. *Os Países-Membros da UNO*. Disponível em: <http://unicrio.org.br/conheca-a-onu/paises-membros/>. Acessado em: 05/01/2016.

UOL. *Declaração de Bens Apresentada a Justiça Eleitoral*. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/politicos-brasil/2010/deputado-federal/12101972-marco-feliciano.jhtm>. Acessado em: 14/01/2016.

VASCONCELLOS, Paulo. *Franklin Martins: “todas as concessões são reguladas. Só rádio e televisão não”*. 29/03/2014. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Franklin-Martins-todas-as-concessoes-sao-reguladas-So-radio-e-televisao-nao-/12/30592>. Acessado em: 15/01/2016.

VERDADE GOSPEL *Video: Pr. Silas comenta apoio do Face ao casamento gay e deboche nas redes sociais*. Verdade Gospel. 01/07/2015. Disponível em: <http://www.verdadegospel.com/video-apoio-pelo-facebook-ao-casamento-gay-e-o-deboche-a-minha-pessoa-feito-pelas-redes-sociais-pr-silas-comenta/?area=1> Acessado em: 08/07/2015.

VERDADE GOSPEL. *Ativismo gay divulga lista de ódio: Pr. Silas Malafaia está entre os 10*. Verdade Gospel. 19/07/2013. Disponível em: <http://www.verdadegospel.com/ativismo-gay-divulga-lista-de-odio-pr-silas-esta-entre-os-10/>. Acessado em: 08/07/2015.

VERDADE GOSPEL. *Exclusivo: Pr. Marco Feliciano rebate acusações; confira!* Verdade Gospel, 04/03/2013. Disponível em: <http://www.verdadegospel.com/pr-marco-feliciano-rebate-acusacoes-contrasua-indicacao-acdh/>. Acessado em: 19/02/2016.

VERDADE GOSPEL. *Lançamento do Verdade Gospel supera expectativa*. Verdade Gospel. Disponível em:

<http://www.verdadegospel.com/verdade-gospel-esta-entre-os-mais-comentados-do-brasil/>. Acessado em: 12/11/2015.

VERDADE GOSPEL. *Lésbicas desrespeitam culto evangélico e acabam detidas; Pr. Silas comenta*. Verdade Gospel. 26/09/2013. Disponível em: <http://www.verdadegospel.com/lesbicas-desrespeitam-culto-evangelico-e-acabam-detidas/>. Acessado em: 25/11/2014.

VERDADE GOSPEL. Maria do Rosário, *Ministra dos Direitos Humanos, é uma 'piada'; Pr. Silas comenta*. Verdade Gospel. 21/01/2014. Disponível em: <http://www.verdadegospel.com/maria-do-rosario-ministra-dos-direitos-humanos-e-uma-piada-pr-silas-comenta/>. Acessado em: 25/11/2014.

VIEIRA, Eli. *Resposta de geneticista a Silas Malafaia [CC-eng] [Biologist refutes preacher on homosexuality]*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3wx3fdnOEos>. Acessado em: 12/01/2016.

WEIS, Luiz. *Fala de Franklin Vale Pela Atitude*. Observatório da Imprensa. 24/03/2007. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/fala-de-franklin-vale-pela-atitude/>. Acessado em: 18/01/2016.

WIZIACK, Julio. *Dilma quer Acabar com Aluguel de Horário na TV*. Observatório da Imprensa. 05/06/2012. Disponível em: [http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/\\_ed697\\_dilma\\_quer\\_acabar\\_com\\_aluguel\\_de\\_horario\\_na\\_tv/](http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/_ed697_dilma_quer_acabar_com_aluguel_de_horario_na_tv/). Acessado em: 12/01/2016.